

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

VOL. 42
(1-2)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
2002



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918.

Instituição Colectiva de Utilidade Pública

(D. R. n.º 89, 2ª série, de 16/04/1987)

Inscrita na Cons. do Registo Com. do Porto sob o n.º 49

Pessoa Colectiva n.º 501 663 614



Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4050 Porto - Portugal

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* – Susana Oliveira Jorge; *Secretários* – Mário Jorge Barroca; Ana Bettencourt.

Direcção: *Presidente* – Vítor Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* – Henrique Gomes de Araújo; *Secretário* – Paulo Castro Seixas; *Tesoureira* – Ana Leite da Cunha; *Vogais* – Maria de Jesus Sanches; Paula Mota Santos; António Manuel Silva; Margarida Santos Silva; Leonor Sousa Pereira.

Conselho Fiscal: *Presidente* – Eduardo Jorge Silva; *Secretários* – Sérgio Monteiro Rodrigues; Carla Stockler Nunes.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A · D E
A N T R O P O L O G I A
E · E T N O L O G I A


D.C.T.P.
N.º reg. 278
Cota

2005.09.16

**TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**
Revista inter e transdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas

VOL. XLII
Fasc. 1-2

PORTO
SOCIÉDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
2 0 0 2

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada no Instituto da Comunicação Social sob o n° 112408)
Vol. XLII fascs. 1-2 2002

Direcção

Vítor Oliveira Jorge

Redacção

Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4050-290 PORTO (Portugal)
E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

Composição, Impressão e Acabamentos

Litografia A.C.
Rua Conselheiro Lobato, 179 – 4700-338 BRAGA
Telefs. 253 272 967 / 253 616 540 – Fax 253 612 008
E-mail: aclitografia@mail.telepac.pt

Distribuição:

gradiva publicações, lda.
Rua Almeida e Sousa, 21, r/c. Esq.
1399-041 LISBOA
Telefs. 21 397 4067/8 – Fax 21 395 3471
E-mail: gradiva@ip.pt

Dezembro de 2001.

Tiragem: 1.000 exs.

Depósito legal n° 27405/89

ISSN: 0304 – 243 X

Para o volume 42 (fascs. 1-2 e fascs. 3-4) desta revista foram, ou vão ser, solicitados os apoios de:

- IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (“Programa de Apoio a Revistas Culturais”)
- **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA
Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III.
- Fundação Calouste Gulbenkian

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i>	7
<i>Globalização e mestiçagem. A mestiçagem, as identidades e o multiculturalismo</i> , por Maria Beatriz Rocha-Trindade	9
<i>Funções da pop-rock no universo juvenil</i> , por Luís Fernandes	25
<i>Vision beyond eyesight</i> , by Francisco Vaz da Silva	33
<i>Aprender a ser rapaz entre rapazes e raparigas. Masculinidades em duas escolas C+S do distrito do Porto</i> , por Cristina Rocha & Manuela Ferreira .	49
<i>A arte de dar voz ao Outro. A sua importância democrática ilustrada por um exemplo literário suíço que abalou a imagem da ditadura salazarista</i> , por Jeroen Dewulf	69
Apêndice: Hugo Loetscher: “Ó Senhor Salazar”. Uma Elegia Política	77
<i>Dili: o limiar pós-colonial</i> , por Paulo Castro Seixas	85
<i>Os primeiros artistas</i> , por Carina Marques	99
<i>O futuro do passado: os arqueólogos do novo milênio</i> , por Arno Alvarez Kern	115
<i>A Arqueologia como uma das utopias da Modernidade</i> , por Vítor Oliveira Jorge	137
<i>Arqueologia na reconstrução das paisagens rurais e urbanas: os exemplos da Via Nova (Geira Romana) e de Bracara Augusta</i> , por Francisco Sande Lemos	143
VÁRIA	
<i>Formação e prática profissional em arqueologia: Reflexões de um recém-licenciado</i> , por Sérgio R. Gomes	153

<i>Histoire agraire et paléoenvironnement: les apports de la palynologie et des microfossiles non-polliniques</i> , par Didier Galop & José Antonio López Sáez	161
<i>Levantamento e leitura iconográfica dos frescos romanos de Miróbriga visíveis in situ no ano 2000</i> , por M. Augusta Rosário, F. Lourenço Duarte & M. Justino Maciel	165
<i>Baixo-relevo em mármore com representação de um grifo</i> , por M. Justino Maciel, J. M. Peixoto Cabral & Dina Nunes	193
<i>Nota prévia: descrição comparativa de três sítios de arte rupestre na região de Oliveira dos Brejinhos – Bahia – Brasil</i> , por Claudia Cunha	203
<i>David Le Breton no Porto</i> , por Vítor Oliveira Jorge	225
<i>10 de Junho de 2001 – Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas</i>	227

PREÂMBULO

Caro leitor, estimado consócio: como já vai sendo hábito, a primeira parte (fasc. 1/2) do volume dos *TAE* de um determinado ano (neste caso, 2002) é ainda concebida, realizada e impressa no ano antecedente. Cria-se assim um ritmo, uma dinâmica, que são benéficos para todos, autores, leitores, sócios da SPAE. Se essa dinâmica fosse acompanhada por uma maior interação entre tais elementos, que inclusivamente se reflectisse nesta revista (por exemplo, o envio regular de trabalhos, notícias, resenhas para publicação na mesma), seria de facto o ideal. Uma revista existe como um canal de comunicação, tanto quanto possível actualizado, vivo, actuante – por isso ela tem de sair regularmente... – mas, para que essa comunicação se realize, também necessitamos de sentir a reacção dos leitores e dos sócios ao nosso trabalho, àquilo que aqui semestralmente lhes apresentamos.

Ora, apesar da publicação ser bem conhecida, de ter a sua distribuição assegurada, de ser enviada para numerosos destinos (nomeadamente para 100 bibliotecas municipais do país), raramente nos chega um eco crítico, construtivo como esperamos, do “produto” que aqui sujeitamos ao vosso juízo. É como se estivéssemos a trabalhar para um certo silêncio. Mas também sabemos que todos os que “produzem algo” sentem isto, pelo menos no curto ou médio prazo; não é nada que seja exclusivo de nós... apenas mostra que muito está por fazer em Portugal, no âmbito da interacção cultural, isto é, de uma “atmosfera” criativa, exigente, estimulante, participada.

Uma associação prestigiada, mas pequena (em número de sócios efectivos, com as quotas em dia), e com muito escassos meios (logísticos, financeiros, humanos), como a nossa, tem na sua revista a principal razão de ser. Por isso essencialmente lutamos pela SPAE – para mantermos esta publicação, que julgamos ser importante. E que não está aberta apenas a trabalhos de antropologia, como o seu título tradicional, que mantemos, parece indicar, mas a estudos e ensaios interessando ao vasto campo das ciências sociais e humanas, como o subtítulo claramente aponta. E como este tomo mais uma vez comprova...

Cremos que este é um espaço de rigor, mas também de tolerância, de isenção, de abertura a autores mais jovens, que as pessoas podiam aproveitar melhor... e a direcção dos *TAE* e da SPAE está receptiva, como sempre, a sugestões e a propostas de publicação.

Entrámos no séc. XXI (já em 1989, com a queda do muro de Berlim?) e assistimos à generalização do terrorismo, mas também da guerra, da violência, da

insegurança, e de muita hipocrisia nas relações internacionais e nos meios de comunicação. As desigualdades e o ressentimento alastram de modo terrível, insuportável. É possível distinguir a realidade da ficção? Temos de optar por um de dois campos, maniqueisticamente identificados com o bem e o mal? Um cidadão ruandês morto tem o mesmo lugar, nos meios de comunicação, de um norte-americano? Quem anda a produzir e a vender armas a quem? Quem ganha com tudo isto? Há ainda palavras para exprimir a nossa surpresa e a nossa revolta por tanta injustiça que está a acontecer, por tanta incompreensão mútua, por tanta crispação irreversível, por tanta falta de respeito pela cultura e pela dignidade do Outro?... Qual a nossa responsabilidade como investigadores, como pessoas que pensam o fenómeno humano e social? Devemos circunscrever-nos aos nossos trabalhos académicos, às nossas aulas, enquanto sentimos que o mundo se desmorona à nossa volta?... Que é que temos de fundamental para dizer aos nossos alunos? Quais são as utopias possíveis, neste estado de consternação e de perplexidade? Que é que cada um de nós pode fazer, sobretudo quem é professor, quem contacta com jovens, quem é visto por eles como alguém de quem se espera um exemplo de conduta, um modelo de comportamento (mesmo que seja para o negar)?

Quando muitos perdem a serenidade, manter a calma é uma mais-valia. Quando muitos se ocupam com interesses ligados ao poder, a influências, à imagem, a clientelas, a objectivos materiais, é maravilhoso ter ainda o poder de ler, de pensar, de propor ideias, de escrever, de nos informarmos com tempo e recuo reflexivo, de mergulhar na música ou na pintura, de olhar para as paisagens de outono, de trocar impressões com os outros, sem os querer convencer de nada, sem os querer colonizar, sem os querer absorver a nós. É maravilhoso podermos surpreender-nos com o radicalmente diferente, e tirarmos prazer dessa variedade. De trabalhar com uma certa satisfação e alegria. De estar perante uma página branca, e de ver nela nascer qualquer coisa que o nosso traço vai esboçando. Ter satisfação com o que se faz, e ver o produto do que se faz crescer ao longo do tempo, neste mundo desalentado e depressivo, é uma oportunidade incrível. Ser humano entre seres humanos, apesar de tudo. É evidente que, para ter condições de serenidade e de fruição destes bens e valores, é básico dispor de um mínimo de possibilidades materiais. Estas são sobretudo óptimas para não termos que pensar demasiado nelas, para irmos ao mais importante; e, com algum talento e bastante aplicação, do pouco fazer muito.

Que o novo triénio de trabalhos da SPAE e desta revista (2002-2004) seja animado por este espírito optimista e construtivo.

Porto, Novembro de 2001.

Vitor Oliveira Jorge

GLOBALIZAÇÃO E MESTIÇAGEM.

A mestiçagem, as identidades e o multiculturalismo

por

Maria Beatriz Rocha-Trindade*

MURALHAS E FRONTEIRAS

A defesa da propriedade é tanto uma tendência individual como o é no plano do colectivo, em relação a um dado património comunitário. Em âmbito de propriedade privada, as fechaduras e os alarmes, as vedações e as sebes, os marcos divisórios e os avisos “propriedade privada”, “proibida a entrada” ou “cuidado com o cão” traduzem todos as mesmas preocupações de delimitar um espaço cuja posse exclusiva se reclama, bem como o direito de dele afastar qualquer intruso ou pessoa não devidamente autorizada pelo proprietário.

As mesmas intenções ditaram a construção de castelos, de muralhas e de torres de vigia, como protecção dos moradores (de mansões, povoações, cidades ou regiões), contra intrusos, ladrões ou hordas invasoras.

A mesma lógica presidiu à noção de fronteira entre ducados ou países; a sua posição foi materializada pela existência de obstáculos naturais (rios, montanhas e abismos) ou pela presença de barreiras construídas e regularmente patrulhadas, de que o mais hercúleo exemplo é a Grande Muralha da China.

Todo este tipo de vedações destina-se a contrariar os movimentos de pessoas, tanto de dentro para fora como de fora para dentro; do contrabando que tragam como da pilhagem que levem; mas igualmente um obstáculo contra qualquer tentativa de subversão do *status quo*, da docilidade dos súbditos, da segurança do património.

Em tempos mais modernos, as fronteiras entre Estados, desenhadas a tinta nos mapas de tratados, delimitavam a esfera de intervenção de cada uma das soberanias, das leis e das culturas em presença, contíguas mas efectivamente disjuntas.

* Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, Universidade Aberta.

Já nos nossos dias, tais fronteiras poderiam transcender o simples âmbito de duas contiguidades nacionais, separando vastas regiões que abrangiam numerosos Estados: a chamada “Cortina de Ferro” separou, durante quase meio século (1945-1990), a Europa Ocidental da Europa Central e Oriental; as democracias representativas, das designadas “democracias populares”; o COMECON da EFTA; o capitalismo, do comunismo; a NATO do Pacto de Varsóvia.

O seu expoente mais dramático, materializado pelo betão e pelo arame farpado do Muro de Berlim, pretendeu constituir separação intransponível para pessoas, para bens, para valores e para ideologias.

As menções acima feitas destinam-se a tornar claro o facto de que a existência de qualquer tipo de barreiras entre povos, sejam elas materiais, burocráticas, ideológicas ou militares, visam sempre o impedimento da interacção, da mobilidade e da evolução natural. Estão, por conseguinte, inevitavelmente sujeitas à erosão do tempo, por contrariarem a tendência termodinâmica para a diluição das diferenças, o nivelamento dos desníveis, o preenchimento dos fossos¹.

INVASÃO E OCUPAÇÃO

Existem circunstâncias em que, de uma forma violenta, são postos em presença prolongada povos e culturas inicialmente separados e, por vezes, nem sequer vizinhos.

As invasões de territórios por exércitos estrangeiros que, após dominarem e aniquilarem a resistência das populações nativas, aí se instalam como residentes definitivos, constituem um exemplo óbvio deste tipo de situações. As invasões das hordas bárbaras vindas do Norte e do Leste, na Europa, durante os finais do 1º milénio e parte inicial do 2º; a invasão e conquista da Península Ibérica pelos Muçulmanos, cuja dominação só terminou no século XV; e a expansão do Império Otomano para Oeste, só bloqueada já às portas de Viena – deixaram traços que ainda hoje são muito visíveis.

Nos primeiros casos referidos, as culturas dos invasores acabaram por permear as dos povos submetidos e, através de uma miscigenação étnica, criaram a variedade de fenótipos hoje evidente em toda a Europa do Sul, com todas as gradações de tom de pele, de cor dos olhos e de textura de cabelos.

O factor religioso é, no entanto, um obstáculo gigantesco à integração cultural, como foi provado por todo o ambiente de intolerância, de que é exemplo

¹ A problemática das fronteiras entre países europeus é discutida na obra de Withol de Wenden (1999), relacionando a sua abertura ou fecho com a existência de fluxos migratórios que importará, talvez, disciplinar.

maior o próprio estabelecimento da Inquisição. Também no último caso acima referido, a coexistência, no mesmo espaço geográfico, das religiões cristã e islâmica, até aos nossos dias, é reconhecida como o elemento principal de guerras civis que continuam a assolar o território do que antes era designado como República da Jugoslávia. Impedindo a miscigenação étnica e o contacto e entrosamento das culturas em presença, cria-se entre elas uma efectiva situação de *apartheid*, mutuamente consentida e mesmo desejada e procurada pelas partes em conflito.

Ao longo da sua História, o caso de Portugal oferece um exemplo interessante de sucessivas invasões, ocupações e efectiva mestiçagem entre invasores e nativos. Situado no extremo Oeste da Europa, ali acabaram por deter-se na sua progressão para Ocidente e enfim radicar-se, Gregos, Fenícios e Romanos, estes responsáveis pela assumida latinidade de base da cultura portuguesa.

Muito mais tarde Celtas, Visigodos, Vândalos, Suevos e Alanos também aí se vieram a fixar. A invasão muçulmana da Península Ibérica, com uma ocupação subsequente de quase cinco séculos, só foi travada no próprio início da nacionalidade portuguesa, nos princípios do século XII.

País com as mais antigas fronteiras de toda a Europa (cujo traçado final data do século XIII), Portugal possui uma significativa homegeneidade cultural, bem distinta da dos seus vizinhos espanhóis, por necessidade absoluta de sobreviver às recorrentes tentativas hegemónicas destes.

No entanto, está bem documentada a coexistência estável neste país, até finais do século XV, de comunidades cristã, judaica e moura, a despeito das respectivas crenças². Como é sabido, esta situação modificou-se posteriormente com a expulsão dos Judeus decretada pelo Rei D. Manuel I e pela subsequente acção sistemática da Inquisição.

COLONIZAÇÃO E EXPATRIAÇÃO

A colonização é apenas uma variante da invasão, conquista e ocupação, apenas diferindo destas pela situação de extremo desequilíbrio entre o poder económico-militar e o nível tecnológico do invasor, comparados com o dos povos por ele submetidos.

² *O Livro do Almojarifado de Silves*, manuscrito do século XV, editado por Leal e Domingues (1984) descreve o cadastro de terras e casas, com os respectivos proprietários, na região central do então designado Reino dos Algarves. Assim se reconhece que a terra agrícola é propriedade de Mouros, os misteres manuais e os negócios estão em poder de Judeus, sendo os Cristãos, sobretudo, funcionários e homens de armas.

O fosso que assim se estabelece entre dominadores e dominados confere a estes últimos um estatuto de menoridade política a despeito do seu muito maior número, dificultando qualquer paridade na interacção cultural. Nestas circunstâncias, na maioria das situações coloniais, os povos dominados foram forçados a adoptar a língua, as normas e as próprias referências culturais da potência dominante, mantendo-se todavia efectivamente separadas, do ponto de vista social, as duas comunidades em presença.

Nesta separação de facto, constituiu certamente circunstância relevante a diferenciação étnica e o consequente prejuízo de rejeição social da etnia dominada (mesmo que maioritária) pela dominante e efectivamente impedindo – tanto ou mais do que o factor religioso antes assinalado – uma efectiva integração dos povos e das culturas coexistentes, designadamente impedindo ou comprometendo a probabilidade de casamentos mistos.

Consequência directa da colonização nas Américas foi o fenómeno da escravatura, que se traduziu pela expatriação forçada de milhões de Africanos para os territórios das Américas. Consagrou-se, assim, da maneira mais vil, o total desrespeito dos dominantes em relação aos povos dominados, aos quais foi negado qualquer dignidade, qualquer direito e qualquer respeito.

Note-se, no entanto, que a abolição oficial da escravatura nos vários países das Américas não resolveu o problema da exclusão social dos povos que tinham sido por essa via desenraizados: implícito ou declarado, o racismo continuou a motivar uma efectiva situação de segregação racial designadamente nos Estados Unidos, que só foi legalmente proscrita já nos nossos dias³. A separação de comunidades de etnias diferenciadas torna-se evidente pela quase ausência de situações de mestiçagem, traduzida pela fraca presença de pessoas portadoras de características físicas híbridas, ao contrário do que se verifica hoje em muitas regiões do globo.

A colonização portuguesa apresentou características de grande singularidade, tanto pelas suas raízes antigas que advieram das Grandes Descobertas, como pelo muito especial e paradigmático caso do Brasil, que conheceu destino diferente de todos os outros territórios colonizados pelas potências europeias.

Na realidade, em consequência da tentativa de expansão do Império napoleónico desde os fins do século XVIII, a Coroa portuguesa, representada pela família real, o Governo, todos os órgãos do Estado e a maioria da Corte, emigraram em 1807 para o Brasil, por forma a evitar a sua captura pelo exército francês

³ O movimento contra a segregação racial decorreu gradualmente durante a década de 60, sobretudo impulsionado por Martin Luther King. As leis mais importantes são: o *Civil Rights Act* (1964) abolindo a discriminação nos transportes públicos e empregos; o *Voting Rights Act* (1965) que confere direito de voto aos Negros; e o *Civil Rights Act* (1968) que impede a discriminação dos locais de habitação. Martin Luther King é assassinado em 1968.

e a abdicação forçada que tipicamente se lhe seguiria. Assim se reconstituiu o Reino de Portugal em terras brasileiras, tendo sido o Rio de Janeiro, durante quase 15 anos, a capital do Império⁴.

Esta circunstância conferiu à anterior colónia a dignidade de sede de um Estado soberano, possuidor de todas as estruturas políticas, sociais e culturais características das mais antigas monarquias europeias. Nestas condições, a subsequente independência do Brasil (1822), como novo reino encabeçado pelo próprio príncipe herdeiro do trono português, processou-se de forma quase natural, muito distinta de todos os outros processos de descolonização.

Existe larga evidência documental de um extensivo processo de miscigenação entre a população do Brasil de ascendência europeia, a população nativa e a de origem africana. A abolição da escravatura por Portugal e, seguidamente, pelo Brasil, por intermédio de três leis (Lei dos Nascituros ou do Ventre Livre, 1871; Lei dos Sexagenários, 1885; e Lei Áurea ou Redentora, 1888)⁵, foi um novo e importante factor para o processo de miscigenação étnica, cujos resultados são muito visíveis no Brasil contemporâneo.

CONTACTOS POR VIA DAS MIGRAÇÕES

Com muito menor dramatismo colectivo que os casos da presença imposta e, por vezes, violenta, de uma cultura no ambiente onde outra pré-existia, é a situação decorrente das migrações voluntárias, frequentemente decorrentes de motivações de natureza económica. Pese embora o carácter de compulsão associado à falta de perspectivas de futuro e até de sobrevivência no presente, que determinam a intenção de mudar de país; sem perder também de vista o traumatismo psicológico envolvido na ideia e na acção de partir – reconhece-se, mesmo assim, que a emigração económica tem substância menos gravosa do que as outras situações de dominação absoluta anteriormente descritas.

Quando o número e a coincidência dos destinos dos emigrantes os tornam constituintes de uma efectiva corrente migratória, haverá tendência para a sua agregação em terra estrangeira, formando grupos que por vezes reconstituem comunidades da mesma origem⁶.

⁴ Designava-se assim por Reino de Portugal, do Brasil e dos Algarves.

⁵ A Lei dos Sexagenários emancipou os escravos de 60 anos; a lei dos Nascituros ou de Ventre Livre conferia liberdade original aos filhos de escravos, nascidos após a vigência da lei. A Lei Áurea consagrou definitivamente o fim da condição de escravo. Vd., por exemplo, Manuel Diegues Júnior pp. 25, 48, 50-52.

⁶ Numerosos estudos de caso relativos a migrantes das mais diversas proveniências estão descritos em publicações científicas no quadro da Sociologia das Migrações, evidenciando que o fenómeno de

Mais uma vez se está em presença de uma situação em que diferentes culturas ou diferentes etnias se encontram num mesmo território, não significando isso que se venham a integrar, pelo menos no curto prazo. Deste modo, é relativamente frequente que a primeira geração de imigrantes tenda a conservar a sua língua e a sua cultura, sobretudo pelas dificuldades com que se depara em se esbater na sociedade maioritária. Já no tocante às gerações subsequentes, encurtadas localmente, o processo de integração encontra-se facilitado, a menos que depare com resistências para tal, tanto por parte da comunidade envolvente como pela própria minoria a que pertencem. Tais dificuldades agravam-se sempre que existam claras assimetrias de estatuto entre imigrantes e cidadãos nativos, desfavoráveis aos primeiros, traduzidas por notórias diferenças de nível educacional, de qualificação profissional ou de capacidade económica.

No caso da emigração portuguesa, cujas raízes se confundem no tempo com as das deslocações ao serviço da Coroa, nas Descobertas e na subsequente colonização de novos territórios, foi o Brasil o principal país de destino, a partir da sua independência. Durante o século XIX, os Estados Unidos da América receberam igualmente um significativo contingente de emigrantes portugueses, sobretudo provenientes dos Arquipélagos Atlânticos dos Açores e da Madeira.

No presente século, manteve-se a importância dos destinos transatlânticos, a qual só veio a ser ultrapassada pelas novas correntes da emigração intra-europeia (em especial para França) a partir do início da década de 60.

No presente, mais de quatro milhões e meio de Portugueses e de luso-descendentes estão registados nos Consulados portugueses em países estrangeiros. As maiores comunidades situam-se no Brasil (1.000.000); França (798.837); África do Sul (cerca de 500.000); Canadá (415.000); Estados Unidos (1.153.000)⁷ e Venezuela (400.000)⁸.

Estamos todavia a assistir a uma mudança substancial no quadro das migrações internacionais, em relação ao que era descrito para as últimas décadas do século XX. Por um lado, a democratização dos regimes políticos nos países da Europa Central e de Leste veio a liberalizar as possibilidades de emigração para o estrangeiro; por outro, após um período de relativa recessão na Europa Ocidental, foram reabertas as ofertas de emprego a trabalhadores migrantes, sobretudo detentores de um certo nível de qualificação, o que se verificou ter lugar em grande parte dos fluxos provenientes de Leste.

reconstituição de comunidades na terra de destino (sejam os migrantes internos ou internacionais) tem características universais.

⁷ O número indicado provém do Censo americano de 1990 e refere-se às pessoas de origem portuguesa. Destas, 210.122 são nascidas em Portugal.

⁸ Dados e estimativas fornecidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português (1999). Vd. *Portuguese Diaspora*, Maria Beatriz Rocha-Trindade, 2000.

Tomando Portugal como caso exemplificativo, apenas nos sete primeiros meses do ano de 2001, cerca de 45 000 imigrantes tinham esta proveniência (54% da imigração total no mesmo período)⁹.

Estas novas correntes migratórias e, sobretudo, a inesperada velocidade com que se direccionam, instalam e desenvolvem, constituem um indício evidente dos efeitos da globalização. Na realidade, o facto migratório tem muitos séculos de existência, tenha ele raiz bélica, de catástrofe natural ou de motivação económica. No entanto, só a presente rapidez com que se difunde a informação relevante, com que se estabelecem contactos e com que se concretizam deslocações permite que se possa legitimamente considerar, nas palavras metafóricas de Peter Stalker (2000) que deixaram de existir fronteiras para os movimentos de trabalhadores, substituídas pelo ímpeto da criatividade com que se estabelecem estratégias para novos avatares das migrações.

ENDOGAMIA E MESTIÇAGEM

Em todos os casos de fluxos migratórios com duração superior a duas ou mais gerações, verifica-se serem relativamente frequentes os casamentos dos descendentes de emigrantes com elementos da correspondente sociedade maioritária, prevalecendo, todavia, uma certa tendência para que as uniões se estabeleçam dentro da mesma nacionalidade.

A endogamia, tendência conservadora para efectivar casamentos dentro da mesma comunidade, classe, cultura ou linhagem, visa obviamente manter a existência de diferenças, sejam elas de raiz geográfica, étnica, cultural, económica ou de aristocrática ascendência.

No plano genético-biológico, são conhecidos os inconvenientes físicos e mentais da endogamia estrita e prolongada, conduzindo à degenerescência de características somáticas e intelectuais: nesta perspectiva, a princesa que casa com o plebeu não constitui apenas um sinal de abertura mas também um acto de prudência, quiçá nem sempre reconhecido como tal.

Refira-se, no entanto, que a tendência endogâmica resulta sempre de uma tradição cultural, em geral “imposta” pelo controlo social da família, do grupo ou da comunidade. Ora, sempre que a força desse controlo se vai desvanecendo, reforça-se o poder da vontade individual dos jovens, tendencialmente contrária a uma obediência cega aos ditames e referências das gerações precedentes. Deste

⁹ Destes números destacam-se os imigrantes provenientes da Ucrânia (30 319); Moldávia (6 430); Roménia (4 339) e Rússia (3 628).

modo e com a possível exceção de sociedades portadoras de uma grande rigidez da estrutura social (frequentemente sujeita a forte influência das autoridades religiosas, como acontece por exemplo em comunidades de alta ortodoxia no mundo islâmico ou judaico), as novas gerações tendem a romper as correntes da obrigação endogâmica e a consorciar-se fora do seu grupo tradicional.

Em muitos casos, não se trata de uma atitude de rebeldia intencional contra o estabelecido ou de uma abjuração de valores: antes, uma afirmação de auto-confiança e de autonomia de decisão, que permite aos nubentes prescindir da segurança e apoio conferidos pelos grupos em que se integram.

Nesta perspectiva, a endogamia corresponde a uma tendência centrípeta, etnocêntrica e conservadora, enquanto a exogamia indicia necessariamente uma atitude de abertura perante a inovação.

FECHAMENTO E PRECONCEITO

Como regra, a tendência para o fechamento de comunidades ou de grupos sobre si próprios, recusando de forma implícita ou declarada quaisquer interações para lá das suas fronteiras étnicas, religiosas, culturais ou sociais, tem radicação profunda na desconfiança e no preconceito em relação ao *Outro*.

Quando ocorrem situações de diferenciação étnica, o preconceito pode nascer de uma convicção de hierarquização das raças humanas, sendo a do próprio necessariamente considerada como superior às demais¹⁰. Em geral, tal resulta de estereótipos de conotação negativa associados a determinadas etnias, os quais poderiam talvez ter sido minorizados por um melhor conhecimento mútuo, em regime de convivência intercultural.

O mesmo poderia dizer-se no confronto entre religiões diferentes, frequentemente resultante de fechamento, de ignorância e de intransigência recíprocos, contrários a qualquer tipo de ecumenismo. Quando as normas e as práticas religiosas se radicalizam, entrando-se pelo domínio da ultra-ortodoxia que é usual designar-se por *fundamentalismo religioso*, é frequente reconhecer-se igualmente a influência de poderosos factores políticos, potencialmente conducentes a situação de profundo conflito.

Quando se trate de distinções que advêm de nacionalidades diferentes (como ocorre em todas as situações de imigração), denunciadas por dificuldades de

¹⁰ A referida convicção (que não é exclusiva dos Europeus) é característica de povos que em dado momento da sua história manifestavam nível de poder centralizado muito superior ao dos vizinhos e ao de todos os outros estrangeiros.

comunicação na língua local; pelo vestuário ou por divergência na conduta; pela exteriorização de sentimentos e atitudes; pelas práticas do quotidiano ou em ocasiões especiais e, sobretudo, em situações de manifesto desfavorecimento económico – mais uma vez a estranheza pode degenerar em rejeição, desconfiança e crítica, desencorajando qualquer estreitamento de relações entre as comunidades em presença.

UNIDADE *VERSUS* FRAGMENTAÇÃO NACIONAL

Transpondo o nível de micro-análise abordado nos parágrafos anteriores para o macro-âmbito dos Estados e das relações entre Estados, verificam-se igualmente situações de actuação de forças centrípetas nuns casos e centrífugas noutros, conduzindo respectivamente ao reforço da unidade nacional ou, inversamente, à alienação de alguma parte das respectivas soberanias. Ainda noutros casos, coexistem num mesmo contexto ambos os tipos de forças sem que, em dado momento, uma delas prevaleça.

Abundam os exemplos ilustrativos: em geral a existência de súbitas ameaças externas tende a reforçar os nacionalismos e, por conseguinte, aquele sentimento difuso e talvez mítico a que é usual chamar-se a unidade nacional, como aconteceu durante o processo da reunificação alemã, após a queda do Muro de Berlim. Outra forma (esta patológica) de nacionalismo vem ocorrendo, de forma mais ou menos confessada, através da rejeição da presença ou da entrada de novos contingentes de imigrantes em alguns países europeus, numa base discriminatória de raiz essencialmente étnica.

O fenómeno inverso de fragmentação nacional ocorreu (e ocorre) na ex-Jugoslávia, de forma extremamente violenta, mal justificada tanto por antagonismos étnicos, linguísticos e religiosos, como por antigas memórias históricas de violências e de injustiças. O mesmo aconteceu do outro lado do mundo, embora com base em memórias muito mais recentes, no processo que vai conduzir à autodeterminação de Timor Lorosae.

Outros casos, ainda não resolvidos, ligam-se à autodeterminação da Palestina e do Povo Kurdo, bem como aos litúgios, com pontuação sangrenta, na Irlanda do Norte e no País Basco.

De certo modo, a constituição de grandes alianças regionais de nível transnacional implica igualmente uma evolução centrífuga da soberania própria de cada Estado, reencontrada todavia ao nível mais lato dessas alianças supranacionais.

A criação do Euro, que será moeda única para a maior parte dos países da União Europeia, é um exemplo típico desta ordem de processos; mas a falta de unanimidade na sua adopção, como a controvérsia que impera, em vários países,

entre euro-convictos e euro-cépticos, mostra que ainda não foi encontrado o equilíbrio das forças antagónicas em presença.

Também os processos de concessão de autonomias, mais ou menos alargadas, a regiões ou a “nacionalidades” dentro de um mesmo país, como já ocorre em Espanha, na Grã-Bretanha, na Bélgica e em Portugal, constituem tentativas bem sucedidas de equilibrar as tendências fragmentárias com os propósitos unitários¹¹.

OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO

Se se comparar, do ponto de vista da interacção entre grupos humanos e das formas que esta pode revestir, a situação do presente com a que vigorava cinquenta anos antes, reconhecem-se modificações positivas de larguíssimo alcance.

No campo das referências primeiras, está hoje consagrado (embora nem sempre perfeitamente praticado) o princípio da unicidade do género humano, do qual decorre o corolário de não existir qualquer relevância na distinção entre raças ou diferentes fenótipos. Aliás, tem-se vindo a operar, ao longo dos tempos, um cruzamento genético significativo entre indivíduos de etnias diversas: Euro-Africanos, Afro-Indianos, Euro-Asiáticos e todos os cruzamentos possíveis entre as diferentes proveniências geográficas, dão origem a um quebra-cabeças étnico que nenhum geneticista conseguirá por completo deslindar.

Cresceu, por outro lado, a consciência da necessidade de respeitar os Direitos Humanos e, mesmo em culturas muito afastadas do correspondente princípio ético, a pressão de grande parte da opinião pública mundial vai conseguindo resultados positivos nesse domínio.

Têm vindo igualmente a ser progressivamente adoptadas as práticas dos direitos sociais que conduzem aos ideais da democracia representativa, do voto universal, dos direitos políticos e sindicais, do banimento de todas as formas de discriminação, seja ela por razão étnica, religiosa, de género ou de idade, conformando estes princípios com os códigos legais e regulamentares que caracterizam os Estados de Direito.

Finalmente, a progressiva cobertura do globo por redes de comunicações, tanto públicas como privadas, cujo acesso para o cidadão comum tende cada vez mais a generalizar-se¹², constitui um factor de dissuasão muito significativo no

¹¹ Sobre esta matéria, em geral, constitui uma excelente leitura de referência a antologia de textos editada por Vincent P. Pecora (2001) e, em particular, a esclarecedora Introdução feita por este autor (pp. 1-42).

¹² Não se perca de vista, no entanto, que em muitos pontos e regiões do globo este acesso às comunicações ainda não teve lugar e que podem ainda decorrer muitos anos para que as correspondentes estruturas tecnológicas aí sejam instaladas.

Sobre as consequências da globalização neste domínio Vd. Lees J. Hamelink, 1997, pp. 93-118.

combate a todas as situações de violação dos princípios primeiros acima enunciados: já pela denúncia endógena de tais violações, já pela pressão que do exterior se exerça para pôr-lhes fim¹³.

A emigração e outras formas de mobilidade de pessoas, deslocadas para fora do seu país em missões oficiais, em negócios ou em situações de lazer, geraram trivialmente sociedades de composição multiétnica e presenças multiculturais, fazendo criar novas oportunidades para um melhor reconhecimento e compreensão da alteridade.

A mundialização dos negócios e do comércio tem como consequência directa levar ao conhecimento dos cidadãos do mundo contemporâneo os trajos, os artefactos, a arte, a culinária e muitos outros traços relevantes de variadíssimas culturas, tanto próximas como longínquas, espalhadas por todo o globo.

Nestas circunstâncias, dilui-se a noção de distância, que deixa de estar associada ao tempo que antigamente se levava a percorrê-la: em segundos se fala para outro lugar do globo, em poucas horas se trocam textos por correio electrónico, um dia basta para se viajar até ao país antípoda.

Também as fronteiras entre Estados se vêm a diluir, por simples perda de função e de utilidade, sempre que existem agregações regionais ou transnacionais, onde muitas formas de livre circulação passam a vigorar. A barreira da língua quase se desvaneceu, sendo o Inglês uma espécie de nova *língua franca* para as conversações e os negócios internacionais. Não significa isto que tenha perdido relevância a identidade cultural de cada povo ou que se verifique a perda progressiva das respectivas línguas nacionais. Pelo contrário, tem-se vindo a observar que o processo de globalização ocorre em simultâneo com o reforço da etnicidade e da consciência cultural de cada comunidade e motiva a sua defesa e continuidade¹⁴. A diáspora portuguesa, já com séculos de existência, fornece um exemplo esclarecedor da afirmação precedente¹⁵.

No tocante à língua, são hoje perto de 190 milhões a população dos países em que o Português é língua oficial: em Portugal, na Europa; em Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola, no Oeste do Continente Africano, e Moçambique, na costa leste; no Brasil, no Continente Americano. Junte-se a população de Portugueses, de Luso-Descendentes, de Brasileiros, de Africanos

¹³ Um dos mais poderosos instrumentos de dissuasão de violações massivas de direitos humanos, onde quer que elas tenham tido lugar, foi a recente criação do Tribunal Penal Internacional sediado em Haia.

¹⁴ Sobre este tipo de contra-tendências, Vd. Robin Cohen, 1997, pp. 169-173 (“Cosmopolitanism and Localism”).

¹⁵ Vd. Maria Beatriz Rocha-Trindade, Capítulo 5, sobre a Emigração Portuguesa, em *Sociologia das Migrações*, 1995, pp. 145-170.

lusófonos e seus descendentes que se fixaram em muitos outros países do mundo e que, pelo menos em parte, permanecem falantes de Português¹⁶.

No que respeita à cultura, é distinta a situação, na medida em que os países soberanos tendem, inevitavelmente, a partir do momento em que conquistam a sua independência, a criar identidades culturais próprias, em grande parte determinadas pela sua origem ancestral, sem prejuízo de terem também integrado traços da cultura com que durante séculos foram convivendo. Já no que concerne às comunidades que se constituíram em países estrangeiros, tendem a ser realimentadas as memórias da cultura de origem, embora naturalmente sincretizada esta com elementos da cultura local.

A MISCIGENAÇÃO CULTURAL

A noção de miscigenação, que inicialmente teve uma clara conotação étnico-genética e que, para mais, descrevia um tipo de acontecimento infrequente e, por essa razão, interessante de considerar, perde nesse terreno toda a relevância científica e interesse para a análise antropológica.

Pelo contrário, ganha hoje força e significado o conceito de *miscigenação cultural*, que procura descrever todos os casos e circunstâncias ligados ao contacto e interacção mútua entre culturas distintas, tanto em plano individual como colectivo.

Dê-se como exemplo a mudança de vocabulário no discurso oficial em países que, há menos de uma década, praticavam todos os ditames da economia de Estado: hoje neles prevalecem as referências à iniciativa privada, aos mecanismos de mercado, à produtividade e à competitividade.

Não é ocioso mencionar-se também, neste preciso contexto, a evolução do gosto e dos hábitos de consumo, hoje globalizados, temperados embora pelo gosto local: se a cadeia MacDonalD goza grande sucesso no Leste europeu, a preferência do consumidor chinês inclina-se para a Kentucky Fried Chicken. Inversamente, proliferam no Norte e Ocidente do globo os restaurantes com comidas asiáticas ou africanas, bem como, no domínio do abastecimento doméstico, existem nas Grandes Superfícies secções especializadas de “comida étnica”.

Os grandes costureiros das capitais da moda inspiram-se em trajos, padrões e tecidos de gosto importado de lugares distantes. Em contrapartida, em muitas cidades do Oriente observa-se a adopção de estilos e marcas de origem ocidental.

¹⁶ A obra conjunta *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (1992) desenvolve toda a problemática da língua no seu desenvolvimento temporal e espacial. Sobre os correspondentes aspectos sociológicos Vd. Maria Beatriz Rocha-Trindade (1988, pp. 313-351).

Se se considerar, por outro lado, o movimento de investimento de capitais provindos do mundo árabe, da China ou dos Estados da bacia do Pacífico em empresas europeias e americanas, ao mesmo tempo que empresas destas últimas proveniências fizeram *outsourcing* em países de mão-de-obra barata e abundante, verifica-se o poderoso efeito de troca de culturas efectivado por via destas iniciativas.

Regimes de trabalho, práticas comerciais, tendências laborais, princípios de economia doméstica, gostos e hábitos – são portas de entrada também para as ideias políticas, as ideologias, as opções de vida e um crescente número de aspectos dos quotidianos. Em particular, a globalização das comunicações traz até à mais recôndita das aldeias, em grande parte dos países do mundo, o acesso a todas as notícias, a todas as manifestações desportivas e as todas as formas de espectáculo e de entretenimento, onde quer que tenham sido originadas.

No plano das interacções individuais, o turismo internacional tem um papel cada vez mais importante no contacto entre culturas distintas. Enquanto há algumas décadas apenas tal era reservado às camadas mais possidentes dos países desenvolvidos, a noção de “turismo de massas” alargou estas oportunidades às classes médias de um cada vez maior número de países.

O crescimento explosivo e a generalização das localizações dos utilizadores da Internet fornece novas oportunidades para a miscigenação cultural, através da visita regular a sítios de organizações e de instituições espalhados por todo o mundo, bem como para a troca de mensagens, tanto de conteúdo profissional como puramente social, entre literalmente dezenas de milhões de utilizadores

O inevitável esforço na procura de línguas de comunicação mutuamente compreensíveis e a identidade de interesses que motivam tais comunicações constituem novos e poderosos factores de interacção social.

As novíssimas tecnologias de informação e de comunicação (TIC) provocaram, por outro lado, uma profunda penetração transnacional de produtos e serviços de formação a distância, postos trivialmente ao alcance de qualquer usuário que disponha de um computador pessoal com ligação à Internet. Nesta perspectiva, por arrastamento da teleformação, virão também a ser estimuladas as oportunidades de exercício do tele-trabalho, outra das facetas abrangidas em processos de globalização.

Cada vez mais, as culturas tenderão a interpenetrar-se em tudo o que esteja ligado ao material e ao dia-a-dia, deixando apenas como reserva de especificidade o que esteja envolvido no percurso da tradição e na memória ancestral, por defesa intencional de cada uma das identidades culturais de que ninguém deseja, em última análise, abdicar.

Encontra-se um exemplo claro de todo este complexo de tendências numa outra e muito visível consequência da globalização: a existência das chamadas

ciudades globais. Em resultado de uma tendência geral para a urbanização das populações e da permanência das migrações internacionais, a despeito de frequentes esforços para limitá-las, tem vindo a desenhar-se uma tipologia geral de cidades-metrópoles, sempre que oferecem especiais condições como focos de globalização¹⁷. Praças financeiras, grandes aeroportos para tráfegos transcontinental, poderosas facilidades de telecomunicações, sedes de grandes conglomerados multinacionais, centros de arte e de criação cultural são características comuns a estas cidades globais, juntando-se a elas uma abundante e diversificada presença multicultural.

Com um papel semelhante ao das antigas sedes de Império, as cidades globais são ponto preferencial para miscigenações étnicas e culturais, traduzindo um novo modo de cruzar as múltiplas facetas e diversidades do género humano.

Tem de reconhecer-se, no entanto, apesar da aparente generalidade e irreversibilidade dos variadíssimos processos envolvidos na globalização, este último conceito tem sido objecto, não apenas de controvérsia mas, também, de sucessivas manifestações de conflito aberto.

Em diversas reuniões de alto nível consagradas a problemas económicos, financeiros e políticos com abrangimento internacional têm-se verificado manifestações de desagrado e de rejeição, por vezes violentas, por parte de grupos contestatários, mais ou menos organizados.

Para estes a palavra globalização tornou-se anátema, como símbolo de todas as desigualdades e de todas as injustiças sociais, de todas as divisões entre ricos e pobres e entre países desenvolvidos e países desfavorecidos.

Ora, se todas as manifestações violentas são, por sua própria natureza, indesejáveis, não o é certamente toda a crítica justa e toda a reflexão honesta que a este propósito deva ser feita, para que possa ser minorada a maior parte das consequências negativas da globalização.

¹⁷ A problemática das cidades como focos de globalização tem constituído tema de investigação de vários autores, de entre os quais referimos Oliver Dolfus (1997, pp. 24-32) Eric Corijn *ET AL.* (1997, pp. 137-164); Robin Cohen (1997, pp. 165-168); Carlos Fortuna (1997, 270p.).

BIBLIOGRAFIA

- COHEN, ROBIN (1997), *Global Diasporas. An Introduction*, Seattle, University of Washington Press, 228 p.
- DIÈGUES JÚNIOR, MANUEL (1964), *Imigração, Urbanização e Industrialização. Estudo sobre alguns Aspectos da Contribuição Cultural do Imigrante no Brasil*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 385 p., (2 Vols.).
- DOLLFUS, OLIVIER (1997), *La Mondialisation*, Paris, Presses des Sciences Po, 167 p. (La Bibliothèque du Citoyen).
- FORTUNA, CARLOS (Org.) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 270 p.
- FERRONHA, LUÍS ANTÓNIO (Coord.) (1992), *Atlas da Língua Portuguesa na História do Mundo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses/União Latina, 133 p.
- HAMELINK, LEES J. (1997), “Capitais Europeias da Cultura e Políticas de Arte. O Caso de Antuérpia 93” in *Cidade, Cultura e Globalização*, Carlos Fortuna, (Org.), Oeiras, Celta, pp. 137-164.
- LEAL, M.J. DA SILVA & DOMINGUES, JOSÉ D. GARCIA (Org.) (1984), *Livro do Almoarifado de Silves. Século XV*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 151 p.
- MEMMY, ALBERT (1993), *O Racismo*, Lisboa, Caminho, s/pág.
- MNE, DGACCP/Dax/DID, Maio 1999.
- MOHAMMADI, ALI (Ed.) (1997), *International Communication and Globalization. A Critical Introduction*, London, Sage Publications, 228 p.
- PECORA, VINCENT P. (Edited) (2001), *Nations and Identities: Classic Readings*, Oxford, Blackwell Publishers Ltd., 379 p.
- ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ (1988), “Espaços de Herança Cultural Portuguesa” in *Análise Social*, Vol. XXIV (100), pp. 313-351, (Cap. 5).
- (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta, 410 p.
- (2000), “Portuguese Diaspora” in *The Portuguese in Canada*, Toronto, University of Toronto Press Incorporated, pp. 15-33.
- STALKER, PETER (2000), *Workers Without Frontiers – The Impact of Globalization on International Migration*, Boulder, Co., International Labour Organization, 161 p.
- WENDEN, CATHERINE WITHOL DE (1999), *Faut-il Ouvrir les Frontières?*, Paris, Presses de Sciences Po, 115 p. (La Bibliothèque du Citoyen).

FUNÇÕES DA POP-ROCK NO UNIVERSO JUVENIL

por

Luís Fernandes*

Este texto propõe algumas reflexões sobre as funções que a música rock desempenha na vida dos adolescentes e dos jovens. Interroga-a, portanto, para além do seu estatuto de produto artístico.

O texto inicial, agora reformulado, visava servir de base à comunicação oral; estava, portanto, liberto do formalismo do artigo dito científico e assim decidimos mantê-lo aqui. Mais do que sobre a citação de trabalhos e autores – ritual académico que, por obrigação profissional, normalmente adoptamos – sustentamos as nossas reflexões a partir da *experiência*: (1) experiência de análise da nossa própria posição adolescente, altura em que fomos prosélitos duma corrente da música rock e duma dada estética juvenil associada; (2) experiência de observação de ambientes juvenis; (3) experiência de atenção permanente ao evoluir das tipologias musicais produzidas e/ou dirigidas aos jovens.

Para a produção da nossa análise, se não abdicámos dum dado referencial psicológico – por exemplo, o da Psicologia da Adolescência – situámo-nos sobretudo no interior da nossa própria experiência sócio-cultural, desde a comunicação interpessoal à estética. Repita-se, então: não nos propomos à objectividade própria do texto científico (seja lá o que isso for...) mas à falibilidade do ensaio que vasculha e interpreta.

1. CONSTATAÇÕES DE PARTIDA

– Primeira constatação: a pop-rock e derivados ocupam grande parte do tempo dos adolescentes e jovens e ocupam quase todos os espaços que frequentam.

* Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da UP; investigador do Centro de Ciências do Comportamento Desviante.

- Primeira consequência: seria imprudente considerá-la um simples capricho ou um mero lazer.
- Segunda constatação: a pop-rock é o primeiro produto artístico da história que se tornou fenómeno de massas. É também o primeiro produto artístico produzido por jovens e o grande estruturador, desde os anos sessenta, duma cultura juvenil – um espaço social autónomo, que em si também representa um novo fenómeno social: a juventude como sector com auto-consciência da sua individualidade.

2. A MÚSICA COMO UM MEIO DE AGIR SOBRE SI

2.1. Evocação e evasão

A primeira relação que temos com o mundo é a que sustentamos connosco próprios. O ser humano é profundamente auto-interactivo: faz constantemente o exercício de dialogar consigo, volta-se sobre a sua interioridade, escuta a sua própria pessoa. Na adolescência intensifica-se a produção de auto-interacções, que dão conteúdo à proverbial “necessidade do estar sozinho”. A música ouvida solitariamente transforma aquilo que parece uma posição de isolamento numa experiência estética em interacção com vivências internas e estados emocionais. A música rock, como aliás a música clássica e outras músicas a que podemos chamar de evocação – por oposição às de mensagem revolucionária, como o Folk ou o Reggae, que são mais de exortação – tem um forte poder de estimulação de paisagens estéticas internas. Isto inclui um jogo de transcendências: pela viagem do pensamento vamos para fora de nós próprios, saímos do morno e cinzento da vida real. O *star-system* é uma máquina de produção deste tipo de evasão, sendo o *rock-star* o seu veículo. Participar fantasmaticamente da sua vida, da sua arte, é alcançar uma superação momentânea das condições reais da existência – afinal como nas drogas.

O *walkman*, que os adultos querem símbolo da intoxicação sonora, é a extensão da relação consigo próprio ao espaço público. O *walkman* é a escolha dos ruídos: aos desorganizados da cidade (poluição sonora) sobrepomos os organizados da música – trata-se de escolher os próprios ruídos, de construir uma outra paisagem sonora. O ruído desarmónico da urbe é substituído pelas sequências harmónicas debitadas pelo *walkman* – *The Art of Noise*, para tomarmos o sintomático nome dum grupo musical dos anos oitenta. Aliás, seria curioso aprofundar a relação da estética musical juvenil com o ruído. O rock é, na leitura adulta, uma música barulhenta e, por vezes, despropositada e estridente (pense-se, por exem-

plo, no *Death metal*). Ora, a estridência e o *feed-back* sonoro podem constituir, precisamente, a proposta evocativa: eis o que move o *noise*, de que são representantes conhecidos os Jesus and Mary Chain; no já mais antigo rock alemão são o ciclo repetitivo da máquina industrial e o soluço frásico do computador que criam a atmosfera musical. Enfim, o lado maquínico e ruidoso da nossa condição civilizacional constitui a referência da metáfora artística.

Em suma: a pop-rock dirige-se à emocionalidade, ao nosso lado expressivo mais do que ao racional – é evocação mais do que a razão.

2.2. Construção da Identidade

A música rock pode ajudar a potenciar uma outra vertente da relação consigo próprio: a construção da identidade. Construir uma identidade é escolher um mundo neste mundo. Na dispersão de referências e de possibilidades que a vida social oferece, trata-se de escolher uma forma de estar, uma pose, um estilo; é uma tarefa incontornável da fase adolescente, que é, deste modo, um processo de procura. O mundo das *pop-stars*, profusamente mediatizado, intervém neste processo de procura. Talvez os aspectos mais explorados do rock sejam o da sua relação com movimentos generacionais (o hippie, o freak, o punk...) e com as drogas. Gostaríamos, no entanto, de chamar a atenção para um aspecto mais intimista: o do rock como galeria de figuras, de símbolos e de mensagens de grande poder de sugestão de mundos possíveis. A *pop-star* apresenta-se como uma figura de modelagem na busca de identidade e afirmação da imagem em amplos sectores da juventude urbana. A moda, tomada no sentido lato de conjunto dotado de elementos expressivos (desde o visual à música, desde a linguagem aos locais de lazer *in*), não é um frívolo passatempo, mas um elemento constitutivo do processo adolescente. “A *pop-star* orienta a moda. (...) A moda é o instrumento para distanciar a elite do vulgo. Mas o que a sua massificação revela é também o inverso: é uma forma de fazer o vulgo participar da elite” (Rocha e Rodrigues, 1983). Os líderes musicais mais carismáticos, autênticos concentradores de simbologias e de atitudes, funcionam como figuras de sugestão de modos possíveis da travessia do mundo. Na campa de Jim Morrison, no cemitério parisiense Père Lachaise, entre centenas de inscrições gravadas à mão pelos visitantes, pudemos ler a seguinte: “Jim: For the world you are somebody, but for somebody you are the world.”

Esta evocação da romaria que ainda hoje se faz ao compositor dos Doors exemplifica bem a importância do tema da morte nos adolescentes. Bastaria dar conta das vezes em que as palavras morte ou suicídio aparecem em grupos Rock (exemplifique-se com os Dead can Dance, os Dead Kennedys, os Napalm Death,

This Mortal Coil ou os Suicidal Tendencies), ou do culto dos músicos mortos; a *pop star* propõe uma galeria de mártires e de opositores ao sistema, mesmo quando são, paradoxalmente, o centro dum sistema económico da indústria discográfica e da produção em série de objectos de consumo adolescente. Cada década da *pop-rock* exhibe assim os seus heróis mortos “em combate”. Nos anos sessenta, Janis Joplin e Jimmi Hendrix, mortos de *overdose*; o *Rolling Stone* Brian Jones e Jim Morrison, mortos em meio aquático (o primeiro numa piscina e o segundo numa banheira – consequência da intoxicação psicotrópica?); nos anos setenta, o *Led Zeppelin* John Bonham ou o *Sex Pistol* Sid Vicious; nos anos oitenta o soturno Ian Curtis, dos Joy Division, enforcava-se e o som do grupo marcaria a década do urbano-depressivo e do *noise*. Nos noventa há já um defunto famoso, o *Nirvana* Kurt Cobain, que se mata a tiro, e cuja aura arrasta uma multidão de fãs e convoca o tema do suicídio. Várias notícias de adolescentes que se suicidaram ou tentaram o suicídio invocando ritualmente Cobain apareceram na imprensa.

Por motivos que nos parecem insondáveis a maior parte dos indivíduos que acabámos de citar morreram aos 27 anos, em pleno auge artístico; de qualquer modo, o culto destas figuras salienta a importância dos temas da auto-destruição e da morte no adolescente, da ausência de sentido ou da incomunicação – “All alone that’s how we are”, repete uma dezena de vezes Cobain em *Nevermind*.

As reacções sociais ao lado aparentemente agressivo, imoral ou violento da música rock têm tendência a imputar a certas bandas e a certas letras a responsabilidade dum influência directa sobre os fãs, que poderiam assim ser conduzidos à prática de actos anti-sociais ou ao suicídio. Deste modo, foram postas recentemente em causa bandas como Judas Priest ou Pearl Jam e cantores como Ozzy Osborne (Ballard e Coates, 1995); o *Heavy Metal* em geral tem sido acusado de promover a antisocialidade e bandas doutras áreas da *pop*, como os 2 Live Crew ou os Public Enemy, censurados e impedidos de actuar; se recuarmos à época de ouro da *pop*, nos *sixties*, damo-nos já conta da polarização entre a ordem social vigente e as grandes figuras da *pop* (ver os casos amplamente mediatizados da prisão de Mick Jagger ou das cargas policiais nos concertos dos Doors); estes episódios são actualizações da disputa, no campo do simbólico, entre uma cultura juvenil centrada no hedonismo e na resistência aos valores conotados com o mundo adulto e uma ordem social *straight*, tradicional, centrada nos valores do trabalho, da responsabilidade e do restrito.

A ligação causalista entre temáticas auto-destrutivas ou anti-sociais presentes nas letras ou na iconografia de algumas bandas rock e o comportamento dos adolescentes tem de ser relativizada. Em primeiro lugar, por serem dum determinismo linear que é incompatível com as multideterminações da conduta humana; em segundo lugar, porque a relação entre o consumidor e os *mass media* está hoje suficientemente problematizada para que a velha tese da tirania dum dado meio

de comunicação sobre um espectador passivo e acéfalo possa manter-se; em terceiro lugar, porque os não muito abundantes estudos da influência da música rock sobre os seus cultores não dão confirmação empírica a essas teses (cf. por ex. Ballard e Coates, 1995; Arnett, 1991). Quando muito, os estudos encontram concomitâncias; por ex., o facto de adolescentes adeptos do *Heavy Metal* estarem mais facilmente envolvidos em desordens ou em consumo de drogas pode dever-se a que tanto o *Heavy Metal* como tais actividades possam ser instrumentos para a busca de sensações (Ballard e Coates, 1995).

3. A MÚSICA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO COM OS OUTROS

Falámos na relação consigo mesmo que a música pode potenciar, seja pelo lado do pensamento interior, seja pelo lado da construção da identidade. Passemos agora à música como instrumento de comunicação com os outros. Apresenta basicamente duas formas: comunicação entre jovens e comunicação com os adultos.

3.1. Comunicação no sector juvenil

Pode dizer-se que é na comunicação entre jovens que melhor se revela o aspecto ritual do rock: as reuniões do tipo de concertos, festivais, festas mais ou menos privadas, em torno da música, as *Discos*, desde o movimento *Disco-Sound* ao actual *Rave*.

A semelhança com as cerimónias tribais é evidente e tem já sido explorada. A associação com as drogas é aqui uma continuidade da relação já ancestral entre ritmos, sons e consciências voluntariamente alteradas – o Psicadelismo. “Vamos provar, neste ensaio, que a *pop* e o Psicadelismo têm uma raiz histórica definida, e assim avaliar as relações desde sempre existentes entre a música e a droga, que nos nossos dias tomou foros de gigantesca moda com o rock e o psicadelismo. As sociedades tribais servem de exemplo para explicar esta dupla relação: os ritos, as tradições e os cantos surgem nos momentos mais significativos de lazer, e a experiência tóxica culmina na euforia colectiva, na festa. Um bom músico (instrumentista ou cantor) tem poder mágico, não raro atribuído à incorporação de determinado alucinogéneo” (Jorge Lima Barreto, 1982).

As drogas, nas reuniões adolescentes em torno da música (pense-se, por ex., no festival de Vilar de Mouros, reactualização à portuguesa do seminal *Woodstock*), assumem um valor comunicacional: com os músicos (frequentemente consumidores e a tocarem ganzados), com a música, com os outros indivíduos

presentes – o haxe “comunitário”. Este tipo de encontros é uma forma ritualizada de comunicação, enquadra e dá sentido a estilos participativos através dum cerimonial bem estabelecido, mas a que só se acede pela pertença a uma subcultura. Surge como resistência ao mundo adulto, cuja lógica tem dificuldade em comunicar com a das subculturas juvenis.

Em síntese, a pop rock tem sido uma espécie de linguagem simbólica para enquadrar experiências juvenis. Incluem-se aqui também as experiências de excesso: numa idade de ensaios de posições existenciais, a assunção do excesso tem uma importância crucial. Testa, em primeiro lugar, as capacidades e limites individuais; afirma papéis e identidades grupais; é ritual de resistência à ordem adulta, assente na contenção e na prudência. Assim, o adolescente excede-se no tempo (troca a noite pelo dia; dedica grande parte do tempo a não fazer nada, ou a fazer coisas em função do gozo imediato); excede-se no visual (desafia as regras convencionais da aparência, dos gestos, das posturas – os cortes capilares e a indústria do pronto-a-vestir juvenil têm sido os instrumentos preferenciais); excede-se nos consumos (álcool, tabaco, produtos psicotrópicos vários); excede-se no ruído (invade os seus ambientes de *acid rock*, de som *rave*, de *heavy metal*...); excede-se no risco (as motos nos já longínquos *teddy boys* ou nos *mods*, a epidemia actual do desporto radical...). Se a sociedade instituída é a máquina (o *man machine* parodiado pelos *Kraftwerk*), o excesso adolescente é a *range against the machine* (sintomático nome duma banda rock).

3.2. Comunicação com os adultos

Ao longo dos anos 70 foram aparecendo importantes trabalhos sociológicos que lançaram uma compreensão nova sobre a tensão entre a *máquina* da sociedade adulta e a *rage against the machine* protagonizada pelos jovens.* O ponto de união entre os vários trabalhos que estudaram diferentes manifestações juvenis foi uma mesma construção interpretativa: a teoria da *resistência através dos rituais*. Em poucas palavras, reequaciona-se o significado de condutas juvenis que provocavam reserva ou censura no mundo adulto; não se tratava de mera exuberância “para dar nas vistas”, de antissocialidade gratuita, etc..., mas de formas ritualizadas de resistência aos valores dominantes. As subculturas juvenis apareciam como os suportes simbólicos destes rituais: “As actividades que fazem parte da subcultura representam violações simbólicas da ordem social, que provocam censura da parte

* Destacaram-se e fizeram escola os trabalhos do Center for Contemporary Cultural Studies de Birmingham, com nomes como Paul Willis, Stuart Hall ou Stanley Cohen.

da cultura dominante”. Um exemplo desta censura é a “tendência dos *media* para amplificar a desviância, criando o *pânico moral*, reduzindo ao mesmo tempo o significado da subcultura, desqualificando a resistência ao remetê-la para a exuberância juvenil” (Baron, 1989).

De acordo com esta teoria, as subculturas juvenis “são a manifestação mais visível da mudança social” (Feixa, 1987), inventando poses e estilos alternativos aos adotados pela sociedade hegemónica. São formas, em suma, de comunicar com as instâncias de controlo social governadas pelos adultos.

A pop-rock é, justamente, um veículo desta comunicação. No rock claramente de exortação – exemplifique-se com o paradigmático Bob Dylan ou com os *punks* Clash – esta função identifica-se claramente; no rock de pendor exclusivamente hedonista ela é mais diluída: a resistência não se exprime nos conteúdos das letras, mas na pose e nos elementos expressivos propostos.

Os *graffiti* podem ser interpretados também do mesmo modo (cf. por ex. Ferrell, 1995): formas comunicacionais com o mundo adulto expressando mensagens de resistência. O “Make love, not war” dos *hippies* condensa numa frase a apologia duma nova moral nas relações humanas; o “If you want to see colour TV try LSD” fala das drogas como portas experienciais para outros mundos, ao arrempio da droga-doença da ideologia sanitarista; o “No future” dos *punks* é a rejeição das propostas de construção adultas: uma carreira profissional, uma família, uma cidade, um país... não há futuro, não há mais do que o eu aqui e agora.

Estes rituais são, mais do que formas de rebelião reais, mecanismos simbólicos de passagem. Nas sociedades urbanas complexas, a transição da esfera adolescente para o estatuto adulto não é linear nem se dá de uma vez. A antropologia cultural demonstrou já claramente como os rituais de passagem nas *folk societies* eram momentos bem definidos e inequívocos na vida das comunidades: as cerimónias da primeira caçada, da menarca, do casamento, da atribuição do papel de adulto... Nas sociedades ocidentais estes processos são menos contrastados e intermitentes temporalmente (os estatutos não são atribuídos, mas negociados), longos e, por vezes, paradoxais. É justamente a natureza complexa desta passagem que torna a sua gestão problemática, tanto para os adolescentes como para os adultos, de tal modo que houve mesmo lugar à criação de especialistas para o efeito: *os psis*.

4. NOTA FINAL

Se o rock já tinha idade para ser adulto – o rock’n’roll nasce nos anos 50 – teima em permanecer um artefacto e um objecto de consumo juvenil. Quando se é adolescente ele aparece como uma estética inultrapassável, sendo à uma lógico e incompreensível que um adulto não faça dele um acontecimento central

(lógico, porque o adulto é “careta” demais para uma coisa tão *in*; incompreensível, porque tinha ao mesmo tempo obrigação de perceber a sua excelência). Quando se é adulto, pode ter-se gostado em tempos de rock. Mas, o rock desses tempos é que era! Como é possível ouvir-se agora a batida insane que enche as discotecas? Como pode ser-se músico genuíno se hoje a *pop star* está a soldo das etiquetas comerciais e dos *lobbies* económicos? O rock de hoje é sempre pior do que o de ontem – eis a máxima que, no plano psicológico, traduz a incomunicação do adulto com a sua própria adolescência, à uma reatualizada e recalçada em cada adolescente que o provoca.

Os apontamentos que fomos desenvolvendo neste texto pretenderam lançar pistas para uma compreensão do fenómeno da *pop-rock* situando-o além desta superfície de aparências; que revela ele acerca do discurso auto-interactivo dos adolescentes? Como se constitui em instrumento de identidade em sociedades urbanas caracterizadas pela dispersão e pela atomização das referências? Que nos diz enquanto fala – dos jovens entre si, organizados nas tão mediatizadas tribos urbanas; dos jovens com os adultos, nos rituais de resistência?

Há um *sítio* nas músicas. E como o mais profundo dum *sítio* é inacessível ao discurso racional, procura-se dizê-lo através de discursos cuja enunciação comunica directamente com o plano emocional. É por isso que uma cultura se pode contar num fado, numa morna ou no *reggae* – e é por isso que a cultura juvenil, que perde pouco tempo a explicar-se por palavras e conceitos, se conta a si através da *pop-rock*. A *pop-rock* é o *sítio* onde se está antes de se estar no mundo adulto. Depois disso, ela pode escutar-se com agrado, com curiosidade ou com revivalismo – escutar-se, não utilizar-se como lugar e como discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNETT, J. (1991), Adolescents and heavy metal music. *Youth & Society*, 23, 76-98.
- BALLARD, M.; COATES, S. (1995), The immediate effects of homicidal, suicidal and non violent heavy metal and rap songs on the moods of college students. *Youth & Society*, 27, 148-168.
- BARON, S. (1989), Resistance and its consequences. The street culture of punks. *Youth & Society*, 21, 207-237.
- BARRETO, J.L. (1982). *Rock e droga*. Lisboa: & etc.
- FEIXA, C. (1987), De jovens, bandas e tribos. Les subcultures juveniles des de l'antropologia. *Antropologies*, 1, 32-42.
- FERRELL, J. (1995), Urban graffiti. Crime, control, and resistance. *Youth & Society*, 27, 73-92.
- ROCHA, A. & RODRIGUES, F. (1983), *Rock stars – cinco anos de rock em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

VISION BEYOND EYESIGHT*

by

Francisco Vaz da Silva

This brief essay makes use of a comparative procedure to explore a recurring symbolic link between blindness and omniscience. First, it considers a common thread running through Scandinavian and Greek mythological stories dealing with loss of eyesight, clairvoyance, and femininity. Then, it proceeds to link this thread to events in the Garden of Eden. Overall, I propose to trace the recurring idea that to “see” in a fundamental sense requires overcoming sensory perception; that, more precisely, to bar from eyesight the distracting influence of manifest reality and to temporarily disembodify, as it were, by sloughing are privileged means of grasping the essence of things.

ODIN AND HEIMDALL

Odin, the complex Scandinavian god, is both one-eyed and clairvoyant. These two properties correlate because Odin actually lost an eye to acquire clairvoyance – this being a clear instance of, in the words of Georges Dumézil, the “general idea of a mutilation paradoxically qualifying a being for the very kind of activity it would appear to preclude in the bodily sense” (1974, 21). Another instance of this concerns Scandinavian god Heimdall, who can see, by night as well as by day, at great distances, “can hear grass growing on the earth and wool on sheep and everything that sounds louder than that” (Sturluson 1995, 25) and has seemingly forfeited an ear for it. Indeed, his “hearing is hidden” in the very same

* This paper expands a presentation offered in April 2000 at *Uncommon Senses: An Interdisciplinary Conference on the Senses in Art and Culture*, Concordia University (Montreal). I thank the Calouste Gulbenkian Foundation (Lisbon) for making my trip to Canada possible. A developed version of this argument is to appear in chapter two of my forthcoming book, *Metamorphosis: The Dynamics of Symbolism in European Fairy Tales*. New York: Peter Lang, 2002.

place where Odin “hid” his eye: the so-called well of Mimir beneath the great World-Tree (Larrington 1999, 7).

The fact that Heimdall can see as well as hear beyond ordinary limitations for having his hearing hidden in the same waters as Odin’s eye suggests that the two qualifying mutilations are correlative. Indeed, the drinking horn Mimir uses to quaff mead from his source is homonymous with the sound horn Heimdall will use to warn the gods of impending Ragnarök even while Odin obtains similar tidings from Mimir’s severed head. In other words, perception beyond the senses, in both its sound and vision variants, stems from relinquishing the corresponding physical organ at Mimir’s well.

Note an underlying cyclic pattern. Reportedly, Mimir’s well “has wisdom and intelligence contained in it”; Mimir is therefore “full of learning because he drinks from the well,” and Odin was not allowed to quaff the spring’s essence until he “placed his eye as a pledge” (Sturluson 1995, 17). However, it is written in *Voluspá* (27-28) that the waters pour down from Odin’s wager and that Mimir drinks mead every morning from this pledge. The implication is, seemingly, that Odin’s lost eye is the source of omniscience, the very water source that provides knowledge to Odin. This is of course in accordance with the notion that “‘eye’ and ‘[well]spring’ are... interchangeable in the lexical of many Indo-European and Semitic languages” (Puhvel 1989, 194 n. 1; cf. Ivanov 1976, 61). Furthermore, a parallel version has Odin gain knowledge from Mimir’s severed head, and a persistent tradition associates speaking heads to wells and springs (Davidson 1988, 75, 77; cf. Ross 1962). This again suggests some form of identity between Odin – who acquires wisdom at Mimir’s source – and Mimir, the wisdom of whom stems from Odin’s pledge. Note that Mimir means “Memory,” which encompasses both the past and the future in the global sense of omniscience (Boyer 1981b, 215). Moreover, two hypostases of Odin in raven shape are named Memory (*Munninn*) and Spirit (*Huginn*) (1981b, 143, 150; 1986, 36, 39) – as if establishing equivalence between the god’s essence and such omniscient memory as Mimir represents.

As might be expected, the equivalence of the removed eye of Odin with the decapitated head of Mimir underscores this overall confluence within a cyclic pattern. Mimir’s decapitation follows a truce between two factions of the gods: the Aesir and the Vanir. As hostages were exchanged, the Vanir gave their highest men and the Aesir gave in return Hönir, “whom they thought well fitted to be a leader, being a big and handsome man.” With Hönir they sent Mimir, “the wisest of men,” in return for which the Vanir gave Kvasir, “the wisest of their men.” Because, however, Hönir would never make any decision unless Mimir advised him, the Vanir decapitated Mimir and sent his head back to Odin, who acquired the knowledge of “many hidden things” (Sturlason 1990, 3). The duo Hönir/

/Mimir is therefore exchanged against the “highest” adversaries – but the highest Aesir is Odin, which Hönir and Mimir seemingly represent. Furthermore, because in the whole scene wise and advising Mimir is to big and handsome Hönir as a head is to a body, it does make sense that the separation of both be correlative of a decapitation. One inescapable inference – which fits with the noted equivalence of the severed head and the hidden eye whence knowledge comes – is that Odin receives back a representation of his own severed head.

In this, a theme of self-sacrifice (which Dumézil independently points out on a comparative basis – 1994, 50-58) comes to light. Note, in this connection, that another version derives from the blood of wise Kvasir the mead, regularly consumed at Val-hall, that provides poetic inspiration (*Skaldskaparmal* 57).¹ This *mjödr* is the only source of nourishment to Odin (*Gylfaginning* 38), whose very name derives from *ódr* – a word related to the Latin and Celtic words for “soothsayer” and “poet,” meaning “furor” in a broad sense that encompasses foresight, wisdom, and inspiration (Dumézil 1986, 188, 193; 1994, 27, 51; Puhvel 1989, 193). Thus the blood of sacrificed Kvasir, homologous to Mimir as “wisest of men,” contains the essence of Odin. Of course, Odin’s drinking of this corresponds to his quaffing “the essence (‘mead’) of Mimir’s wellspring” (Puhvel 1989, 193). Blood should then underlie the well’s water, too – and, indeed, all the waters on earth come from the blood of the slain primordial giant Ymir (*Gylfaginning* 7-8).

So we are back to the identity of the water source and the eye, which Jaan Puhvel relates to “mythical traditions about fiery substances deep in water... and... speculations about sight as an intraocular form of fire” (1989, 194 n. 1). Bruce Lincoln shows, for his part, that blood can be taken as an alloform of both water and fire (1986, 17). Note too that the Vedic soma, equivalent to the Scandinavian *mjödr*, is “the ‘fiery juice’, simultaneously fire and water,” which Wendy Doniger perceptively relates to the Russian firebird (O’Flaherty 1981, 128) that fairy tales relate to a dragon (see Ralston 1873, 83) – again, fire in water.

Hence, the mead of inspiration, which is Odin’s essence, comes from sacrificial blood; and the prophesizing waters that are blood in essence stem from Odin’s pledge in the source; with which is equivalent the head of Mimir, as well as the blood of Kvasir containing Odin’s essence. It follows that omniscience stems from Odin’s self-sacrifice. Indeed, a fourth version of Odin’s acquisition of omniscience has the god hang from the World Tree, Yggdrasill, pierced by a spear in sacrifice to himself – Odin given to Odin – for nine nights (*Havamal* 138-141).

¹ “Kvasir” means “intoxication” (Dumézil 1994, 52), the name being cognate to Slavic Kvas.

This is, of course, in accordance with the fact that Mimir's well is located under the tree's roots. In both cases, the World Tree is associated with the gaining of clairvoyance. In fact, Yggdrasill was known alternatively as "Mimir's tree" or "Mimir's treasure," that is wisdom, science" (Boyer 1981b, 214). Furthermore, one name given to it could mean, "mead-tree" (Boyer 1981b, 213; Davidson 1990, 195), and a goat grazing on its branches actually produces mead for Vall-hall. Now liquid dripping from the horns of a hart grazing on the same foliage goes into Hvergelmir, a primordial source full of snakes located under the roots of the tree (*Grimnismál* 25-26).² Régis Boyer rightly emphasizes the "great cyclic movement" underlying this representation: the tree nourishes the hart that nourishes the source that nourishes the tree (1981b, 214)... Again, this is the same pattern as Odin sacrificed to himself in symbolic death and resurrection to harness wisdom (Davidson 1990, 145), or else relinquishing an eye out of which he acquires vision. It is well to note that Yggdrasill means "Odin's horse" and that "the gallows was described as a horse on which the hanged man rode, so that Odin may have been thought to ride on the World Tree in the sense that he was represented hanging from it as a sacrifice" (Davidson 1975, 179; cf. Boyer 1981b, 212-13).

One inference to draw from the equivalence of self-sacrifice to the drinking of mead or water, amounting to sacrificial blood, is that he who drinks, in some way, his own blood gains foresight (cf. Fleck 1971, 398-99). In this perspective, a harmony appears between the notion that the blood of Kvasir turns into mjödr, containing the ódr that is the essence of Odin, and the idea that Mimir – homologous to Kvasir (*Ynglinga Saga* 4) – could be Odin's maternal uncle, from whom the god acquires mjödr after his self-sacrifice (Puhvel 1989, 218). What is more, Snorri gives as Odin's origin the frost-giants, and Odin and his two brothers do kill "the ancient frost-giant" called Ymir (Sturluson 1995, 11). This androgynous primordial being, etymologized as "Twin" (Puhvel 1989, 285), corresponds to the Indo-Iranian incestuous twins Yama and Yami, who are in turn "a variant of the androgyne" (O'Flaherty 1981, 247). Moreover, the Scandinavian compound image of Ymir and the three sons of Bor ("Son") is homologous to that of "protoancestor Tuisto ('Twin'), his son Mannus, and Mannus's triple and multiple

² According to Sorri, Yggdrasill actually has three roots, a spring underneath each: the three Norns inhabit one spring, another one is Mimir's well, and the third is the primordial source full of snakes (*Gylfaginning* 15). Foresight is of course the common denominator to Norns, who shape men's lives, Mimir's well, and serpents, the blood of which generally grants knowledge of the speech of birds. Hilda Davidson suggests that the three sources are but one with several names (1990, 194-95). Actually this does not contradict Snorri, since "three" denotes precisely such complexity in unity as the source (conceived as single) clearly contains. On the tree, as well as in the source(s) below it, "Memory" and Fate are clearly interrelated (Boyer 1981b, 213; 1986, 137).

brood” in continental Germanic myth. Again, the killing and dismemberment of Ymir by Odin and his two brothers has “an obvious parallel” in the dismemberment of Vedic primordial being, Purusa (“Man”) (Puhvel 1989, 285), “bound as the sacrificial beast” in an act described thus in the Rig Veda: “With the sacrifice the gods sacrificed to the sacrifice” (O’Flaherty 1981, 31). In other words, Purusa “was both the victim... and the divinity to whom the sacrifice was dedicated” (32). Again, this parallel to the killing of Ymir by Odin corresponds to Odin’s self-sacrifice in offerance to himself – which suggests that Odin’s killing of Ymir and his self-sacrifice are two variants of one single prototypical act (cf. Fleck 1971, 129, 411).

A connection between self-sacrifice and dragon slaying is apparent in the case of an Odinic hero, Sigurd. He is the scion of a lineage that descends from Odin, and the god directs Sigurd to kill the dragon Fafnir (Byock 1990, 35-37, 55-57, 63). Moreover, Sigurd’s father is immune to snake venom (44), and the hero himself has “piercing eyes” (55) – note that another Sigurd bears the surname “Serpent’s-eye” (Sturlason 1990, 38, 120) – and claims to know the “nature,” or “kin,” of the serpent (Byock 1990, 57, 116 n. 46).³ Last not least, after the fight, Sigmund appears with “the dragon... illustrated in all his arms... His eyes flashed so piercingly that few dared look beneath his brow... He was a wise man, knowing events before they happened, and he understood the language of birds” (72). In short, the god’s descendants have the nature of the serpent and Sigurd appears, after the fight, imbued with the essence of the dragon as he displays the omniscience characteristic of Odin.

Odin’s snake-natured descendant, acquiring clairvoyance by tasting the blood of a snake under Odin’s aegis, bears then a similarity to Odin acquiring omniscience by self-sacrifice equivalent to the drinking of sacrificial blood. Moreover, Puhvel notes that Sigurd acts out an Odinic role pattern as he quests for the drink of wisdom from Reginn and Sigrdrifa, “even as Odin did from Suttungr and Gunnlödr” (1989, 198 n. 3). Now Meletinsky persuasively proposes, “Mimir and the Norns... correspond to Suttung and Gunnlod” (1974, 69). If one accepts both propositions, it follows that Sigurd’s acquisition of wisdom from the slain dragon is equivalent to Odin’s similar deed as he turns into a snake and an eagle to acquire mjödr from Gunnlod, or, yet, by drinking mead (the essence of which is blood) at the roots of the World Tree. In other words, the killing of the snake by the snake-natured one is seemingly equivalent to Odin’s self-sacrifice. How is one to understand this?

³ In Hungary, too, the dragon in human shape “has a piercing, penetrating look” – and one who would look straight into his eyes would recognize the dragon’s nature (Erdész 1978, 453, 458).

Exploration of this idea demands that we return to Yggdrasil. Here, as we know, the liquid connecting the top and the base of the tree has the same source as the mjödr that Odin gains through self-sacrifice. Consequently, omniscience is certainly involved in the tree's cyclic movement. Indeed, another image for this portrays a squirrel running up and down the tree, taking "many malicious messages" between an eagle that "has knowledge of many things" and the great serpent Nidhogg dwelling in the source below (Sturluson 1995, 18-19). This is no accident, because – according to the version in which Odin acquires mjödr from Suttung and Gunnlod (*Skaldskaparmal* 58) – the god successively turns into a serpent and an eagle. Hence, the classic image of eternal enmity between snakes and birds, in the twofold form of which Odin gains omniscience, encompasses here the tree of Odin's self-sacrifice (cf. Wittkower 1939, 303, 322). Eliade is therefore correct as he links the fight between the eagle and the serpent to the act of dragon slaying (1949, 238-39; 1962, 132). In other words, the perennial strife between opposed halves of one greater entity embodying omniscience on the "Horse of Yggr" (Davidson 1975, 179) reads as yet another image for Odin's self-sacrifice as he "rides" the World Tree in offering to himself. In this sense, one may understand that the words used for describing this scene in *Voluspá* seemingly mean, "he hangs with his skin", 'he has a hanging (badly fitting, shriveled) skin'" (Hamel 1932, 261). Thus, Odin's self-sacrifice on the cyclic tree amounts to the casting dragon – which is, precisely, a bird/serpent figure encompassing the sky, the underground and the watery realms.

Odin is indeed active in these three realms (Boyer 1981b, 137) – he is actually supposed to often change into "a bird or a beast, a fish or a serpent" (1986, 40). Note that "fish" may yet designate the snake, one kenning for which is "the fish that ends all land" (1981b, 195). Moreover, in all probability the "beast" is the wolf, which is a symbol of Odin (see Davidson 1975, 187). The underlying, deep-set identity of Odin and the wolf is expressed in the idea that the god passes on to two wolves all "the food that stands on his table" (Sturluson 1995, 33) while being, nevertheless, the "wolf's enemy" (68) – because, ultimately, "the wolf will swallow Odin" (54). Now to be incorporated by a wolf amounts to donning a wolf skin, that is to integrating a wolf shape (cf. Propp 1983, 299, 319). Odin, one name for whom is "Third" (*Gylfaginning* 20) – being endowed with two obscure brothers who are seemingly other aspects of the god as a complex being – is indeed the model to all who are *eigi einhamr*, "not having one single sheath" (Boyer 1981b, 151; 1986, 40, 46-47, 136; cf. Dumézil 1985, 209). Ultimately, of course, Odin's transformations into a flying creature, wolf or serpent, make sense in the light of a pervasive equivalence of werewolves and dragons in European folklore (see Jakobson and Ruzicic 1950; Pócs 1989, 18, 22-24).

In this light, I will venture to offer interpretation on a twofold problem. It is known, on the one hand, that in one source the dragon Fafnir is named “Reginn” (Puhvel 1989, 218), which is the name for “the gods or powers who are makers of rulers” (Davidson 1975, 184). On the other hand, after the demise of Odin on Ragnarök, the sinking of the earth into the sea and its reemergence “eternally green,” the prophetess in Voluspa announces the coming from above of “the powerful, mighty one [*regindórm*], he who rules over everything.” Then she immediately proceeds to describe the arrival of Nidhogg as a flying dragon appearing both “dark” and “shining” (Larrington 1999, 11-13). Despite the singular banning of this possibility by specialists (see Nordal 1978, 121-22), two consecutive stanzas announcing the coming of the “mighty one” from above and then portraying the actual appearance of the flying dragon entail, I think, that Nidhogg and the *regindórm* are one and the same – by the same logic that has Fafnir be named Reginn. This is, indeed, the same pattern that we have found underlying both the equivalence of Odin’s self-sacrifice to the casting dragon and the tacit homology between Odin’s turning into a dragon and his entering a wolf at doomsday (cf. Propp 1983, 296-319).

One thoughtful commentator who accepts that Voluspa “may retain a cyclic conception of time” and who furthermore finds it easy to imagine that “the one who rules all” will engage in a cosmic struggle with Nidhogg, yet has no doubt that “the new order banishes Odin” (Lindow 1997, 173-74). Alternatively, my argument suggests that a cosmic struggle with Nidhogg in a cyclic setting amounts to the reappearance of a renewed Odin out of an ophidian phase. In light of the overall context of “the resolution of chaos into order and its dissolution back into chaos,” which Davidson likewise recognizes as the leitmotif in Voluspa (1988, 226), one must indeed acknowledge Coomaraswamy’s fundamental insight to the effect that “the deity in the darkness, unmanifested... *ab intra*, is conceived of in forms that are... theriomorphic; and typically in that of a brooding serpent or fiery dragon” (1935, 2; cf. Eliade 1962, 134). In the same vein, Eliade notes after Dumézil the homology of Odin and Varuna and then points out the Vedic god’s “structural relationship” to the dragon Vritra (1991, 99; 1962, 131), just as Jane Harrison eloquently pinpoints Zeus’s ophidian dimension (1992, 13-28; cf. Calasso 1993, 148-49, 199-204, 208). Odin’s relation to the dragon seems then unmistakable, on the basis of both Scandinavian and comparative evidence.

Moreover, this is in accordance with the idea that a symbolic equivalence exists between the head of Heimdall – the name and function of which convey the idea of “world axis, support” – and the serpent’s. In line with this, Boyer proposes the equation Yggdrasill = Midgard serpent = Heimdall, and he notes that the tree itself could be thought of as a vertical serpent – one name for the serpent, *jörmungandr* (“huge magic stick”), being an acceptable kenning for “magic tree” (1981a;

1981b, 194-95, 221-22; 1986, 133; cf. Vries 1955, 257, 262-63, 267).

This is, furthermore, in accordance with the fact that Heimdall's name and function convey the idea of "world axis, support," while a symbolic equivalence exists between the god's head and the serpent's. As Boyer therefore proposes the equation Yggdrasill/Midgard serpent/Heimdall, and notes that the tree itself could be thought of as a vertical serpent – one name for the serpent, *jörmungandr* ("huge magic stick"), being an acceptable kenning for "magic tree" – (Boyer 1981a; 1981b, 194-95, 221-22; 1986, 133), we are back to the tokens of the qualifying mutilation of both Heimdall and Odin at the source under the roots of the tree. So, we are back to the assimilation of the tree of omniscience to the bird/serpent image of the dragon. Furthermore, we may now perceive that the tokens of the "qualifying mutilation" of both Heimdall and Odin are kept in the very source of omniscience from which Nidhogg sends messages to the wise eagle.

GREEK SEERS

The two central themes we came across while examining the correlation between self-sacrifice, sloughing and clairvoyance – the eagle/serpent hostility and the paradoxical mutilation regarding eyesight – are not by any means peculiar to Scandinavia, for they have been recognized in ancient Greece as well (Boyer 1981b, 210; Dumézil 1981, 275). A brief consideration of Greek data could therefore shed some light on this matter.

Let us examine how Teiresias, the famous blind seer, became so. According to one version, one day Teiresias inadvertently sees Athene bathing and is therefore blinded by the goddess who, nevertheless, "taking the serpent Erichthonius from her aegis, gave the order: 'Cleanse Teiresias's ears with your tongue that he may understand the language of prophetic birds'" (Graves 1992, 372). According to another version, Teiresias sees two serpents coupling, kills the female and is turned into a woman for seven years, again meets two coupling serpents, kills the male and regains manhood. Then one day, as Zeus argues that women derive greater pleasure from the sexual act than men and Hera holds that the contrary is the case, Teiresias is called upon to give an expert opinion. When he answers that women have the lion's share in sexual pleasure, the goddess (wroth that the big secret of her sex has been revealed) blinds Teiresias; but Zeus compensates him with inward sight and a life extended to seven generations (Graves 1992, 373; Grimal 1969, 459; Gantz 1993, 528-30).

Two crucial properties link this to examined Scandinavian data. The first is that Teiresias acquires prophetic powers as he becomes blind, and such powers are described both as inward sight and the ability, due to clean ears, to understand

the language of birds. Therefore, inward sight, equivalent to “clean” hearing, correlates with eyes unencumbered by manifest reality. The second such property is that clairvoyance relates to birds and serpents. For, even when it is Hera and Zeus respectively who impose blindness and grant inward sight to Teiresias, these acts stem from a previous meeting with serpents. Another soothsayer, Melampus, acquires the clean ears of omniscience by burning the carcasses of old serpents that someone related to him had killed and, thereafter, rearing the snakes’ offspring. This is, as use of the Greek word *geras* (old age) for slough suggests, a destruction of the old, and protection of the young, aspect of the serpent – in other words, a helping of such regeneration as is supposedly involved in sloughing. Indeed, the fact that Teiresias’s parallel scene of serpent killing happens in a context of mating suggests the equivalence of sloughing and reproduction.

One obvious implication is that the renewed serpent is to the old discarded skin as a youngster is to its ancestor – which explains the pan-European folk-belief that the young adder is bound to kill its father (Róheim 1979, 532). Moreover, the equivalence of sloughing to the killing of the old serpent implies that the serpent-killer is himself like a young snake. Thus, we saw serpent-natured Sigurd displaying, at the peak of his career, the slain dragon’s powers. The same idea is manifest in the fact that Teiresias twice inherits the sex of the serpent he has just slain – that, in other words, at each time he is made the heir to one aspect of the complex, ambisexual nature of the snake. Here we find an implicit equation of sex inversion and metamorphosis. Indeed, the traditional notion of metamorphosis as a conversion of internal shape to external form (Gaignebet and Lajoux 1985, 104) neatly fits with the ancient idea that women are as men turned outside in – and men as women turned inside out (Laqueur 1999, 4, 25-28) – which is to say that metamorphosis and sex-swapping are equivalent modes of conversion. Now this amounts to saying that Teiresias is endowed with the full nature of the snake by the time when, having spent time as a harlot and again as a man, he is made blind and clairvoyant.

This amounts to saying that Teiresias is endowed with the full nature of the snake by the time when, having spent time as a harlot and again as a man, he is made blind and clairvoyant. One important consequence follows. Acquiring the nature of the snake entails getting to know the essence of womanhood, revelation of which in fact qualifies Teiresias as a seer. This leads to note that such sorcery as Odin uses to see into fate and the future induces “lack of manliness” (Sturlason 1990, 5).⁴ In the same vein Scandinavian god Loki, commonly recognized as “a

⁴ As Puhvel puts it, the “shamanic aspect of Odin” includes “intimations of sexual inversions and androgyny” (1989, 194; cf. Boyer 1981b, 145, 162).

kind of shadow to Odin” (Davidson 1975, 190; cf. Boyer 1981b, 132, 151 n. 45), could take on both male and female forms. In both Scandinavian and Greek data, then, clairvoyance implies shedding of blood as self-sacrifice, on the model of serpent sloughing – and this relates, in some way, to femininity.

EVE AND THE SERPENT

The association between the serpent and the moon, based upon the idea that both possess the gift of immortality through perpetual renewal, is a fact of general ethnography. Given furthermore a widespread association between women’s cycles and the moon, it is no wonder to find women “as closely associated with serpents as they are with the moon.” Specifically serpents are often, as Robert Briffault puts it, “regarded as being the cause of menstruation; they thus play the same part in regard to the functions of women as the moon” (1963, 312, 312, 314-15).

This idea underlies the well-known drama of acquisition of knowledge in Genesis, which James Frazer first proposed to read in light of an underlying theme of loss of immortality (1984).⁵ In Frazer’s comparative data, a recurring story blames an old, menopausal woman for the incapacity of present-day humankind to shed skins, and thus rejuvenate, like the serpent (Frazer 1984, 89-91). This story conveys, in its association of menopause with failure to slough, the widespread notion that menstruation is like a change of skins (Coomaraswamy 1945, 397-99; Hugh-Jones 1979, 182-83; Knight 1991, 458; cf. Delaney 1988, 84; Gaignebet and Lajoux 1985, 106-10). The implication being, moreover, that the sloughing serpent is like menstruation, one may expect to find feminine blood at the center of the biblical drama. Indeed, “among the Jews it was a common rabbinical opinion that menstruation owes its origin to the serpent having had sexual intercourse with Eve in the Garden of Eden” (Briffault 1963, 315). Likewise, present-day Turkish villagers say that menstruation was “given to women because of Hawa’s (Eve) act of disobedience against Allah in Cennet (Garden/Paradise)” (Delaney 1988, 79). Furthermore, Gaignebet shows that the tree of

⁵ The gist of his argument is that there is in the Garden of Eden, beside the tree of the knowledge of good and evil, the tree of life, of which humankind was implicitly permitted to partake. However, writes Frazer, “man missed his chance by electing to eat of the other tree, which God had warned him not to touch under pain of immediate death. This suggests that the forbidden tree was really a tree of death, not of knowledge” (Frazer 1984, 77). Frazer’s interpretation fits with a widespread, cross-cultural notion that sloughing animals gained immortality by depriving humankind of it. The theme of immortality and its loss, as well as its connection to the serpent, is then surely significant. However, the author’s blatant disregard for the role of Eve precludes him from integrating the obvious theme of acquisition of knowledge into his model.

knowledge is represented by Hieronymus Bosch, in his *Garden of Delights*, as a *Dracæna* – also named in Latin *sanguis draconis*, “dragon’s blood” – the red fruits of which Bosch uses to symbolize the canonic six days of menstrual impurity (1990, 378-79, 382-83; cf. Testart 1991, 284-85). This unifies, of course, medieval images figuring the serpent both with Eve’s face in some instances and coiled around the tree in others (see Leach 1980, 151-54).

Indeed, the Hebrew name of the first woman – *Hawa*, which the biblical text explicitly links to “life” (Gen. 3.20) – means also “serpent” (Gaignebet 1985, 14; Testart 1991, 287). Eve is therefore the source of life, the serpent shares this essence, and – according to Lev. 17.14 – blood is the life in every creature. In this light it is understandable that God should doom the serpent’s descendants to bite the heel of women’s descendants (Gen. 3.14) – an act that triggers menstruation, according to tenacious folk-belief – and be in return bruised on the head. If, indeed, the serpent both causes and represents the first implicit spilling of women’s essence onto the ground (as persuasively argued by Testart 1991, 288-93; cf. Gaignebet 1985, 15), it follows that the consequent intimate enmity of women and serpents reads as a depiction of the cyclic onsets of feminine blood and their suppression.

It is in this sense that the events in Eden entail the onset of cyclic time. This means the inevitability of death – menstruation itself being like a temporary death on the model of the “dead” days of the moon. But it also means the actualization of life, for it is after the curse that the first woman is named *Hawa* – indicating that she is to be able to bear life (Testart 1991, 277) – and this she only does after expulsion from Eden (Leach 1970, 58). In other words, the Fall entails an expulsion from “the world as a static (that is, dead) entity,” as Leach puts it, to “the living world (significantly called *Nod*, ‘wandering’)” (1970, 55, 59). Not quite a simple introduction of death and a loss of eternal life, as Frazer would have it, expulsion from Eden is then rather a transition from eternal bliss, where endless life is equivalent to death as a picture of static non-time,⁶ to the sublunary world in which life and death dynamically engender each other. Again, this is the overall meaning of slaying the primordial serpent, the death of which amounts to a first sloughing.

Furthermore, in the sublunary realm where humans have dwelled ever since the Fall, symbolic sloughing goes on through perennial menstruation of the seed of *Hawa*, on the death-and-rebirth model of the cyclic moon. As we saw, from partaking of the fruit of the serpent’s tree, Eve and Adam acquire clairvoyance

⁶ Thus the realm of the dead tends to be conceived, in many cultures, as one of blissful “life-in-death.”

but become mortal. This precludes of course humans from really becoming like divine beings. Humans retain life but this is bounded by death; and, just so, they retain knowledge while tacitly losing clairvoyance. This loss cannot, however, be final, for the essence of the wise dragon, gained from the blood tree, materializes as menstrual blood in women. In other words – since, because the first woman incorporated a bloody fruit, her female descendants must endure a perennial strife with the serpent, women henceforth find in their menstrual connection with the snake a cyclic remnant of the primordial framework whence clairvoyance emanates.

It is in this light, I think, that one is to understand use of the expression *voir*, “to see,” to denote menstruation in rural France (Verdier 1995, 180). The same notion is clear in Russian fairy tales, where a virgin under the full power of her blood – hence of snakes – is a *vedma*, from “the root *ved-*, wisdom, knowledge” (Schatzman 1999, 176). The underlying notion does not of course stem from the biblical text – in fact, it belongs in a broader cross-cultural series. This includes, for instance, the fact that Yurok women supposedly have heightened spiritual powers during their cyclic blood shedding (Buckley 1988), as well as the fact that Australian Aborigine men periodically submit to painful penis “menstruation” in order to acquire and maintain ritual power (Knight 1991, 41-42, 428-29). Likewise, the widespread “Myth of Matriarchy,” to which Joan Bamberger has rightly called attention in unfortunately a narrow functional perspective (1974), clearly posits that menstrual blood is at the origin of all power (see Testart 1991, 37-40, 150-51, 156-57, 226-29; cf. Knight 1991, 421-35). Hence we return to the fact that the sort of magic used by skin-shifting Odin, the omniscient master of metamorphosis, entails sexual inversion (Ynglinga Saga 7. Cf. Boyer 1986, 188-192) – and so does, as we know, Teiresias’s acquisition of clairvoyance.

CONCLUSION

Overall, we noted a persistent connection of clairvoyance to paradoxically qualifying mutilations and to skin change, of which menstruation is one form. We saw, furthermore, knowledge being acquired at the hidden sources – equated to the realm of death – whence continuously springs the phenomenal world. Since, from this metaphysical standpoint, the essence of reality lies beyond empiric perception, to “see” in a fundamental sense requires overcoming sensory perception. To bar from eyesight the distracting influence of manifest reality and to temporarily disembodiment, as it were, by changing skins – metamorphosis, menstruation, and sex swapping being equivalent in this regard – are thus privileged means of grasping the essence of things. For, in this perspective, reality as construed

through the senses has in common with Indian *mâyâ*, as Wendy Doniger portrays it, that “it limits... knowledge to things that are epistemologically and ontologically second-rate” (O’Flaherty 1984, 119).

CITED WORKS

- BAMBERGER, JOAN (1974), *The Myth of Matriarchy: Why Men Rule in Primitive Society*. In *Woman, Culture and Society*. Ed. M. Z. Rosaldo and L. Lamphere. Stanford: Stanford University Press. 263-80.
- BOYER, RÉGIS (1981a), Heimdallr. In *Dictionnaire des mythologies et des religions des sociétés traditionnelles et du monde antique*. Ed. Y. Bonnefoy. Paris: Flammarion. 487.
- (1981b), *Yggdrasill: La religion des anciens Scandinaves*. Paris: Payot.
- (1986), *Le monde du double: La magie chez les anciens Scandinaves*. Paris: Berg International.
- BRIFFAULT, ROBERT (1963), *The Mothers*. Abridged ed. New York: Universal Library.
- BUCKLEY, THOMAS (1988), Menstruation and the Power of Yurok Women. In *Blood Magic: The Anthropology of Menstruation*. Ed. T. Buckley and A. Gottlieb. Berkeley, Los Angeles: University of California Press. 187-209.
- BYOCK, JESSE L., ed. (1990), *The Saga of the Volsungs: the Norse Epic of Sigurd the Dragon Slayer*. Trans. J. L. Byock. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- CALASSO, ROBERTO (1993), *The Marriage of Cadmus and Harmony*. Trans. T. Parks. London: Vintage Books.
- COOMARASWAMY, ANANDA K. (1935), The Darker Side of Dawn. *Smithsonian Miscellaneous Collections* 94 (1): 1-18.
- (1945), On the Loathly Bride. *Speculum* 20 (4): 391-404.
- DAVIDSON, HILDA R. ELLIS (1975), Scandinavian Cosmology. In *Ancient Cosmologies*. Ed. C. Blacker and M. Loewe. London: George Allen & Unwin. 172-97.
- (1988), *Myths and Symbols in Pagan Europe: Early Scandinavian and Celtic Religions*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.
- (1990), *Gods and Myths of Northern Europe*. Harmondsworth: Pelican Books, 1964. Reprint, Harmondsworth: Penguin Books.
- DELANEY, CAROL (1988), Mortal Flow: Menstruation in Turkish Village Society. In *Blood Magic: The Anthropology of Menstruation*. Ed. T. Buckley and A. Gottlieb. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 75-93.
- DUMÉZIL, GEORGES (1974), ‘Le Borgne’ and ‘Le Manchot’: The State of the Problem. In *Myth in Indo-European Antiquity*. Ed. G. J. Larson, C. S. Littleton and J. Puhvel. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 17-28.
- (1981), *Mythe et épopée*. 3rd ed. Vol. 3, *Histoires romaines*. Paris: Gallimard.
- (1985), *Heur et malheur du guerrier: Aspects mythiques de la fonction guerrière chez les Indo-Européens*. 2nd, rev. ed. Paris: Flammarion.
- (1986), *Les dieux souverains des Indo-Européens*. 3rd ed. Paris: Gallimard.
- (1994), *Le roman des jumeaux: Vingt-cinq esquisses de mythologie*. Ed. J. Grisward. Paris: Gallimard.

- ELIADE, MIRCEA (1949), *Traité d'histoire des religions*. Paris: Payot.
- (1962), *Méphistophélès et l'Androgyne*. Paris: Gallimard.
- (1991), *Images and Symbols: Studies in Religious Symbolism*. Trans. P. Mairet. London: Harvill, 1961. Reprint, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- ERDÉSZ, SÁNDOR (1978), The Dragon in the Folktales of Lajos Ámi. In *Studies in East European Folk Narrative*. Trans. L. Kovács. Ed. L. Dégh. Bloomington: American Folklore Society and The Indiana University Folklore Monograph Series. 450-72.
- FLECK, J. (1971), Odinn's Self-Sacrifice: A New Interpretation. *Scandinavian Studies* 43 (1, 4): 119-42, 385-413.
- FRAZER, JAMES GEORGE (1984), The Fall of Man. In *Sacred Narrative: Readings in the Theory of Myth*. Ed. A. Dundes. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 72-97.
- GAIGNEBET, CLAUDE (1985), Véronique ou l'image vraie. *Mythologie Française* 139 (octobre-décembre): 3-27.
- (1990), Le sang-dragon au Jardin des Délices. *Ethnologie française* 20 (4): 278-390.
- GAIGNEBET, CLAUDE, AND JEAN-DOMINIQUE LAJOUX (1985), *Art profane et religion populaire au Moyen Age*. Paris: Presses Universitaires de France.
- GANTZ, TIMOTHY (1993), *Early Greek Myth: A Guide to Literary and Artistic Sources*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press.
- GRAVES, ROBERT (1992), *The Greek Myths*. Combined ed. Harmondsworth: Penguin Books.
- GRIMAL, PIERRE (1969), *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*. 4th rev ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- HAMEL, A. G. VAN. (1932), Odinn Hanging on the Tree. *Acta Philologica Scandinavica* 7 (1): 260-88.
- HARRISON, JANE ELLEN (1992), *Prolegomena to the Study of Greek Religion*. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1922. Reprint, Cambridge: Princeton University Press.
- HUGH-JONES, STEPHEN (1979), *The Palm and the Pleiads*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IVANOV, V.V. (1976), La catégorie «visible» – «invisible» dans les textes des cultures archaïques. In *Travaux sur les systèmes de signes: Ecole the Tartu*. Ed. Y. M. Lotman and B. A. Ouspenski. Bruxelles: Editions Complexe. 58-61.
- JAKOBSON, ROMAN, AND GOJKO RUZICIC (1950), The Serbian Zmaj Ogneji Vuk and the Russian Vseslav Epos. *Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves* 10: 343-55.
- KNIGHT, CHRIS (1991), *Blood Relations: Menstruation and the Origins of Culture*. New Haven: Yale University Press.
- LAQUEUR, THOMAS (1999), *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press, 1992. Reprint, Cambridge, MA, and London: Harvard University Press.
- LARRINGTON, CAROLYNE, TRANS (1999), *The Poetic Edda*. Oxford: Oxford University Press.
- LEACH, EDMUND R. (1970), Lévi-Strauss in the Garden of Eden: An Examination of Some Recent Developments in the Analysis of Myth. In *Claude Lévi-Strauss: The Anthropologist as Hero*. Ed. E. N. Hayes and T. Hayes. Cambridge, MA, and London:

- The M.I.T. Press. 47-60.
- (1980), *La g n se comme mythe*. In *L'unit  de l'homme et autres essais*, by E. R. Leach. Trans. A. Lyotard-May. Paris: Gallimard. 143-59.
- LINCOLN, BRUCE (1986), *Myth, Cosmos, and Society: Indo-European Themes of Creation and Destruction*. Cambridge, MA, and London: Harvard University Press.
- LINDOW, JOHN (1997), *Murder and Vengeance Among the Gods: Baldr in Scandinavian Mythology*. Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.
- MELETINSKY, ELEAZAR (1974), Scandinavian Mythology as a System. *The Journal of Symbolic Anthropology* 2: 57- 78.
- NORDAL, SIGURDUR, ed. (1978), *Voluspa*. Trans. B. S. Benedikz and J. McKinnel. Durham: The University.
- O'FLAHERTY, WENDY DONIGER, ed. (1981), *The Rig Veda: An Anthology*. Trans. W. D. O'Flaherty. Harmondsworth: Penguin Books.
- (1984), *Dreams, Illusion, and Other Realities*. Chicago: University of Chicago Press.
- P CS,  VA (1989), *Fairies and Witches at the Boundary of South-Eastern and Central Europe*. Helsinki: Academia Scientiarum Fennica.
- PROPP, VLADIMIR (1983), *Les racines historiques du conte merveilleux*. Trans. L. Gruel-Apert. Paris: Gallimard.
- PUHVEL, JAAN (1989), *Comparative Mythology*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press.
- RALSTON, WILLIAM H.R. (1873), *Russian Fairy Tales*. London: Smith, Elder & Co.
- R HEIM, G ZA (1979), *The Gates of the Dream*. 2nd ed. 1969. Reprint, New York: International Universities Press.
- ROSS, ANNE (1962), Severed Heads in Wells: An Aspect of the Well Cult. *Scottish Studies* 6: 31-48.
- SCHATZMAN, RUTH (1999), Quatre contes russes. *Cahiers de Littérature Orale* 46: 149-80.
- STURLASON, SNORRE (1990), *Heimskringla or The Lives of the Norse Kings*. Trans. A. H. Smith. Ed. E. Monsen. Cambridge: W. Heffer, 1932. Reprint, New York: Dover.
- STURLUSON, SNORRI (1995), *Edda*. Trans. A. Faulkes. Ed. A. Faulkes. London: Everyman.
- TESTART, ALAIN (1991), *Des mythes et des croyances: Esquisse d'une théorie générale*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- VERDIER, YVONNE (1995), Le Petit Chaperon rouge dans la tradition orale. In *Coutume et destin: Thomas Hardy et autres essais*. Paris: Gallimard. 171-206.
- VRIES, JAN DE (1955), Heimdallr, dieu  nigmatique. * tudes germaniques* 10 (4): 257-68.
- WITTKOWER, RUDOLF (1939), Eagle and Serpent: A Study in the Migration of Symbols. *Journal of the Warburg Institute* 2: 293-325.

APRENDER A SER RAPAZ ENTRE RAPAZES E RAPARIGAS. MASCULINIDADES EM DUAS ESCOLAS C+S DO DISTRITO DO PORTO

por

Cristina Rocha* & Manuela Ferreira**

Resumo: O pretende-se com este artigo dar conta de alguns processos sociais que ocorrendo nos contextos da família e grupo de pares na escola intervêm na construção da masculinidade. Com base em entrevistas de grupo intra-e inter-género, realizadas com jovens de idades compreendidas entre os 13-16 anos, residentes em diferentes meios sócio-culturais do distrito do Porto, procura-se a partir da análise dos seus discursos mostrar como o género é uma categoria relacional, internamente heterogénea e com isso perturbar a naturalização das relações de dominação e a dedução das práticas sociais de género como reflexo automático das representações sociais que lhes assistem.

1. INTRODUÇÃO

A construção da masculinidade e a condição masculina só muito recentemente se constituíram em interesses novos nas Ciências Sociais e nas Ciências da Educação em Portugal. Na verdade, a emergência de uma problemática em torno das questões de género no que se refere aos jovens, torna-se possível de localizar a partir dos anos 70 onde, sob a égide da promoção da igualdade de oportunidades, a condição social das raparigas se desenha como central. É neste âmbito que se salientam os estudos pioneiros produzidos sobretudo pela Comissão para Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM), os quais, incidindo, em particular, sobre os estereótipos veiculados pelos manuais escolares, intentam denunciar a perpetuação da transmissão de modelos tradicionais de feminilidade – as actividades das mulheres como domésticas, donas de casa e mães –, que ao inibirem a formulação de desejos e aspirações alternativos contribuem para a reprodução social das desigualdades de género.

* Professora auxiliar na FPCE-UP.

** Assistente na FPCE-UP.

A partir dos anos 80, assistimos ao aparecimento de outras preocupações agora predominantemente formuladas sobre a juventude como categoria¹ e problema social², e a avaliação das políticas da igualdade de oportunidades, nomeadamente de género, na escola³. Desasossegando as representações sociais estabelecidas e desocultando a complexidade que subjaz às questões de género, no quadro das transformações económicas, sociais e políticas que afectam as sociedades ocidentais e que interferem na construção objectiva e subjectiva de identidades, estes estudos, até pela diversidade de áreas disciplinares e de perspectivas teóricas em que se posicionam, tiveram como mérito a instalação do debate e da polémica. Ora, é neste contexto que a condição masculina até então inquestionada e considerada a bitola relativamente à qual se aferiam os avanços registados na transformação da situação das raparigas, é exposta nas vulnerabilidades que a atravessam com tradução no plano económico, académico, psicológico e social. Ontem como hoje, foram e são os problemas associados ao consumo de droga, delinquência, marginalidade, suicídio, prostituição, doença mental, entrada no mercado de trabalho, que no contexto da produção de uma visão desencantada sobre os efeitos sociais da escolaridade permitem, a partir dos anos 80, que uma problemática da juventude, decorrente das suas manifestações como “problema social”, adquira uma certa consistência social.

Assim, se o género feminino, enquanto género dominado, foi e/ou tem sido social e academicamente definido como portador de um handicap histórico e cultural e, por essa razão, tornado objecto da produção de conhecimento em várias áreas disciplinares, o género masculino, enquanto género tido como o dominante, tem sofrido do handicap de não constituir um problema de conhecimento. Assim sendo, a dominação masculina, enquanto estrutura macro-social, ao ser utilizada social e cientificamente como uma ideologia que sustenta a desigualdade entre o masculino e o feminino oculta, não só as formas de dominação que se exercem sobre o universo masculino, como a existência de masculinidades dissonantes no seu interior. A revelação desta pluralidade, fragiliza a consistência e o poder da sua imagem como categoria social homogénea, com efeitos a nível macro e micro-social, não só sobre as relações entre géneros como intra-género, pela explicitação, nomeadamente, das formas de que os homens são vítimas da sua suposta e real dominação.

Aquelas vulnerabilidades, não sendo exclusivas dos rapazes, têm sido reveladas com mais objectividade, nomeadamente no plano estatístico, enquanto problemas masculinos, trazendo para a agenda da investigação social e educativa dos anos 90, os processos de transformação e construção social da masculinidade, que

¹ Entre outros, cf. FAOJ, 1983, Cruz, 1984, Grácio, 1990, Pais, 1990 a, b, c,

² Entre outros, cf. Sampaio, 1994 a, b, 1994.

³ Entre outros, cf. Stoer e Araújo, 1992, Henriques, 1993, Benavente, 1994, Grácio, 1997.

nesta sequência se tornam, politicamente aceitáveis. Aceitação essa que é partilhada no espaço europeu e no mundo anglo-saxónico. Como exemplo do reconhecimento desta preocupação a nível europeu, salienta-se a 3ª Medida de Acção Comunitária da Comissão das Comunidades Europeias visando a “Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens”, no âmbito da qual se inseriu o projecto *Ariane*⁴. Encorajar os rapazes a discutir os papéis masculinos e femininos, promover formas mais igualitárias de sociabilidade entre rapazes e raparigas, estender os seus horizontes académicos e conhecimentos em áreas não tradicionais, promover um alargamento das ocupações masculinas e dos papéis familiares, eis os principais objectivos visados para a identificação de estratégias que permitissem contrariar a perspectiva tradicional da masculinidade. Em consonância, este projecto desenvolveu-se em colaboração com Escolas frequentadas por jovens entre os 14 e 16 anos e intentou contribuir para que estas desenvolvessem capacidades investigativas e de análise crítica do seu papel enquanto geradoras de diferenças entre rapazes e raparigas.

Dado o carácter inovador da problemática para o contexto da investigação em Portugal, nomeadamente da investigação em educação, a equipa portuguesa privilegiou, no primeiro ano, uma vertente de cariz investigativo, seleccionando escolas que pudessem pela diversidade de contextos⁵ em que estavam inseridas permitir: i) a produção de um conhecimento capaz de captar a diversidade e a heterogeneidade das experiências de vida dos rapazes e raparigas, a partir da sua própria voz; ii) identificar o papel desempenhado pela escola, família e grupo de pares na construção da masculinidade. Como tal o presente artigo procura dar conta de alguns dos resultados do Projecto *Ariane* em Portugal, reportando-nos apenas à primeira fase e às escolas C+S A e B.

⁴ Este projecto que decorreu entre 1996-98, integrou, para além de Portugal (FPCE-UP), investigadores da Espanha, França, Inglaterra, Itália, Grécia, Alemanha e Dinamarca. A equipa portuguesa foi constituída por uma equipa de investigação do Centro de Investigação Intervenção Educativa (CIIE) da FPCE – UP, composta por Natércia Pacheco (investigadora responsável em Portugal), Cristina Rocha, Manuela Ferreira, Margarida Teixeira (CIIE/IISLA) e Fernanda Martins (CIIE/IE – UM). No segundo ano, a equipa inicial alargou-se, passando a incluir professoras/es das 4 escolas envolvidas (Ana Paula Carvalho, Maria Júlia Lima, Teresa Gândara e Lurdes da Escola A, Carlos Fagundes e Carlos Silva da Escola B, Fernanda Assunção, Isabel Penteadado e Fernanda Caldeira da Escola C, Fátima Candeias e Rosa Lúcia Mota da Escola D) e ainda estudantes finalistas da Licenciatura em Ciências da Educação da UP (Elisa Ribeiro dos Santos, Elisabete Ferreira, Angelina Almeida, Cândida Mota, Rosália Rocha, Virgínia Leite).

⁵ O Projecto *ARIANNE* em Portugal, desenrolou-se num total de 4 escolas básicas e secundárias. As escolas básicas (3), estavam localizadas em concelhos periféricos da cidade do Porto: as escolas C+S A, B, C. A escola secundária D, que se situava no centro da cidade do Porto, participou no Projecto com um grupo de alunos envolvidos numa experiência de teatro na escola.

2. PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS

Não perdendo de vista os contributos que as sociologias da juventude, família e escola podem trazer à abordagem da problemática da masculinidade, situamos a nossa investigação no campo das teorias sobre género e sexo. De entre estas, subscrevemos a definição de género proposta por Scott (1990: 14) que assenta em duas proposições básicas: i) enquanto elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos e ii) como um primeiro modo de dar significado às relações de poder. A primeira, parte da evidência biológica da divisão sexual e considera que esta é sempre objecto de leituras por parte da humanidade, as quais são correspondidas por formas de organização social que dão uma ordem e um sentido à divisão do trabalho implicado na produção material e na reprodução dos seres vivos. Assim sendo, a diferença sexual natural, acaba por constituir-se como sistema de legitimação social pela capacidade que encerra de esclarecer os sistemas de diferenciação. É nesta asserção que se compreende como esta categoria é útil para compreender a natureza das relações de poder, a segunda proposição, na medida em que o sentido hierárquico e o sentido do estatuto é consubstancial à definição relativa de cada sexo, tornando-se dessa forma género.

Por todas aquelas razões aquela definição apresenta grandes virtualidades tanto na sua utilização metafórica e analógica como analítica, quando se trata de introduzir e complexificar no debate acerca das questões de género, as relações de poder e de submissão que os atravessam. Consequentemente, os estudos de género enquanto categoria cujo conteúdo remete para uma relação social que tem como base a diferenciação sexual, não são assim, necessariamente e por maioria de razão, estudos sobre as mulheres porque, tratando-se o género de uma relação social, é em termos recíprocos que mulheres e homens são estruturados. Masculinidade e feminilidade supõem-se então mutuamente, como duas faces da mesma moeda pelo que no dizer de Almeida (1995: 129) se o feminismo acusa a antropologia de androcentrismo porque impediu que se ouvisse a voz das mulheres; pode por seu lado ser acusado também de impedir que se ouvisse a diversidade das vozes masculinas. Com esta posição o autor traz as relações de poder inter e intra-género para o campo do exercício da masculinidade, enfrentando o que é designado por “masculinidade hegemónica” (idem: 129, Connell, 1995). Assim sendo, poderemos considerar que processos de socialização geradores de habitus masculinos e femininos se encontram na base da produção social destas identidades. No que refere ao lugar social do homem, é no centro de relações de poder que ele é definido, a partir de características que remetem, segundo as várias socializações de classe, para a exteriorização de competências, como as de comando, autoridade, autoconfiança, competitividade, inteligência, vigor físico e

agressividade, quer no plano das relações afectivas, quer no plano das outras relações sociais. Este padrão que subordina os rapazes e os homens à exteriorização daquelas capacidades e competências tem como efeito sócio-emocional a inibição da legitimidade para a exteriorização de fragilidades e inseguranças fazendo parte, com carácter precoce do conteúdo “curricular” da educação diferenciada de rapazes e raparigas, os respectivos binómios: força/fraqueza, coragem/temor, raiva/choro, etc.

Assim, e na esteira das preocupações teóricas básicas já assinaladas, procurámos nesta pesquisa compreender os processos de construção da(s) masculinidade(s) por referência à construção das próprias feminilidades, integrando, por maioria de razão para este grupo etário, as interações com outros “significativos”, nomeadamente, os pais e os agentes educativos que com eles interagem na escola. A eleição da escola pública como espaço de observação e de intervenção no que refere à produção e reprodução de padrões de masculinidade e feminilidade revela-se estrategicamente importante, na medida em que é uma instituição de socialização universal, emanada do Estado, supostamente dando corpo a um projecto societal, particularmente em contexto de coeducação na base do princípio da igualdade de oportunidades.

A realidade empírica da aplicação deste princípio no que refere ao sucesso escolar das raparigas, tem sido posta em causa por um conjunto de autoras/es que denunciam, ora a existência de um sexismo de tendência masculina no currículo escolar, ora o reconhecimento de que subsistem às desigualdades de género na escola, as desigualdades sociais, não estando, nem os rapazes nem as raparigas das classes trabalhadoras imunes a processos de exclusão escolar⁶. Como tal, a confrontação das perspectivas de género com as da classe social apresenta assim uma capacidade acrescida de revelar e tornar inteligíveis processos que, confinados a uma perspectiva de género sem natureza social, tenderiam para uma visão redutora, essencialista de carácter explicativo muito limitado.

Como teremos oportunidade de verificar neste artigo, o padrão de socialização da masculinidade nas classes populares parece ser contraditório com o padrão de socialização suposto pela escolaridade. Bourdieu na obra *La Distinction* (1979) interroga-se a propósito da valorização popular da força física e de tudo o que gira à sua volta, como a alimentação e a ingestão de bebidas fortes, práticas de acentuada conotação masculina, encontrando uma relação inteligível entre a força física e a classe social, apresentando-se aquela como um capital de que as classes camponesas e operárias dependem e que a reprodução cultural e o mercado de trabalho reduzem à expressão de força muscular. Para outras classes sociais e,

⁶ Cf. entre outras/os Deam 1984, Scharp 1976, Subirats & Brullet, 1988, Willis, 1991 Gaskell, 1992.

consequentemente, para os seus elementos masculinos, é a afirmação da inteligência e as propriedades sociais que lhe estão associadas, que se apresentam centrais e constitutivas da sua definição de classe, cuja legitimação social e posição de dominação supõem a posse e a transmissão de um capital cultural que, pela consistência da sua incorporação se apresenta como natural e vem a traduzir-se no sistema de classificação escolar.

Assim sendo, importa compreender de que forma e em que medida a escola se deixa atravessar por estes princípios de classificação que só supostamente lhe são exteriores, na medida em que a consideração da existência de títulos escolares com os direitos que lhe estão associados, positiva ou negativamente constituem um capital adquirido nas sociedades ocidentais. Se a escola, nas suas estratégias educativas não tem no seu horizonte, explicitamente, as várias famílias de classe, para estas, as estratégias relativas à escolaridade dos seus membros, por excesso ou por defeito, estão sempre presentes, sendo que é neste processo que procuram gerir os destinos femininos e masculinos. Assim sendo, a consideração de uma perspectiva de género, pela sua transversalidade, questiona e enriquece os objectos e as práticas habituais em educação, quer ao nível das estratégias familiares, quer ao nível das práticas escolares.

Neste campo, revelar uma maior complexidade da interacção educativa, na medida em que esta é necessariamente geradora de relações de género, contribui para uma consciência e uma acção emancipatórias da tradição que ao ocultar a natureza socio-histórica destas relações as naturalizava. Efectivamente, se o questionamento desta naturalização levanta problemas ao nível das relações homem/mulher, rapaz/rapariga dentro das várias esferas, tem também os seus reflexos no mundo académico. Todos sabemos do desconforto e das racionalidades defensivas com que investigadores homens ou mulheres encaram os chamados estudos sobre as mulheres. Será de admitir portanto uma reacção idêntica perante este objecto de estudos que problematiza o até agora improblematizável: a condição masculina.

3. METODOLOGIA

Tendo em conta os objectivos propostos pelo projecto *ARIANNE* e as particularidades da realidade portuguesa – a escassez de estudos de género e muito menos sobre a masculinidade –, optou-se como ponto de partida, por eleger jovens 14-16 anos a frequentar escolas públicas inseridas numa diversidade de contextos sócio-culturais e geográficos, reconhecendo neles, sujeitos e objectos de investigação.

A constituição da nossa amostra, envolvendo um total de 44 jovens, 19 raparigas e 25 rapazes, decorreu da selecção de uma turma por escola, em que os

géneros estivessem numa relação equitativa e onde se verificassem retenções escolares.

Criar condições para fazer falar os/as jovens numa perspectiva de género supôs uma metodologia capaz de captar de viva voz o seu discurso directo em *entrevistas de grupo abertas* com rapazes e com raparigas e, depois, entre estes dois grupos, por escola. A opção pela formulação de *perguntas abertas* visava a percepção das estruturas utilizadas pelos sujeitos para organizar a sua experiência e dos processos de atribuição de significados, até que ponto se encontravam enraizados na sua consciência e que tipo de leituras lhes permitiam fazer da realidade. A opção pela entrevista de grupo visava a percepção do confronto e debate de opiniões e julgamentos de valor, nas suas convergências e divergências, quer entre rapazes quer entre raparigas, quer entre ambos.

A estas opções subjaz uma postura de investigação segundo a qual se procura reconhecer os jovens como sujeitos⁷ porque, a partir da sua própria voz e experiência de vida, nos dizem o que é sê-lo, enquanto rapazes ou raparigas em Portugal, nos constrangimentos e facilidades das suas idades, dos seus contextos de vida geográficos, familiares, escolares e de lazer, bem como nas suas relações com os adultos e os pares masculinos e femininos – sexualidade, intimidade, afectos, amizade, identidade, comportamentos permitidos e proibidos, consumos culturais... –. Todavia, estes mesmo sujeitos não deixam de se constituir em objectos, porque permitiram, ainda que de uma forma exploratória, que se construísse a partir deles/as, uma primeira reflexão acerca da complexidade que subjaz ao processo de construção da masculinidade quando considerada nas suas interacções com a construção da feminilidade.

Foi com base na análise de conteúdo qualitativa dos discursos dos jovens de duas escolas A e B, que se procurou segundo os seus contextos de inserção, dar conta i) das representações e práticas que os/as estruturaram como sujeitos masculinos, ii) da diversidade das experiências que lhes conferem identidades de género plurais que os distinguem internamente e que apontam para a existência de várias masculinidades iii) comparar os padrões de género masculino encontrados nas duas escolas, nas suas regularidades.

São *apenas* os discursos veiculados pelos rapazes, aquando da entrevista de grupo entre rapazes, e *apenas* das escolas A e B que nos tomará a atenção já de seguida. O facto de terem faltado alguns elementos masculinos das turmas e a

⁷ Em consonância com esta atitude, as entrevistas, depois de transcritas foram devolvidas aos sujeitos, que mostraram interesse em retomar entre si a discussão iniciada com esta investigação. Todavia, essa reflexão não foi acompanhada por nós, o que consideramos uma limitação desta investigação, uma vez que tendo desencadeado um processo que faz apelo à racionalização discursiva este não se fez acompanhar da sua desconstrução. Como tal, podem-se ter reforçado estereótipos que queríamos problematizar.

constatação, no decurso das entrevistas, que os ausentados eram tidos como rapazes “dissonantes”, obriga à assunção de que os discursos captados apenas se referem a um dado tipo de rapazes que, ainda que com algumas *nuanças*, parecem convergir, na sua apreciação interna para a sua confirmação de rapazes como rapazes, em face dos seus públicos – nós, as entrevistadoras e o restante grupo masculino. Finalmente, e à semelhança da ausência da voz dos *outros* rapazes, também a ausência da voz das raparigas, não significou um silêncio sobre elas, na medida em que estiveram sempre presentes como referentes identitários, nos discursos dos rapazes, como veremos. Evocações que se tornam fulcrais para compreender que a construção social das masculinidades é intrinsecamente relacional⁸.

4. MASCULINIDADES: CONTINUIDADES, AMBIGUIDADES...

Tomando como ponto de referência os contextos sócio-culturais e económicos distintos em que se inseriam as escolas frequentadas pelos jovens entrevistados, passaremos de seguida a dar conta das representações e práticas que os estruturaram como sujeitos masculinos, na sua relação com os pais e com a escola e com os seus pares do género masculino e feminino.

4.1. Breve caracterização do contexto de inserção das escolas frequentadas pelos rapazes entrevistados

A escola A

A escola A, localiza-se no distrito do Porto e apresenta-se com um envolvimento que pode ser caracterizado do ponto de vista sócio-económico e cultural como meio rural em transição. Isto quer dizer que neste contexto, o exercício da agricultura, outrora dominante, agora com carácter subsidiário, co-existe com a actividade industrial assente em unidades de pequena e média dimensão, em franco crescimento, a que se associa o desenvolvimento do sector terciário. Do ponto de vista cultural subsistem práticas de carácter religioso e profano que se reportam ao passado rural – feiras, romarias –, combinadas com práticas “importadas” do meio urbano – frequência de discotecas, centros comerciais.

⁸ Estas considerações são igualmente válidas para o caso das entrevistas realizadas com os grupos de raparigas.

A origem social dos jovens entrevistados nesta escola, reproduz o espectro dos sectores económicos de actividade que caracterizam o concelho. O nível de escolaridade dos pais não ultrapassa a 4^a classe e uma percentagem significativa das mães são domésticas. O agregado familiar comporta em média 5 elementos, pais e três filhos.

Na escola, a turma a que pertencem os rapazes entrevistados é a que apresenta mais problemas quanto ao aproveitamento escolar, caracterizando-se este por ser sempre uma situação limite entre a passagem e a reprovação, à mercê da boa vontade dos professores na garantia da consecução da escolaridade obrigatória. Raramente ultrapassando o limiar do suficiente, são os rapazes quem apresenta a situação mais problemática, à excepção das disciplinas de Educação e Educação Visual e com notas francamente positivas, só se encontram duas raparigas.

A escola B

A escola B, igualmente situada na periferia de uma cidade de um concelho de cariz marcadamente industrial, caracterizando-se do ponto de vista económico por industrialização do sector primário, sector que sendo dominante no passado, sofreu uma forte revitalização com base em incentivos comunitários. O desenvolvimento acelerado deste sector faz-se acompanhar do crescimento dos serviços e da expansão de formas de vida urbanas. Do ponto de vista cultural, e à semelhança do contexto da escola A, subsistem práticas de carácter religioso e profano que se reportam ao passado rural – feiras, romarias –, combinadas com práticas “importadas” do meio urbano – frequência de discotecas, centros comerciais.

A origem social dos jovens da turma entrevistada recobre a diversidade dos sectores de actividade do concelho e do meio onde se insere a escola, apresentando genericamente sinais visíveis de bem estar económico. O nível de escolaridade dos pais é heterogéneo, oscilando entre a escolaridade básica e o ensino superior, e a mães que se declaram como domésticas, são uma minoria. Do ponto de vista do agregado familiar subsiste o modelo da família nuclear, com um forte predomínio de três elementos.

Do ponto de vista da turma a que pertencem os rapazes entrevistados, esta não parece apresentar um carácter distintivo na escola, nem do ponto de vista da presença relativa de géneros, nem do ponto de vista do aproveitamento escolar que se situa entre o Bom e o Muito Bom. No entanto, neste panorama o que torna esta turma distinta é o facto de nela se concentrarem três rapazes (para duas raparigas) com retenção na sua trajectória escolar, das raparigas deterem as melhores notas em todo o espectro académico para uma concentração dos rapazes nas disciplinas de Educação Física e Ciências. Finalmente, salienta-se um rapaz que só não tinha nota máxima na disciplina de Educação Física.

4.2. A construção da masculinidade nos discursos dos rapazes das escolas A e B

O mote desencadeador da conversa com os rapazes foi acerca de ser rapaz e de ter 14 anos. As respostas não se fizeram esperar:

“Fazer asneiras” e “andar por aí sozinhos” ou... uma imagem de si como jovem

“Se uma pessoa é rapaz, tem 14 anos e não gosta de viver, não vale a pena... Nesta idade a gente faz asneiras e quando tivermos 20 ou 30 anos havemos de nos lembrar destas cenas tão estúpidas, tão parvas, tão divertidas”, “... aos 14 é quando uma pessoa resolve as primeiras experiência, mas a partir dos 18 anos há mais liberdade. É o que a gente mais quer nesse tempo. É a idade em que há mais liberdade para ir a discotecas, ter carro, ver certos filmes no cinema, fumar, chegar tarde a casa...”, “É ter responsabilidade em nós, liberdade para fazer o que queremos sem abusar”. (rapazes da escola A)

“Queremos só brincadeira...”, “queremos ser mais homens, queremos ser adultos”, “queremos fazer coisas, andar por aí sozinhos, arranjar alguém, fazer o que os adultos costumam fazer...”, “queremos parecer mais responsáveis mas acabamos por fazer o contrário. Fazemos certas asneiras ao querer ser mais adultos...”, “Um amigo meu que tem 18 anos e tem carro...” (rapazes da escola B)

Ambos os grupos de rapazes têm dos 14 anos uma noção de fronteira entre dois mundos, o da infância que se prolonga no sentimento do lúdico e da irresponsabilidade social, e o do mundo adulto, mundo em que se começam a iniciar. Se é o binómio irresponsabilidade/dependência que é estruturador da sua condição social de rapazes com 14 anos, “meio-crianças, meio-adultos, nem crianças, nem adultos” (Bourdieu, 1980: 146), é o binómio liberdade/responsabilidade que se apresenta no seus discursos como uma estrutura em equilíbrio marcando o fim de uma etapa que se inicia com o nascimento e que termina aos dezoito anos. Ser jovem parece conferir à sua identidade um estatuto temporário.

“Levar corte” e “a liberdade que os pais não deixam fazer” ou... de como nas relações familiares, os adultos-pais constróem os jovens rapazes.

“Só podemos sair à noite ao fim de semana e nem sempre...”, “em casa temos de obedecer aos nossos pais, porque senão, para a próxima levamos corte.”, “mesmo ao domingo temos de estar todos à hora do jantar.”, “As mães ‘atizam o lume da fogueira’, ‘deitam veneno’... estão sempre a ‘meter a colher’... ‘picam’ os pais contra os filhos.”, “O pai é quem dá a decisão final, deve ser por causa de ser homem e de ter vivido as nossas experiências.” (rapazes da escola A)

“Temos desavenças com os pais porque queremos fazer aquilo que nos apetece, como furar a orelha, deixar crescer o cabelo e eles não deixam!”, “Arranjar alguém, passear, isso também dá conflitos! Sair com os colegas, é essa a liberdade que os pais não deixam fazer... Para os nossos pais nos deixarem ir assim à noite, sair, ir ao cinema ou à discoteca e isso... acho que têm de conhecer esses nossos amigos, a maneira como eles falam, se eles são bem educados ou se estão metidos no tabaco e isso, na droga!”, “Para os pais nos deixarem sair à noite, eu penso que eles têm de ter bastante confiança em nós e deixam-nos sair com os amigos adequados”, “Ajudamos em casa ao fim de semana. À minha mãe, arrumo o quarto, ajudo na cozinha, faço recados... vou ajudar o meu pai no trabalho que é pegado á casa, a arranjar a carrinha, a lavar o carro.. Já não é tanto, mas nós ainda pensamos um bocado que os trabalhos domésticos é para a mulher e os trabalhos pesados é para o homem” (rapazes da escola B)

Num contexto em que a frequência escolar retira aos pais a necessidade da vigilância a tempo inteiro, esta exerce-se fundamentalmente sobre o tempo não escolar, através do controlo do tempo à noite e aos fins-de-semana. Torna-se perceptível para os rapazes da escola A que a partir do momento em que entram na adolescência e em que se iniciam como homens o papel educativo das mães parece esgotar-se soando então a hora dos pais. Deixa-se adivinhar pelas suas palavras que o crescimento dos rapazes como homens pressupõe um conjunto de experiências, nomeadamente em grupo, a que as mães se sentem alheias. Por outro lado, supõe a frequência de espaços exteriores à casa, por vezes de noite, onde se processam convívios masculinos, de uma maneira geral interditos às mulheres.

Para a escola B e no que se refere ao modelo de intervenção familiar, verifica-se que a vigilância parental se exerce na regulação dos lazeres e da noite como se estende aos lazeres diurnos, com ingerência nas esferas das suas sociabilidades, pela avaliação que exercem sobre o carácter moral das companhias (cf. Pais, 1990: 111). Nas suas famílias parece denotar-se uma relação cooperativa entre filhos e mães no que se refere aos trabalhos domésticos e entre filhos e pais no que se refere à manutenção dos bens familiares. Desenhando-se esta relação em torno das duas figuras parentais, estas desdobram o espaço doméstico nas duas esferas de acção que reiteram os estereótipos dominantes de género.

No entanto, o grande espaço de experiência de si, exterior à casa, nestas idades, é a escola. É lá que se encontram quotidianamente com outros rapazes e também com as raparigas. Por conseguinte, é na escola que o grupo de pares como estrutura de socialização encontra a sua condição de existência mais consistente, não só do ponto de vista da convergência espaço-tempo como da emergência de experiências e confrontos – de comportamento, pensamento e de emoção – que explicitam masculinidades plurais e os seus processos de controlo social em que se suportam:

“Gozar uns dos outros” e “Ir na deles”: *“playboys”, “timidozinhos”, “maricas” e “cobardes”* ou... aprender a ser rapaz entre rapazes no convívio escolar

“Os rapazes também têm sentimentos, todos têm... numa relação, um rapaz até pode sentir mais do que uma rapariga... o que os rapazes fazem é esconder em frente dos colegas para não passar vergonhas. Os rapazes gozam uns dos outros, as raparigas não gozam delas...”, “O ‘Playboy’ é alguém que tem muita experiência, não é como o ‘timidozinho’ que tira as melhores notas e que é raro andar connosco, por isso alguns colegas lhe chamam maricas! Mas há quem argumente que ele não é diferente de nós! Ele é do mesmo sexo!” (rapazes da escola A)

“Estamos sempre todos reunidos em grupo, falamos entre nós de sexo... os amigos também ajudam a fumar! Certos fumam e tal... uma pessoa vai sempre na deles!”, “Quando há porrada, pancadaria, pronto, é só uma maneira de mostrar que é forte, que é macho e isso... ou chamar-nos, por exemplo, bichas e que não gostamos de mulheres... ou chamar cobarde.”, “Gostamos de filmes pornográficos. Sexo é o que os adultos costumam fazer, não é?”, “E filmes de violência porque gostamos de ver andar à porrada. Não somos como o que só tira 5 e não gosta de jogar futebol, não gosta de nada, está sempre à beira da sala, sempre a jogar cartas. Acho isso anormal! Esse rapaz não pensa em sexo e esquece-se de curtir a vida!” (rapazes da escola B)

É no seio do próprio grupo de rapazes que assistimos à construção da masculinidade em cada uma das escolas. Se na escola A esse processo decorre sob o signo do trabalho sobre as subjectividades e na escola B, do trabalho sobre a *performance*, ambas convergem afinal, para (re)compor o retrato do modelo hegemónico de masculinidade.

Na escola A, a atribuição de uma identidade masculina assenta no bloqueamento da afectividade e das fragilidades em favor da *performance* predatória, com tudo o que ela tem de real e de imaginária. Na escola B, no processo de construção da masculinidade é acentuado o papel dos confrontos físicos e dos conflitos verbais, onde a própria linguagem em estilo cru e duro, é já, em si, parte da encenação.

Nos discursos dos jovens de ambas as escolas, o que se afigura então como esturante para compreendermos a construção da masculinidade nestes dois grupos de rapazes, é a correspondência naturalista que estabelecem entre sexo biológico e género, e a redução das possibilidades identitárias em aberto, apenas a dois modelos limite: os *“Timidozinhos”* e *“O que tira só 5 e não gosta de jogar futebol”* (escolas A e B, respectivamente) e os *“Play-boys”* e *“os que sabem curtir a vida: fumam, gostam de sexo e pornografia, andar à pancada e de ver filmes de porrada”* (idem).

Se o primeiro modelo age por defeito relativamente ao padrão de masculinidade dominante porque avalia e categoriza aqueles perfis de comportamento na exacta medida em o aproximam do género feminino, o segundo age por excesso, na exacta medida em que ao exacerbar a condição de objecto do feminino, excede a humanidade do masculino, tornando-se num mito a perseguir.

Assim, se do ponto de vista sócio-cognitivo é esta estrutura mental que lhes permite dar sentido à realidade, é o sentimento de vergonha e de humilhação resultante do “gozo”, da ironia, do achincalhamento por referência a situações de exposição pública dos afectos ou pela atribuição de uma identidade tida como feminina, que se mostra como um dos instrumentos de socialização entre pares mais acutilante, uma vez que se inscreve profundamente ao nível psico-afectivo, gerando disposições inibitórias com possíveis efeitos duradouros. Sobreviver como rapaz entre rapazes, supõe, portanto, a adesão e conformidade ao modelo de masculinidade desejado, dependendo esta da capacidade individual de gerir as impressões junto dos outros, ficando acima de qualquer suspeita, mesmo que seja “*só uma maneira de mostrar que é forte, que é macho*” (rapazes da escola B).

Pode então dizer-se que ao nível das relações de sociabilidade entre rapazes, a grande lição consiste em aprender que um homem é tudo aquilo que uma mulher não é. Ou seja; de que o masculino se constrói numa relação de oposição e contra o feminino. Assim sendo, este *reconhecimento* de si por parte dos rapazes, acaba por constituir-se num forte obstáculo ao seu próprio *conhecimento* e ao conhecimento das raparigas, inibindo a possibilidade do estabelecimento de relações de companheirismo e de afecto entre rapazes e raparigas, convertendo-as em relações puramente sexuais. De igual modo, ao nível do grupo de rapazes, tal não parece ser de molde a permitir a formulação de outro tipo de expressão da masculinidade, entre e para além das fronteiras “*Playboys*” e “*Timidozinhos*” que a (de)limitam. O contexto das relações entre rapazes, age assim como se fora uma vigilância panóptica, tanto mais acentuada quanto as possibilidades sociais de agir como rapaz são reduzidas⁹. Ficamos assim de sobreaviso relativamente às situações em que, assentando a possibilidade de realização na performance académica, esta é estigmatizada no seio do grupo de rapazes.

Porém, se é na escola que os rapazes têm possibilidades acrescidas de se constituir como grupo de pares homosocial, é pelo facto de aquela ser co-educativa que o grupo de pares heterossexual como estrutura de socialização encontra a sua condição de existência mais consistente. Isto significa que na escola co-edu-

⁹ Exemplo disso foi a referência assinalada numa outra escola, onde os rapazes se referiam depreciativamente em relação a outro “*ele gosta de ajudar a mãe as irmãs e sabe fazer bolos. Aquele gajo é mesmo chato... É fulo da cabeça... Quando vai para minha casa pede-me sempre para fazer bolos!*” (rapazes da escola C).

cativa, a construção da masculinidade e da feminilidade ainda que numa perspectiva homosocial, se constrói sempre como género, ou seja, por referência ao “outro”, simultaneamente como corpo presente e/ou sujeito imaginado. É pois, também com raparigas concretas que se processa a construção da masculinidade, e é nesta relação que a sexualidade e o género parecem tomar conta dos sujeitos:

Entre “tirar uns kisses” e “é um fardo muito grande!” ou... uma aprendizagem dos afectos

“A namorar as raparigas são mais tímidas. A rapariga sente-se mais usada...”, “os rapazes usam as raparigas... nestas idades, as raparigas sentem mais do que os rapazes”, “Somos novos, na nossa idade não devemos levar tão a sério o namoro. Só queremos tirar uns kisses e nada mais...” (rapazes da escola A)

“Gostamos de namorar, quase todos namoramos...”, “Curtir é só para tirar uns beijos, é como quem tira e deita fora depois, é mesmo só isso! Namorar é assim para durar até casar!”, “O namoro é para duas pessoas se conhecerem melhor, depois quando se conhecem, se revelam uma à outra, pensa-se em casar! Falam, ficam mais íntimos, mais juntos!”, “Alguém tem de tomar uma iniciativa e as raparigas são um bocado mais tímidas... uma pessoa quando vai pedir uma rapariga em namoro, tem riscos, ela pode não aceitar... para os rapazes, pedir namoro é um fardo muito grande. – Porque é que a maior parte dos rapazes tem de pedir namoro?” (rapazes da escola B)

Surgindo em primeiro plano as relações afectivas com as raparigas, estas aparecem, no entanto, nos discursos dos rapazes, formuladas diferentemente, entre “dar uns kisses” como sendo uma versão possível do “curtir” e o “namorar”. Se no primeiro caso, a relação é de tipo breve, conjuntural, momentânea, assumidamente inconsequente, e no segundo, parece revestir-se de um carácter de maior permanência, comprometimento e fidelidade e com consequências, em ambas parece ser o tempo quem interfere na natureza da relação – da descoberta e experimentação à concretização e consolidação. Nesta medida, somos de novo confrontadas com o binómio irresponsabilidade/responsabilidade com que, afinal, os rapazes auto-definem o estatuto intermédio das suas idades.

Com o discurso dos rapazes da escola B, estamos mais uma vez perante a dissertação acerca das possibilidades extremadas às quais aderem, ainda que avaliem ambigualmente das suas vantagens, dos inconvenientes e consequências. Se as vantagens tendem a valorizar o seu protagonismo e este como um reflexo das suas capacidades para tomar iniciativas, retrato da masculinidade como acção, o desempenho daquele papel não é feito sem sacrifícios, uma vez que acarreta algumas dificuldades. É nesta “obrigação” que reside um dos inconvenientes do

ideal masculino na medida em que gera, do ponto de vista das práticas sociais, sentimentos de ambiguidade e insegurança pela possibilidade de rejeição. É aqui, na discrepância entre as representações e as práticas sociais que se evidenciam nos rapazes os efeitos, quer da investidura de poderes conferidos pela representação daquele papel quando ela é bem sucedida, quer da sua subordinação à própria dominação masculina que se apresenta para muitos como uma imagem inacessível de virilidade, quando ela é experimentada com o sentimento de “obrigação” ou de “vítimas”.

Subentende-se de novo uma lógica identitária que faz corresponder o desempenho do género ao sexo biológico, agora enunciado sob a forma do binómio actividade v/s passividade, destemor v/s pudor.

É pois, nesta estrutura cognitiva, orquestrada em compasso binário, que os rapazes em análise procedem à categorização das suas congéneres femininas, bem à semelhança do que fizeram relativamente a si, distribuindo-as num espectro de imagens que vão desde a “Tímida” à “Maria-rapaz”, diferenciando-as internamente por relação com o comportamento sexual e o companheirismo.

Entre as “Tímidas” e as “Santinhas do caraças!”, as “Atrevidas” e as “Maria-rapaz” ou... de como os rapazes vêm as raparigas. Imagens plurais de feminilidade.

“Nos recreios, as da nossa turma não gostam de falar connosco. São tímidas. Poucas vezes nos dirigem a palavra, mas quando passamos estão sempre a falar de rapazes...”, “elas fogem, são uma ‘choquinhas’, ‘pingos de leite’, só falam, são umas ‘santinhas do caraças’, não se abrem... têm um certo feitio!”, “Há raparigas feias que com a sua simpatia se tornam bonitas, é a maneira de ser, o falar dela, como fala connosco, se não é muito ‘choca’, o seu interesse em nós. Uma rapariga pode ser muito bonita e pela maneira de ser fazer-se importante... sendo assim, não interessa!”. “As mais bonitas são aquelas que nós sabemos que não temos hipóteses”(rapazes da escola A)

“As raparigas são mais responsáveis, pensam mais no estudo, são mais ingénuas, mais tímidas, mais receosas porque não pensam tanto em sexo como os rapazes...”, “As mais ‘tímidas’ costumam ser as mais feias e esqueléticas e temos de ser nós a ter as atitudes todas. Não é fácil para nós!”, “Agora as mulheres impõem-se mais, não se querem rebaixar perante os rapazes... as ‘atrevidas’ mandam ‘bocas’: “– Nós adoramos homens suados e não sei quê!”, atiram-se aos rapazes sem timidez, falam mesmo assim de sexo e isso... e perguntam mesmo “– Queres namorar?” e assim...”, “A ‘Maria rapaz’ é uma rapariga que não gosta de ser rapariga, gostava de ser rapaz e jogam muito futebol, relacionam-se muito com os rapazes, mas não é de curtição, é mais falar como os rapazes, vestem-se como os rapazes, usam um penteado como os rapazes, é isso!”, “Elas, 2 em 10 gostam de namorar, gostam de

fazer isso e as outras todas parece que não... querem pensar nisso mais tarde, pensam mais nos estudos que os rapazes. Elas têm mais medos porque podem engravidar, problema que os rapazes não têm...”, “Nós gostamos da maneira como elas nos percebem, os problemas que nós temos e a maneira de pensarem, mas temos medo de nos abrir-nos, que elas não nos compreendam e gozem com nós” (rapazes da escola B)

Em ambas as escolas encontramos a produção de um conhecimento acerca das raparigas, conhecimento esse que resulta numa categorização segundo características psico-sociais que por um lado se apresentam aos seus olhos, consensualmente, como maduras para a vida social mas imaturas para a vida, entenda-se sexual.

Esta representação homogénea ideal que ambos os grupos de rapazes parecem ter a respeito do *outro* feminino, adquire um tom plural resultante do seu confronto com as raparigas concretas com que interagem no espaço escolar. Assim, ambos tomam as “Tímidas” como o exemplo acabado da feminilidade mais extremada e distante, aquela que mais parece resistir ao contexto de convivialidade heterossexual suposto pela co-educação e que mais lhes resiste e escapa. De tal modo que para os rapazes da escola B, este perfil psicológico é sublinhado com a imputação de um perfil físico de carácter pejorativo “*feias e esqueléticas*”. Nem companheiras, nem parceiras sexuais, as “Tímidas” têm como oposto para os rapazes da escola B, as “Atrevidas” e as “Maria-rapaz” e para os rapazes da escola A, as “Santinhas”.

Sendo as “Maria-rapaz”, as que mais fortemente contrariam os estereótipos dominantes da feminilidade, nem “Evas” nem “Marias”, e na ausência de processos reflexivos que permitam aos rapazes da escola B interpretar tal divergência ao modelo tradicional de feminilidade como uma alternativa, desenvolvem raciocínios onde estas apesar de serem vistas como não estando bem na sua pele, não são penalizadas pelo facto de não representarem uma correspondência linear entre sexo e género. Contrariamente ao que ajuízam para os rapazes em idênticas circunstâncias, são as “Maria-rapaz” que são por eles mencionadas como as companheiras, eventualmente por que não são, nem inacessíveis como as “Tímidas”, nem excessivas como as “Atrevidas”.

Ora é porque estas, as “Atrevidas”, se intrometem provocadoramente e desafiam os rapazes numa área por eles verbalizada como exclusivamente masculina, o campo das relações afectivas de carácter sexual onde é suposto que eles ocupem posições de maior saber e poder, que os coloca perante uma experiência que parece ser inibitória. Sobretudo, porque ao fazê-lo, as “Atrevidas” invertem o que eles consideram ser a “ordem natural/sexual das coisas”. Se as “Atrevidas” e as “Maria-rapaz” apesar das suas diferenças, se apresentam para os rapazes com o benefício da clareza de intenções, as “Santinhas”, a meio caminho entre as

“Tímidas e as “Atrevidas”, conseguem ser ainda mais perturbadoras do que estas últimas, dados os malefícios da incerteza em que os encerram.

O tom insultoso, entre o irónico e o ressabiado com que os rapazes da escola A adjectivam esta categoria feminina, deixa antever um juízo avaliativo que denuncia a sua suposta falsa moral, mas que ao mesmo tempo, é revelador da exiguidade de modelos de masculinidade e feminilidade que articulem com originalidade as relações de sexualidade e de convivialidade. Tarefa tanto mais complexa, quanto a impossibilidade de contornar o incontornável: o corpo e a sexualidade adolescente.

Todavia, também, ambos os grupos de rapazes expressam sentimentos de insatisfação perante o “beco sem saída” comunicacional em que a masculinidade e feminilidade dominantes encerram mutuamente rapazes e raparigas. Os rapazes da escola A, sobrevalorizando nas raparigas a importância dos aspectos psico-afectivos sobre os aspectos físicos não ocultam o conhecimento de que a possibilidade de serem rejeitados aumenta proporcionalmente com a beleza feminina. Beleza que confere às mulheres um poder de atracção do qual os rapazes se sentem presas. Os rapazes da escola B, reconhecendo no feminino qualidades de escuta compreensiva antecipam a negação desta possibilidade pelos riscos que tal exposição lhes traria, deslocando agora para o feminino, o controlo que os inibe à expressão da sua subjectividade como rapazes. Sendo assim, na construção da masculinidade, também as raparigas participam no bloqueamento da afectividade e das fragilidades dos rapazes, compelindo-os à representação da masculinidade dominante.

Se até agora, temos procurado dar conta de como, nos discursos dos rapazes, os contextos de recreio são propiciadores de significativas interacções de género na frequência da escola co-educativa, resta agora referir os modos como neles se representam perante a escolaridade, ou seja; perante o estudo e aplicação ao trabalho escolar, atenção, comportamento nas aulas e aproveitamento académico.

“Só tiramos 5 virados ao contrário” e “... tudo contadinho, à espera que toque!” ou... como os rapazes se percebem como alunos e perspectivam a sua vida futura

“Só gostava de ser rapariga na escola porque elas na escola são mais bem comportadas..., têm mais sorte..., são mais inteligentes, tiram melhores notas que os rapazes, mas fora da escola é totalmente diferente. Temos mais liberdade e menos responsabilidade...”, “Só tiramos 5 virados ao contrário mas há pessoas que sem estudos têm vidas muito superiores...”, “eu queria ser empreiteiro”, “... industrial”, “... futebolista” (Rapazes da escola A)

“Passamos mais tempo na escola, estamos na escola, mas a maior parte nem liga aos estudos... passamos o tempo a olhar para as horas, para os segundos, para os minutos, tudo contadinho à espera que toque!”, “É mais normal tirar notas razoáveis do que andar sempre a pensar em estudar, estudar, estudar... Também é mais normal, uma pessoa tirar duas ou três negativas do que uma pessoa estar sempre a estudar, estudar, estudar... gostamos da escola para conviver e divertir!”, “eu queria ser futebolista”, “médico”, “engenheiro!” (Rapazes da escola B)

Na medida em que o trabalho escolar é sentido como passivo, recolhido, e até, tendencialmente solitário, em particular nos momentos de prestação de provas académicas, parece denotar-se dos discursos de ambos os grupos de rapazes, a sua conceptualização como sendo um trabalho feminino. Por essa razão, e retomando a análise do seu discurso inicial, melhor se compreende que para eles, parece haver uma incompatibilidade identitária natural entre ser um “verdadeiro” rapaz e ser, ao mesmo tempo, um “bom” aluno, uma vez que nas suas palavras, ao *“timidozinho’ que tira as melhores notas ... os colegas lhe chamam maricas!”* e consideram *“anormal o que só tira 5 e não gosta de jogar futebol.”* (rapazes da escola A e B, respectivamente).

A coincidência discursiva entre os dois grupos de rapazes relativamente ao exercício do “ofício de aluno” (Perrenoud, 1995), deve no entanto, ser matizada, na medida em que a performance académica de ambos, é substancialmente diferente. Assim, se importa não esquecer que os rapazes da escola A, se encontravam no limiar da reprovação e que os rapazes da escola B, eram na sua maioria bons alunos, ambos parecem comungar das mesmas dificuldades em conciliar o *“ter 14 anos e o gozo pela vida”* com a auto-disciplina exigida pelo estudo. Assim, enquanto os primeiros remetem para as raparigas as competências e as virtudes inerentes ao estudo e, ao fazê-lo, se desafectam da escola, até porque no seu contexto de vida parece ser comum a existência de *“pessoas que sem estudos têm vidas muito superiores”*, os rapazes da escola B, incluindo-se dentro da escola, parecem ser capazes de accionar estratégias de resistência vs compatibilização em torno de um cumprimento *“razoável”* do ofício de aluno. Este, satisfazendo todos – pais, professores e eles próprios –, não põe assim em risco os seus ofícios correlatos como filho e par, não deixando de projectar o seu futuro em torno da obtenção de um capital escolar de nível superior; sob risco de desclassificação social naquele contexto de vida.

Assim sendo, nesta desigual afectação dos rapazes em relação à escola, mais do que uma política deliberada desta, aquilo que surpreendemos é a relação de diferentes famílias de classe com a escola, em cujas trajectórias se desenha a expectativa de mobilidade social pela obtenção ou não de um capital escolar por parte dos seus filhos.

5. CONSIDERAÇÕES

A auto-percepção da sua idade de vida como uma fase de transição entre a infância e o estado adulto, apresentando-se aquela com uma inconsistência de carácter bio-psico-social específico, é comum aos dois grupos de rapazes que acompanhamos.

Outra grande regularidade prende-se com a importância que ambos os grupos atribuem à família. A sua importância como instituição de suporte económico e afectivo, nunca foi posta em causa. No entanto, as relações no seu interior são vistas sob o prisma da subordinação dos jovens rapazes à autoridade parental sendo nessa relação que se vão exercitando autonomias sobretudo no acesso à esfera pública, no quadro das sociabilidades e lazes juvenis.

Um outro eixo estruturador dos seus discursos é a relação entre si e os pares. Toda a representação de si se efectua por referência aos outros diferentes e aos outros semelhantes. Este processo tende a dicotomizar a realidade e a homogeneizar cada uma das categorias, produzindo um discurso centrado no “nós” e “elas” que reproduz os conteúdos socialmente dominantes de género. Neste processo de reconhecimento as representações da sua identidade social vivem uma tensão entre o que poderemos designar de um nível mental e um nível real. Nesta medida, os padrões de socialização dominantes não se traduzem mecanicamente nas competências que lhes permitem a sua realização prática. Como tal os rapazes parecem sofrer os efeitos do modelo de masculinidade dominante centrado na exteriorização de competência que é suposto, como rapazes, possuírem, que inibe todas as formas de fragilidade. Ora, por razões de ordem bio-psico-social esta regra nem sempre se verifica e os seus efeitos, podem portanto, ser perversos, nomeadamente no plano afectivo, o que origina a experiência de diferentes masculinidades: no limite, os que vivem subordinados a este desempenho – que vivem como que num palco –, os que vivem literalmente à margem deste desempenho e os que vivem na sua ilusão.

Uma outra regularidade é relativa à existência de um discurso acerca da desigualdade psicológica entre rapazes e raparigas em que elas são apresentadas numa posição de superioridade com efeitos no mundo académico e na relação afectiva, relação esta que constitui nas vidas dos rapazes uma dimensão central, revestida de concepções diferentes conforme a idade de vida.

Estas dicotomias têm uma expressão muito visível na escola sendo que, se aos rapazes corresponde com maior evidência o tempo de intervalo, o espaço físico do recreio e neste, a actividade de futebol, são os resultados escolares que maiores efeitos parecem provocar na construção da sua identidade como rapazes.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. (1995), *Senhores de si, uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.
- ARAÚJO, H. (1996), O masculino e o feminino na escola democrática, *Conferencia*. Universidade de Palencia, Curso de Verão (doc. policopiado).
- CRUZ, M. BRAGA DA e outros (1984), A condição social da juventude portuguesa, *Análise Social*, Lisboa, vol XX (81-82).
- BENAVENTE, A. et al. (1994), *Renunciar a escola. O abandono escolar no ensino básico*, Lisboa. Fim de Século.
- BORDIEU, P. (1979), *La distinction. Critique Social du pugenent*. Paris. Edition du Minuit.
- BORDIEU, P. (1980), *Questions de Sociologie*. Paris. Edition du Minuit.
- CONNELL, R. W. (1995), *Masculinities*, Cambridge, Polity Press.
- DEAM, R. (1984), *Co-education reconsidered*, Milton Keynes: Open University Press.
- FAOJ (1983), *Inquérito nacional a juventude, síntese dos principais resultados*, Lisboa, FAOJ.
- GASKELL, J. (1992), *Gender matters: from school to work*, Milton Keynes, Open University Press.
- GRÁCIO, S. (1990), Crise juvenil e invenção da juventude. Notas para um programa de pesquisa, *Actas do 1º Congresso Português de Sociologia, A Sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, pp: 103-111.
- GRÁCIO, S. (1997), *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*, Lisboa, Educa-Formação.
- HENRIQUES, F. (1993), *Igualdades e diferenças*, Porto, Porto Editora.
- PAIS, J. M. (1990a), A construção sociológica da juventude – alguns contributos, Lisboa, *Análise Social*, Vol. XXV (105-106):139-165.
- PAIS, J. M. (1990b), Lazer, sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica, Lisboa, *Análise Social* (108-109): pp. 591-644.
- PAIS, J. M. (1990c), *Culturas de juventude*, Lisboa, INCM.
- PERRENOUD, PH. (1994), *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*, Porto, Porto Editora, 1995.
- SAMPAIO, D. (1994a), *Ninguém morre sozinho, o adolescente e o suicídio*, Lisboa, Ed. Caminho.
- SAMPAIO, D. (1994b), *Vozes e ruídos, diálogos com adolescentes*, Lisboa, Ed. Caminho
- SAMPAIO, D. (1995), *Voltei à escola*, Lisboa, Ed. Caminho.
- SCOTT, J. (1990), Género: uma categoria útil de análise histórica, in *Educação e Realidade*, 20(2), Julho/Dezembro, pp:71-99 (1995).
- STOER, S. & ARAÚJO, H. (1992), *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da semi-periferia europeia*, Lisboa, Escher.
- SUBIRATS, M. & BRULLET C. (1988), *Rosa y azul*, Madrid, Instituto de la Mujer.
- WILLIS, P. (1991), *Aprendendo a ser trabalhador*, Portalegre, Artes Médicas.

A ARTE DE DAR VOZ AO OUTRO

A sua importância democrática ilustrada por um exemplo literário suíço que abalou a imagem da ditadura salazarista

por

Jeroen Dewulf*

“Pessoas sem história”, foi assim que o historiador norte-americano Eric Wolf chamou àquelas pessoas que ficaram sem voz na história da humanidade. Ora, segundo o crítico literário palestino Edward Said, a origem desta desigualdade está no poder do discurso, pois, durante séculos, quase só se dava ouvidos a uma única voz: uma voz masculina, ocidental, branca, cristã. Com base nesta voz dominante, criou-se uma imagem distorcida do Outro, ou seja, do não-masculino, do não-ocidental, do não-branco, do não-cristão. Desde que foi publicado o seu livro *Orientalismo* (1978) tem-se discutido muito a problemática da representação do Outro. Será que nós temos o direito de falar pelos Outros, sem lhes dar a palavra a eles? Eis uma pergunta que afectou em primeira linha uma ciência que vivia da representação do Outro: a antropologia. O antropólogo norte-americano Clifford Geertz sublinha que representar alguém significa necessariamente exercer poder sobre alguém e pergunta, consequentemente, onde estará então a diferença entre o representar e o manipular. (Geertz 1997: 148) Várias feministas norte-americanas defendem que esta diferença, de facto, não existe e que os pilares de todo o conhecimento ocidental são falsos porque se baseiam em representações elaboradas por aqueles que durante séculos tiveram o monopólio do poder. Para mudar esta situação, propõe pura e simplesmente rejeitar qualquer forma de representação. Muitas feministas defendem, portanto, que falar por outros é arrogante, anti-ético e politicamente incorrecto.¹

* Universidade do Porto. O autor agradece a CIEG – Programa POCTI pelo apoio à pesquisa.

¹ “As a type of discursive practice, speaking for others has come under increasing criticism, and in some communities it is being rejected. There is a strong, albeit contested, current within feminism which holds that speaking for others is arrogant, vain, unethical, and politically illegitimate.” (Alcoff 1992: 6)

À primeira vista, esta teoria, parece ter a sua lógica. No entanto, ao pensá-la consequentemente até ao fim, chegamos inevitavelmente à conclusão que, então, seria melhor que cada um falasse apenas por si próprio. O que, obviamente, seria o cúmulo do egoísmo cultural, um egoísmo que se situa, aliás, bem perto das teorias mais reaccionárias da extrema-direita. O que parece ser politicamente muito correcto acaba, de facto, por se transformar numa teoria quase idêntica àquela que reinou em Portugal durante a ditadura, a teoria de Portugal como um país onde se estava “orgulhosamente só”. Era esta a base da propaganda salazarista contra outras vozes vindas do estrangeiro. Quando se fala da propaganda durante a ditadura, há um nome que constantemente aparece, o de António Ferro. O seu papel no chamado “Secretariado de Propaganda Nacional” (SPN), mais tarde no “Secretariado Nacional de Informação” (SNI) foi fundamental em relação à imagem de Portugal que se tentava passar no estrangeiro. Para isso, António Ferro usou os seus excelentes contactos com a intelectualidade europeia da época. Convidava, por exemplo, várias vezes o escritor alemão Reinhold Schneider a vir a Portugal. A imagem de Portugal que Schneider apresenta é uma que faz lembrar a canção *Uma Casa Portuguesa*, ou seja, Portugal como país pobre, mas feliz. Aos olhos de Schneider, Portugal aparece como um país bucólico. Ele não vê a falta de liberdade, não vê os presos políticos, não vê a repressão, o que faz é cantar a beleza dos carros de bois, a sabedoria dos camponeses que vivem em harmonia com a natureza ou a simplicidade e honestidade dos pastores e pescadores.²

É também esta a imagem de Portugal que António Ferro vai tentar espalhar pelo estrangeiro. Ao mesmo tempo, será a base da organização política do turismo estrangeiro para o qual Portugal lentamente se vai abrir. Para atrair turistas, António Ferro apostou na abertura das chamadas “Casas de Portugal”, as primeiras em Paris e Londres (1931), mais tarde também em Antuérpia (1933) e Nova York (1939). Na sua obra *Portugal: o turismo no século XX* (1988), Paulo Pina sublinha como era grande o receio de que turistas estrangeiros pudessem corromper a juventude portuguesa. Uma das primeiras medidas que o governo tomou em relação ao turismo foi, aliás, o Decreto-Lei regulamentador dos fatos de banho, como se, em Portugal, não houvesse problemas mais urgentes a resolver do que “caçar” raparigas que se atrevessem a usar biquini.

A mesma imagem de Portugal, embora menos “achocolatada”, encontramos no livro *Dialogue Luso-Suisse* (1960) do então embaixador suíço em Lisboa, Béat

² “Ich gehe auf einem Boden, aus dem mir bei jedem Schritt eine Quelle entgegenspringt. Ich sehe, dass ich vieles nur ahnte, aber keineswegs verstand. Die Güte, der Ernst, die Sicherheit der Menschen, die ich früher nicht in gleichem Masse wahrnahm, beglücken mich. Der hinreissenden Schönheit der Landschaft, – der Mimosenberge des Minho, seiner Wein und Orangengärten, aber auch der Majestät eines Ochsen-gespans und der weisen Geduld der Bauern, Fischer und Hirten, möchte ich gerne Worte leihen, wenn sie mir gegeben werden.” (Schneider, 1956: 7)

de Fischer. De Fischer sublinha que foi, António Ferro, o mais empenhado em ganhar simpatias para com o Estado Novo na Suíça. (Fischer, 1960: 355) Para conseguir tais simpatias, António Ferro recorreu fundamentalmente a amigos de letras e convidou para Portugal o escritor suíço de expressão francesa Louis Gonzague de Reynold. Este vai escrever um livro durante a sua estadia em Portugal, publicado em 1936, intitulado *Portugal*, e que é um verdadeiro elogio ao Estado Novo. Segundo Gonzague de Reynold, com o golpe de estado de 27 de Maio de 1926, Portugal foi “salvo da maçonaria e do comunismo” e representa agora, com Salazar, “a defesa das grandes ideias e dos grandes interesses ocidentais”. Gonzague de Reynold aponta ainda um ponto fraco em relação a Portugal: na sua opinião, o futuro do país está comprometido pelo facto de ter havido “demasiada mistura de sangue português com raças exóticas”. Trata-se de uma ideia muito pouco cristã de alguém que na Suíça é conhecido como um católico convicto, mas mostra bem onde se situavam politicamente muitos desses estrangeiros, apoiantes do Estado Novo português. (Reynold, 1936: 44)

Mais surpreendente ainda foram os excelentes contactos que António Ferro mantinha com a escritora suíça Annemarie Schwarzenbach. Pois mesmo Schwarzenbach, que é conhecida na Suíça como uma grande anti-fascista, que tinha ligações a partidos de esquerda e que era, ainda por cima, uma lésbica assumida, tornou-se numa apoiante entusiasta da causa do Estado Novo. Nos vários artigos que publicou nos anos 40 em jornais suíços sobre a situação em Portugal, negava que Salazar era um ditador, pois na sua opinião, Salazar “representava uma alternativa democrática à ditadura”. Schwarzenbach defende o governo português da época como sendo “um dos mais intelectuais da Europa” e apaixonou-se perdidamente pela mocidade portuguesa, sobretudo no que diz respeito às raparigas de uniforme. (cfr. Vilas-Boas 1998)³

Não é de estranhar portanto, que com tanto talento propagandístico, António Ferro conseguiu estabelecer excelentes relações entre a Suíça e Portugal. Sob direcção de Ferro, a Suíça passa a ser considerada um dos países privilegiados para o turismo português. Ferro não queria milhões de turistas, também não queria turistas muito jovens. Como limite estabeleceu o número de 40.000. Estes turistas deveriam vir de “países amigos de Portugal” e ter o menos contacto possível com a população local, ficando, por isso, de preferência em zonas pouco habitadas do interior. Nesta perspectiva enquadra-se a abertura das primeiras Pousadas. Assim, também se percebe por que razão Portugal demorou tanto a ter parques de campismo, já que era um tipo de turismo considerado muito perigoso pelo regime salazarista. Em 1935, António Ferro organiza com grande pompa uma “Quinzena

³ Vilas Boas sublinha, porém, que Schwarzenbach nunca esteve durante suficientemente tempo em Portugal para poder ter uma visão mais realista da situação do país.

Cultural” em Genebra e leva à Suíça a elite cultural portuguesa da época, como, por exemplo, Reynaldo dos Santos, Carlos Botelho, Estrela Tavares, Vasco Barbosa e – “*last but not least*” – Amália Rodrigues. Em 1948, Ferro pode anunciar a abertura de uma linha aérea directa da Swissair entre Zurique, Genebra e Lisboa enquanto em Genebra, em 1951, António Ferro em pessoa abre o “Bureau portugais du tourisme”. A partir de 1956, os suíços deixam também de precisar de um visto para poderem entrar em território português. Com estas e outras medidas, Ferro consegue trazer anualmente por volta de 4.500 turistas suíços a Portugal, ou seja, mais do que um décimo do número total de turistas previstos. Quando, em 1950, António Ferro deixa o SNI, muda-se, não por acaso, para a embaixada portuguesa em Berna, onde vai trabalhar durante quatro anos.

Só perante esta panorâmica podemos compreender o impacto que teve o escândalo causado pelo escritor suíço Hugo Loetscher. Este recebeu em 1963 o prémio *Prix Veillon* pelo seu romance *Esgotos* [Abwässer]. Neste romance, tenta mudar a perspectiva em relação ao seu próprio país. Mostra como também a Suíça, um país que se considera um dos mais limpos do mundo, não é mais limpo que os outros, o que se passa é que a Suíça está apenas melhor lavada. E isto não é bem a mesma coisa, porque lavar pode significar muita coisa, principalmente na Suíça. Com o dinheiro do prémio, Loetscher decidiu então ir viver um ano no estrangeiro e o país que escolheu foi Portugal. Chegou a Lisboa em 1964 e cedo compreendeu que a imagem de Portugal na Suíça tinha muito pouco a ver com a dura realidade da grande maioria da população portuguesa. Por isso, achou que era preciso informar. Teve a sorte de conseguir um convite da televisão suíça para fazer um filme sobre Portugal. O filme foi feito na Primavera de 1964, mas enquanto as imagens – sempre gravadas sob controlo da PIDE – eram inofensivas, o texto que as acompanhava era uma crítica severa ao regime salazarista. Trata-se de uma “elegia política” intitulada “Ó Senhor Salazar” [*Ach, Herr Salazar*]. O que Loetscher decidiu fazer foi colocar-se na pele de um português que faz várias perguntas a Salazar. Ou seja, na sua língua e no seu próprio estilo, Loetscher tentou dar voz àqueles que, no seu próprio país, não podiam fazer este tipo de perguntas. Assim sendo, Loetscher pergunta a Salazar o porquê dos prisioneiros políticos, o porquê do candidato da oposição à presidência ter sido assassinado, o porquê de tantos analfabetos, o porquê da tortura nas prisões, o porquê de tantos jovens terem morrido numa guerra colonial, o porquê da censura nos jornais ou, ainda, o porquê de estudantes perseguidos pela polícia secreta. Loetscher termina o seu filme com uma imagem da Capela dos Ossos de Évora, acompanhada do seguinte texto:

Na capela dos ossos em Évora / está escrito: / Nós, ossos / que aqui estamos,
/ pelos vossos esperamos.

Isto é que é democracia. / Aqui reina a irmandade, / crânio sobre crânio / sem oposição, / apenas alguma argamassa pelo meio.

Mas antes da morte / há outras possibilidades / de fazer chegar a democracia às mãos de todos, / mesmo desempenhando / a morte melhor o papel.

Ó Senhor Salazar, / LIBERDADE também é uma palavra portuguesa.⁴

Uma hora antes da emissão e provavelmente após a intervenção da embaixada portuguesa em Berna, a exibição do filme foi cancelada pela televisão. Parece estranho, mas, paradoxalmente, este cancelamento contribuiu muito para que Loetscher pudesse alcançar o seu objectivo. A televisão suíça de língua alemã tentou justificar a sua decisão, alegando que não havia provas quanto ao assassinato de Humberto Delgado, que os relatos de tortura nas prisões não passavam de boatos, que a grande maioria da população portuguesa parecia estar muito contente com o tipo de regime que tinha, e que Loetscher, sendo estrangeiro, não devia tentar falar por eles, já que, caso os portugueses tivessem algo a dizer, eles próprios com certeza di-lo-iam no momento certo. Como estes argumentos não passavam de uma desculpa barata por uma decisão tão drástica e como, ainda por cima, nenhum dos directores da televisão quis assumir a responsabilidade pelo cancelamento do filme chegando a contradizer-se quanto aos factos, surgiram muitas críticas. A “questão Loetscher” causou um escândalo nacional na opinião pública de um país que se costuma apresentar como um dos mais democráticos do mundo. Se o objectivo da embaixada portuguesa tivesse sido abafar a crítica, o resultado para ela foi catastrófica, pois nunca se tinha falado tanto sobre Portugal na Suíça como nos dias que se seguiram à proibição do filme. Até nos jornais desportivos saíram artigos discutindo a situação política no país de Eusébio. O jornalista Hans Rudolf Hilty parafraseou o poema de Loetscher e escreveu: “Ó Senhor Salazar / por favor, coloque-se na baliza / quando o Eusébio está prestes a rematar”.⁵

O que Loetscher tentou fazer foi dar voz àqueles que não eram ouvidos no seu próprio país. Foi com base nisso que a imagem irrealista do Estado Novo Português na Suíça começou a ser discutida. Este exemplo mostra-nos como o facto de falar pelo Outro por si só não é errado, já que pode ter efeitos bastante positivos. Aliás, poder-se-ia ir mais longe e perguntar o que é a democracia senão representar o Outro, o que é democracia senão dar voz àqueles que são represen-

⁴ “Über der Knochenkapelle von Evora / steht der Satz: / Wir Knochen, / die wir hier liegen, / warten auf die euren.

Das ist die totale Demokratie. / Hier herrscht die Brüderlichkeit, / Schädel um Schädel, / ohne Opposition, / nur mit etwas Mörtel.

Aber vor dem Tode / gibt es andere Möglichkeiten, / jedem das gleiche Recht zukommen zu lassen, / selbst wenn der Tod / das Programm besser erfüllt.

Ach, Herr Salazar, / “Freiheit” ist auch ein portugiesisches Wort. / Es heisst in Ihrer Sprache: / LIBERDADE.” (Loetscher, 1964=1971, 45).

⁵ “Ach Herr Salazar / stellen Sie sich doch bitte mal ins Tor / wenn Eusebio schießt [...]” (Hilty, 1965=1971, 46).

tados no parlamento. Se cada um quisesse falar ao mesmo tempo e se cada um quisesse que apenas fosse ouvida a sua própria voz, a democracia deixaria de funcionar. Assim, é preciso sublinhar que a representação é uma das bases do sistema democrático. Em vez de generalizar a crítica em relação à representação, julgo que é preferível, e até importante para a democracia, aprofundar o valor que a representação pode e deve ter numa sociedade democrática. Vendo o sistema democrático nesta perspectiva, consegue-se, a meu ver, compreender melhor o facto de que a democracia não é algo definitivo, não é algo acabado. A questão não é tanto defender se temos ou não uma democracia, mas antes aceitar que qualquer democracia tem a sua história e que qualquer democracia é uma “never ending story”. Também no caso de Portugal, a democracia tem a sua própria história, uma história que é inacabada. É simplista defender que antes do 25 de Abril não havia democracia e, por isso, estava tudo mal e que, com a revolução, passamos a ter uma democracia e podemos ficar de braços cruzados. A democracia nunca acaba, porque o mundo em que vivemos confronta-nos constantemente com novos desafios. Não existe uma democracia fixa, o que existe é uma evolução onde cada vez mais pessoas foram conquistando uma voz. Para sabermos se uma democracia num país está bem, devemos confrontá-la constantemente com a pergunta: Será que ela dá voz a todas as pessoas que lá vivem, será que todas elas se sentem representadas? Se hoje em dia, aqui em Portugal, continua a haver grandes problemas quanto, por exemplo, à integração de comunidades cabo-verdianas ou ciganas, uma das principais razões, a meu ver, é que essas comunidades praticamente não têm voz na nossa sociedade e que praticamente não têm representação na nossa democracia. É importante, por isso, que a representação não seja vista egoisticamente como algo negativo, já que, dar voz ao Outro é uma peça fundamental para a democracia. Dar voz é uma arte, é a arte de descobrir a voz do Outro.

BIBLIOGRAFIA

- ALCOFF, LINDA (1991), “The problem of speaking for others”, em: *Cultural Critique*, Nr. 20, Winter 1991-92, pp. 5-32.
- DEWULF, JEROEN (1999), *Hugo Loetscher und die ‚portugiesischsprachige Welt‘ – Werdegang eines literarischen Mulatten*, Bern/New York, Peter Lang Verlag.
- FISCH, ARNOLD (1965), “Zum ‘Fall Loetscher’ bemerkt”, em: *Basler Nachrichten*, 26.11.1965.
- FISCHER, BÉAT DE (1960), *Dialogue Luso-Suisse. Essai d’une histoire des relations entre la Suisse et le Portugal du XV siècle à la Convention de Stockholm de 1960*, Lisbonne.
- HILTY, HANS RUDOLF (1971 [1964]), “Eusébio”, em: Ruff, Theo / Peter K. Wehrli:

- dieses buch ist gratis*, Zürich, Gratis-Verlag.
- LOETSCHER, HUGO (1985 [1975]), *Der Immune*, Zürich, Diogenes Verlag.
- LOETSCHER, HUGO (1971 [1964]), *Ach, Herr Salazar*, em: Ruff, Theo / Peter K. Wehrli: *dieses buch ist gratis*, Zürich, Gratis-Verlag.
- LOETSCHER, HUGO (1984), *Das Hugo Loetscher Lesebuch*, Zürich, Diogenes Verlag.
- LOETSCHER HUGO (1999 [1988]), *Vom Erzählen erzählen*, Zürich, Diogenes Verlag.
- PINA, PAULO (1988), *Portugal: o turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus.
- REYNOLD, LOUIS GONZAGUE DE (1936), *Portugal*, Paris, Éditions Spes.
- SAID, EDWARD W. (1978 [1981]), *Orientalismus*, Frankfurt/Berlin/Wien, Ullstein.
- SCHNEIDER, REINHOLD (1956), “Portugiesische Impressionen / Impressões dum escritor alemão sobre Portugal”, em: *Publicações do centro de estudos humanísticos*, Porto, Edições Marânus.
- VILAS-BOAS (1998), “Offener Himmel über Lissabon: Annemarie Schwarzenbach in Portugal”, em: Elvira Willems (Hg.): *Annemarie Schwarzenbach. Autorin – Reisende – Fotografin*, Centaurus Verlag Pfaffenweiler.
- WOLF, ERIC R. (1997 [1982]), *Europe and the people without history*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.

A P Ê N D I C E

HUGO LOETSCHER: “Ó SENHOR SALAZAR” UMA ELEGIA POLÍTICA

Ó Senhor Salazar,
Em breve se cumprem quarenta anos
desde que governa.
Quem serviu durante tanto tempo a nação
deve amá-la.
E Portugal merece o amor.
Porque Portugal é um belo país;
onde tudo é fértil
e onde o solo é estéril.
Célebre pelas suas amêndoas
e pelo seu vinho,
pelos seus campos e jardins
pela sua cortiça e seus moinhos
que já não precisam de vento
e já não moem milho.

Um país
que vira as costas à Europa
e espreita o Atlântico
e cujos barcos outrora partiam
“para dar mundos
ao Mundo”.

E neste belo país
fica uma bela cidade:
Lisboa –
com tantos terraços
para se deixar admirar de todos os lados;
com o Tejo,
que a Lisboa
concede o porto –
uma cidade
onde o sol
passa o inverno.

Sim,
é um belo país.
Tem uma história
que se tornou arquitectura por toda a parte
como no mosteiro dos Jerónimos.
Aí, mostra o escultor
em monumentos
o que outrora o marinheiro
noutros continentes
descobriu na natureza.

E em Queluz,
os reis portugueses
imitaram o Versalhes francês.

Existem tantos monumentos
quantos os nomes que para eles pode haver.
Um país
a conhecer:
de castelos e cidadelas,
de claustros e igrejas,
um país
cheio de monumentos.

Mas este,
Senhor Salazar,
é o seu monumento:
a fortaleza de Caxias
do século dezassete
com presos políticos do século vinte.
Na linha do Estoril.
Aqui se passa
quando se vai tomar banho ou se vai para o casino;
o clima desta costa é de louvar,
pois é suave.

Mas o senhor vive atrás do Parlamento.
Um homem deve estar perto do Governo,
para que nada lhe aconteça.

O senhor passeia-se
pelos jardins de São Bento.
Diz-se que está muito só
por detrás dessas grades.
E tem mesmo assim todo o povo.
Mas quem governa
nem sempre tem tempo para o povo
e nem sempre sabe

o que se diz pelo país.
E pelo país diz-se muito.

Ora tem sorte,
Senhor Salazar,
por ter como presidente
o Almirante Tomás.
Onde o governo pisa,
ele lá está –
com música.
E foi eleito sem candidatos opositores.
Que pena que o seu possível adversário
até tenha sido assassinado!

O Almirante Tomás dirige-se por si ao povo.
Não só aos aspirantes,
não só a esses filhos de oficiais,
não –
também inaugura escolas.
Não escolas para aqueles 18 por cento
que não sabem ler nem escrever.
Estes não votam,
estes não conseguem passaporte.
E quanto às crianças, parece
que em breve estarão na escola
seis em vez de quatro anos,
em breve todas irão para a escola.
Mas, Senhor Salazar,
quem vai para a escola
entende a frase
que se diz pelo país:
democracia existe.

Também se diz pelo país
que existe pobreza.
Não só aqui e acolá,
mas muito frequente
e continuamente.
Pelo menos o mar tem boas intenções para com o povo.
Melhores do que as da terra
à qual falta água;
disso sabem os agricultores
que não vão ao mar.
Os peixes têm boas intenções para com o povo
e pelo povo metem-se nas redes.
Mas os peixes não vêm todo o ano;
por três meses sossegam.
O peixe proletário

ajuda o proletário do peixe;
mas a natureza já previa
três meses de crise,
e depois vêm as tempestades
em que não se pode ir ao mar –
o que dá menos três tostões e meio por dia
e uma mão cheia a menos de peixe.

Diz-se pelo país
que há pobreza.
Sabe-se
que o país é pobre.
Por isso antigamente partiam
e traziam ouro e especiarias.
Diz-se pelo país
que também há pobres em Tóquio,
Nova Iorque e Paris
mas não se deve tomar o estrangeiro
como exemplo,
você próprio o diz,
Senhor Salazar.

E se for verdade
o que se diz pelo país,
que o país é pobre,
então é preciso partilhar a pobreza com mais justiça.

O que se diz pelo país
não se diz em voz alta;
diz-se
que existe uma polícia secreta.
Dê fardas à polícia secreta
e então suspeitar-se-á de quem realmente é suspeito.

Naturalmente que existe o milagre
e aconteceu em Fátima.
Lá apareceu a Virgem Maria
aos três pastorinhos.

O céu, tal como o mar, parece
estar do lado do povo
e os santos não podem tecer considerações
sobre a situação política,
já viram demasiados regimes cair.
Agora vêm outros
e esperam pelo milagre
que um dia possa surgir.

Que sorte tem,
Senhor Salazar,
em ter um povo
que parte em peregrinação.
Um povo
dotado para rezar
e sempre disposto
a fazê-lo.
É bom que o senhor conte
com o céu,
mas ele também pode enganar
pois o milagre não substitui a política.

Não se pode deixar tudo nas mãos do milagre
nem nas do fado.
A melancolia do seu povo
é a sua capital, Senhor Salazar.

Também se diz pelo país
que existe política
e uma grande instituição
que diariamente sai em cada jornal:
a censura.

E apesar de tudo:
Coimbra.
“Coimbra é uma mulher,
só passa quem souber”, assim diz a canção dos estudantes.

Aqui outrora o senhor foi professor
in illo tempore.
Aqui teve os jovens como ouvintes
numa das mais antigas universidades da Europa.
Mas nem todos
que querem estudar
aqui chegam e daqui partem –
muitos o senhor agora expulsa
e prende
só porque os estudantes acham
que o Estado Novo,
que o senhor criou,
é um novo estado,
sabendo que nas repúblicas se pode
ser um estudante autêntico.
Lembra-se das noites de Coimbra,
Senhor Salazar?

Hoje, Senhor Salazar,
tem mais jovens.
Os jovens
de toda a nação.
Geração após geração,
e cada geração durante quatro anos.
Dois anos na pátria
e dois nas colónias
a que o senhor chama “províncias do ultramar”.
Também estes jovens usam uniformes,
não casacas, nem capas negras,
não a batina,
mas sim o caqui do soldado,
e não em Coimbra,
mas em Angola, Moçambique e na Guiné.

E um dia
eles voltarão.
Se puderem voltar...

A guerra é um preço
demasiado alto
para festejar o reencontro.

Não chega
Portugal ter filhos,
têm que ser heróis.
Que poderiam ser de melhor?

Ó Senhor Salazar,
o senhor sonhou com a disciplina
e fez a ditadura.
O senhor estabilizou as finanças do seu país,
mas agora estabiliza a história.

Na capela dos ossos em Évora
está escrito:
Nós, ossos
que aqui estamos,
pelos vossos esperamos.

Isto é que é democracia.
Aqui reina a irmandade,
crânio sobre crânio
sem oposição,
apenas alguma argamassa pelo meio.

Mas antes da morte
há outras possibilidades
de fazer chegar a justiça às mãos de todos,
mesmo desempenhando
a morte melhor o papel.

Ó Senhor Salazar,
LIBERDADE também é uma palavra portuguesa.

O título original do texto é: “Ach, Herr Salazar”, publicado no livro *Das Hugo Loetscher Lesebuch* (1984), da editora DIOGENES (Zurique, Suíça). Tradução portuguesa de Jeroen Dewulf e Alexandre da Cunha Pinto. Publicado com autorização do autor.

DILI: O LIMIAR PÓS-COLONIAL*

por

Paulo Castro Seixas**

Resumo: Dili encontra-se entre a destruição e a (re)construção; entre a diáspora, a contra-diáspora, o movimento dos expatriados e o cruzamento de outros fluxos populacionais; entre tradições coloniais, tradições de resistência e a invenção de tradições por traduções múltiplas. Propõe-se que todos estes processos criam um contexto de *liminaridade* espacial, social, cultural e política, resultando num estatuto de *centralidade de marginalidades*. Esta *centralidade das marginalidades* pode ser apalavrada pela compreensão fenomenológica do ethos urbano em des(re)construção, pela análise dos fluxos populacionais e suas influências e, finalmente, pela interpretação das tradições de sentido cultural em cruzamento. Todos estes processos são propostos como *determinantes contextuais* da *situação pós-colonial* em que Dili se encontra, imprescindíveis para a compreensão da emergente identidade urbana e mesmo da emergente identidade nacional.

1. INTRODUÇÃO

O acompanhamento antropológico do processo de reconstrução de Dili é mais do que um mero projecto de pesquisa. Para além disso é também uma espécie de procura pessoal, assim como a tentativa de alargar a investigação em Antropologia e, especificamente, em Antropologia Urbana e, por último é também um activo compromisso para uma consciência da utilidade política dos estudos antropológicos para a construção de uma nova política sustentável para a humanidade. Dili é, assim, uma cidade que tudo junta¹: a minha história enquanto

* Este texto foi produzido após a primeira estada no terreno, entre 10 de Setembro e 26 de Outubro de 2000, e pelo menos algumas referências têm que ser estendidas nesse contexto temporal.

** Universidade Fernando Pessoa/Médicos do Mundo-Portugal – Praça 9 de Abril, 349 – 4200 Porto – Portugal – E-mail: pseixas@mail.telepac.pt (investigação apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

¹ Edward Soja em Geografias Pós-Modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1993 (1989) utilizou esta expressão para Los Angeles (pgs. 231) mas o que me parece relevante é que com tal frase chamou a atenção para um urbanismo que se fragmenta internamente e que é, ao mesmo tempo, transnacional, enquanto reflecte e é reflectido noutros espaços.

pessoa e antropólogo; a antropologia urbana, enquanto estudo da cidade como lugar e do seu lugar no sistema mundo e, enfim, a ciência enquanto descrição da existência e procura da utopia.

Mas, para além da minha *equação pessoal*, Timor, e em particular Dili, tudo junta numa *liminaridade* que pode ser entendida como uma *centralidade das marginalidades*². Marginal face ao império Português tornou-se central no seu epílogo³; marginal face ao império indonésio, tornou-se na sua primeira grande fragilidade; marginal para a Austrália, tornou-se central, quer ao nível interno, quer externamente pela posição estratégia adquirida na região⁴; marginal face aos interesses presentes dos Estados Unidos e da ONU, tornou-se – juntamente com o Kosovo – um marco na viragem da sua estratégia⁵... Este texto, no entanto, não se dedicará à importante análise da invasão dos diversos centros pela marginalidade periférica de Timor e das transformações nesses mesmos centros. A focalização será outra, de facto uma terceira versão de Dili, enquanto cidade que tudo junta numa centralidade das marginalidades. A centralidade que Timor teve nos diversos palcos do sistema mundo reflectiu-se no seu próprio território e, em particular, em Dili, tornando-a palco de uma transição socio-política gerida internacionalmente sob a égide da ONU e é este contexto transicional que este texto abordará.

Propõe-se que Timor se encontra num estágio de liminaridade socio-política e cultural e que este contexto pode ser compreensível quer fenomenológica, quer

² A noção de liminaridade, numa tradição que vai de Genep, Junod e Turner, é aqui aplicada. Tendo sido minha intenção aplicar o conceito de liminaridade para compreender a actual situação de Timor e, em particular, de Dili (aliás já a tinha utilizado no texto no site www.medicosdomundo.pt) a verdade é que a leitura do artigo de João de Pina Cabral: “A Difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e Contradições”, *Análise Social*, nº 153, vol XXXIV, Primavera de 2000, 865-892 pgs e, especificamente, o seu conceito de centralidade de marginalidades, enquanto uma difusão das margens tornou mais coerente a procura pela compreensão do que está a acontecer no contexto citadino de Dili, no qual este conceito parece encontrar um adequado laboratório. Talvez o uso de tal conceito neste artigo tenha levado a uma quase completa relativização da centralidade estrutural, deve considerar-se tal obscurecimento como uma opção do artigo para caracterizar a fragmentação existente e não como uma completa acefalia territorial da cidade. A fragmentação parece-nos mais importante que a estruturação central, no entanto a relação complexa entre poderes e saberes fragmentados e poderes e saberes centrais é uma problemática que deixaremos para outro texto.

³ Veja-se, sobre esta centralidade o texto de Miguel vale de Almeida: *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da identidade*, Celta Ed., Oeiras, 2000, especificamente o capítulo 5: “O Epílogo do Império. Timor-Leste e a Catarse Pós-Colonial Portuguesa”, pgs. 205-225.

⁴ Veja-se a este propósito o artigo de George Aditjondro: “From Colony to Global Prize – Timor Loro Sa’e under a wave of economic transformation”, *Arena Magazine*, 47 June-July 2000, 22-32 pgs.

⁵ Veja-se sobre esta viragem, o nº 20 da revista *Política Internacional*, nº 20, vol 3, Outono-Inverno de 1999, em que se inclui um dossier específico sobre “As crises do Kosovo e Timor”, especificamente o artigo de Teresa de Sousa: “Kosovo, Timor e Direito de Ingerência Humanitária” (pgs. 9-15); o artigo de Miguel Galvão Teles: “As Nações Unidas e a Questão de Timor-Leste” (pgs. 177-191) e o artigo de John G. Taylor: “A Indonésia e a Transição para a Independência em Timor-Leste” (pgs. 193-225).

social, quer simbolicamente pela análise e acompanhamento da cidade de Dili. É, exactamente, esse ethos urbano transicional de (des)construção, o afluxo de populações centrais aqui se marginando nesta margem tornada centro e o cruzamento de sentidos criando uma cultura de ambiguidades e paradoxos que se abordará. A liminaridade que Dili apresenta, fragmentada e híbrida nas emoções populações e sentidos, é um adequado exemplo de um contexto pós-colonial⁶ e é nesse sentido que se pretende apalavrá-la.

2. Dili: introdução ao ethos de uma capital transicional

Alguns aspectos impressionistas podem ser importantes para que possamos imaginarmo-nos no quadro urbano de Dili e, assim, compreendermos o ethos desta cidade enquanto *transição*.

É a estação seca em *Timor do Sol Nascente* e as cores da cidade são o cinzento e o castanho polvilhado de quando em vez por um verde opaco de algumas palmeiras e outras árvores que sobreviveram ao desmatamento em redor da cidade. E ainda que, em alguns bairros, se vislumbrem buganvílias e outros arbustos floridos, tal não é suficiente para alterar a prevalente aridez. Quem chega de avião não pode deixar de estranhar os imensos rios secos que despejam no mar o seu cascalho e é um destes grandes rios secos que, entre o aeroporto e a cidade, vemos escavado por centenas de pequenos e grandes buracos para a extracção de areias: um autêntico cenário de ficção científica! Se se fica na cidade tempo suficiente para sentir a sua atmosfera, a sensação de incómodo pode aumentar tal como o vento ao longo do dia numa constante lembrança da possibilidade de tempestade. A consciência, a certa altura, do silêncio, provocado pela total ausência de pássaros, junta-se a tudo o mais como um elemento de mau presságio.... Finalmente, apesar de ter passado um ano, os sinais da destruição, visíveis a cada passo, compõem e uniformizam o cenário: buracos e condutas de esgoto abertas,

⁶ A noção de pós-colonialismo não é entendida aqui com uma significação cronológica, ou seja, de uma situação socio-política que sucede à colonial, mas sim como um contexto de estilhecimento da dicotomia simples Eu – Outro que acompanhou todo o pensamento científico desde as suas origens e o estilhecimento na produção da mesmidade pela modernidade artística, política e antropológica. Assim, o contexto pós-colonial é aquele em que a Diferença é apalavrada e praticada e em que se produz um estilhecimento da *tradição* do colonizado e um estilhecimento da *tradição* do colonizador através de *traduções* múltiplas, ou seja em que há uma *confusão de géneros* criando fragmentações e hibridações impuras ao mesmo tempo que pode haver momentos de lucidez transgénica, ainda que parcial, a qual este texto procura apalavrar. Veja-se, a este propósito, para um compreensão sintética do que se procura expressar Cláudia Álvares: “Teoria Pós-Colonial, Uma Abordagem Sintética”, *Revista de Comunicação e Linguagens – Tendências da Cultura Contemporânea*, nº 28, Outubro de 2000. pgs. 221-233.

decorações de jardins públicos no solo e, mais do que tudo o resto, os esqueletos habitacionais destelhados e tingidos de negro do fogo que os comeu.

Quase nos percorre um arrepio.... E, no entanto, o movimento constante do tráfego; as businas ininterruptas dos taxis em busca de potenciais clientes, cada vez que o olhar do condutor cruza um estrangeiro; e o que quer que nos tenha levado a estar naquele momento naquela cidade não nos deixam muito tempo para pensarmos nas cores opacas, na atmosfera ventosa e poeirenta, no silêncio da ausência de pássaros e nos esqueletos negros das casas. Mas, se pararmos um pouco e deixarmos a razão sentir o espírito urbano que nos envolve, o mau presságio surge.

Dili é uma cidade num processo de renascimento e, como na fase liminar de um rito de passagem, é possível ver os sinais da morte de uma cidade ao mesmo tempo que se vislumbram sinais da sua ressurreição. Estes sinais de liminaridade podem ser lidos por uma semiótica espacial, social e política.

Em termos espaciais, o aspecto global da cidade é o de um estaleiro urbano, de uma cidade incompleta ou inacadada, de um acampamento urbano, de uma cidade provisória. A mescla entre casas de palmeira e bambu e casas de tijolo, ruas alcatroadas e de terra batida, casas habitadas e desabitadas, destruídas e sobrevividas é talvez um primeiro elemento dessa legível provisoriedade urbana. Mas este carácter de instalação provisória não decorre apenas do que sobreviveu à Dili colonial, mas também do que de novo surgiu no processo de transição pós-colonial: Os hotéis pré-fabricados e os dois hotéis flutuantes que se encontram ancorados na baía de Dili; os escritórios pré-fabricados – apenas a 100 metros daqueles hotéis flutuantes – por detrás do Palácio do Governador, actual UNTAET; os contentores que servem às bases militares; o bairro pré-fabricado dos professores portugueses, etc. A destruição e a forma urbana provisória que se sobrepôs parecem mesmo ter-se tornado um padrão estético utilizado pelos cafés e restaurantes de Dili, como o Queimada ou o Wayaco.

Em termos sociais podemos também ver a mesma liminaridade nas trajetórias de muitos timorenses, não recuperados ainda do pesado passado colonial, agora perdido enquanto âncora identitária e já pressionados para agarrar novas vinculações e identidades. Os jovens desempregados e desculturados sentam-se apenas nas bermas dos passeios ou no muro da praia das palmeiras, como quem se instala na berma da ilha perscrutando no horizonte a um lugar naquela sociedade na qual as competências que adquiriram à tão pouco (e tanto) tempo atrás não são já aquelas que a sociedade agora lhes exige. Por outro lado aqueles que tiveram a possibilidade de conseguir um emprego, anseiam por ir para o estrangeiro⁷ – pragmaticamente para a Austrália, idealmente para Portugal – não apenas

⁷ Esta ânsia pode ser compreendida de uma forma simples como a que motiva qualquer emigrante em busca de uma vida melhor. Podemos também dizer que a situação de ilhado é mais propícia a criar

para obter um diploma ou um melhor emprego mas mesmo para ter uma vida própria. A distância é sentida como boa conselheira e a fuga é, neste como noutros casos, uma forma de procura de si próprios. Estas podem ser apenas algumas das explicações possíveis, dado que esta fuga-para-se-encontrar toma matizes diferenciadas entre homens e mulheres, parecendo ser a emancipação entendida como maior autonomia económica para aqueles e como maior autonomia social para estas. Até famílias estabelecidas com empregos dos quais se podem orgulhar referem com inveja a posição dos seus familiares no estrangeiro.

Em termos políticos é manifesto em letras maiúsculas no centro da cidade, na sede da UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor), o estatuto transitório de Timor. East Timor (não é menosprezável o facto de ser em inglês) encontra-se entre o Timor Timur indonésio e o Timor LoroSae. Timor é, assim, a terra do sol nascente à espera da madrugada e, entre a noite e o dia, podemos encontrar diferentes *comunitas* num modo de vida expatriado que se deixa ler entre o aventureiro, o missionário e o mercenário. Para os contingentes militares Timor é, de uma forma bastante óbvia, um local temporário e, para a grande maioria do pessoal das Nações Unidas Timor também não é senão um passo numa carreira cujo topo ansiado é Genebra ou Nova York. E mesmo em relação ao pessoal das ONGs, Timor é também apenas um momento nas suas carreiras e só alguns poucos poderão incluir o território verdadeiramente na sua própria história de vida. De facto, o próprio expatriamento dos contingentes militarizados nacionais, da U.N. e das O.N.G.s pode em tantos casos ser entendido como um processo transitório – desejado ou não – de marginação que a tensão entre separação e reincorporação destes cria uma ilha de naufragos homologa mas separada culturalmente da ilha de naufragos timorenses que também vivem naquela tensão.

Por tudo o que foi já referido, Dili pode ser entendida como uma cidade-laboratório em que se pode perspectivar esta liminaridade espacial, económica, social, política e cultural e se pode acompanhar esta passagem entre um mundo colonial a um mundo pós-colonial. Enfim, Dili é a cidade palco em que se pode perscrutar o limiar do pós-colonialismo e o que se pretende propor neste texto é que tal estatuto transicional pode ser compreendido em função de fluxos de sentido e de fluxos populacionais que invadem a cultura quotidiana da cidade e a confundem em contínuos paradoxos identitários.

a necessidade de partir. No entanto, no caso do Timor da transição pós-colonial esta ânsia pode bem ser compreendida, para além de tudo o resto, pelo facto de muitos timorenses se sentirem estrangeiros na sua própria terra e só verdadeiramente timorenses quando no estrangeiro. A transição pós-colonial tem implícita essa carga de marginação face à identidade, de desculturação que faz ansiar o estrangeiramento como marginação face à marginação que possibilita a preservação identitária.

Uma qualquer pessoa que passe mesmo que pouco tempo em Dili depara-se, de uma forma mais ou menos rápida, com este contexto de cruzamento de sentidos e de populações que se pode caracterizar, por exemplo a) na utilização de 3 moedas de uso quotidiano: o dólar americano (moeda oficial), o dólar australiano e a rupia indonésia; b) na alternância quotidiana de, pelo menos, 4 línguas: o bahasa indonésio, o tetum, o inglês e o português. Esta polifonia traduz-se também numa poligrafia pela existência de 3 jornais a 4 vozes: o Tais, o Timor Post e o A Voz de Timor LoroSae; c) na presença de, pelo menos 50 nacionalidades diferentes representadas em organizações tais como ONU; CIVPOL; PKF; ONGs; etc.; d) na existência de uma pluralidade de grupos socio-culturais distintos (evidentes, simbolicamente, no “Mercado de Tais”), devido ao êxodo para Dili, traduzindo e resolvendo as suas diferenças e diferendos no quotidiano urbano.

O facto da simples vivência quotidiana nesta cidade implicar um constante cruzamento de línguas, de moedas e de práticas culturais locais e transnacionais suscita a sensação e mesmo reflexão da possibilidade de um momento de confusão, de crise ou de transição, enfim de um contexto de espera e de procura de uma estabilização e sedimentação identitária. É claro que há aqui uma ideia de identidade e de crise que pode em si mesma ser questionável e que se pretende questionar. Porque há-se a identidade ser una e simples e a crise ser plural e complexa? Não se pode construir a identidade na diversidade complexa? Acredita-se que esta problemática é, porventura, central e voltar-se-á a ela. Analisando, no entanto, um pouco mais, pode-se, num primeiro momento, tentar caracterizar os diversos fluxos populacionais que se cruzam em Dili e o papel que tais grupos jogam enquanto determinantes contextuais desta pan-planetária capital pós-colonial. Num segundo momento pode-se analisar mais pormenorizadamente os fluxos de sentido sustentados por aqueles fluxos populacionais e a forma como tais fluxos funcionam como determinantes contextuais, condicionando toda a transição socio-cultural em causa e a topogénese urbana em particular.

3. Expatriados; retornados; refugiados; perdidos; desembarçados e outros

Dili deve ser, presentemente, uma das cidades do mundo, senão mesmo a cidade do mundo com a mais alta variedade de nacionalidades por quilómetro quadrado. Como Dili não terá mais de 5 km² para mais de 50 nacionalidades, temos um razão de 10 nacionalidades por cada km². Esta alta concentração de diferenças num único ponto torna natural encontros híbridos e promove mesmo – especificamente em alguns lugares em particular – o hibridismo como padrão cultural. No entanto, torna-se necessário olhar para além deste aparente hibridismo

e analisar esta concentração de diferenças para compreender a relação entre os fluxos populacionais e a topogenese que se desenvolve há um ano já em Dili.

A reconstrução pós-colonial em Timor pode compreender-se em função de pelo menos 5 fluxos populacionais que se (des)encontram na cidade, que têm uma influência activa na topogenese de Dili e que podem ser compreendidos como um primeiro conjunto de determinantes contextuais da situação pós-colonial em que se encontra o território:

1. O fluxo social dos “expatriados” que inclui a migração temporária transnacional dos elementos da ONU e das ONGs;
2. O fluxo social dos empreendedores, o qual inclui timorenses num padrão de comerciar-para-viver, e indivíduos de outras nacionalidades que maximizam a crise como oportunidade de negócio;
3. O fluxo social da contra-diáspora ou dos timorenses retornados, da Austrália, de Portugal de Java, de Moçambique, etc.;
4. O fluxo social do êxodo das montanhas ou a *capitalização* de Dili enquanto convergência dos horizontes possíveis de uma nação.
5. Outros começam também a aparecer, movidos pelo missionarismo, pelo mercenarismo ou por algum desgosto, de amor ou de outro tipo...

Dediquemo-nos um pouco mais a analisar estes fluxos socio-culturais para compreender como eles estruturam a vida em Dili.

A UNTAET e os quartéis gerais da CIVPOL e da PKF, as bases militares dos contingentes dos diversos países e as casas das ONGs, que surgiram em Dili depois de 20 de Setembro de 1999, são talvez os símbolos urbanos mais evidentes do movimento dos expatriados. No entanto, alguns hotéis – e, especificamente, o Olímpia enquanto unidade flutuante de luxo – são também evidências urbanas não apenas da existência de um grande número de estrangeiros na cidade, mas também sinais dados à interpretação, criando perspectivas timorenses face às possíveis perspectivas dos estrangeiros em relação à sua estada no território. Para além dos topos político-administrativos e dos seus hotéis, assim como das bases militares-residenciais e das casas das ONGs, a frota de jipes da UNTAET, militares e NGOs é bastante impactante e tem também um importante papel como produtores de espaço urbano nesta nova capital.

Em relação ao segundo fluxo social, o movimento dos empresários, pode dizer-se que no último ano 10 novos hotéis surgiram, um de Singapura e outro da Tailândia (os flutuantes) e os demais oito australianos. Para além dos hotéis, mais de 50 novos restaurantes surgiram também, em Dili no último ano, alguns propriedade de australianos, um ou outro por portugueses, mas a maioria por timorenses e chineses-timorenses. Relativamente a este fluxo de empresários é importante dizer que não se trata de um grupo homogéneo. Historicamente, no tempo colo-

nial português, eram os chineses e os chineses-timorenses os que dominavam o comércio e transportes, ficando os timorenses apenas com o pequeno comércio – especificamente no mercado público –, dominando os portugueses a indústria hoteleira. No tempo neo-colonial indonésio, estes dominavam a indústria hoteleira, continuando os chineses-timorenses a dominar parte do comércio e transportes e continuando os timorenses com o pequeno comércio. Agora, num tempo chamado “pós-colonial”, o padrão parece ainda assim teimar em reproduzir-se, tendo por um lado as Lojas dominadas por Australianos e/ou Chineses-timorenses e, por outro lado o Comerciar-Para-Sobreviver no mercado e quase por todo o lado em pequenas bancas, barracos e bicicletas, onde só encontramos timorenses. Assim, em termos económicos a colonização está outra vez no terreno, criando padrões de interacção por cisão étnica entre proprietário/gerente vs empregado ou clientes vs empregados e em que o lugar dos timorenses é sempre aquele último. Nas grandes Lojas, o *malae* (branco-estrangeiro) continua a dominar, apesar de se poder constatar a existência de alguns restaurantes de proprietários timorenses.

O movimento dos timorenses retornados ou o movimento de contra-diápora tem importantes consequências, apesar destas não ser em tão visíveis, pelo menos por agora, na construção espacial e social da cidade (ainda que haja alguns empresários da diáspora). Houve diversas diásporas, em diferentes momentos e com diferentes destinos, pelo que o movimento de contra-diápora é múltiplo e também aqui não se pode considerar um grupo homogéneo. Há destinos diaspóricos a ter em conta que originaram movimentos específicos de contra-diáspora:

- a) aqueles que foram para Portugal;
- b) aqueles que foram para a Austrália;
- c) aqueles que têm um percurso serpenteado por diversos países;
- d) aqueles – particularmente estudantes mas não exclusivamente – que foram para outras províncias da indonésia e, as mais das vezes, para Jakarta.

Provavelmente importantes lutas políticas – por exemplo relativamente à moeda e à língua oficiais do território – foram, são e serão travadas tendo os diversos grupos contra-diaspóricos como base social dessas disputas. Assim, a importância destes grupos na compreensão da reconstrução socio-espacial da cidade de Dili, e mesmo do país, é crucial.

Finalmente, relativamente ao quarto fluxo populacional, o êxodo das montanhas para Dili, trata-se, de facto, de um importante movimento social para a compreensão da topogénese da cidade pós Novembro de 1999. Muitos bairros cuja população era totalmente constituída por indonésios – caso típico, por exemplo, dos bairros habitados por militares e dos bairros habitados por dirigentes políticos – foram completamente ocupados e a sua população substituída quer por timorenses que já viviam em Dili e que ocuparam estas casas em detrimento das

suas casas mais modestas, quer pela população que desceu das montanhas, os “irmãos das montanhas” que vieram para Dili quando a INTERFET entrou na cidade. Este fluxo populacional também apresenta matizes que o diferencia internamente, podendo-se evidenciar:

- a) os que retornaram à cidade depois de a terem deixado num qualquer momento dos últimos 25 anos para se juntarem à resistência ou simplesmente para fugirem;
- b) os que, tendo sempre vivido fora de Dili, vieram em busca de segurança, ao saberem da entrada da INTERFET;
- c) aqueles que vieram à procura de uma vida nova, especialmente os jovens.

Quanto aos outros, o último dos fluxos populacionais que se indica, não é de forma alguma fácil de mapear e também é relativamente polémico, provavelmente, agrupar pessoas tão diversas num só grupo. Mas, de facto, o que se torna relevante é que Timor adquiriu uma certa mística que atrai aventureiros, utópicos, mercenários e outros mais. O facto de ser uma ilha e as suas belezas naturais, a opção pelo capitalismo de transição sem controlo, a história da luta deste povo serão algumas das razões que certamente motivam esta afluxo populacional específico.

Todos estes fluxos populacionais criam, especificamente em Dili, o contexto eco-socio-cultural que suporta o nascimento deste novo Estado que vai emergir em 2001/2002. Esta sobreposição convivencial complexa feita de fluxos populacionais marginais que afluem ao centro do território, criando assim uma centralidade de marginalidades, é a base social de um cruzamento de perspectivas ou de uma sobreposição de fluxos de sentido que podem ser entendidos como um segundo grupo de determinantes contextuais que surgem como fulcrais para compreender a complexa situação pós-colonial em que se encontra o território.

4. Fragmentação e hibridismo⁸; diferenças e diferendos; convivências e convívências

Dili é uma cidade fragmentada, espelho de uma sociedade, ela própria também fragmentada. Esta fragmentação será, em grande parte, resultado da conjun-

⁸ A noção de fragmentação e, especificamente, fragmentação urbana tem já uma história que, com uma tradição nas teorias do conflito e em Marx, passa por Manuel Castels, por Edward Soja, por David Harvey e Peter Marcuse para enumerar apenas alguns. Também a noção de hibridismo tem já uma história que vai da botânica a uma determinada antropologia de pendor rácico até ao seu uso linguístico-político por Bakhtin e aos estudos culturais pós-coloniais por Bhabha na relação interdependente e ambigua entre colonizador e colonizado. Esta noção de hibridismo não pode servir para ocultar as relações de poder que se jogam quando tradições diferentes se desconstruem e se

tura transicional da cidade e que a transformou num palco de mil bastidores, uma espécie de teatro do mundo. É relativamente difícil mapear todos os padrões de sentido que caracterizam as perspectivas e as perspectivas face às perspectivas que emergem de cada um dos fluxos populacionais referidos e de cada subgrupo social-cultural que incluem. Mas se cada fluxo e cada subgrupo que aquele inclui pode constituir um padrão de perspectivas e de perspectivas face às perspectivas, criando assim um universos de sentido completamente fragmentado, também é verdade que a cidade, enquanto sistema social possibilita uma série de contextos situacionais e organizacionais de interacção daqueles grupos e fluxos que propiciam palcos de actuação conjunta, nos quais emergem as diferenças e os diferendos, as convivências e as conivências de formas particulares. Trata-se, evidentemente, de um trabalho a fazer mas que aqui queremos apalavrar, tentando caracterizar as linhas de cisão que atravessam e fragmentam a sociedade timorense e, em particular, a cidade de Dili. Trata-se de vários determinantes contextuais gerais e só a sua mapeação possibilita a compreensão de contextos de interacção situacional e contextual específicos.

1. Um determinante étnico que se sustenta na diferença pragmática entre “irmãos”, “mestiços” e “malae” (branco/estrangeiro). “Irmãos”, “mestiços” e “malae” é uma divisão étnica da sociedade timorense – com mais visibilidade num meio urbano como Dili – em que se estabelece a divisão entre o mesmo e o outro, criando-se zonas de ambivalência e hibridismo como a do mestiço, particularmente do mestiço de português, e a do português, entre o “irmão” e o “malae”. É claro que estas ambivalências tornam-se mais complexas, ou mais visivelmente complexas, em situação pós-colonial, tomando formas específicas consoante os contextos interaccionais situacionais e organizacionais.

2. Um determinante ecológico-cultural evidenciável na co-habitação de populações da montanha e populações da cidade. A cidade (“sidade” ou tradicionalmente “kota”, ou seja, fortaleza) opõe-se não ao campo mas sim à montanha (“foho”). Esta distinção sobrepõe-se, em parte, a uma outra construída em tempo de contestação colonial e neo-colonial, a que diferencia o “timorense” (o integrado) do “maubere” (o resistente); o “milícia” do “camarada” ou “irmão” (resistên-

mesclam. As notas finais deste artigo evidenciam que não há essa ingenuidade, no entanto o mapeamento dos saberes e poderes que se jogam na relação entre tradições só pode ser adequadamente feito em função de uma análise dos contextos situacionais e organizacionais específicos, não tendo esse sido o objectivo do presente artigo. Para a discussão da questão do hibridismo em textos portugueses veja-se António Pinto Ribeiro: “Caliban 2000” (pgs. 235-246) e Margarida Carvalho: “Híbridos Culturais: Impurezas e Devires. Análise do Conceito de Híbrido como representação da alteridade cultural” (pgs. 247-270), ambos em *Revista de Comunicação e Linguagens – Tendências da Cultura Contemporânea*, nº 28, Outubro de 2000. Veja-se ainda o capítulo 6 “Um Marinheiro num Mar Pós-Colonial” na obra de Miguel vale de Almeida: *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da identidade*, Celta Ed., Oeiras, 2000.

cia do CNRT). Por fim, pode-se ainda sobrepor os fortes efêmeros da presença internacional (contentores murados com entrada levadiça e segurança que se assegura da posse de livre-trânsito) e as fragilidades tendencialmente permanentes das casas auto-reconstruídas num puzzle de materiais vários. Dili junta, assim, casas de palmeira a casas de areia e a destruição leva mesmo a reconstruções híbridas, lado a lado com os contentores; enquanto que a distinção entre “maubere” e “timorense”; “camarada” e “milícia” (“também são nossos irmãos” – dizem alguns) parece também ela dar origem a novas construções identitárias.

3. Um determinante geracional, visível no conflito de gerações, sobreposto ao conflito entre modelos culturais e coloniais distintos. Filhos de uma cultura aportuguesada, que se espelha nos pais, viram-se submetidos a uma indonesiação escolar forçada e agora têm alegremente de se anglofonizar se querem encontrar trabalho. É a geração Tim-Tim⁹, que inclui aqueles que têm até 30 anos, e que *estão entre*: entre territórios; entre línguas; entre gerações e entre modelos coloniais. Três modelos sobrepoem-se e tornam-se, de repente, todos presentes nesta fase de transição: o modelo colonial português; o modelo neocolonial indonésio e o modelo pós-colonial com uma forte vertente anglófona. Os três modelos juntam-se de formas diversas criando múltiplas identidades híbridas e algumas destas construções identitárias serão, sem dúvida, pela negativa.

4. Um determinante étnico-económico construído na diferenciação quotidiana de recursos e oportunidades entre timorenses e estrangeiros. Esta cisão é nítida e em crescendo sendo alimentada, quer pelas elites que anseiam por uma timorização acelerada e culpam os estrangeiros dos males que assolam o território e a cidade (exploração, prostituição, sida, etc.), quer pelo povo que vê as suas condições de vida sem evolução visível. Esta dicotomia entre timorenses e estrangeiros só emerge enquanto tal em situações muito específicas pois a situação quotidiana é mais complexa. Por um lado, os timorenses distinguem-se entre si territorial, cultural e politicamente, por outro os estrangeiros distinguem-se por nacionalidades (especificamente Portugueses vs Australianos) e também os vários contextos organizativo-profissionais (U.N.; UNTAET; ONGs) distinguem-se pelas diferenças na estrutura e ambiente de trabalho, assim como nas remunerações.

5. Um determinante étnico-sócio-linguístico que atravessa toda a sociedade cidadina, tornando-a um mosaico entre o tétum, o manbai, o fataluku, o inglês, o português e o bahasa indonésio. Os retornados e os refugiados criam em Dili um caldo de culturas que numa curta visita à cidade pode passar despercebido mas que, algum tempo depois se torna evidente. Ficar na cidade ou ir para a montanha;

⁹ Chamo-lhe geração Tim-Tim porque nasceram num Timor-Timur, que era como se chamava esta 27 província indonésia. Por outro lado Tim-Tim é uma boa onomatopeia de badalo de sino e essa é uma boa metáfora para a curta vida destes indivíduos.

ficar em Timor ou ir para o estrangeiro criou diferenças evidentes e essas diferenças tornam-se maiores ainda entre a primeira e a segunda geração. Sobrepõe-se a estas divisões um conhecimento político que divide o território em zonas pró-indonésia e zonas de resistência, assimilando também a diáspora a um comodismo e a contra-diáspora a um oportunismo em relação aos que ficaram e enfrentaram o sacrifício de resistir. Diferentes línguas, diferentes modos de pensar e diferentes modos de agir, relativamente difíceis de mapear mas activos nas novas construções identitárias.

6. Um determinante sociopolítico pela existência prática de modelos pós-coloniais alternativos e categorisável pelo confronto entre Australianos e Portugueses. De facto das cerca de 50 nacionalidades estrangeiras no território, é entre Australianos e Portugueses que se evidencia uma competição em termos de intervenção e, especificamente em Dili. O pragmatismo capitalista, o nacionalismo aguerrido e étnico e o protestantismo de uns opõe-se ao idealismo de simbolização cultural, ao nacionalismo frágil e ao catolicismo dos outros. A moeda que mais circula é o dólar australiano apesar da moeda oficial ser o dólar americano, aprende-se inglês e em encontros mistos fala-se inglês, apesar da língua oficial para o CNRT ser o Português e... no entanto, há uma maneira de ser, de sentir e de estar com o outro que tem muito de português e que é relativamente incompreensível para muitos australianos.

7. Um determinante administrativo pela existência de uma pluralidade de modelos administrativos sobrepostos, implicando diferentes hierarquias, por vezes contraditórias entre si. Pode-se enumerar o modelo de administração tradicional; o modelo de administração colonial português; o modelo de administração neo-colonial indonésio; o modelo administrativo do CNRT na clandestinidade e finalmente o modelo de administração da UNTAET. O facto de nenhum ter anulado completamente o anterior e haver elementos remanescentes de todos eles, pelo menos nesta fase de transição, faz com que se viva numa espécie de limbo administrativo pós-colonial em que à pluralidade de modelos acresce uma débil inter-relação entre o poder de direito e o poder de facto, em função também de outras cisões (como a que opõe timorenses a estrangeiros) já evidenciadas.

Estes fluxos de sentidos e de populações, proporcionando um desenho contextual complexo que aqui se apalavrou, leva a que Timor, e a cidade de Dili em particular, seja o palco de uma fragmentação e hibridismo, feita de uma complexa série de encontros situacionais e organizacionais em que se jogam e negociam constantemente diferenças e diferendos, convivências e conveniências. Ainda que não se pretenda neste texto esboçar nenhum desses encontros situacionais e organizacionais, os quais farão parte de estudos de caso particulares, pode-se avançar algumas perspectivas gerais e provisórias relativamente aos encontros e confrontos culturais que se deixam ler na cidade de Dili.

5. (Des)Encontros citadinos: algumas notas finais

Dili é uma cidade em que se sente uma marginalidade difusa e latente que ensombra constantemente uma coexistência frágil. O entrecruzamento pedestre, por exemplo, é ambíguo, umas vezes indiferente e outras apalavrado com um “bondia” ou “boatarde” numa mescla complexa entre consciência da diferença ou da similitude; respeito e temor colonial; marcação da distância e tentativa de comunicação...

Há a sensação de que se vive um momento fulcral e ao mesmo tempo provisório em que tudo pode ser relevante mas não se sabe de facto o que vai ser determinante. O devir e o destino de cada um está em suspenso e todos se tornam perscrutadores do momento na ânsia de adivinhar a sua importância e todos gostariam já de estar do outro lado daquele tempo de limbo que facilmente se metamorfoseia no estar para além daquele espaço de ilha e da situação de ilhados. Enfim, de uma forma breve e, evidentemente provisória e parcial tal como provisória e parcial é a vida em Dili nestes momentos, posso dizer que os (des)encontros citadinos me surgiram em função de uma fragmentação e hibridismos citadinos que tomam características, pelo menos por vezes, de um certo apartheid sociocultural ou um subtil racismo e de dominação e dependência socioeconómica e política.

1. Fragmentação e hibridismo citadino: 50 nacionalidades diferentes numa cidade de 5kms² cria, evidentemente, o ambiente propício para o hibridismo espacial. No entanto seria de esperar mais pois é muito mais fácil ver um timorense a pé do que um estrangeiro e o hibridismo é mais visível entre as diversas nacionalidades de estrangeiros do que entre timorenses e estrangeiros. Os locais de trabalho e de lazer são, até certo ponto, lugares de hibridismo mas são-no de uma forma não-igualitária, estando os timorenses quase sempre, senão sempre, em lugares de subordinação.

2. Apartheid sociocultural ou um subtil racismo: a separação entre trabalho e lazer é bastante óbvia. Num contexto de trabalho, timorenses e estrangeiros estão juntos ainda que em situações hierárquicas diferentes; em contexto de lazer, a um possível hibridismo espacial sobrepõe-se um mais óbvio distanciamento sociocultural.

3. Dominação e dependência sócioeconómico e política: os timorenses têm apenas lugares de subordinação económico-política, criando-se padrões de interacção de proprietário/gestor vs empregado/cliente e entre quem tem poder de governar e quem é governado.

Estas são apenas algumas das pistas de investigação que a primeira estada de terreno propiciou. Os futuros estudos de caso (a ONG Médicos do Mundo Portugal; a campanha eleitoral e eleições; uma família timorense...) irão certamente especificar este contexto e mesmo, estou certo, re-enquadrá-lo.

OS PRIMEIROS ARTISTAS*

por

Carina Marques**

INTRODUÇÃO

Os pensamentos, as ideias, as crenças e os valores dos habitantes do Paleolítico Superior, para nosso infortúnio, não perduraram em suportes materiais e não permaneceram nos registos a que actualmente temos acesso; é por isso uma tarefa delicada compreender o seu significado. Contudo, a arte pré-histórica é um dos poucos legados concretos onde os nossos antepassados deixaram vestígios dos seus comportamentos, permitindo um vislumbre sobre o seu sistema ideológico. As imagens pintadas e esculpidas relembram-nos os enigmas de um mundo antigo. As imagens reproduzidas nas paredes de grutas ou as esculturas em pedra têm sido um alvo constante de disputas e controvérsias, no que concerne à sua interpretação e origem, tornando-as num desafio misterioso e até hoje invencível.

Pretende-se aqui esboçar uma breve síntese da discussão que envolve a origem da arte como sendo um dos mistérios da história da evolução cultural humana. Num primeiro ponto será discutido o momento cronológico onde apareceu o primeiro comportamento artístico. Seguidamente, procurar-se-ão os primeiros fenómenos artísticos na Europa e África e serão apresentadas as discussões que envolvem a emergência do pensamento simbólico e da arte. Muitos autores situam o aparecimento da arte no Paleolítico Superior. Enquanto que para outros existem manifestações artísticas num período mais remoto. Após a discussão desta questão, partiremos para a análise do contexto onde a arte é indubitavelmente testemunhada.

* Este artigo foi realizado no âmbito do Mestrado em Evolução Humana do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

** Antropóloga, bolsista de Mestrado FCT. anac@condor.ci.uc.pt.

Uma outra polémica abordada será o carácter gradual ou súbito da arte. Esta manifestou-se subitamente, ou foi um fenómeno progressivo? A arte foi uma invenção cultural e social ou foi-nos permitida pela nossa complexidade neurológica? Não é abrangida no âmbito desta exposição a pesquisa da arte *per se*, já que o seu propósito é falar de evolução humana; como tal, o intuito é centralizar a arte na sua relação com quem a produziu e em que período o fez, alienando propositadamente outras questões que gravitam em torno deste tema.

Independentemente do mecanismo que despoletou a produção de símbolos e a complexidade cultural, a arte pré histórica é um factor importante para o conhecimento da evolução humana.

O QUE É A ARTE?

Antes de iniciar uma tentativa de resposta às questões referidas na introdução é necessário perceber o que abrangemos no conceito de arte pré-histórica.

O conceito de arte pré-histórica deveria estar sempre associado a aspas, senão aspas efectivas, pelo menos, aspas conceptuais. Margaret Conkey (2000) utiliza verdadeiramente as aspas quando se refere à arte dos caçadores-recolectores do Paleolítico. De facto, ao falar de arte, *latu sensu*, estamos a projectar um conceito totalmente moderno e muito característico da nossa era, para uma actividade que se desenrolou há mais de 30 mil anos, da qual desconhecemos verdadeiramente o âmbito. Urge evidenciar uma diferença conceptual entre o que designamos “arte” na contemporaneidade, e a imagética que foi executada no Paleolítico Superior. Quando falamos de arte na contemporaneidade referimo-nos, por exemplo, “a uma actividade humana, composta 1) da combinação coordenada de processos físicos e mentais, segundo padrões e princípios socioculturalmente definidos, 2) de que resulta um produto público, o objecto artístico, diferente dos outros objectos e pensamentos, 3) com um impacto específico nos espectadores, também definido socioculturalmente, para além dos outros usos que possa ter” (Fernandes Dias, 1990, p. 141).

Mas a arte rupestre não se enquadra em plenitude neste conceito, uma vez que pouco se sabe, com certeza, acerca das funções veiculadas pelas criações do homem do Paleolítico, mantendo-se a questão se estas apelariam para um sentido estético nos indivíduos que a produziram (Conkey, 2000). Por esse motivo, é necessário existir um conceito operacional, e uma definição, da concepção a que nos referimos quando estamos a falar de objectos esculpidos ou desenhos em paredes de grutas, e que na actualidade apelam ao nosso sentimento estético, mas que podem nunca ter apelado ao sentido estético dos seus executores. A definição de arte pré-histórica que vamos explorar ao longo desta abordagem, é a mais comum: “Arte na arque-

ologia é tudo o que foi produzido e não tem ou transcende, o aspecto funcional” (Mithen, 1998). A definição de arte pré-histórica é bastante complexa e ténue, sendo muitas vezes um entrave ao desenvolvimento do conhecimento científico, uma vez que o que para alguns autores é arte, para outros não o é.

OS PRIMEIROS ARTISTAS: QUEM, ONDE E QUANDO?

A discussão da origem da arte exige uma contextualização prévia dos indivíduos que a produziram e do seu ambiente. Onde encontramos as primeiras expressões artísticas?

Terá existido arte no Paleolítico Médio e Inferior na Europa?

Pairam sérias dúvidas sobre alguns objectos em pedra e em osso, com umas incisões em forma de linha, descobertos em Bilzingsleben (Alemanha); uma rocha vulcânica relembrando uma figura feminina; ocre e conchas, do sítio acheulense de Berekhat Ram em Israel. As ocupações destes sítios são de aproximadamente 300 mil anos (White, 2000, p. 12).

Num período posterior, a lista de objectos de arte e adorno propostas para o período mousteriense é maior; porém, ainda bastante limitada e a sua integração na categoria de arte depende francamente do autor que os analisa (White, 2000, pp. 12). Alguns destes objectos reportam-se a conchas com um orifício; uma falange de rena e um canino de raposa perfurados (para usar como pendente) de La Quina (França); algumas falanges de animais de Prolom II (Crimeia); incisivos de ursos na Bélgica, entre outros (Klein, 1999, p. 440). Em muitos locais do Mousteriense foram encontrados também porções de pigmentos, que não se acumulam naturalmente, e que podem ter sido utilizados para elaborar pinturas rupestres (das quais não terão restado vestígios) ou utilizados noutras dimensões da sua vida, que não a produção de objectos artísticos, como é o caso das pinturas corporais (Klein, 1999, p. 441), protecção do corpo contra o sol, para curtimento das peles, como desinfectante, ou outras funções (D’Errico, 2000, p. 23). Recentemente foi ainda descoberta uma flauta de osso (Dijve Babe) na Eslovénia, que pode sustentar a hipótese de existência de arte no Mousteriense (Otte, 2001, p. 10).

Os objectos supracitados promovem uma forte discussão acerca da sua procedência, e são várias as interpretações propostas.

Diversos investigadores consideram que as alterações referidas nos objectos descritos são meros produtos da acção tafonómica, alegando, por exemplo, que as perfurações poderiam ter sido causadas por acção dos dentes de carnívoros, os sulcos poderiam resultar da degradação química produzida por sucos gástricos de animais, as incisões poderiam advir da acção de raízes, etc. . Estes investigadores são apologistas da ideia de que o simbolismo e a arte não nasceram antes do homem anatomicamente moderno. Este argumento baseia-se na incerteza do carác-

ter artificial das modificações referidas, ou seja, não existe certeza de uma produção de alterações nestas peças e, muito menos, uma mudança intencional, por parte dos habitantes deste local. Deste modo, há autores que não consideram apropriado a sua classificação como expressão artística (Mithen, 1998, p. 176; Klein, 1999, p. 441; D’Errico, 2000, p. 23). D’Errico e Villa (1997) elaboraram estudos recorrendo à visão microscópica, na tentativa de reconhecer a origem natural ou humana das perfurações e das linhas descritas. Apesar de não terem observado a totalidade dos objectos em discussão, alegam que a maioria das lesões que analisaram eram resultado, efectivamente, de acção tafonómica, em particular no que respeita às perfurações. Os autores ressaltam que, com os seus estudos, não estão “a negar a possibilidade de uma utilização simbólica ou não-utilitária destes objectos no Paleolítico Médio e Inferior” (D’Errico e Villa, 1997, p. 27). Contudo, esta pesquisa demonstra que algumas das peças foram mal interpretadas e não podem ser usadas como evidência em favor da emergência do comportamento simbólico, em tempos mais remotos (D’Errico e Villa, 1997, p. 27).

Inúmeros autores possuem uma visão antagónica, aceitando uma produção humana intencional destes vestígios; porém, divergem na sua interpretação. Para uns a produção destes objectos é um acto meramente fortuito ou com uma intenção puramente utilitária (como por exemplo o esquarteramento da caça) (D’Errico, 2000, p. 23). Para outros, trata-se dos testemunhos da génese do pensamento simbólico, e portanto, os objectos a que nos referimos são enquadráveis no conceito de arte. Para os apologistas desta última hipótese, permanece a dúvida da sua compreensão (D’Errico, 2000, p. 23). Baffier (1999) sugere que expressões artísticas tais como os ritmos, os cânticos, as pinturas sobre a pele, as moldagens de argila, as esculturas em madeira são manifestações artísticas fugazes; como tal, delas não terão restado quaisquer vestígios para além de alguns ossos ou conchas perfuradas (Baffier, 1999, p. 88).

“Apenas se pode concluir, no que respeita à arte, bem como noutros aspectos, que os indivíduos que produziram o Acheulense e Mousteriense eram qualitativamente diferentes dos seus sucessores do Paleolítico Superior” (Klein, 1999, p. 441), e que, actualmente somos incapazes de compreender o contexto do aparecimento e utilização destes objectos.

Perante os argumentos citados, percebemos que a existência de uma expressão artística generalizada só é comumente aceite depois da transição Paleolítico Médio /Superior, não obstante alguns dos objectos talhados do início do Paleolítico Superior terem origens artísticas (por oposição a naturais ou utilitárias) contestáveis. As dúvidas, para este período, atingem especialmente os produtos dos Neandertais mais tardios. Existem vestígios de que os últimos Neandertais, que viveram há cerca de 40 mil anos em França e em Itália, fabricaram e utilizaram objectos de adorno variados (talhados e esculpidos), um comportamento geral-

mente interpretado nos homens anatomicamente modernos como um sintoma da simbologia do corpo. Isto significará que este grupo de Neandertais já teria alguma forma de simbologia e de arte? Existem duas linhas de interpretação para estes dados. Há autores que sugerem que os objectos decorados e os ornamentos descobertos e associados aos últimos Neandertais, terão sido resultantes de comportamentos copiados ou adquiridos, através do contacto com os homens anatomicamente modernos, seus contemporâneos (D'Errico, 2000, p. 24). Esta linha de pensamento não confere aos Neandertais uma produção artística própria (Bahn, 2000, p. 28). Estes teriam um interesse pela forma e cor, e de certa forma uma capacidade para o julgamento estético e pensamento simbólico, mas não uma invenção de arte generalizada (White, 2000, p. 12). Discordantes com esta perspectiva, muitos investigadores alegam que o uso de adornos no Chatelperronense não pode ser interpretado exclusivamente como um fenómeno de aculturação, considerando que os Neandertais terão elaborado, usado e transmitido, códigos autónomos que revelam uma cultura própria e “um comportamento moderno”, mesmo em termos artísticos (D'Errico *et al.*, 1998, p. 22).

Kuhn (in Gibson, 2001, p. 1726-1729) sugere ainda que apesar da, ou devido à, competição, o tempo de contacto entre os dois grupos populacionais (Neandertais e Homens modernos) estimulou, artisticamente, ambos os lados. Neandertais e homens modernos alcançaram novos parâmetros de aquisição cultural, representados por novos estilos de instrumentos de pedra; ornamentos corporais ou contas de marfim. “Ambos os grupos estariam a experimentar novos estilos de instrumentos e cultura” (Gibbons, 2001, p. 1726). Este autor sugere que este florescimento cultural do Homem moderno foi em parte uma reacção à competição que o grupo de Neandertais começava a exercer (Gibbons, 2001, p. 1729).

Não obstante as propostas, as dúvidas persistem.

OS PRIMEIROS VESTÍGIOS ARTÍSTICOS EM ÁFRICA

Quanto a África, tal como na Europa, o registo de um pensamento simbólico anterior aos 40 mil anos é bastante dúbio e raro. Para além de algum ocre, ossos com incisões, algumas conchas perfuradas (nomeadamente em Klasiers River Mouth e Border Cave), pouco resta como testemunho de tempos mais longínquos (White, 2000, p. 13). Um dos escassos exemplos credíveis de manifestações artísticas precoces, são as pontas de lança esculpidas em Katanda (Congo); as datações destes objectos apontam para um período de 155 a 90 mil anos (tais objectos oscilarão entre o conceito de utilitário ou artístico).

As dúvidas, relativamente a estes objectos, são similares às anteriormente descritas: funcional ou artístico? Pensamento simbólico ou não? Existem autores

que sugerem ainda que o aparecimento da arte é bastante precoce; porém, as suas criações artísticas terão sido elaboradas em materiais perecíveis (tais como madeira, peles e outras matérias). Um outro argumento a favor de um aparecimento da arte anterior ao Paleolítico Superior (ou “*Later Stone Age*”), é que estas manifestações artísticas poderão estar presentes em locais ainda não investigados e escavados (Klein, 1999, p. 594).

Mas se todas estas estimativas cronológicas estiverem correctas e se, de facto, existiu arte antes do Paleolítico Superior (ou “*Later Stone Age*”), isso poderá implicar que os comportamentos artísticos terão aparecido há mais de 100 mil anos, e, então, seremos forçados a debatermo-nos com a dúvida: qual o motivo para que os homens anatomicamente modernos tenham permanecido em África por mais 50 mil anos, após tais alterações comportamentais? (Klein, 1999, p. 594). Ninguém consegue esclarecer esta questão.

A ARTE COMO INDISCUTIVELMENTE PRESENTE

Apenas podemos falar em arte, de um modo indubitável, no Paleolítico Superior, onde os protagonistas são os homens modernos. É somente neste período que existe consenso na comunidade científica quanto à generalização dos movimentos artísticos.

Mas quem eram estes artistas do Paleolítico Superior? Os dados da arqueologia e da paleoantropologia, relativos à origem do homem moderno, são escassos e incompletos; no entanto, em traços muito gerais, o modelo mais comumente aceite (“*Out of África 2*”) sugere que o homem moderno (*Homo sapiens sapiens*) terá substituído as populações que viviam em África, Próximo Oriente e Eurásia. Os homens modernos estariam assim expandidos em África por volta dos 100 mil anos (Klein, 2000, p. 19), vindo depois a ocupar as “terras virgens da Austrália e Américas”¹ (White, 2000, p. 12).

O marco cronológico que pretendemos assinalar, é posterior a esta expansão a partir de África, corresponde a um período de há mais ou menos 50-40 mil anos, no qual ocorreu uma metamorfose no comportamento humano (Klein, 1999, p. 514).

Os dados arqueológicos sugerem a existência de novos registos, há mais ou menos 50-40 mil anos, onde “a idade média da pedra (“*Middle Stone Age*”) em

¹ Está descrito apenas em traços gerais um dos modelos da origem do homem moderno, somente para contextualizar os primeiros artistas, porque não faz parte do âmbito desta pesquisa a exploração dos pormenores e das várias vertentes desta hipótese (ressalvando que dados genéticos recentes estão a confrontar este modelo). Pelo mesmo motivo não foi referido o outro modelo, “multiregional”, da origem do homem moderno, dado a sua menor validade argumentativa, segundo um ponto de vista pessoal.

África e o largamente similar Paleolítico Médio na Europa, deram lugar à idade tardia da pedra (“*Later Stone Age*”) e Paleolítico Superior, respectivamente (Klein, 1999, p. 588). É unicamente deste período da última glaciação, que obtemos vestígios que revelam uma maior amplitude dos traços comportamentais chamados “modernos”, que marcam muitos dos locais de caçadores recolectores da pré-história (Klein, 2000, p. 18) Este comportamento engloba uma maior complexidade nos artefactos, a organização espacial de acampamentos, a introdução de cerimoniais, rituais religiosos e a arte (Klein, 2000, p. 18). É deste último registo que pretendemos tratar em pormenor.

Os dados arqueológicos relativamente ao período de há mais ou menos 50-40 mil anos, enunciam uma maior complexidade na arte e o seu aparecimento numa quantidade mais significativa (o que obviamente não quer dizer que esta não tenha existido anteriormente, como já foi debatido). As fontes arqueológicas documentam que os marcadores de comportamento do homem “moderno” e da arte, deverão ter aparecido primeiro em África, provavelmente entre 50 a 45 mil anos, propagando-se para a Ásia ocidental e Este da Europa, há 43-40 mil anos, e finalmente para a Europa ocidental há 40 mil anos. Esta sequência geográfica, em termos de arte, é consistente com a expansão dos homens modernos a partir de África (modelo “*Out of Africa 2*” já referido), logo, a expansão das formas artísticas é concordante com este modelo de colonização do homem moderno (Klein, 2000, p. 20). Por volta dos 30 mil anos assistimos já a comportamentos mais complexos; a expressão artística floriu e generalizou-se (Lewin, 1998, p. 470).

As descobertas artísticas mais antigas, totalmente incontestáveis, da Europa, foram descobertas em Vogelherd (Alemanha). Trata-se do famoso cavalo de Vogelherd, datado de 32 mil anos (Lewin, 1998, p. 469), assim como da estatueta de marfim de Hohlenstein-Stadel (Alemanha).

Também notáveis são os registos de Lascaux (17 mil anos) a “capela cistina da pré-história” e Chauvet (32 mil anos) (Lewin, 1998, p. 471).

A descoberta da gruta de Chauvet auxiliou a destituir alguns pressupostos erróneos. Pensava-se que a arte móvel teria precedido as pinturas pelo menos 10 mil anos; no entanto, as pinturas em Chauvet são tão antigas como alguns dos mais antigos objectos das grutas, tal como as figuras de Vogelherd. As datações de radiocarbono sugerem que este “estilo” de arte é bastante mais antigo do que era considerado inicialmente (Lorblanchet, 1999).

Em paralelo com a Europa existem vários locais arqueológicos com registos artísticos em África. Na tabela seguinte estão sintetizados alguns dos locais e dos achados de arte móvel e parietal mais antigos em África, na Europa e na Ásia.

Data	Tipo de arte	Local
45-38 mil	Arte móvel – Contas feitas de conchas	Enkapune Ya Muto (e vários outros locais) África
50 mil	Arte móvel – Escassos ossos talhados	Europa
35 mil	Arte móvel – Pendentes talhados em osso (?)	La Quina (França), um sítio Neandertal
31 mil	Gravuras rupestres	Longgu cave (China)
32 mil	Gravuras rupestres	Gruta Chauvet (França)
27 mil	Gravuras rupestres	Gruta Cosquer (França)
27.5-19 mil	Gravuras rupestres	Namíbia (África)

Tabela I – Síntese de algumas das formas de arte mais antigas [dados baseados em Lewin (1998); Klein (1999); Jones et al. (1998)].

Estes “artistas” da última grande glaciação do Pleistoceno viveram numa época de grandes mudanças climáticas e ecológicas, onde o clima frio pode ter encorajado estes grupos a usarem as cavernas como abrigo e, provavelmente, a pintarem as suas paredes. Quanto às rochas ao ar livre, estas também deveriam ter sido decoradas; no entanto, apenas as esculturas nas rochas tiveram uma maior oportunidade de serem preservadas até hoje (Lewin, 1998, p. 470).

Mas os registos artísticos não se resumem a África e Europa; também na Austrália existem vestígios destas manifestações culturais. Até recentemente, parecia que os primeiros australianos eram de facto anatomicamente modernos, que chegaram a este continente há 40 ou 30 mil anos, trazendo consigo práticas funerárias complexas, tecnologia de pesca, arte e outros marcadores comportamentais modernos. Teria sido efectuada uma entrada pelo mar, há 40 mil anos, o que é *per se* uma prova da capacidade inventiva e de inovação no transporte aquático. Os registos de arte nesta ilha reportam-se, por exemplo, a adornos pessoais em Mandu Mandu (Austrália) com 35 mil anos, ou a gravuras rupestres em Laura South (Austrália), com 25 mil anos (Klein, 1999, p. 593, Bednarik, 2001). Contudo, parece agora possível que a Austrália tenha sido ocupada algum tempo antes, por volta de 60 mil anos. Esta cronologia foi obtida através de uma nova metodologia de datações de quartzo (que estava próximo dos artefactos) em dois locais no norte da Austrália; todavia, a aceitação desta conjectura mantém-se em suspenso, porque estes novos métodos de datação ainda estão em fase experimental². Num desses locais (Nauwalabila I) uma camada com 53 mil anos, datada através deste método, continha fragmentos de hematite. Os arqueólogos que descobriram estes registos acreditam que estes eram usados para pintar gravuras. Se

² Mais recentemente algumas *cup marks* (Covinhas) no sítio de Jinminium poderão ter entre 58-75 mil anos; porém a maioria dos arqueólogos australianos rejeitam esta proposta devido à aplicação de métodos de datação pouco seguros (Bednarik, 2001).

tal é verosímil, poderá implicar que os primeiros australianos eram mais avançados comportamentalmente do que os seus contemporâneos europeus e africanos. No entanto, a hematite poderá ter sido usada para inúmeras outras funções. Por outro lado, os fragmentos de hematite são comuns nos locais de Neandertais do Paleolítico Médio e em alguns locais de África, anteriores a 50 mil anos, sem quaisquer evidências de arte associadas (Klein, 1999, p. 593). Esta proposta de uma colonização da Austrália anterior a 40 mil anos carece de mais elementos que a corroborem. Para os apologistas da hipótese “*Out of Africa 2*”, o problema de uma colonização da Austrália por volta dos 60 mil anos coloca em evidência não só uma origem não africana e precoce da arte, mas edifica também duas questões fundamentais acerca do modelo de expansão do homem moderno: será possível que os homens modernos tenham saído de África antes dos 60 mil anos? E partindo do princípio de que a resposta é positiva, como é que estes atingiram a Austrália 20 mil anos antes de terem atingido o oeste da Europa (Espanha e França)? (Klein, 1999, p. 593). Uma questão que será resolvida quando se comprovar a cronologia destas evidências.

A ORIGEM DA ARTE

Percebe-se, do discurso anterior, que os registos de arte só aparecem veementemente no Paleolítico Superior (“*Later Stone Age*”) com os homens anatomicamente modernos, e que algumas evidências anteriores a este período são profundamente dúbias, discutíveis e raras, de modo a que não se possa falar em arte no seu sentido completo e pleno. Mas o que poderá ter acontecido na transição Paleolítico Médio/Superior para a emergência da arte?

Existem duas grandes correntes de pensamento antagónicas, acerca da origem do pensamento simbólico e da arte.

Para muitos investigadores, em arqueologia e paleontologia, “a génese da arte é um processo longo e lento, desenvolvido em centenas de milhares de anos” (Bahn, 2000, p. 26). Um fenómeno gradual, quase evolutivo, onde não teve lugar uma “*major transition*”, mas sim, um longo processo de mudança gradual, sem ruptura com a tradição cultural precedente. Estes autores defendem que a aquisição de capacidades modernas e de cognição artística, terá sido um processo gradual, pelo que vislumbres de um comportamento simbólico já estariam presentes antes do Paleolítico Superior (D’Errico e Villa, 1997, p. 1). Os preconizadores desta corrente consideram que a perspectiva que atribui a “invenção” da arte em exclusivo à nossa subespécie, é elitista e etnocêntrica (Bahn, 2000, p. 27).

A justificativa desta perspectiva gradual é acalentada com base em vários argumentos: 1) na existência de ocre; objectos perfurados; objectos de cristais e

sílex, encontrados no Paleolítico Médio e Inferior, que estes autores consideraram como exemplos de manifestações artísticas (que já referimos e discutimos anteriormente) (D'Errico e Villa, 1997, p. 1); 2) consideram que os objectos (nomeadamente a arte) só se começaram a descobrir em maior quantidade com datações de 50 mil anos, devido a condições diferenciais de preservação e de recuperação (Mithen, 1998, p. 173); 3) alegam a existência de algum sentido estético nos utensílios. Segundo esta proposta, alguns objectos, para além de funcionais, denunciam um nível de conotação estética. Um exemplo a que recorrem é a forma (simétrica) e o material de execução dos bifaces do Paleolítico Inferior, arguindo que estes já teriam alguma conotação e preocupação estética, assim como a decoração de algumas ferramentas (como as armas com incisões na base e traços simétricos que transcendem marcas utilitárias); 4) consideram que existe uma certa repetição intencional dos motivos geométricos em alguns objectos líticos do Mousteriense (Bahn, 2000, p. 27).

Cada um destes argumentos da perspectiva gradualista é profundamente polémico.

As vozes mais críticas relativamente ao ponto 1) apontam para a inexistência de provas irrefutáveis da natureza intencional desses objectos (como já foi referido anteriormente) e referem-se também à sua heterogeneidade e parca existência (D'Errico e Villa, 1997, p. 1).

Quanto ao ponto número 3) despoleta a questão: Será que os utensílios teriam uma componente estética? Será o utensílio em si um objecto de arte? Recorrendo ao mesmo exemplo dos bifaces, esta ideia pode ser desconstruída. O biface é um utensílio de referência e muito caracterizador do Paleolítico, tendo um enorme valor cronológico, técnico e cognitivo. Mas será que a sua simetria ou assimetria é reveladora de uma exigência estética? Esta noção parece um pouco abusiva, porque nos carece discernir, e precisar com exactidão, a natureza dessa mesma simetria. O biface é em si mesmo um utensílio; assim, deve concentrar em si um conjunto de critérios técnicos necessários à realização dos objectivos para que foi concebido. Deste modo, um desses critérios poderá exigir uma maior ou menor simetria. Binat e Boeda (2000) analisaram vários bifaces e concluíram que a assimetria (a desproporção entre os lados) permite um melhor cumprimento da finalidade do biface. A desproporção permite uma melhor acção de corte, à semelhança de uma faca, mais do que o faria se fosse completamente proporcional. Então, a falta de simetria de alguns bifaces não sugere uma menor preocupação estética ou uma ferramenta menos “evoluída”; muito pelo contrário, a simetria ou assimetria pode estar associada à sua diferente funcionalidade. É exactamente esta ausência de conhecimento total da fabricação, e dos objectivos técnicos dos bifaces, que impede a afirmação de que estes poderiam ter intuito estético, e, acima de tudo, não o podemos afirmar só porque na actualidade eles exaltam sentimentos

de admiração estética (Binat e Boeda, 2000, p. 53).

Conclui-se que a perspectiva “gradualista” não é comumente aceita por todos os investigadores.

Richard Klein (1999) propõe uma hipótese alternativa. Defende acerrimamente que o comportamento do homem moderno, que aparece depois dos 50 mil anos, implica uma capacidade cognitiva totalmente moderna e nova, que veicula uma inovação subjacente também à cultura (Klein, 1999, p. 588). A transição do Paleolítico Médio para o Superior pressupõe uma transformação, uma mudança, sob a forma de ruptura nos comportamentos (que incluem inovações culturais tais como a arte). “Concebendo a emergência da arte como um fenómeno súbito que apareceu no início do Paleolítico Superior, com os homens anatomicamente modernos” (Bahn, 2000, p. 26). Anteriormente a este período, a evolução da morfologia e comportamento manteve-se com um ritmo relativamente lento; após este período transitório, a morfologia terá permanecido relativamente estável, no entanto, metamorfoses comportamentais e culturais obedeceram a um ritmo bastante acelerado (Klein, 1999, p. 514).

Esta transição é justificada pelo vasto registo de arte encontrado neste período, que os autores, apologistas desta corrente, denominam como uma “explosão cultural” (Klein, 1999, p. 588), um “big bang cultural” (Mithen, 1998, p. 172) ou mesmo “uma explosão simbólica” (D’Errico e Villa, 1997, p. 1).

Dentro desta corrente de pensamento, que teoriza uma metamorfose cultural, existem duas propostas explicativas para a mutação fundamental que terá contribuído para o aparecimento súbito da arte.

A primeira proposta indica que os humanos desde há muito teriam a capacidade neurológica e cognitiva para elaborar um comportamento completamente moderno; contudo, essas capacidades apenas se expressaram devido a uma mudança pontual no âmbito social ou cultural. Passaremos a designar (apenas neste texto e com o intuito de simplificar a referência a estas ideias) esta proposta por “hipótese social”. Uma segunda proposta, indica que o desenvolvimento de um comportamento moderno dependeu intimamente de mudanças biológicas (neurais) que ocorreram naquele período (Klein, 1999, p. 514), e passará a ser designada neste trabalho por “hipótese biológica”.

A) Hipótese “social”

Nesta hipótese, está subjacente a ideia da primazia do desenvolvimento social, sugerindo que o comportamento do homem anatomicamente moderno teve origem entre pessoas que desde há muito teriam essa capacidade, mas que apenas expressaram o seu potencial perante mudanças tecnológicas ou sociais. Pressupõem que a mudança social (independente da mudança biológica) poderá ter ocorrido devido a mudanças como: a reestruturação de ligações sociais, o apare-

cimento de uma economia especializada, a inovação tecnológica, com o desenvolvimento inicial da família nuclear como a unidade produtiva fundamental, com as noções modernas de parentesco e descendência entre indivíduos relacionados (Klein, 1999, p. 514). White (2000) sugere que “se a capacidade de representação revela bem uma aptidão neurológica, a sua realização é cultural e ambientalmente produzida, (White, 2000, p. 11). Este autor sugere ainda que o homem do Paleolítico já teria as capacidades cerebrais para cultivar vegetais, domesticar animais, ou mesmo ir à Lua; porém, essas realizações apenas se expressam num contexto social, económico, cultural e ambiental particular (White, 2000, p. 11).

Tal mudança social ou tecnológica poderá ter estimulado um crescimento populacional rápido, e populações maiores e mais densas poderão explicar o passo acelerado da inovação tecnológica, a proliferação de símbolos e da arte, assim como outras novidades que marcam o registo arqueológico relativo ao período que se inicia há c. de 50 mil anos (White, 2000).

O argumento de apoio para esta corrente, sugere que é exactamente a existência rara de objectos de arte há mais de 50 mil anos, separados uns dos outros por grandes intervalos de tempo e por milhões de quilómetros, que corroboram a inexistência de comportamentos modernos precoces no tempo (White, 2000, p. 14).

Esta posição não permanece incólume a críticas. O problema óbvio desta tomada de posição, é que não oferece quaisquer provas ou argumentos explicativos para o motivo pelo qual as relações sociais terão mudado nesse momento em particular (Klein, 1999, p. 514).

B) Hipótese “biológica”

A segunda hipótese, que segundo Klein (2000; 1999) é uma teoria mais simples e mais vantajosamente “económica”, associa a mudança comportamental básica (que pode ter incluído algumas mudanças na organização social) a uma mudança neuronal (uma mutação genética proveitosa) que despoletou a total capacidade nos homens anatomicamente modernos para manipular a cultura, nomeadamente a arte, como um mecanismo adaptativo (Klein, 2000, p. 18). O que quer dizer que ocorreram mutações neuronais, que consequentemente produziram variações comportamentais e naturalmente uma maior complexidade social e cultural, que se tornaram obviamente vantajosas. Estes autores não consideram a existência de uma grande modificação cerebral, mas sim pequenas mutações.

A vantagem desta proposta é que uma mudança neuronal não necessita de grandes explicações para que ocorra (ao contrário da mudança exclusivamente social, referida no parágrafo anterior); basta referirmos a selecção natural. A hipótese neuronal segue a noção de que a selecção de cérebros maiores e mais sofisticados terá sido vital ao longo evolução humana. “As evidências fósseis e genéticas sugerem que a última e a mais fulcral complexização neuronal ocorreu,

provavelmente, em África, neste período” (Klein, 1999, p. 515).

Um dos outros suportes desta teoria é a ligação entre a composição neurológica e a arte. Estudos recentes, no campo da neuroestética, pretendem conhecer a relação da função do córtex visual e a função cerebral relacionada com a arte. A destruição de determinadas regiões do cérebro humano, promove uma total ausência de uma experiência estética, ou seja, os indivíduos deixam de conseguir avaliar a componente estética dos objectos, apesar do seu córtex visual estar intacto. Para a neuroestética, esta correlação entre a composição e organização cerebral, e a avaliação da beleza de um quadro, apoia a base biológica e neuronal da arte. Contudo os investigadores em neuroestética não pretendem afirmar que o sentimento estético é unicamente derivado da actividade das células corticais obviamente; que a nossa componente cultural é essencial; mas asseguram que não podemos procurar algum sentimento estético na ausência dessas células (Zeki, 2000).

Mithen (1998) sugere que a mudança, para além de uma mutação neuronal, tem um carácter estrutural e mental, ou seja, a sua explicação para a “expansão cultural” insinua que neste período ocorreu a grande reestruturação e um “*re-design*” final do cérebro e da “mente”, que permitiu uma ligação entre vários domínios cognitivos. Para ilustrar a sua posição, Mithen (1998) proporciona-nos metáforas interessantes. O autor explica que, se considerássemos a mente humana como uma catedral, esta estaria quase completa desde há mais ou menos 100 mil anos e teria quatro capelas: a capela técnica (capacidade de manipulação de objectos) a capela da história natural (compreensão do mundo natural), a capela da inteligência social (usada na interacção entre os indivíduos) e a capela da inteligência linguística. Mas há 100 mil anos existiam paredes entre estas capelas que não deixavam fluir os seus conteúdos. Contudo, foi na transição Paleolítico Médio/Superior, que se começaram a enquadrar janelas e portas entre as paredes das diferentes capelas ou, possivelmente, quando uma super capela ampla foi construída. Com estas novas características de design, as inteligências especializadas deixaram de funcionar em isolado e permitiram avanços comportamentais, tais como as capacidades artísticas (Mithen, 1998, p. 174).

Mas o que é que foi exigido ao caçador recolector do Paleolítico Superior, em termos de capacidade cognitiva, para elaborar objectos artísticos?

Mithen (1998) considera que são necessários três atributos mentais essenciais para construir um objecto de arte: 1) capacidade de planeamento e execução de um modelo preconcebido mentalmente; 2) comunicação intencional com referência a um objecto ou evento relacionado com outros momentos, ou seja, capacidade de descontextualizar eventos; 3) a atribuição de um sentido e de significado a uma imagem visual não associada com o seu referente (Mithen, 1998, p. 181).

Parece que apenas os homens anatomicamente modernos corresponderiam completamente a estes requisitos (Mithen, 1998, p. 181). “A criação e uso dos

símbolos visuais requer que os diferentes domínios funcionem suavemente juntos” (Mithen, 1998, p. 184). O argumento a que Mithen recorre para provar a sua teoria, é precisamente a grande habilidade técnica e simultânea emotividade do homem moderno (Mithen, 1998, p. 184).

Estas perspectivas “biológicas”, quer se trate de uma mutação neuronal pontual, como a defendida por Klein (1999) e muitos outros autores, ou uma reorganização mais gradual do cérebro, como foi proposto por Mithen (1998), são fundamentalmente adaptacionistas, porque encontram fundamentos biológicos, neuronais, cognitivos, para o aparecimento da arte e para a sua perpetuação, considerando que na evolução nada se retém que não confira vantagens selectivas (Mithen, 1998). Ou seja, independentemente da sua génese, a arte não poderia ter sido perpetuada ou aparecido se não conferisse vantagens adaptativas aos grupos que a praticaram, tendo sempre subjacente uma característica biológica. Os autores referidos consideram que não existe muita coerência para uma visão da arte como uma lufada de inspiração divina, que visa simplesmente criar elementos belos e formas novas (White, 2000, p. 11).

O problema central da hipótese neuronal é que esta não é, actualmente, testável nos fósseis. Uma ligação entre as mudanças neuronais e comportamentais pode ser assegurada pelo aumento do tamanho do cérebro nas fases evolutivas iniciais; contudo, o tamanho cerebral não variou muito depois dos 200 mil anos; qualquer mudança neuronal surgida há 50 mil anos deverá ter ocorrido em termos de organização, e os crânios dos fósseis promovem apenas especulações sobre a estrutura cerebral (Klein, 1999, p. 592).

D’Errico, um defensor da hipótese “social” supracitada, critica a hipótese biológica, alegando que, se a abordagem biológica estivesse correcta, deveríamos encontrar as primeiras manifestações simbólicas, em particular as primeiras formas de arte, associadas aos primeiros homens modernos africanos, nos sítios arqueológicos de há 100 mil anos. Se, pelo contrário, o simbolismo nasceu de uma “pressão histórica”, devemos encontrar o primeiro testemunho de um pensamento simbólico em contextos geográficos e cronológicos diferentes, como de facto acontece (D’Errico, 2000, p. 22).

Na contemporaneidade, ambas as hipóteses são tão veementemente apoiadas como contestadas.

COMENTÁRIOS FINAIS

A arte do Paleolítico Superior parece representar um conjunto de motivações e um conjunto de relações sociais activamente negociadas no quotidiano. “Ao libertar a arte de uma posição de sevícia intelectual, conseguimos libertar

também da tendência evolutiva e antropocêntrica no modo de ver a cognição e a arte” (Dowson, 1998, p. 75).

Ao longo desta exposição, compreendemos a posição de investigadores que defendem uma evolução gradual da capacidade artística, e que consideram o cenário de uma misteriosa explosão estética, de origem cultural ou cognitiva, na transição do Paleolítico Médio/Superior, como algo sem propósito, e que deve ser abandonado. Vários autores propõem que o cenário gradualista tem a vantagem de explicar o que observamos nos registos fósseis, tendo em conta pequenas lacunas e desvios nos seus arquivos. Esta visão tem ainda a vantagem de evitar concepções elitistas e etnocentristas que atribuem uma superioridade intrínseca à nossa subespécie (Bahn, 2000, p. 28)

Mas parece igualmente sedutora a proposta de um “big bang” cultural que por motivos sociais ou neuronais fez emergir registos que hoje nos fazem sentir o desejo de conhecer mais acerca do nosso passado.

Investigações futuras, com a descoberta de novas gravuras e fósseis, permitirão resolver os enigmas que gravitam em torno da arte do caçador-recolector do Paleolítico Superior, porque a arte está e esteve presente em vários locais e em múltiplas formas, tendo sido uma componente importante da vida dos nossos ancestrais.

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos ao Vítor Matos, à Anabela Mota e em particular à Doutora Eugénia Cunha pelas sugestões e incansável colaboração.

BIBLIOGRAFIA

- BAHN, P. (2000), Ne cherchez pas le berceau de l’art, *La Recherche – hors serie* n° 4, Nov., pp. 26-29.
- BAFFIER (1999), *Les derniers Neandertaliens: Le Châtelperronien*, La maison des roches (ed), Paris.
- BEDNARIK, R. (2001), *The early Rock Art of Australia*, in <http://cronus.spaceports.com/~wara/articles/article2.html>.
- BINAT, P. & BOEDA, E. (2000), L’outil est-il un object d’art? *La Recherche – hors serie* n° 4, Nov. pp. 53.
- CONKEY, M. (2000), Le sens de l’art ne relève pas d’un savoir encyclopédique, *La Recherche – hors serie* n° 4, Nov., pp. 38-40.
- D’ERRICO, F. (2000), Sur les traces de l’Homo symbolicus, *La Recherche – hors serie* n° 4, Nov., pp. 22-25.
- D’ERRICO, F. & VILLA, P. (1997), Holes and grooves: the contribution of microscopy and taphonomy to the problem of art origins, *Journal of Human Evolution*, vol. 33, n° 1, pp. 1-31.

- D'ERRICO, F.; ZILHÃO, J.; JULIEN, M.; BAFFIER, D. & PELEGRIN, J. (1998), Neandertal Acculturation in Western Europe? A critical review of the evidence and its interpretations, *Current Anthropology*, vol. 39, Sup. I.
- DOWSON, T., (1998), "Rock Art: Handmaiden to studies of cognitive evolution", in *Cognition and Material Culture: the archaeology of symbolic Storage*, Renfrew, C.; Scarre, C. (eds), McDonald Institute Monographs.
- FERNANDES DIAS, J. (1990), "Uma definição de arte para uma antropologia da arte", *Ler História*, 20, pp. 131-157.
- GIBBONS, A. (2001), The Riddle of Coexistence, *Science*, vol. 291, Março.
- JONES, S.; MARTIN, R. & PILBEAM, J., (1998), *The Cambridge Encyclopaedia of Human Evolution*, (2 ed.), Cambridge University Press, Cambridge.
- KLEIN, R. (1999), *The Human Career*, Chicago University Press, Chicago.
- KLEIN, R. (2000), L'art est-il né d'une mutation génétique?, *La Recherche – hors serie n° 4*, Nov., pp. 18-21.
- LEWIN, R. (1998), *Principles of Human Evolution*, Blackwell Science.
- LORBLANCHET, M. (1999), Pourquoi l'art est-il apparu?, *La Recherche*, n° 326-Dez.
- MITHEN, S. (1998), *The Prehistory of the Mind: a search for the origins of art religion and science*, Thames and Hudson, Londres.
- OTTE, M. (2001), "Contribution moustérienne au Paléolithique supérieur", in *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique, Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP*, Zilhão, J.; Aubry, T.; Carvalho, A. (eds), IPA.
- WHITE, R. (2000), Un Big Bang socioculturel, *La Recherche – hors serie n° 4*, Nov., pp. 10-17.
- ZEKI, S. (2000), L'artiste à sa manière est un neurologue, *La Recherche – hors serie n° 4*, Nov. pp. 98-101.

O FUTURO DO PASSADO: OS ARQUEÓLOGOS DO NOVO MILÊNIO*

por

Arno Alvarez Kern**

1. INTRODUÇÃO

A sociedade imagina os arqueólogos, algumas vezes, de maneira muito caricatural e com os olhos do cinema produzido em Holywood. Trata-se de um bando de aventureiros, sem emprego fixo e sempre às voltas com tesouros enterrados, múmias sinistras, cidades perdidas, templos em ruínas, ossos velhos, cacos de cerâmica e pontas de flecha. Em resumo, trata-se de uma vida perigosa de heróis em paisagens longínquas e uma carreira universitária marcada pelos salários insignificantes, sem a menor chance de um dia ficarem ricos¹.

Na realidade existe uma imensa diferença entre esta imagem um pouco mítica, mas atraente, que o homem comum faz dos arqueólogos e as práticas rotineiras e quotidianas das atividades dos arqueólogos. O homem da rua fica muito espantado quando os arqueólogos profissionais afirmam que Indiana Jones é o “anti-modelo absoluto”, principalmente naquilo que ele encarna de individualismo e de busca do objeto raro, em contraste com o trabalho em equipe e a busca dos testemunhos anônimos dos homens do passado².

* Estas reflexões são o resultado de uma pesquisa específica na bibliografia arqueológica, mas estão igualmente embasadas nos autores utilizados para a elaboração de um texto publicado anteriormente (KERN, Arno Alvarez. “O perfil dos historiadores no novo milênio”. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*: 19: 3-17, 2000.

** Arqueólogo e Historiador. Doutor em Arqueologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França). Mestre em História pela PUCRS. Professor titular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da FFCH (PUCRS). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História.

¹ O arqueólogo inglês Paul Bahn nos traça um retrato divertido dos arqueólogos no prefácio de seu livro. BAHN, Paul. *Archaeology*. Oxford – New York: Oxford University Press, 1996. p. vii e viii.

² JOCKEY, Philippe. *L'Archéologie*. Paris: Belin, 1999. p. 5.

Os arqueólogos estão sempre prontos para participar de discussões científicas sobre a sua própria disciplina e debatem entre si sobre seus objetivos, suas práticas metodológicas e suas reflexões teóricas. Esta discussão científica se desenvolve sobre o estatuto mesmo da Arqueologia. Entretanto, raramente se perguntam sobre o que significa ser um arqueólogo na atualidade? Esta é uma problemática que deveria ser questionada pela nossa auto-crítica e não deveria ser ignorada pelo nosso amor-próprio individual, a partir do princípio de que “uma ciência atinge sua maturidade quando ela conhece seus limites”³.

Para um observador externo atento e crítico, os arqueólogos aparentam ser um grupo muito heterogêneo, principalmente no que diz respeito à imagem pouco clara que estes profissionais tem de sua própria disciplina. Um exemplo disto são as discussões intermináveis que evidenciam que eles nem sempre se entendem em relação à própria definição da ciência, pois de tempos em tempos são feitas referências a termos muito díspares. Um rápido levantamento na bibliografia recente pode encontrar referências a diversas arqueologias: aérea, agrária, ambiental, analítica, antiga, antropológica, arqueobotânica, arqueográfica, arqueométrica, arqueozoológica, bioarqueológica, científica, clássica, comportamental, contemporânea, contextual, da paisagem, dedutiva, de paleopaisagens, de salvamento, do colonialismo, estruturalista, evolucionista, funcionalista, do *habitat*, do lixo, do saber (Foucault), ecológica, empírica, espacial, estruturalista, etnoarqueológica, etológica, evolucionista, experimental, extensiva, geoarqueológica, geral, histórica, industrial, indutiva, marxista, medieval, moderna, monumental, náutica, nomotética, *new* (nova), política, positivista, pré-colombiana, processualista, pós-processual, pré-histórica, proto-histórica, quantitativa, rural, simbólica, sistêmica, social, subaquática, submarina, tanatoarqueológica, teórica, tradicional, urbana, etc. Estas hesitações e dúvidas podem levar a casos extremos. Ora a disciplina nem mesmo é considerada como uma ciência independente, devendo ser incorporada à Antropologia, ora é considerada apenas como um sinônimo de “escavações”, sem as quais nenhuma arqueologia seria digna deste nome⁴.

Entretanto, este conjunto de profissionais é composto principalmente por pesquisadores e professores, que se unem em torno de uma formação básica que os torna aptos para uma prática específica de estudos dos documentos materiais da cultura das sociedades do passado. É também a partir dela que eles se reconhecem. Esta formação culmina sempre nos cursos de pós-graduação e é desenvolvida em geral no âmbito das universidades, não apenas em seus institutos ou faculdades, mas também em centros de pesquisa e museus. Ela é muito mais

³ DAUX, Georges. *Histoire de l'Archéologie*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1966. p. 115.

⁴ JOCKEY, Philippe. *Opus cit.* p. 5.

variada do que se imagina geralmente, e exige do arqueólogo um face a face com seus colegas das ciências da terra, das ciências biológicas e das ciências sociais. Ela é considerada fundamental e deve preparar o conjunto dos arqueólogos tanto para as atividades de prospecção e escavação no campo, como para as análises de laboratório, a produção intelectual dos novos saberes, a publicação dos seus resultados, a preparação de conferências. Ao mesmo tempo, e segundo estes critérios, os arqueólogos preparam e qualificam os integrantes das novas gerações. Eles estão Inseridos nos quadros institucionais das Sociedades de Arqueologia nacionais e são representados por estas associações em todo o território nacional. Muito mais atuantes nas últimas décadas do século 20, eles realizam seus congressos nacionais e Internacionais, dos quais editam as conferências e comunicações, bem como procuram manter de maneira periódica as suas Revistas de Arqueologia, sejam elas temáticas ou institucionais. Em seu conjunto, os arqueólogos demonstram uma nítida consciência da importância da arqueologia na construção científica da memória social. Todos se unem em torno de normas profissionais comuns e na luta pela regulamentação da profissão. Eles partilham de critérios comuns sobre diversos elementos que são julgados fundamentais pela comunidade científica, tais como a boa ou má qualidade da produção intelectual nos variados campos de atividade da arqueologia e o que um arqueólogo deve ou não fazer segundo seu código de ética.

Segundo Clarke, “o arqueólogo autêntico – se é que ele existe – terá que...” ter o tino administrativo para arrecadar e gerenciar fundos para seus projetos, hábil em conseguir todas as espécies de licenças necessárias dos proprietários e das autoridades, o dom da organização para coordenar as equipes e as atividades de pesquisas em campo e laboratório, ser capaz de tudo registrar em fotos e desenhos, reunir suas habilidades descritivas e de análises com a capacidade de síntese, ler e falar diversos idiomas para acompanhar a produção intelectual de seus colegas estrangeiros, gostar de viajar, de realizar explorações e reconhecimentos⁵. Estas características do conjunto, entretanto, não impedem as necessárias discussões científicas, as divergências teórico-metodológicas e as inevitáveis clivagens internas.

Quando na antiga Grécia o termo “Arkhaiologia” foi pela primeira vez utilizado, ele se referia ao “discurso” (*logos*) sobre “coisas antigas” ou simplesmente “as origens” (*arkhaios*). Hoje ela é considerada uma das ciências sociais. Entre-

⁵ CLARKE, Graham. Arqueologia e Sociedade. Lisboa: Liv. Almedina, 1966. p. 11-12. Outro arqueólogo inglês, Philip Rahtz, ampliou e diversificou estas conceituações. Ver deste último autor especialmente os itens “Tipos de arqueólogos” e “O que é ser arqueólogo”, no capítulo 5 “Que fazem os arqueólogos?”. RAHTZ, Philip. *Convite à Arqueologia*. Rio de Janeiro: Imago Edit., 1989, p. 67-85. Ver igualmente o capítulo 4 “O Arqueólogo”, na obra de FRÉDÉRIC, Louis. *Manual prático de arqueologia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980. p. 43-46.

tanto, se aparentemente a Arqueologia é hoje uma ciência que trata de “coisas do passado”, nesta fronteira temporal do século e do milênio ela ainda é uma ciência em construção, em pleno desenvolvimento. Os arqueólogos e a sua ciência passam atualmente por importantes transformações, o que aponta para o futuro.

A Arqueologia apresenta muitas facetas originais e é o resultado de diversas discussões de cunho epistemológico travadas nas últimas décadas. Os arqueólogos, por sua vez, desempenham atualmente muitos novos papéis sociais, como se pode constatar nas considerações a seguir. Pensar sobre o que nos espera nestes novos tempos em que um novo século e um novo milênio se iniciam, é refletir sobre o “futuro do passado”⁶.

2. OS ARQUEÓLOGOS, O CONTEXTO UNIVERSITÁRIO E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS

Para bem compreender as transformações recentes por que passou a profissão de arqueólogo, devemos ter condições de análise do contexto histórico das últimas décadas, nas quais ocorreram as mais importantes modificações institucionais da história da ciência arqueológica, bem como as alterações ocorridas nas funções desempenhadas pelos personagens envolvidos. Tentar definir o perfil atual do arqueólogo implica em tecermos considerações sobre uma história vivida por todos nós recentemente, nesta fronteira temporal de século e de milênio. Torna-se necessário, antes de tudo, definir o raio de alcance de nossas considerações. Podemos e devemos fazer o inventário destas transformações a partir das nossas idiossincrasias e das experiências vividas por todos recentemente, sem correr o risco de cair nas armadilhas das opiniões sem fundamento⁷.

Diversos são os contextos institucionais onde atualmente circulam os arqueólogos. Nós podemos encontrá-los, por exemplo, dando entrevistas no contexto dos jornais de circulação diária e nos programas de televisão ou produzindo conhecimento científico nas revistas científicas e em publicações isoladas, participando das associações nacionais e internacionais de pesquisadores ou fazendo parte dos quadros institucionais dos patrimônios nacionais e municipais. Eles se encontram em grande número nos institutos e departamentos das diversas instituições superiores de ensino, sejam universidades plenas ou faculdades isoladas. Não existem limites intransponíveis entre estes diversos contextos e existem arqueólogos que circulam com muita facilidade entre diversos deles.

⁶ Este termo que integra o título deste trabalho se deve ao arqueólogo inglês Paul Bahn (BAHN, Paul. *Opus cit.* ps. 2 e 91).

⁷ KERN, Arno A. *Opus cit.*

O contexto universitário é de todos o mais importante⁸, não apenas pela sua tradição, mas principalmente por ser o mais dinâmico dentre todos eles, pelo número de arqueólogos importantes que nele circulam, pela qualidade e diversidade de sua produção intelectual, pelo seu papel de formador por excelência das novas gerações e por preparar jovens arqueólogos para o recrutamento de todos os demais setores, principalmente para as inúmeras atividades da arqueologia de salvamento ou de contrato.

No seu conjunto, as universidades não formam um conjunto uniforme, mas um todo composto por diversos tipos de instituições de ensino superior que podem estar instaladas tanto nas capitais como nas cidades do interior, podendo ser públicas (nacionais ou estatais) e particulares (comunitárias ou privadas) Do ponto de vista da formação profissional, as instituições superiores de ensino se estruturam em dois pólos distintos. O primeiro deles reúne as universidades que organizaram, sobretudo nas últimas décadas, suas formações de pós-graduação com reconhecimento oficial dos Ministérios de Educação e com apoio dos Conselhos Nacionais de Pesquisa, nos diversos países. Elas podem estar submetidas às avaliações nacionais e internacionais e possuem quadros docentes com um grande número de doutores em regimes de tempo especial, quase sempre com dedicação exclusiva. No segundo estão as demais que já contam com um número significativo de mestres e poucos doutores, mas apenas tem reconhecidos pelos Ministérios de Educação a formação em cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) e de pós-graduação “*latu sensu*” (especializações e aperfeiçoamentos).

Nas organizações institucionais existentes neste contexto universitário tão diversificado, os arqueólogos desenvolvem relações complexas e diversificadas, não apenas entre si, mas também com os demais profissionais das outras ciências. Como integrantes dos quadros funcionais destas instituições, os arqueólogos não ignoram que os demais colegas podem ser amigos ou companheiros de profissão, mantendo relações cordiais e – sobretudo – defendendo em conjunto os interesses de suas instituições ou os de toda a comunidade dos arqueólogos e dos seus jovens aprendizes. Alguns raros arqueólogos trabalham isoladamente e se mantêm afastados da comunidade. Entretanto, a maioria dos que participam dos ambientes universitários coexistem harmoniosamente, pois ali predominam as alianças, os acordos tácitos e mesmo uma competição franca e bem educada. O bom nível intelectual e a importância deste conjunto de profissionais infelizmente não são

⁸ JORGE, Vítor Oliveira. *Arqueologia em construção*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 17-23. Sobre este tema consultar principalmente o capítulo 2 “A Arqueologia e a Universidade: um ponto de Vista” (p. 17-23. Algumas das idéias de Antoine Prost, sobre o perfil dos historiadores atuais, serviram de inspiração para este ítem (PROST, A. *Douze leçons sur l’Histoire*. Paris: Seuil, 1996. Ver especialmente o capítulo 2 – “La profesion historienne”, p. 33-53).

impedimentos para algumas rivalidades internas, que terminam por enfraquecer o grupo nas instituições ou no próprio contexto científico⁹.

Em um passado ainda muito próximo as licenciaturas e os bacharelados eram os únicos tipos de cursos universitários existentes em nossas universidades. A atuação de muitos arqueólogos estava então limitada quase que exclusivamente ao ensino, devido às faltas de apoio financeiro e de espaços voltados para a pesquisa, tais como os laboratórios de arqueologia. Pesquisar, para muitos professores, significava preparar aulas de Arqueologia a partir da rara bibliografia arqueológica existente. Um número limitado de arqueólogos que além de professores eram também pesquisadores, instalava seus primeiros laboratórios de pesquisa arqueológica em museus ou institutos, com as inevitáveis dificuldades das ciências novas, desconhecidas inclusive de seus colegas universitários.

A maioria dos arqueólogos, apesar da experiência e do conhecimento específicos, tinham suas titulações obtidas em áreas próximas, como a Antropologia e a História. Os concursos para ingresso nos quadros docentes da universidade eram raros e a renovação nem sempre premiava a competência. Um número grande de docentes limitavam a suas atividades às aulas dadas e às pesquisas ainda incipientes com verbas restritas. Ainda não podiam ser denominados de arqueólogos profissionais. Eram raros e dignos de mérito os arqueólogos das universidades que pesquisavam e publicavam regularmente, sendo os únicos a servirem realmente de exemplo aos seus jovens alunos. No passado, muitos dos considerados pioneiros da arqueologia foram indivíduos com formação muito diversificada no campo das ciências, além de alguns eruditos com pouca ou nenhuma atuação na universidade. Entretanto, cada vez mais a vanguarda da Arqueologia será representada, principalmente a partir dos anos 80, por um grande número de professores universitários que já possuíam experiência e formação mais específicas, podendo ser denominados de arqueólogos. Passou-se então a defender a necessidade do desenvolvimento da integração ensino-pesquisa-extensão em arqueologia e de um incremento na especialização das práticas do ensino e da pesquisa, sobretudo em alguns dos museus e dos departamentos de Antropologia e História nos quais os arqueólogos atuavam, bem como em alguns Centros de Pesquisa que pouco a pouco se institucionalizavam. Estas novas orientações foram defendidas em primeiro lugar pelos professores e pesquisadores que tiveram os seus méritos anteriores reconhecidos com a titulação da Livre Docência, mediante a defesa de tese. Mas também pelos diversos professores universitários formados na pós-

⁹ PROST, A. Opus cit. p. 44-6. O autor refere-se aos casos de reticências a se citar um colega que pesquisa os mesmos temas ou o de se evitar falar bem de um colega da mesma ou de uma outra universidade. Lembra ele, entretanto, com uma certa ironia, que: "*mieux valent les compromis ou les alliances tactiques que les francs anathèmes, et les conflits feutrés que les duels au soleil*" p. 46.

-graduação, com doutorados nacionais e estrangeiros, segundo a nova ótica da necessária profissionalização do arqueólogo. Ao assumirem a docência nas novas disciplinas de arqueologia criadas pelo seu estímulo e persuasão, ao diversificar e ampliar suas práticas nos novos laboratórios de pesquisa instalados, eles passaram a investir nas possibilidades do grupo como um todo, fortalecendo-se o conjunto.

Pouco a pouco, ampliava-se a gama de cursos de extensão oferecidos, sobretudo com as especializações “*latu sensu*”. Estes últimos foram quase sempre o ponto de partida para a estruturação de setores voltados para a Arqueologia, em cursos de pós-graduação “*strictu sensu*”. E é exatamente esta implantação dos cursos de pós-graduação em História e Antropologia que terminam por provocar uma mudança extremamente importante no panorama nacional e internacional da formação em Arqueologia, pois altera de maneira irreversível a perspectiva histórica da formação com qualificação de uma geração de arqueólogos em nossas universidades. Em algumas delas, ao se desenvolverem programas de incentivos à formação de doutores e mestres, surgiram novas oportunidades de formação com qualificação. Toda esta dinâmica somente foi possível graças aos esforços conjuntos de duas gerações de arqueólogos profissionais que co-habitavam nos Departamentos, bem como dos Livre-Docentes e dos Doutores que, apesar do número reduzido, somaram com sucesso experiências e espírito de iniciativa. Esta nova política evidencia o êxito das iniciativas dos arqueólogos e demonstra igualmente o importante papel institucional que tem desempenhado na formação com qualificação de uma nova geração de profissionais.

Inúmeros arqueólogos auxiliaram os historiadores e os antropólogos dos Departamentos de História e de Antropologia na iniciativa de implantar Programas e Cursos de Pós-Graduação, que terminaram sendo responsáveis pela formação de toda uma nova geração de arqueólogos, capazes de desempenhar integralmente o seu papel de vanguarda da Arqueologia que se praticou nas duas últimas décadas no ensino superior de nossos países. Esta formação contou sempre com parcerias e atividades conjuntas com profissionais de alto nível de alguns dos países onde a Arqueologia estava mais adiantada, especialmente na Europa (Inglaterra, França) e na América (Estados Unidos e México), bem como dos arqueólogos instalados em países vizinhos sul-americanos, como é o caso específico do Uruguai, da Argentina e do Brasil. Este papel atuante da pós-graduação adquiriu maior importância, sobretudo pela inexistência ou pelas dificuldades da formação em nível de graduação (licenciatura e bacharelado).

Entretanto, se observarmos o conjunto cursos de mestrado e doutorado existentes hoje nas universidades européias e norte-americanas, são ainda em pequeno número os programas de pós-graduação com formação em Arqueologia, com tradição e atuação a nível internacional. Este número é ainda menor nos países do

Mercosul, onde as iniciativas semelhantes ou sofreram limitações ou são inexistentes. Os programas universitários, de uma maneira geral, mantêm-se voltados para o objetivo maior de implantação de um projeto educacional comprometido com a qualidade e a titulação com qualificação, não ignorando que este aperfeiçoamento da pessoa humana, dentro de uma visão ética de formação e construção de cidadania, é um objetivo maior das nossas universidades.

Quando observamos em perspectiva histórica esta série de transformações por que passaram especificamente as nossas universidades, somos obrigados a reconhecer o quanto mudaram e se diversificaram as funções e desempenhos dos arqueólogos atuais. Ao contrário do que normalmente se afirmou no passado, entretanto, as funções dos professores que labutam diariamente na universidade não podem nem devem se limitar apenas à pesquisa arqueológica ou a seu ensino. Além das atividades hoje mais quotidianas de ensino, pesquisa, extensão e administração, o perfil do arqueólogo que trabalha na universidade se transformou completamente ao mesmo tempo em que a dinâmica de sua atuação tornava-se muito mais complexa, superando completamente as formas antigas. O seu perfil mais atual exige um desdobramento de esforços, voltados para atividades muito diversificadas tais como coordenação de centros de pesquisa, editoração de revistas e de coleções de livros especializados, obtenção de recursos financeiros em agências de financiamento, etc., com as quais nem sempre os profissionais universitários tem muita familiaridade. Trata-se de uma série de atividades da maior importância que se realizam em um panorama que ultrapassa seguidamente os muros da universidade¹⁰.

3. OS ARQUEÓLOGOS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO

Entre as maiores transformações ocorridas nas últimas décadas, no contexto universitário, podemos destacar a da abertura das fronteiras institucionais e individuais, fazendo com que ocorra uma internacionalização dos saberes e das profissões. Esta derrubada geral dos muros que bloqueavam as comunicações dos arqueólogos com os demais professores e pesquisadores universitários nacionais e estrangeiros, é a responsável por ter rompido o seu isolamento provinciano, colocando-os face a face com outros profissionais com interesses semelhantes de investigação e ensino, no país e no estrangeiro. A internacionalização das ciências

¹⁰ Estas afirmações estiveram presentes na discussão sobre os novos profissionais de nossa universidade, face às renovações das últimas décadas. KERN, Arno. *Opus cit.*

já era destacada no final do século XIX, quando algumas das ciências sociais começavam e se constituíam, de maneira objetiva e racional¹¹, bem como a expandir seus territórios. Afirmava-se então que a cultura das ciências não estava confinada a nenhum país privilegiado, pois ela já seria então internacional. Afirmava-se também que qualquer ciência deveria se situar ao lado das demais disciplinas sujeitas ao que na época já eram consideradas “condições modernas do trabalho científico” e que os pesquisadores deveriam saber utilizar as línguas internacionais das ciências, como o inglês, o alemão, o francês ou o italiano¹². Infelizmente, as defasagens eram muito grandes e a comunidade dos arqueólogos demorou mais tempo para reagir ao fenômeno de internacionalização que já ocorria no campo das demais ciências. Entretanto, no decorrer das décadas do pós-guerra, os arqueólogos foram pouco a pouco se integrando à comunidade científica internacional.

Esta internacionalização gradativa teve profundas repercussões na comunidade dos arqueólogos como um todo, provocando uma circulação direta e mais rápida das informações, renovando as discussões teórico-metodológicas nas inúmeras atividades recentemente promovidas: congressos, seminários, reuniões de trabalho de grupos de pesquisa, etc. Estas interfaces foram geradas pelos encontros continuados com outros cientistas, não apenas das áreas das ciências da natureza, mas sobretudo com os antropólogos e os historiadores. Atualmente as interdisciplinaridades possíveis não são mais consideradas como eventuais ou interessantes, mas sim pensadas como necessárias e imprescindíveis para ao desenvolvimento da vanguarda da pesquisa e mesmo do ensino. As interações assim provocadas terminam proporcionando um dinamismo especial à formação continuada dos professores-orientadores-pesquisadores universitários, superando as divisões artificiais entre os saberes e os territórios da História atualmente sendo investigados. Um dos resultados mais marcantes é que atualmente podemos ter uma idéia panorâmica das tendências que direcionam as pesquisas arqueológicas. Se por um lado, muitos estudos privilegiam temáticas relacionadas a especializações setoriais, por outro lado exploram-se de maneira comparativa uma diversidade de territórios novos, com a superação de óticas voltadas para um pequeno mundo isolado e fechadas sobre si mesmas.

Neste sentido, torna-se extremamente vantajosa a formação exógena do quadro institucional de professores-orientadores-pesquisadores, com doutorados preferencialmente realizados no exterior ou em outras instituições do país, rom-

¹¹ Ciências “positivas”, como então eram designadas.

¹² LANGLOIS, C.-V. e SEIGNOBOS, C. *Introduction aux études historiques*. Paris: 1898; red. 1992, p. 57. Citado em: BOUTIER, J. e VIRMANI, A. “Os caminhos da polifonia”. In: BOUTIER, Jean e DOMINIQUE, Julia. *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.

pendo-se com a endogenia da formação integral na sua própria instituição. Outras formas de interfaces são as formações pós-doutorais realizadas fora da instituição, preferencialmente no exterior. A série de encontros estimulados pelas reuniões científicas e congressos nacionais e internacionais é a responsável por criar condições para que seja suplantada a fascinação pelo individual e pelo particular que atraem continuamente o pesquisador local, sem muitas possibilidades de estudos comparativos mais amplos. Finalmente, torna-se cada vez mais usual a filiação dos arqueólogos a associações nacionais e internacionais, bem como o comparecimento às reuniões científicas setoriais e reuniões nacionais dos pesquisadores de áreas próximas.

Atualmente são raros os países da América ou da Europa onde não se ensina nem se pratica a pesquisa em Arqueologia. Assim, os arqueólogos passam a intercambiar experiências e reflexões sobre métodos e problemáticas, passando a ter centros de interesse comuns. Expande-se para além das fronteiras, uma comunidade de arqueólogos muito ampla que termina por organizar relações científicas num espaço disciplinar transnacional. Entretanto, como em outras ciências, esta nova dinâmica não atinge um número significativo da totalidade dos arqueólogos, pois uma tendência infelizmente internacional, indica que esta é apenas uma parte emersa do iceberg. Assim, o provincianismo está longe de desaparecer e o isolamento e a manutenção de práticas mais conservadoras podem ser observada ainda, inclusive entre jovens arqueólogos.

4. OS ARQUEÓLOGOS E A PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE O PASSADO

A produção intelectual do arqueólogo é o resultado, na forma textual, das suas pesquisas. O texto produzido pelo arqueólogo não expressa uma verdade, nem mesmo quando apenas cataloga os objetos em um relatório, pois a própria elaboração das listas de conceitos e tipos a serem utilizados já implica da seleção e na hierarquização das informações existentes. Como em todas as ciências, a “Arqueologia é uma perpétua busca, nunca realmente um achado: é uma eterna jornada sem uma verdadeira chegada. Tudo é tentativa, nada é final”¹³. Os livros e os artigos dos arqueólogos são sempre a produção de documentos complexos, nos quais esperamos encontrar uma descrição detalhada, uma narração fidedigna e uma explicação inteligente, que tem por objetivo reconstituir as experiências vivida pelos homens no passado, de maneira verossímil. Trata-se da “archéologie

¹³ Nenhuma ciência é um catálogo, mas uma versão de eventos. BAHN, Paul. Opus cit. P. 6-7.

du vécu” (a arqueologia do vivido) de que nos fala Pesez¹⁴. Esta produção intelectual estabelece uma espécie de interação entre dois pólos, o objeto do conhecimento e o sujeito que conhece, resultando numa complexa construção textual que busca dar sentido ao passado das sociedades a partir do estudo dos vestígios da sua cultura material. Os arqueólogos e seus textos são os responsáveis pelas representações elaboradas cientificamente¹⁵, de maneira racional e objetiva, visando as reconstituições do passado. Mesmo quando construídas partir de operações analíticas e sintéticas elaboradas com as informações documentais e de interpretações críticas, estas representações do passado serão sempre verossímeis, mas também problemáticas e incompletas, numa ciência ainda em construção e a partir das amostras de documentação material encontradas.

Apesar de suas limitações, uma vez tornada publica esta produção intelectual produzida pelos arqueólogos, ela passa a pertencer a toda a sociedade, substituindo e subvertendo criticamente partes da memória social existente¹⁶, da mesma maneira como ocorre com a História.

Os arqueólogos e os seus colegas das ciências humanas, sobretudo os antropólogos e os historiadores, não se limitam a utilizar a memória da sociedade como fonte de suas atividades, pois nesta se encontra o saber acumulado pelas pesquisas das gerações anteriores. Como é a produção do novo conhecimento que termina por ampliar e enriquecer a memória da sociedade, contribuem os arqueólogos de maneira extraordinária na importante e continua construção e reconstrução desta memória social.

As avaliações qualitativas e quantitativas contínuas da produção intelectual são hoje em dia uma atividade cada vez mais rotineira nas universidades. É por intermédio delas que temos uma idéia mais clara do desempenho do grupo social dos arqueólogos, em suas atividades de pesquisadores e professores do diversos departamentos universitários. Nas últimas décadas esta produção intelectual dos arqueólogos sofreu mudanças em profundidade e em amplitude, assim como as modalidades de escrita das demais ciências sociais, sobretudo pelo surgimento de novos territórios a serem explorados pela pesquisa, pelos novos objetivos visando temáticas originais e pela riqueza das novas abordagens¹⁷. No passado se buscava apresentar uma narração a mais completa e detalhada possível dos vestígios da cultura material, sobretudo dos denominados “fósseis diretores” das culturas. Atualmente, sem se abandonar os aspectos descritivos dos dados empíricos, o

¹⁴ PESEZ, Jean-Marie. *L'Archéologie: mutations, missions, methodes*. Paris: Nathan, 1997.

¹⁵ CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados* (USP): 11(5), 1991. p. 173-191.

¹⁶ NORA, P. «Entre mémoire et histoire. La problématique dees lieux». *Les lieux de la mémoire*. Paris: Ed. Gallimard, 1984, pgs. XIX-XX.

¹⁷ KERN, Arno Alvarez. *Opus cit.*

arqueólogo produz um texto mais explicativo e teoricamente orientado por quadros de referência conceitual, substituindo-se assim o tipo de inteligibilidade utilizada no passado, restrita muitas vezes à reprodução dos catálogos dos objetos encontrados ou das listas tipológicas. Para muitos arqueólogos, os programas de computador permitem a reprodução deste tipo de texto descritivo com uma aparência mais moderna, mas sem que necessariamente se tenham os elementos de explicação explicitamente formulados.

Ao contrário do que geralmente pensam muitos arqueólogos, a finalidade maior da Arqueologia não é a descoberta de objetos. A partir das múltiplas informações do passado (paleo-paisagens, sedimentologia, tipologias, estruturas, etc), os arqueólogos utilizam a sua imaginação científica para “a elaboração, o estabelecimento ou o re-estabelecimento dos fatos” sócio-culturais do passado¹⁸. O arqueólogo apresenta aos seus pares, bem como aos demais leitores, um texto no qual as representações do quotidiano das sociedades estudadas são construções intelectuais, fruto das práticas mais pertinentes e das reflexões teóricas mais adequadas. O texto interpretativo, a partir do qual o arqueólogo busca a representação do passado, deve deixar muito claro tanto os seus procedimentos narrativos e empíricos como os recursos metodológicos e teóricos empregados. Esta honestidade intelectual nos possibilita reconhecer que a documentação material possibilita diversas leituras possíveis e, portanto, diversas formas diferentes de escrita, complementares entre si.

Se a Arqueologia tem uma importante função social, pois o arqueólogo é um produtor de novos saberes. Este fato tem se tornado cada vez mais evidente nas universidades, onde ela é estimulada continuamente pelas políticas de apoio à pesquisa das nossas universidades e pelos os regimes de tempo especial que contemplam as horas de pesquisa desenvolvidas pelos professores universitários. Esta produção intelectual deve ser de boa qualidade e continuada, com a obrigação de um mínimo de livros e artigos anuais, estipulados pelos departamentos ou pelas Universidades. Esta produção é formada majoritariamente por artigos em coletâneas ou anais de congressos. Ela serve também como indicador dos contatos mantidos com os demais colegas, dentro desta concepção nova de somente podemos entender plenamente a nossa pesquisa quando relacionada a um campo onde outros especialistas desenvolvem trabalhos, e que não estamos mais isolados a não ser por opção individual.

Os inúmeros congressos de Arqueologia, locais ou internacionais, nos exigem a produção contínua de artigos. Entretanto, o livro de um único autor deve ser estimulado. Não podemos negligenciá-lo por mais que sejamos requisitados

¹⁸ COURBIN, Paul. *Qu'est-ce que l'Archéologie?* Paris: Payot, 1982. Segundo este autor, “é a base de tudo: é a fonte, e temos sempre que voltar às fontes” (p. 160-162).

pelas demais atividades, nestas múltiplas funções das complexas realidades atuais. Mesmo que publicado de maneira mais esporádica que os artigos, o livro ainda é o melhor meio para a realização de análises mais detalhadas dos dados empíricos existentes e de interpretações em profundidade, teoricamente orientadas. No panorama da produção intelectual dos arqueólogos, entretanto, não é apenas raro que surjam livros. É menos comum ainda encontrar trabalhos de tradução ou as obras destinadas ao grande público. Quando nos damos conta do grande número de escavações realizadas e de análises de laboratório concluídas, uma questão permanece sem resposta, em relação a estas obras de maior fôlego: os arqueólogos não tem onde publicar, ou não tem o que publicar¹⁹?

É perfeitamente normal que no interior do grupo de arqueólogos que são professores universitários, a maioria publique regularmente. Voltada quase integralmente para outras funções e atividades institucionais, tais como as atividades administrativas de coordenação de centros de Pesquisa, uma minoria pode ter uma produção mais reduzida. Lembremos que deve ser avaliado, nesta produção, o trabalho contínuo de orientações, representado pelas diversas monografias de licenciatura e bacharelato, bem como pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado que orienta atualmente o arqueólogo universitário, nas sucessivas turmas de graduação e pós-graduação. Este conjunto de trabalhos produzidos culmina muitas vezes por representar uma importante produção intelectual de um grupo de pesquisa que se constitui pouco a pouco.

Entretanto, na produção do novo saber, a avaliação do grupo dos arqueólogos como um todo, é prejudicada pelos não publicam absolutamente nada, ou que só produzem relatórios e publicam esporadicamente pequenos artigos, limitando-se a não desempenhar outras funções além da pesquisa de campo e de laboratório. Os cursos nos quais atuam e as disciplinas que ministram, podem ser desprestigiados e mal avaliados como um todo no conjunto deste pequeno mundo que é a universidade atual. No campo da produção intelectual, portanto, devemos destacar o intenso esforço que pode e deve ser investido, pelos arqueólogos, no campo das publicações, pois esta é uma de suas mais importantes obrigações.

Devemos contar com mais revistas de nível internacional e editadas de maneira contínua, tanto em suporte tradicional como virtuais (CD e DVD). Deverão estar voltadas, sem dúvida, tanto para os estudos temáticos específicos da nossa arqueologia local, bem como para temas mais amplos, voltados para problemáticas regionais ou continentais. As revistas significam não apenas a possibilidade de publicar a produção local ou externa à instituição que a edita, mas igualmente possibilitam a participação de arqueólogos nos conselhos editoriais e

¹⁹ JORGE, Vítor Oliveira. *Opus cit.* p. 20.

consultivos que cada uma delas deve ter. Um dos arqueólogos do grupo deverá necessariamente tornar-se o editor da revista. Dentre as preocupações maiores, destacam-se: a adequação da publicação às normas nacionais e internacionais, o cuidado com o nível de qualidade internacional dos artigos e dos participantes, a organização de dossiês temáticos, a manutenção do intercâmbio com outras revistas nacionais e internacionais, etc.

Em alguns Centros de Pesquisas arqueológicas tem-se mantido a tradição de publicações constantes. A maioria está voltada para a divulgação dos resultados de pesquisa, mas existem também publicações voltadas para a divulgação dos sítios conhecidos e séries documentais. Estabeleceu-se assim em algumas das universidades programas editoriais bem definidos, visando veicular a produção científica, normalmente dos pesquisadores docentes mas também dos discentes. Esta estratégia de publicações foi e deve ser considerada imprescindível e fundamental, tanto para a pesquisa como para o ensino. Os livros e as revistas produzidos passam a veicular os resultados das pesquisas em curso, mas igualmente possibilitam a discussão científica corrente sobre o fazer e o pensar a Arqueologia. Julga-se atualmente imprescindível difundir e socializar os resultados das pesquisas em andamento, bem como estimular o debate científico em torno dos temas e das problemáticas atuais.

4. A ARQUEOLOGIA E O ENSINO: MÚLTIPLAS E COMPLEXAS FACES DA FORMAÇÃO

Formar os novos especialistas nas diversas áreas do conhecimento não é apenas uma das funções básicas da universidade, mas uma das mais antigas funções dos professores universitários, dentre os quais os arqueólogos.

No campo das ciências sociais, as licenciaturas eram a única formação existente com o objetivo de renovação de professores do ensino secundário e superior, preparando os novos professores para o ensino especializado das escolas, tanto na rede pública como privada. Paralelamente a esta formação, organizaram-se cursos que tinham como objetivo específico preparar os técnicos e especialistas capazes de desenvolver a capacidade de produção intelectual a partir da pesquisa. Esta formação culminava muitas vezes com a produção de uma monografia final, ou seja, o resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor que muitas vezes era um pesquisador com pouca ou nenhuma tradição.

Uma nova dinâmica transformou recentemente o panorama institucional do ensino superior universitário, com o estabelecimento de quadros docentes formados em sua maioria de professores doutores e mestres. A formação dos arqueólogos das novas gerações que pretendem ser os pesquisadores do novo milênio,

deve atualmente se desenvolver nos Cursos de Mestrado e culminar com uma formação que se espera ser de alta qualificação nos Cursos de Doutorado, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação. Este não é somente um imenso desafio a ser superado, com imenso esforço e iniciativa, mas é uma das mais novas responsabilidades surgidas no ensino superior. Assim, ao longo de algumas décadas, pouco a pouco se observa a estruturação de cursos de Mestrado, influenciados pelos modelos europeu e norte-americano e que passam a projetar e instalar gradualmente seus cursos de Doutorado. Neste panorama global, a situação da arqueologia ainda é extremamente problemática, mesmo na Europa e nos Estados Unidos, com resultados ainda muito limitados e incipientes.

Apesar de ser uma instituição centenária nas universidades alemãs e francesas, apenas nas últimas décadas passou a funcionar regularmente entre nós a formação ligada aos seminários doutorais na área de Arqueologia. Esta formação, em períodos anteriores, não existia de forma organizada, apesar de ser considerada a ideal para a afirmação das carreiras profissionais dos pesquisadores e professores. Atualmente é a formação com qualificação julgada ideal e quase a única aceita como a responsável pela reprodução institucional do grupo. Cada vez mais dificilmente se aceita um candidato à carreira universitária sem esta qualificação, o que demonstra a sua importância para o próprio grupo.

A formação das novas gerações de arqueólogos tornou-se muito mais complexa, portanto, exigindo hoje múltiplas aptidões dos arqueólogos “seniors”. No início deste processo predominaram os monólogos do professor-arqueólogo que se confundia com um conferencista, preocupado em fornecer aos jovens aprendizes informações e dados organizados sempre em uma narrativa cronológica ou temática. Havia uma grande diferença conceitual, portanto, entre o discurso do professor na sala de aula, sempre cheio de certezas e na qual a opinião do mestre era a única verdadeira, e a produção de um conhecimento arqueológico de cunho científico. Não nos havíamos dado conta ainda que o saber produzido pelas pesquisas dos arqueólogos, como o das demais ciências, parte de problemas científicos e os seus resultados são apenas verossímeis e relativos aos documentos materiais estudados.

Se ontem o desempenho exigia uma narração rica em expressão oral capaz de dar vida ao passado, hoje se exige um discurso metodológica e teoricamente orientado, estruturado a partir de um questionário científico e de um vocabulário apropriado ao quadro de referência conceitual. Atualmente predomina a pedagogia ativa da aula expositiva-dialogada, na qual deve ensinar que a arqueologia é também a construção de uma narração verossímil formada pelas análises de evidências e por demonstrações metodologicamente corretas dos problemas científicos, cujas interpretações são teoricamente orientadas. Os jovens arqueólogos são desde cedo estimulados a sair de sua escuta passiva e a participar dos debates

suscitados, discutindo os textos de outros arqueólogos, de antropólogos e de historiadores. Devem demonstrar ser capazes de sistematizar e organizar seus conhecimentos, a desenvolver suas capacidades de síntese ao produzir suas próprias monografias e dissertações.

Uma certeza emerge deste processo de transformações institucionais das últimas décadas: o ensino da Arqueologia deve ser ministrado preferencialmente pelos próprios arqueólogos, mesmo quando por falta de efetivos ele se organiza junto à História ou à Antropologia. Isto não invalida que o mesmo que possa ter o apoio das demais ciências, pois a Arqueologia terminou integrando idéias e técnicas de um conjunto muito grande de disciplinas²⁰

Estas atividades e tendências saíram das salas de aula e invadiram os espaços dos novos Centros de Pesquisa²¹, instalados nas últimas décadas. Estas atividades ultrapassam também os muros da instituição com suas pesquisas e estudos “in loco”. Trata-se de saídas a campo, com a finalidade de estudar os arquivos de documentos materiais que são os sítios arqueológicos, bem como as viagens para estudos das coleções dos museus de arqueologia. Aos documentos materiais, já tradicionais na formação do arqueólogo, acrescentaram-se as informações obtidas pelos estudos iconográficos (gravuras, pinturas e esculturas), pelos documentos escritos históricos e mesmo pelos testemunhos orais, estes últimos muito importantes na arqueologia dos sítios históricos. Tornaram-se atividades corriqueiras no atual ensino da Arqueologia para os jovens alunos de graduação e de pós-graduação: estabelecer roteiros de leituras de textos escolhidos, elaborar resumos e destacar as idéias principais dos mesmos, responder a questões interpretativas redigindo considerações apropriadas, ler e consultar manuais e publicações com resultados de pesquisas para posterior utilização em seus trabalhos, pesquisar em documentos variados (objetos, textos, imagens), redigir monografias temáticas, fazer comunicações em sala de aula e feiras de iniciação científica, apresentar sínteses de suas pesquisas em painéis nos seminários de pesquisa, fazer palestras e comunicações nos congressos de Arqueologia, redigir artigos para publicações especializadas, etc.

Seja de um mestre ou de um discípulo, o perfil dos arqueólogos somente se completa no desempenho destas múltiplas atividades de formação que exigem aptidões e saberes adequados aos desafios do ensino dos tempos atuais.

²⁰ “Archaeology became like a giant sponge, soaking up and integrating bits and pieces of ideas and techniques from a whole ocean of disciplines”. BAHN, Paul. *Opus cit.* P. 66.

²¹ Atualmente a pesquisa arqueológica se desenvolve em diversos tipos de Centros/Núcleos ou Oficinas/Laboratórios. Todos oportunizam espaços para pesquisas docentes e discentes (alunos de graduação e pós-graduação) e dispõem de importantes conjuntos documentais primários (tais como os elementos da cultura material nas reservas técnicas) e secundários (iconografia, cartografia, documentos escritos, bibliografia auxiliar, etc., nos gabinetes).

5. AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA ARQUEOLOGIA: ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS

Uma das funções mais elementares do arqueólogo que atua como professor universitário, e que é muitas vezes pouco valorizada pela maioria, é a de fornecer uma cultura geral de sua área de atuação a um público amplo que não é necessariamente de estudantes, através das atividades de extensão. As atividades de extensão são importantes também, não apenas para a difusão dos nossos cursos e de nosso trabalho como arqueólogos, mas igualmente para difundir a nossa imagem de universidade, mais voltada para a sociedade. Esta é uma atividade essencial para despertar novas vocações arqueológicas ou estimular as já existentes, ao servir importante elo de ligação entre o ensino secundário e o ensino universitário.

Na área da extensão, passou a ser uma das mais importantes funções do historiador universitário a organização e a participação em eventos científicos. As reuniões científicas, congressos, seminários, etc., são oportunidades de contatos e reuniões com os seus colegas da mesma especialidade. Nas grandes salas e nos corredores destes eventos estabelecem-se, assim, redes formais ou informais de importantes relacionamentos entre pesquisadores individuais ou entre membros de centros de pesquisa institucionais. Trata-se de um espaço válido, não apenas para a apresentação da pesquisa mais recente, mas principalmente para os debates científicos, a atualização metodológica e teórica, a circulação de maneira direta das informações.

O cenário destes eventos é sempre muito rico em acontecimentos de ordem social, explicados melhor pela ótica da psicologia do que pela ciência histórica. Neles muitas reputações se fazem e se desfazem. Não são apenas a oportunidade para que os arqueólogos demonstrem a produção do seu saber mas também para que possamos conhecer e reconhecer os jovens aprendizes que tenham alguma coisa a nos dizer. Por mais importante e divulgado que seja um evento em uma instituição sempre existirá um colega que o ignora solenemente, isolado em seu gabinete no andar superior. Outros ainda, “mandarins” da profissão, poderão comparecer apenas para marcar presença e prestigiar o evento.

Estes congressos nacionais e internacionais de arqueologia procuram colocar em prática, sem dúvida, seus objetivos científicos, como já vimos anteriormente. Mas são também importantes do ponto de vista da estratégia de uma instituição e de seu conjunto de arqueólogos, pois eles se apresentam como instância cientificamente legítima, para uma certa área de especialização arqueológica desenvolvida pela instituição de ensino. A maioria dos pesquisadores arqueólogos demonstra sua consciência profissional e seu senso do dever, pois além de participar da mesa-redonda para a qual foram convidados, acompanham as demais comunicações de interesse e colaboram nos debates que ali se estabelece.

Outras oportunidades para a efetivação destes contatos, tão necessários, são os convites para a realização de conferências, a organização de reuniões dos Grupos Internacionais de Pesquisa, etc. Estes encontros devem ser não somente oportunidades a serem aproveitadas, quando ocorrem sob a coordenação de colegas, mas devem ser realizados esforços por parte de cada um para a organização de eventos de tal tipo regularmente, no calendário da universidade. São oportunidades excepcionais para a formação de alto nível dos alunos, dos bolsistas de iniciação científica do graduação bem como dos mestrandos e doutorandos do pós-graduação, aprimorando a qualidade de nossa formação universitária como um todo.

6. OS ARQUEÓLOGOS E SEUS COMPROMISSOS COM A SOCIEDADE

Os cientistas sociais, e entre eles os arqueólogos, deveriam ter sido os primeiros a se dar conta que a instituição conhecida como universidade é atualmente um conjunto de Instituições de Ensino Superior que se diversificou muito e que tem se transformado substancialmente ao longo das últimas décadas²². Surgiram quase sempre nas capitais e grandes cidades, muitas vezes a partir da reunião de diversas unidades autônomas já existentes. Elas acompanharam, de uma certa forma, os processos de urbanização e industrialização, que modificaram a face do mundo atual. Se muitas destas universidades fundadas ao longo deste período eram públicas (nacionais ou estaduais), algumas foram fundadas como universidades privadas (ligadas a famílias ou grupos empresariais) e outras se organizaram como universidades comunitárias, pelos esforços de comunidades locais²³. De um modo geral, afirma-se atualmente que as instituições de ensino superior podem e devem prestar relevante serviço público, junto às comunidades entre as quais se inserem e para as quais algumas se voltam para esta prestação de serviços. Além das atividades de formação, elas devem estimular projetos de pesquisa no diversificado campo das ciências, apoiar a produção cultural e tecnológica, etc., no interesse público da sociedade.

²² KERN, Arno Alvarez. *Opus cit.*

²³ É o caso, no Brasil, das Pontifícias Universidades Católicas (PUC-RJ, PUC-SP e PUC-RS), da UNISINOS e de diversas outras universidades criadas e mantidas pelas comunidades locais, como, por exemplo, a UPF, a UNIJUI, a URI, etc., no interior do Rio Grande do Sul. A designação de “universidade comunitária” não define apenas a existência de uma comunidade acadêmica, ou seja, o conjunto integrado de professores-alunos-funcionários, o que é comum a quase todas as universidades. O termo destaca igualmente os aspectos de prestação de serviços desta comunidade universitária à sociedade sem, portanto, a privatização de seus interesses como as demais particulares.

Já se afirmou que “a universidade somente poderá assegurar a sua existência material se conseguir dar a prova crível de sua utilidade para a sociedade”²⁴. Ela é antes de tudo uma universidade plena, com aquelas funções deste tipo de instituição de ensino superior. Qual o papel dos arqueólogos neste contexto institucional assim definido? Mais do que uma justificativa, trata-se aqui de destacar um dos maiores objetivos da Arqueologia. Os compromissos dos arqueólogos não se limitam às suas relações, já referidas anteriormente, com seus colegas e seus estudantes, mas incluem uma responsabilidade com a sociedade em geral. É no seio deste tipo de universidade plena, que os arqueólogos tem responsabilidades sociais da maior importância com o público. Em primeiro lugar a de produzir e preservar os múltiplos saberes gerados em seus cérebros e materializados nos livros e artigos que irão ter lugar nas prateleiras das bibliotecas da universidade. Nas contínuas interações profissionais entre seus membros e nas relações professor-aluno, os arqueólogos deverão realizar aquela que é a segunda função da universidade, a transmissão destes saberes, sempre postos à prova e à verificação, às novas gerações de jovens aprendizes. Finalmente, através da pesquisa, os arqueólogos desempenham aquela que é a terceira função da universidade que é a ampliação e o aprofundamento deste conhecimento produzido. Esta abertura de horizontes de nossos saberes nos lembram que “quando as fronteiras do saber recuam dia a dia, nenhum fato social ou cultural pode vangloriar-se de ser eterno. E são as universidades que traçam estas fronteiras e as repelem sempre”²⁵.

As universidades são o contexto ideal no qual os arqueólogos estão envolvidos no processo de assimilação do saber produzido, na sistematização dos conhecimentos científicos, na aplicação destes saberes aos novos problemas científicos ou às práticas disciplinares da profissão e, finalmente, na reflexão sobre as conseqüências de sua aplicação responsável²⁶.

Através das atividades dos arqueólogos na universidade a nova geração tem hoje condições de compreender o processo sócio-cultural de desenvolvimento no qual estamos envolvidos. Poderá, a partir destes saberes, repensar seu papel na sociedade contemporânea e projetar seu futuro, face às incertezas do devir. É nesta visão atual de universidade que o novo profissional da Arqueologia deste início de milênio irá desempenhar as funções de seu papel de ator social, como

²⁴ BERCHEM, Theodor. “A missão da universidade na formação e no desenvolvimento culturais: a diversidade no seio da universalidade”. *Temas Universitários* (PUCRS, Porto Alegre) 1: p. 39-41, 1992.

²⁵ Locus cit.

²⁶ Este tipo de análise tem produzido estudos alentados em outros países que passaram por transformações semelhantes. Veja-se, por exemplo, o livro organizado por François Bédarida, intitulado: *L' Histoire et le métier d' historien en France 1945-1995*. Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1995.

professor-pesquisador-orientador, mas ao mesmo tempo o seu papel de autor de seu próprio futuro, preparando uma nova universidade e a nova geração para seus destinos no novo milênio.

Muitas das atividades que uma universidade desenvolve, estão relacionadas a populações carentes, às quais se dá apoio graças às atuações de professores e alunos. Estas iniciativas podem ocorrer em diversas áreas (direito, saúde, educação, etc.) colocando à disposição da comunidade não apenas os elementos infra-estruturais da instituição como também a solidariedade dos professores, alunos e técnicos.

É também responsabilidade social dos arqueólogos compreender que temos compromissos sociais com a sociedade extra muros, mas suas relações com ela são de outra dimensão.

A sociedade em que vivemos tem uma relação cultural com o seu passado, e exerce uma demanda contínua e progressivamente mais forte, desde as décadas mais recentes, exigindo respostas para aqueles que são, juntamente com os historiadores, os “*senhores do passado*” ou “*donos da memória*”²⁷.

A sociedade busca no conjunto de seu passado uma forma de inteligibilidade que não está apenas interessada no passado, mas intenta igualmente compreender as vicissitudes e os dramas pelos quais passamos nas últimas décadas.

Esta é uma função capital do arqueólogo relacionada à construção científica da memória da sociedade, a serviço da qual colocamos – eticamente – as nossas capacidades de análise crítica das realidades materiais do passado remoto e do nosso presente próximo. O arqueólogo é chamado a prestar contas à sociedade, que lhe financia as pesquisas, e deve se posicionar e definir a sua atividade, sobretudo em relação “aos mitos, aos preconceitos e às deformações da consciência coletiva e da memória comum. Sem perder de vista que ele próprio contribui para a elaboração dessa consciência e dessa memória, uma vez que nisso consiste uma de suas funções vitais na sociedade”²⁸.

Não vemos aqui contradição de princípios entre este tipo de pesquisa, denominado por alguns como sendo “acadêmica” e a arqueologia de “salvamento”, nem mesmo entre a pesquisa “fundamental” e a “aplicada”²⁹, pois os arqueólogos das universidades tem demonstrado na prática que ambos os tipos de investigação podem ser realizados com sucesso. A universidade deverá preparar a nova geração, através de um ensino de arqueologia capaz de habilitar os arqueólogos do futuro com uma base de conhecimentos suficiente e necessária para o desempenho de

²⁷ FALCON, Francisco J. C. Apresentação. In: BOUTIER, Jean e DOMINIQUE, Julia. *Passados Recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998. p. 9-10.

²⁸ BÉDARIDA, François. Opus cit., p. 145-6. O autor menciona entrevista do historiador Georges Duby publicada no jornal *Le Monde* (23/01/1996).

²⁹ JORGE, Vítor Oliveira. Opus cit. p. 22.

múltiplas atividades, nos diversos territórios explorados atualmente por esta disciplina. Os novos arqueólogos deverão também, e cada vez mais, preparar-se para a prestação de serviços públicos, graças às importantes e crescentes ações da arqueologia de salvamento ou de contrato. Neste sentido, temos que reconhecer que a universidade, através das iniciativas de seus arqueólogos, está atualmente mais capacitada para a realização destas operações emergenciais, graças à infra-estrutura de seus laboratórios, a capacidade técnica de seus pesquisadores e de seus estudantes, bem como a possibilidade de rápida publicação dos resultados da pesquisa.

Este tipo de relacionamento universidade-sociedade é um dos mais importantes setores no qual os arqueólogos profissionais de uma instituição de ensino superior desempenham papel fundamental, muito além dos seus limites institucionais.

7. OS ARQUEÓLOGOS COMO LÍDERES UNIVERSITÁRIOS

Como profissionais universitários que somos, uma última função dos arqueólogos que deve ser lembrada é a liderança no estabelecimento de uma série de planos de atividades e de estratégias institucionais, na coordenação administrativa dos centros e laboratórios de pesquisa, na orientação de grupos de pesquisas e de projetos integrados, bem como dos projetos individuais de nossos orientandos. Muitas vezes, somos obrigados a assumir igualmente a administração de cursos de graduação e programas de pós-graduação, bem como de unidades, institutos e faculdades, nas instituições de ensino superior.

Orientando e coordenando as atividades de seus colegas e de seus alunos, o arqueólogo da universidade do novo milênio é capaz de assumir atividades de liderança, nestas importantes funções. Como líder, o arqueólogo deve ser capaz de, tanto no ensino como na pesquisa, desenvolver treinamentos, incentivar os trabalhos em grupo, ser um agente de mudanças e um elo de ligação entre os diversos setores da universidade³⁰. Atualmente ele deve exercer o papel de orientador das pesquisas individuais de seus orientandos, coordenando as atividades de seu grupo de pesquisa e dos indivíduos que o compõem. Esta função dos arqueólogos levou Rahtz³¹ a criar um tipo de arqueólogos, os “organizadores” da Arqueologia, encarregados de estabelecer nos bastidores e administrar a estrutura organizacional dentro da qual outros arqueólogos trabalham.

Em conjunto com nossos colegas das ciências humanas, podemos definir diversos planos para o futuro de nossas universidades, a partir da consciência da história recente de nossa trajetória, ou seja, de nossas experiências práticas e das

³⁰ ZILLES, Urbano. *O novo papel do dirigente universitário*. Porto Alegre, PUCRS, s/d, 4 p.

³¹ RAHTZ, Philip. *Opus cit.* p. 67.

reflexões teóricas que possamos ter sobre elas³². Se o controle coletivo da trajetória futura da instituição é uma necessidade, projetar o nosso devir deve ser uma atividade praticada pelos próprios arqueólogos. As reestruturações e reorganizações possíveis deverão ser definidas e continuamente avaliadas, interna e externamente, por procedimentos de todos aqueles que, pertencendo à comunidade universitária, tem autonomia no exercício das tarefas de ensino, pesquisa e extensão. Estabelecer os planos para o futuro implica, pois, em um trabalho integral dos profissionais cujo perfil foi definido acima. É a participação dos arqueólogos, como “cidadãos universitários plenos”³³ nos processos de decisão sobre o planejamento do futuro das universidades que poderão definir os rumos da nova geração.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM PERFIL PARA A FUTURA GERAÇÃO DE ARQUEÓLOGOS?

Nesta fronteira temporal que limita as últimas décadas do século 20 e o limiar de um novo milênio, os perfis de nossas universidades e de seus profissionais, entre os quais estão os arqueólogos, sofreram alterações extraordinárias³⁴. Não nos basta afirmar ingenuamente que as características e as funções das universidades e dos arqueólogos mudaram pouco a pouco e tornaram-se mais complexas, porque a própria sociedade se transformou. Como profissionais universitários ligados ao “métier” da Arqueologia, nós somos as pessoas melhor situadas para a realização de um diagnóstico, a partir dos pressupostos deste complexo jogo de interações e reações entre as nossas práticas recentes e as nossas reflexões.

É necessário ter a capacidade de compreender mais claramente as múltiplas variáveis que atuaram neste processo e o alcance destas mudanças, bem como seus reflexos nas múltiplas funções atuais do arqueólogo profissional, ao mesmo tempo pesquisador e professor universitário, bem como nas estruturas e funções das instituições superiores de ensino. Devemos, sobretudo, ter a capacidade de superar as visões demasiado simplistas, para não se dizer simplórias. Isto significa ter consciência clara das tensões e rupturas ocorridas tanto nas atividades que os arqueólogos atuais desenvolvem no interior das instituições universitárias, como nas relações que estes mantêm com a própria sociedade. Este diagnóstico é de extrema importância não apenas para a definição do tipo de profissional que temos, mas também do perfil que queremos para a futura geração dos arqueólogos, em nossos países, no milênio que se inicia.

³² KERN, Arno Alvarez. *Opus cit.*

³³ GIANNOTTI, José. *Opus cit.*, p. 82.

³⁴ KERN, Arno Alvarez. *Opus cit.*

A ARQUEOLOGIA COMO UMA DAS UTOPIAS DA MODERNIDADE*

por

Vítor Oliveira Jorge**

A Modernidade, entendida como uma situação histórica recente (últimos três séculos) criada pela civilização ocidental, tem, entre as suas várias características estruturantes, a da vontade de abrangência, o desejo totalizante de universalidade. O ser racional quer compreender tudo, abarcar todo o espaço e todo o tempo, e inclusivamente (é a ideologia do planeamento, das sondagens, das estatísticas) “colonizar o futuro” (veja-se, por ex., a frequência com que esta palavra é usada na documentação da “Porto 2001”, onde um dos ciclos de palestras se denomina “O Futuro do Futuro”, numa espécie de imaginação em fuga, para além dos limites concebíveis, numa ânsia de “chegar antes de”). Boa parte (para não dizer tudo) do que antes delegávamos em Deus, queremos agora realizar por nós – se possível, por cada um de nós!

Esta forma de racionalidade, que é a nossa, ocidental – e que por isso temos dificuldade em descentrar como uma das muitas teoricamente possíveis, aceitando até como ela pode ser incompreensível para outras culturas, ou mesmo agressiva para elas – está eivada de contradições óbvias. Se quisermos, alimenta-se de utopias que a realidade vivida desmente quotidianamente.

Por exemplo, a generalização de certos bens antes aristocráticos (o saber, a viagem, o lazer, o conforto, a segurança, etc.) às “massas”, como condições de uma situação igualitária de cidadania, é contemporânea de uma banalização da violência, da guerra, da exclusão, da conflitualidade, e de uma desqualificação de cada experiência, proposta miticamente como “modelo”, mas na realidade ele-

* Resumo da conferência pronunciada na Faculdade de Letras do Porto, em 13 de Novembro de 2001, integrada no ciclo “A Utopia”, organizado pelo Departamento de Estudos Anglo-Americanos. Para a colega Prof.^a Doutora Fátima Vieira vão os agradecimentos do autor, pelo estimulante convite para reflectir em público sobre este tema.

** Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da U.P.

mento de uma “série” (veja-se a publicidade, como se dirige ao indivíduo, para conseguir vender o mais massivamente possível; ou a ideologia do turismo, que propõe a experiência do único, do “típico”, do jamais visto, adentro de padrões pré-fabricados para multidões em sequência interminável).

Estas contradições – que em última análise decorrem da dificuldade de massificar uma condição de individuação, isto é, de generalizar essa criação ocidental por excelência que é o “indivíduo” (eu sou único, mas quero ter acesso a tudo quanto os outros supostamente têm, os meus “direitos universais”) – podem ver-se de forma céptica (são insanáveis, decorrem de utopias jamais realizáveis) ou optimista (a Modernidade ainda não se cumpriu, é apenas uma película recente na longa estratificação da história). Evidentemente que na realidade nada é assim tão simples, e por vezes cada um de nós oscila algures entre os dois pólos apontados.

Aquela última modalidade – tendencialmente optimista –, mais mobilizadora, pode apontar para uma certa escatologia, para um Futuro (encontramo-lo de novo) em que tudo tenderá a harmonizar-se. A utopia – horizonte do concebível, do imaginável – é importante como motor da realidade, fasquia mais alta que orienta o movimento – horizonte do concretizável.

Do meu ponto de vista, o facto de alguns valores terem sido “inventados” pela civilização ocidental não lhes retira capacidade de universalização. Será talvez até o nosso contributo mais útil e duradouro a outras culturas. Refiro-me à democracia, à separação dos poderes (estado laico, independente da religião, e dentro dele, diversidade dos poderes executivo, legislativo, judicial) aos direitos humanos, ao reconhecimento da variabilidade e das múltiplas diferenças (homens, mulheres, crianças, diferentes opções de vida podendo conviver entre si, etc.) – devidamente apartados das práticas do sistema capitalista, entretanto mais ou menos espalhado a todo o planeta, com o que tem de pernicioso, de predador, de redutor de tudo e de todos (incluindo os valores) a simples mercadorias.

Muitos não compreenderam ainda uma evidência: a Arqueologia é um produto da nossa civilização ocidental moderna. Permitiu (em colaboração com inúmeros outros saberes), por um lado, integrar na história uma grande variedade de conhecimentos sobre a experiência humana que antes estavam arredados dela, na medida em que a História era essencialmente a dos (actos, acontecimentos, pessoas) que tinham ficado registados na “escrita”. Ampliou de 5.000 para 3.000.000 de anos a referida história... embora ainda hoje a maior parte dos livros ou cursos de História concedam à “Pré-história” (período antes da escrita) o estatuto de simples e breve “introdução”.

Por outro lado, a Arqueologia integra-se na ideologia do ordenamento do território e da racionalização do espaço, dando sentido, como “lugares visitáveis” (prática do turismo), a sítios antes em ruínas, ermos, abandonados, desconhecidos (muito louvados pelo Romantismo, o qual pressupunha o interesse de apenas uma

elite pelos mesmos). Trata-se de pôr ordem no caos, transformando locais sem valia em “sítios arqueológicos”, e estes em parques, ou áreas de lazer, se possível com centros de acolhimento, lojas, outras infra-estruturas logísticas, etc. Ao mesmo título que um centro comercial ou uma área de serviço de auto-estrada. Como um museu, o sítio arqueológico fornece uma “cápsula de tempo”, ou seja, uma experiência sobre realidades passadas, fora do quotidiano mas perfeitamente integrada neste, e confortando um desejo de evasão temporária, ao mesmo tempo que uma sensação de “eternidade”, de se conseguir, pela imaginação, abarcar a totalidade que a Modernidade promete: o Presente, o Passado, e o Futuro.

Isto passa-se num momento em que a Arqueologia, através da sua maturação, como saber e experiência, se apercebeu de que toda a paisagem, todo o território, é que dá sentido aos sítios. Mas ela vê-se cada vez mais cantonada a estes, pois que perde constantemente “espaço de manobra” face às grandes obras públicas ou outros interesses poderosos que actuam sobre o território (o baixo vale do rio Côa, em Portugal, foi uma excepção que confirma a regra). Aliás, uma arqueologia da paisagem exige meios técnicos e financeiros grandes, e sobretudo uma “consciência cultural” que em geral não existe nos decisores ou empreendedores – a de que os “testemunhos do passado” poderão não ser escolhos a remover, mas valores ou recursos qualificadores do espaço (rural ou urbano), conferindo a este densidade e “memória”.

Mesmo ao nível dos sítios, por cada um estudado convenientemente (é um trabalho que pode exigir décadas) centenas ou milhares são irreversivelmente destruídos, em geral sem conhecimento ou avaliação prévia de todo o seu valor potencial (em muitos casos só a escavação – lenta e dispendiosa por natureza – permitiria de facto compreender bem um local). Trata-se portanto de uma prática predadora (que vai, aliás, contra a ideologia da modernidade), que se compreende (mas não se pode aceitar passivamente) se pensarmos no que acontece com outros recursos ambientais, como a água, o ar, o solo, etc. – em degradação acelerada e constante.

Ou seja, se a “consciência culta” contemporânea já integrou a Arqueologia como uma das muitas utopias necessárias para continuarmos a viver com alguma felicidade, até mesmo a maior parte das pessoas que partilham de tal “consciência” têm ainda uma visão muito redutora deste campo. Quanto às outras, que são a maioria, vivem alheadas de tais questões, imersas na acção prática, sem aparente reflexão crítica, e, na lógica do ganho a curto prazo, desprovidas da mínima noção de responsabilidade face às gerações futuras. O egoísmo, o individualismo, a ignorância e a prepotência são bons aliados. Aparentemente validadas pelo êxito social, muitas pessoas vivem, sem aparentemente o saberem, em défice de consciência de cidadania... mas, quem pode conceber-se a si próprio como não tendo qualquer défice a esse nível?...

A lógica da Modernidade, que criou a Arqueologia, criou também a noção de património: um conjunto de valores ambientais e culturais, envolventes, supostamente herdados, para nosso uso comum, mas dentro de limites que, se ultrapassados, podem levar a um sentimento de perda irreparável. Esta noção de “limite”, aceite colectivamente, e de responsabilidade ética comum, é muito difícil de implementar em termos sociais.

O património, inicialmente herança familiar, transformou-se em legado colectivo; e os valores ou símbolos de uma velha elite (aristocracia) passaram a ser vistos como manifestações ou obras de todo um povo, que ao usufruto comum deste deviam ser devolvidos. Por isso, já durante a Revolução Francesa surgiram vozes que se opunham à destruição dos edifícios ou outros bens que tinham pertencido aos nobres, reinscrevendo-os na nova ordem emergente, como testemunhos do “génio colectivo” e instrumentos de educação das gerações vindouras. A vontade de construir o novo não podia fazer tábua rasa do passado, antes tinha de elaborar uma releitura desse passado. A história, ao deslocar-se da ordem tradicional, precisava de novos símbolos e de novos lugares de integração e de celebração do sentimento colectivo – e assim se transformaram em museus ou monumentos, quais locais de culto laico, muitos edifícios ou propriedades que de outros modo teriam sido destruídos ou vandalizados. A musealização corresponde à função de conservar, de parar o tempo, de criar cápsulas onde será depois possível aos visitantes entrarem imaginativamente na intimidade do passado, olhando o que foram objectos quotidianos como ícones investidos de uma auréola de eternidade – furtados à voracidade da decomposição. Daí o fascínio das múmias, que permitem observar esse passado mítico e individualizado, “cara a cara”.

Uma experiência de perda, com o conseqüente luto que exige para suturar a ferida psicológica que provoca, é evidentemente do domínio do subjectivo, do emocional. O património, com a sua ligação inextricável à ideia de “perda”, tem essa densidade, subjectividade e complexidade que se furta a uma enumeração fria. O que para uns é praticamente irreparável, pode ser para outros completamente indiferente. Como conjugar esta consciência de pluralidade com a aceitação de regras sociais que impeçam a depredação de valores que, para o serem, têm de estar minimamente balizados por uma hierarquização valorativa, por um quadro comum de referência? Por exemplo, ser-nos-ia difícil, provavelmente intolerável, assistir à demolição do mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, ou da igreja dos Clérigos, no Porto. São ícones dessas cidades, mas também do país, e certamente não só do nosso país. Mas aceitámos, explícita ou tacitamente, que o grande complexo de arte rupestre do vale do Tejo, um dos mais importantes da Europa, ficasse debaixo de água devido à barragem de Fratel, nos inícios dos anos 70. Aceitámos durante décadas, explícita ou implicitamente, que a cidade de Braga (Bracara Augusta) fosse destruída sistematicamente em grande parte das suas

raízes romanas, até que finalmente a Universidade do Minho, e, mais tarde, a autarquia, conseguissem de algum modo começar a conter e a controlar o processo, quando ele já ia muito adiantado. Quantos cidadãos portugueses estão conscientes destes assuntos, sabem que eles são apenas a ponta de um icebergue de ameaças que se estendem permanentemente a todo o território, e assumem a sua responsabilidade para com esses patrimónios colectivos, em cada local onde vivem?...

A Arqueologia, vista como um modo de olhar o espaço envolvente, e como um conjunto de saberes abertos ao diálogo com outros agentes sociais, é, quanto a mim, uma boa utopia, no sentido mobilizador. A sua prática exige um grande diálogo com Outros, na medida em que interfere com interesses diversos, eventualmente conflituais, que incidem sobre o território. Sendo uma prática dispendiosa, implica necessariamente a mobilização de recursos que só têm sentido se forem socialmente interessantes. A Arqueologia é a produção de um saber, mas também de serviços que estão para além de um puro conhecimento científico ou livresco. Todavia, essa não é uma razão para nivelar o nosso trabalho por padrões de qualidade discutível, nem para escamotear a complexidade da investigação em favor de pressões sociais que por vezes são ilegítimas, porque não ponderam, em pratos da balança iguais, as várias hipóteses e “razões” em jogo. Os arqueólogos estão habituados a perder muitas causas, mas a população em geral teria interesse em compreender que eles são guardiões de um património colectivo que, infelizmente, ainda são os únicos a compreender em toda a sua importância no momento em que se exigem opções drásticas, de que não há retorno possível. As marcas da experiência humana no território não se repetem nem se reproduzem – por isso, cada decisão deve ser partilhada e muito responsável, num mundo onde o afã de construir, de transformar o território, de “desenvolver” é, por toda a parte, enorme, e considerado automaticamente, acriticamente, como um valor em si mesmo.

Em última análise, o êxito ou inêxito da Arqueologia dependem de uma política mais geral que, visando sempre os grandes objectivos, saiba em cada momento calibrar os meios existentes e os fins exequíveis, e, adentro de um quadro aceite pela maioria dos cidadãos, seja capaz de abrir espaço de manobra para competências e vontades emergentes, inovadoras, criativas.

Assim, uma esfera de actividade que tem na sua matriz “o velho” (arqueologia, ciência do antigo), pode realizar-se completamente na sua vontade de produção do novo, na acepção que a Modernidade lhe conferiu. E que só se poderá cumprir cabalmente quando a Arqueologia for tão respeitada, e sentida como necessária, como a Arquitectura ou a Engenharia.

ARQUEOLOGIA NA RECONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS RURAIS E URBANAS: OS EXEMPLOS DA *VIA NOVA* (GEIRA ROMANA) E DE *BRACARA AUGUSTA*

por

Francisco Sande Lemos*

1. INTRIDUÇÃO

Tal como o lavrador que cuida dos seus campos, tal como o silvicultor que promove o reordenamento florestal, ou o arquitecto que elabora projectos de casas e conjuntos de edifícios, ou o engenheiro que projecta estradas e pontes, para apenas referir algumas profissões, o arqueólogo é, também, um artífice de paisagens rurais e urbanas.

Em definitivo o arqueólogo deixou de ser o erudito isolado na sua torre de marfim, o académico resguardado pelos muros da Universidade. Seja no plano da produção de conhecimentos, seja como colaborador directo em projectos de valorização de monumentos, ou na organização de itinerários culturais, concretos ou virtuais, a sua actividade tem repercussões no meio social, que não pode ignorar, bem como impacte directo no território e na paisagem.

Supôs-se, outrora, e, por vezes ainda se pretende, que possam existir iluminados, aptos a conceber, projectar ou reordenar, solitariamente, territórios e paisagens. Hoje, reconhece-se que o território e a paisagem são o domínio comum de diferentes corpos profissionais que, entre si, e em discussão com as comunidades, podem e devem cooperar.

Por outro lado, admite-se que, fruto de condições históricas muito específicas, Portugal está a tornar-se num dos países da Europa com espaços mais empobrecidos, destituídos de dimensão humana e cultural, apesar de ser uma dos Estados mais antigos do velho continente. Nos meios urbanos proliferam, sem ordem e regra, as estruturas de betão. Nos meios rurais sucessivas políticas erróneas provocaram a desertificação humana e o envelhecimento populacional.

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Neste estado de coisas, que não é irreversível, já que o nosso país é pródigo em recursos, cumpre aos artífices da paisagem contribuir e trabalhar para a reconstrução do território.

No domínio específico da Arqueologia há já vários exemplos concretos de intervenções positivas no território, projectos que não se limitaram a delimitar pontos, a classificar ou estudar sítios, mas que abrangem espaços mais vastos ou aglomerados urbanos.

Podemos recordar o mediático exemplo de Mértola e sabe-se que existem numerosos projectos em curso, disseminados um pouco por todo o país, sendo o mais recente o Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Os exemplos que apresentamos inserem-se no âmbito de ordenamento territorial e paisagístico, urbano e rural. Não são projectos ou processos concluídos, mas em velocidade de cruzeiro, como se diz em linguagem naval, ou com aritmias, que nem por isso deixam de ser sintomáticas.

Trocando as voltas ao título, começamos pelo universo urbano.

2. O EXEMPLO DO PROJECTO DE BRACARA AUGUSTA

Principiemos, assim, pelo exemplo de Braga. Graças a uma evolução urbana muito específica, naquela cidade, a sul do seu Centro Histórico mantiveram-se até aos anos 50 do século XX diversas quintas (Fujacal, Urjais, etc.), que abasteciam diariamente a urbe e sob cujos terrenos jaziam tranquilamente numerosos vestígios romanos e alto-medievais da antiga capital da *Callaecia* (sobre *Bracara Augusta* pode ler-se um texto de síntese em Martins e Delgado 1989/1990; bibliografia exaustiva sobre esta cidade romana é referida em Nunes 1996a; e Martins 1997).

Entre os anos 60 e 70 estas quintas começaram a ser urbanizadas e as pás dos *bulldozers* arrancavam, quase diariamente, ao subsolo pedaços de ruínas e milhares de fragmentos de cerâmicas, ou mesmo, peças intactas de bronze e numismas. No plano de urbanização da zona sul de Braga, datado de 1965, estava prevista uma ligação entre os bairros sudoeste e sudeste, destinada a grande tráfego automóvel, avenida que seria marginada por blocos de apartamentos, projecto que, a ser concretizado, iria liquidar, definitivamente, os solos com valor arqueológico, localizados na metade sul da antiga cidade romana.

Um segmento (a avenida Santos da Cunha) deste grande eixo urbano chegou a ser rasgado, a sudoeste, ao longo dos anos 70, com graves danos para a conservação da cidade romana e acesa controvérsia pública.

Em 1976 o I Governo Constitucional, presidido pelo doutor Mário Soares interveio. E, assim, começou uma luta de quase vinte anos. De um lado os arqueó-

logos (apoiados pelos mais esclarecidos cidadãos, associações, entre as quais se destacou a ASPA, e instâncias institucionais) (Delgado et al. 1989; Nunes 1978; 1993; e 1996b); da outra parte, os interesses imobiliários, cuja legitimidade não condenamos *a priori*.

Hoje a situação parece irreversível, no bom sentido. A projectada avenida não foi completada no sentido Este.

Conservou-se, deste modo, no centro de Braga, uma reserva arqueológica que atinge quase nove hectares (ou seja a área da cidade de *Conimbriga* do Baixo Império ou de *Gigón* romana), parte da qual, *non aedificandi*, formada por terrenos que são propriedade do Estado e do município.

Está em construção um Museu e existem projectos de valorização dos principais conjuntos de ruínas já exumadas: um grande edifício termal e uma *insula* (ou seja um pequeno bairro ladeado por ruas).

A intervenção arqueológica contribuiu, decisivamente, para a reorganização da paisagem urbana de uma área importante da cidade, a sul do Centro Histórico.

Actualmente, uma área que estava destinada ser uma zona dormitório, está a ser profundamente valorizada: integra um Museu; espaços verdes e de lazer protegem as ruínas; as eventuais (re)construções são condicionados a escavações prévias; as ruínas descobertas, ou ficam seladas, ou são integradas, conforme o seu valor.

A equipa de *Bracara Augusta* tem a consciência de que a sua tarefa não terminou, embora os objectivos sejam hoje consensuais.

O exemplo de Braga, pouco difundido fora dos meios arqueológicos, talvez porque o Museu de D. Diogo de Sousa ainda não esteja concluído, e porque as ruínas urbanas, mais fragmentadas, exigem um tratamento que só as novas técnicas de Ambientes Virtuais e Multimedia realçam, é um indicador da capacidade cívica dos portugueses.

O que é importante, no caso de Braga, é mostrar que os portugueses são, por vezes, tão capazes como os outros povos. Os terrenos em causa, situados no meio da cidade, valiam muitos milhões de escudos caso tivessem sido construídos. Em Londres só há poucos anos se começou a limitar o poder económico face a um bem comum. Durante décadas os promotores imobiliários pagavam, as ruínas eram estudadas e desmontadas, para eventual reconstrução em Museu.

3. O EXEMPLO DA VIA NOVA OU GEIRA

Os mundos urbano e rural não eram universos dissociados, no nosso país, até meados do corrente século.

Hoje as fronteiras estão bem delimitadas.

No Norte, onde existem numerosas pequenas cidades e aglomerados, há pontos onde, á noite, se visualiza, com nitidez, o fosso entre os dois universos. Por exemplo quem vem do interior, do vale do Tâmega ou de Trás-os-Montes Ocidental, por Cabeceiras de Basto, atravessa a extensa Serra da Lameira, até às encostas voltadas a ocidente. De aí, até onde a vista alcança há um mar de luzes sem fim: Fafe, Felgueiras, Guimarães, Vizela, Santo Tirso. É, apenas, o começo do vasto conglomerado de centros urbanos que se estendem até Braga e Porto, distribuídos por numerosos tentáculos.

Na descida da IP4, devido ao traçado da via, a fronteira não é tão visível, mas quando se chega a Amarante, é imediata a sensação de que se entrou num espaço urbano, que se prolonga pela Lixa, por Penafiel, por Gondomar, Lousada, até ao litoral.

Por norma, nos dias de hoje, os espaços rurais são mais carenciados em recursos humanos. Os núcleos de intervenção, com a massa crítica suficiente e necessária, concentram-se nas cidades.

Em contrapartida estão menos sujeitos a pressões. As principais ameaças decorrem dos grandes projectos de alteração da paisagem, que se caracterizam por serem monótonos, extensivos e não necessitarem, a médio e longo prazo, de mão de obra permanente: a florestação; as barragens; extensos pomares ou vinhedos.

Estes projectos (em especial a “floresta”, sem dúvida a mais grave ameaça), encontraram, outrora, a oposição obstinada das populações. O romance de Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*, registou a luta tenaz entre os utentes dos baldios e os poderosos Serviços Florestais. Das florestas de resinosas, de que tanto se orgulhava o Estado Novo e que, aliás, foram plantadas contra o parecer de técnicos portugueses e estrangeiros que se pronunciaram nos anos 40 (por exemplo Neves 1976; ou o alemão W. Rothmaler 1941), pouco resta. Tudo ardeu nas décadas de 70 e 80, ou porque o clima entretanto se tornou mais quente e/ou porque terá ficado um oculto desejo de vingança.

Nestas últimas décadas o ciclo repete-se. Durante 3 a 4 anos cresce o mato bravio. No mês mais quente e seco estala o fogo, por mão criminosa ou negligência. Depois, de novo o manto verde vai desenvolver-se, inculto, criando um tremendo potencial de combustão.

Ora estes espaços de montanha, que constituem uma área apreciável do Portugal, a norte do Tejo, não são superfícies vazias, sem história. Pelo contrário, as montanhas do nosso país são um espaço onde é possível redescobrir as paisagens antigas, recuperar o tempo, restituir ao território a sua dimensão humana secular, ou milenar.

Nesta perspectiva o plantio mecanizado e intensivo da floresta deve ser afastado como um grave erro económico e cultural. As feridas abertas são irrecuperáveis. Podem eventualmente ser suturadas, mas o tecido subjacente, o subsolo

onde estava contida toda a informação arqueológica, foi revolvido para sempre.

Felizmente, no nosso país, ainda há vastos trechos de montanha que não foram rasgados, sem dó nem piedade.

É nestes espaços que será possível estabelecer projectos de estudo e reconstruir paisagens.

Na Serra Amarela o programa, já concluído, de recuperação do Castelo de Lindoso é um exemplo (Fontes e Regalo 1997). O projecto, em vias de finalização¹, de estudo diacrónico da área total da freguesia é uma porta que se abre para um universo fascinante: desenha-se uma potencial reconstrução da paisagem, com numerosos itinerários possíveis e monumentos impressionantes, entre os quais se destacam os caminhos da água e dos homens, as cilhas (que protegiam as colmeias de mel dos ursos) e os enormes fojos que se estendem por milhares de metros.

Poderia referir outras montanhas do nosso país, cada uma delas uma arca de segredos por estudar e valorizar, como a Serra da Cabreira, por exemplo.

O exemplo da Geira tem semelhanças com *Bracara Augusta* pelos conflitos de interesses que sempre suscitou.

Nos anos 40 a área atravessada pela *VIA NOVA* (nome romano da Geira) foi vítima de dois erros, talvez reversíveis: a construção de uma pequena barragem em Vilarinho das Furnas, cuja valia económica tem sido posta em causa; e a abertura de uma estrada florestal de terra batida.

Felizmente, nos anos 70, ainda antes do 25 de Abril, foi criado o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Se assim não fosse, outro erro teria sido cometido: o lançamento de uma estrada “moderna” entre a fronteira e Terras de Bouro, reivindicação que se enraizou nas gentes de S. João do Campo (em tempos que a emigração era forte), os quais também reclamavam a abertura permanente da fronteira.

Ao eng. Lagrifa Mendes, o fundador do PNPQ, sucedeu como director, o eng. Moreira da Silva, que desde logo se apercebeu da importância da Geira, como argumento contra os que, movidos por uma ideia ilusória de progresso, insistiam em abrir a via rápida entre a Portela do Homem e a sede do concelho.

O início do estudo sistemático da Geira, em 1977, deve-se, pois, à estratégia concebida pelo eng. Moreira da Silva, que pretendeu conjugar uma significativa mais valia natural, a Mata da Albergaria com um importante valor patrimonial: a Geira.

A iniciativa encontrou a resistência obstinada das populações. Logo após os primeiros trabalhos ficou acordado uma sessão para divulgar os resultados dos estudos arqueológicos, no Centro Paroquial de S. João do Campo, salvo erro. Não

¹ Tese de Doutoramento que está a ser elaborado pelo dr. Luís Fontes sobre a freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, Serra Amarela.

compareceu um único habitante da aldeia. Em conversa, na rua, ou nas cafés, os habitantes arguíam que o estudo da Geira apenas pretendia justificar o fecho da fronteira e cancelar a ideia da abertura da nova estrada, que traria a prosperidade à aldeia e ao concelho.

Desde 1977 prosseguiram, embora com arritmias, as campanhas de estudo da Geira e os trabalhos revelaram, a cada passo, o seu valor excepcional. O Parque de campismo de Albergaria, instalado em plena via romana e espectáculo degradante (com frequência encontrámos roupa a secar, penduradas de cordas estendidas entre dois marcos da milha XXXIII) foi transferido para S. João do Campo e para o Gerês.

A ideia da via rápida foi abandonada.

Os postos fronteiriços ficaram desertos com o advento da União Europeia.

Entretanto, em território galego estabeleceu-se um parque natural, o da Baixa Límia – Serra do Xerês, verdadeira almofada de defesa do PNPG.

Em 1992, com fundos europeus, foi limpa, estudada e valorizada toda a extensão da *VIA NOVA* na área do PNPG, assegurando um trilho pedestre entre as milhas XXIX e XXXIV, ou seja cerca de 7,5 quilómetros (Lemos e Baptista 1995/6). Foi editado um Roteiro, escrito de parceria entre António Martinho Baptista, Francisco Sande Lemos e José d' Encarnação (1995). Este Roteiro foi um verdadeiro sucesso de vendas, estando esgotado. A 1ª edição é já uma raridade bibliográfica².

Hoje já não se coloca a questão de valorizar a Geira. Há um acordo tácito entre todos os agentes: políticos, entidades estatais e culturais. A população tem uma nova perspectiva e apoia o projecto de classificar a Geira como Património Mundial, que está a ser liderado em conjunto pela Câmara Municipal de Terras de Bouro e pelo PNPG.

Aliás, nos dias de hoje, o problema já alcançou uma nova dimensão. Antes de prosseguir com a valorização da Geira há que avaliar o impacte de tal projecto, pois que incidirá sobre uma área sensível, em que se regista uma forte pressão turística, ao longo do ano e em particular no Verão. Por isso é recomendável que se feche a estrada florestal ao tráfego automóvel e que se organize uma campanha para dismantelar o seu pavimento de terra batida, de modo a recuperar o traçado da Geira.

No Gerês os argumentos oriundos da *Natura* (a mata da Albergaria) e da Cultura convergiram para a salvaguarda de uma importante reserva patrimonial e ecológica.

² Eu, próprio, apenas possuo dois exemplares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terminar este nosso modesto contributo para uma temática tão complexa, já abordada por outros autores portugueses, gostava de recordar que não devemos imaginar que somente neste nosso século se reflecte sobre o território e se valoriza a paisagem.

As comunidades e os Estados desde sempre pensaram na organização do espaço. Regressemos à Geira, como exemplo.

Quando os conquistadores romanos subiram aos cantos mais isolados da serra do Gerês encontraram, talvez, uma serra descarnada, periodicamente devastada por incêndios, aproveitada como pasto dos rebanhos dos povoados da Idade do Ferro.

De facto, de acordo com os cortes arqueológicos abertos junto à ponte romana de S. Miguel, sob o pavimento da via e respectivos leitos de preparação, foram detectados dois episódios coluvionares, ou seja espessas camadas com materiais que deslizaram das encostas e, mais abaixo, um paleo-solo, indicando uma fase de estabilidade.

Pode admitir-se, como hipótese, que uma nova economia, uma nova distribuição dos aglomerados, um novo reordenamento da terra e, quem sabe, medidas administrativas do poder estabelecido em *Bracara Augusta*, permitiram que a mata da Albergaria recuperasse o seu esplendor.

De outro modo, nem a via, nem as pontes teriam resistido às terríveis queimadas e aos subsequentes deslizamento dos solos (as chamadas “quebradas”).

Durante milénios a via separou o *agger* do *saltus*, dois elementos indissociáveis da mesma economia.

Talvez a mata da Albergaria não seja um santuário natural, uma relíquia das florestas primitivas (uma mitologia tão errada como a do progresso), mas uma reconstrução paisagística datável do século I d. C. e relacionada como uma via rasgada em plena montanha, onde se verifica um dos índices mais fortes de pluviosidade da Europa temperada.

É neste sentido que a Arqueologia, ao analisar na longa escala do tempo, o modo como as comunidades se relacionaram com o meio ambiente, pode contribuir, a um outro nível, para encontrar as soluções de um desenvolvimento “sustentado”, como hoje se diz.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, António Martinho; ENCARNAÇÃO, José d'; LEMOS, Francisco Sande (1995), *A via romana XVIII (Via Nova) no Parque Nacional da Peneda-Gerês*, Braga.
- DELGADO, M.; M. Martins e F. Sande Lemos (1989), Dossier – Salvamento de Bracara Augusta, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-41.
- FONTES, Luís e REGALO, Henrique (1997), *Lindoso: o Castelo e a Região*, ed. PNP/ICN, Braga, 47 p.
- LEMOS, F. S. e BAPTISTA, A.M. (1995/96), Estudo de um troço da via XVIII do Itinerário de Antonino na Serra do Gerês (A Geira Romana), *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 12/13, Braga, pp. 113-134.
- MARTINS, Manuela (1997), *Bracara Augusta: a memória de uma cidade*, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga, pp. 177-195.
- MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989/1990), História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6-7, pp. 11-39.
- NEVES, C.M.L. BAETA (1976), Plano de Arbonização da Serra Amarela (versão rejeitada – 1940), Estudos e Informação, 281, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Lisboa.
- NUNES, H. B. (1978), O Salvamento de *Bracara Augusta*: 3 – Da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, pp. 227-236.
- NUNES, H. B. (1993), Para a história do salvamento de *Bracara Augusta*: 2 – A intervenção da CODEP, *Minia*, III série, Braga, pp. 5-29.
- NUNES, E. B. (1996a), Para a história do salvamento de *Bracara Augusta*: 3. Bibliografia (1634/1996), *Minia*, 3ª série, IV, Braga, pp. 147- 165.
- NUNES, H. B. (1996b), Para a História do Salvamento de *Bracara Augusta*: 1 – O papel da Universidade do Minho, *Forum*, 19, Braga, pp. 24-48.
- ROTHMALER, W. (1941), Árvores de Portugal, *Boletim da Sociedade Broteriana*, II Série, 15, pp. 133-148.

V Á R I A

FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL EM ARQUEOLOGIA: REFLEXÕES DE UM RECÉM-LICENCIADO

por

Sérgio R. Gomes

Cansamo-nos de pensar, de ter opiniões nossas, de querer pensar para agir. Não nos cansamos, porém, de ter, ainda que transitoriamente, as opiniões alheias, para o único fim de sentir o seu influxo e não seguir o seu impulso.

Bernardo Soares

O Livro do Desassossego – Trecho 239

INTRODUÇÃO

Após concluir a Licenciatura em História, Variante de Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, senti uma falta de preparação em vários níveis. Esta situação levou-me a continuar a formação académica estando neste momento a fazer o Mestrado em Arqueologia, investimento que suporte financeiramente através da colaboração, enquanto prestador de serviços a recibos verdes, com uma empresa de Arqueologia. Esta nova etapa tem-se revelado muito mais estimulante porque, apesar das inúmeras dificuldades, caracteriza-se por uma gradual tomada de consciência da forma como se processa a actividade arqueológica.

Esta nova dinâmica acabou por desenvolver em mim um constante sentimento de inquietação face à sua novidade. Com efeito, durante a Licenciatura, quase todas as actividades desenvolvidas decorriam serenamente no âmbito académico, situação que evoluiu rapidamente para um estado de perplexidade quando deixei a Faculdade. Os novos desafios acabaram por contribuir para o esclarecimento da minha sensação de insegurança e de falta de preparação quando terminei o curso.

Na actividade profissional parte dos problemas resolvem-se com uma prática de diálogo no sentido de compreender os diferentes interesses que a actividade arqueológica comporta. Desta comunicação resulta, de vez em quando, uma situação de esclarecimento das especificidades das partes intervenientes permitindo uma melhor negociação e resolução dos problemas.

O diálogo e a negociação com os outros sectores são aspectos fundamentais a serem desenvolvidos durante a Licenciatura. Com efeito, os conhecimentos e as técnicas que aprendi só resultam a partir do momento em que as pessoas e as instituições alheias à actividade arqueológica demonstram uma sensibilidade à salvaguarda do património e à importância da actividade arqueológica neste domínio. Deste modo, penso que a formação em arqueologia deveria ser praticada em função da necessidade da existência deste esclarecimento e sensibilidade, porque, em última análise, são eles que permitem a “expansão” da arqueologia para domínios que até aqui lhe estão vedados e, conseqüentemente, uma salvaguarda do património mais eficaz.

Esta situação alertou-me para as potencialidades da arqueologia na transformação da sociedade e do mundo, ou seja, deixei de a ver enquanto um conjunto de técnicas e axioma para a equacionar enquanto um pensamento partilhável e necessário à construção de um mundo digno para todos. Todavia, analisando a forma como decorreu a minha formação e integração na actividade arqueológica, constato que a preocupação com os aspectos “comunicacionais” da mensagem arqueológica eram frequentemente descuidados.

Em função destas experiências e da sua integração em questões mais abrangentes associadas aos problemas do ensino e da sociedade em geral, tentei contribuir para divulgar as dificuldades que alguns recém-licenciados como eu experimentam quando tentam ser arqueólogos, alertando deste modo para a necessidade em discutir entre todos a alteração de alguns aspectos no modo como decorre o ensino da arqueologia.

ENSINO, PRÁTICA PROFISSIONAL E INTERVENÇÃO SOCIAL EM ARQUEOLOGIA: CONTRIBUTOS PARA UMA MAIOR INTERACÇÃO ENTRE ESTAS “DIMENSÕES”

(...) a Universidade ultrapassará o confronto entre duas lógicas que é costume opor sem razão: a lógica do serviço público e do mercado de trabalho. A sua missão intelectual e social no seio da sociedade, ganhará de novo sentido como uma das instituições que contribui para a garantia dos valores universais e do património cultural.

(DELORS, J., 1996, pp. 23 e 24)

(...) assiste-se ao desenvolvimento de uma tendência não só para a introdução do conceito de tecnologia no lugar do de técnica, como também para a substituição das limitações tradicionalmente inerentes à ideia de ensino pela abertura que oferece, em si, a concepção de educação. Estas alterações correspondem, em termos gerais, à preocupação crescente em se consagrar, no próprio espaço da formação específica, a simbiose entre a conceptualização científica e a operacionalização técnica, em harmonia, por seu turno, com uma visão global do mundo e dos comportamentos. Tudo isto em função de um idealismo prático ou, se se quiser, de um novo pragmatismo capaz de conjugar os objectivos de eficácia imediatos com as finalidades, igualmente percebidas como decisivas, de um projecto antropocosmológico mais vasto.

(CARVALHO, A. D, 1994, p. 11)

Se a Arqueologia já ultrapassou a “boçalidade” mental do passado, em que a singularidade dos pensamentos correspondia ao primarismo dos métodos, ainda lhe falta muito para atingir a elegância e a complexidade de outras ciências sociais – e só quando o conseguir terá o estatuto social a que aspira, e o respeito dos decisores que agora exploram o seu valor simbólico, despudoradamente, como campo privilegiado de propaganda política e promoção pessoal.

(JORGE, V. O., 2000, p. 151)

A formação em arqueologia, tal como em muitos outros cursos superiores, desenrola-se no espaço universitário muitas vezes em desajustamento com o mundo exterior. Com efeito, o ensino reduz-se frequentemente ao “adestramento” de algumas técnicas e conhecimentos no âmbito da resolução de exercícios desprovidos da complexidade da investigação arqueológica.

Esta situação é da responsabilidade de todos os agentes intervenientes no processo de formação e resulta de um sentimento geral de conformidade face às inúmeras lacunas de um curso que, durante muito tempo, era uma variante da Licenciatura em História. A criação de um curso autónomo em Arqueologia parece-me ter sido a remissão dos pecados possível. Nas conversas com os colegas que estão a fazer o novo curso, chega-se à conclusão que não se fez mais do que integrar no currículo uma série de actividades de campo que os alunos que queriam ser arqueólogos faziam enquanto voluntários. Ainda que esta nova configuração do ensino da arqueologia tenha trazido inúmeras vantagens no que diz respeito ao domínio de técnicas, não resolveu um problema de fundo: a reforma deu seguimento ao carácter marginal da arqueologia no mundo da cultura, da investigação e dos problemas sociais.

A “Faculdade”, espaço de formação por excelência, não é mais que o palco onde tecnocratas e tecnocratas-aprendizes, lamentando-se uns dos outros, encetam uma espécie de desânimo aprendido face à capacidade de transformar uma situação de incompreensão de parte a parte. Neste contexto, a formação tem uma dinâmica sequencial baseada na obtenção de aprovação nas diferentes áreas do currículo, sem que haja um exercício de escalas de pensamento necessário à ruptura do círculo vicioso em que a aprendizagem se processa e, principalmente, um diálogo aberto que permitisse a partilha de experiências, angústias e expectativas.

Esta dinâmica acaba por ser cómoda para todos; não haja dúvida de que a solicitação à reprodução taxativa de conhecimentos é uma situação que garante tanto a alunos como professores uma segurança no que diz respeito à aprovação ou reprovação numa determinada cadeira. Assim, o cumprimento do currículo habilita o formando para o exercício da arqueologia, sem que, alguma vez, este se tenha apercebido da complexidade dos conhecimentos que reproduz ou da sua importância para a sociedade em que se insere.

Esta situação é igualmente reconfortante para o todo social. O paradigma técnico vigente criou os “especialistas”, tecnocratas que respondem eficazmente e de uma forma expedita aos problemas da sua área de conhecimento! A existência de mais licenciados torna-se sinónimo da existência de mais técnicos credibilizados para o exercício de determinada função. A Universidade presta o seu serviço através da produção de uma massa crítica de técnicos capaz de tratar dos assuntos da sua especialidade, passando estes a serem os responsáveis pelo progresso nesse domínio. A sociedade desresponsabiliza-se da especificidade dos problemas, encaminhando-os para as estruturas do poder político, onde

existem técnicos a quem cabe o ónus da resolução destas questões. Este esquema de tipo “endosso” inviabiliza a discussão colectiva, alimentando uma condução da sociedade baseada em raciocínios monoliticamente impostos, e sustentada pelo saber técnico. Vive-se numa democracia de “monos” e numa realidade construída pelos pareceres dos especialistas, onde a bandeira do “bem comum” e da vontade da maioria permite a satisfação de alguns interesses. Neste sistema a elite favorecida celebra ironicamente as suas tentativas de dignificar a vida dos cidadãos.

No caso da arqueologia, a licenciatura legitima a acção e o parecer de indivíduos numa realidade desconhecida à dinâmica académica a que estão habituados. Inseridos nesta teia, os licenciados apercebem-se, que a negociação do valor do património pode ser uma actividade altamente lucrativa desde que essa avaliação seja feita em função dos imperativos económicos. Assim, a elite responsável pela salvaguarda do património e pelo estudo do passado entra num esquema onde facilmente florescem algumas formas de “dandismo”. O interesse científico e cultural associa-se à ostentação social materializada na ocupação de postos chave na esfera da decisão política. Esta situação resulta frequentemente numa postura adversa à ciência e à finalidade da prática arqueológica.

A superação desta situação passa pela socialização integral do conhecimento arqueológico, tendo a formação académica em arqueologia um papel fundamental neste processo. Com efeito, compete à Universidade, entendida como uma das instituições responsáveis pela defesa dos valores universais e do património cultural, o papel de agente dinamizador na criação de uma mentalidade onde a salvaguarda do património, mais do que um apelo, seja uma condição à criação de uma vida digna para todos.

Nesta ordem de ideias, a licenciatura em arqueologia deveria ser concebida enquanto pretexto para a execução de um projecto de maior envergadura, que passa tanto pela formação de especialistas como de uma sociedade sensível e esclarecida relativamente aos bens patrimoniais colectivos. Deste modo, seria possível criar, contra o saber e o parecer do especialista, os saberes e os pareceres dos outros domínios da sociedade, bem como a criação de um contra-poder ao poder controlador e mediatizador da esfera política. Com efeito, esta seria a situação ideal para a criação de um património efectivamente partilhável, por resultar de uma negociação onde participam todos os elementos sociais.

«O que parece essencial aceitar-se é que praticar ciência, qualquer ela que seja, é um acto eminentemente social, que implica a alocação de meios por parte da comunidade, e que, em última análise, “o sábio” não é um ente isolado, mas funciona numa “rede”, que não só o legitima enquanto membro, mas dele exige um conjunto de posturas, incluindo as éticas. Deve porém o investigador estar sempre atento à sua situação de tendencial enclausuramento num sistema de convenções que, com facilidade, lhe imprime hábitos de pensar que o levam a dificilmente aceitar que há vários tipos de racionalidade, que pode haver vários tipos de ciência, que há certamente vários tipos de legitimação de conhecimentos e de técnicas – em suma, que a sociedade contemporânea, embora emprestando uma grande importância simbólica à ciência, conhece uma grande diversidade de comportamentos, de práticas, de discursos, sobre os quais o “cientista” se deve debruçar com a modéstia de ser apenas mais um cidadão entre muitos, e não com a sobrançeria de possuir “a verdade”. Não deve sentir-se detentor do conhecimento, mas apenas de um conjunto de axiomas, de técnicas e de experiências próprias para ir aumentando uma certa modalidade de conhecimento (entre outras), e manter-se aberto a conhecimentos alternativos.»

(JORGE, V. O., 2000, pp. 146 e 147)

Aumentar a componente cívica na formação académica é fundamental para a criação de uma nova postura por parte dos arqueólogos. Este carácter cívico deve ter uma linha de acção tanto no sentido curricular como na criação de uma plataforma de diálogo entre a Universidade e o meio em que esta se insere, ou seja, é necessário que a formação passe pela prática de uma arqueologia de intervenção/sensibilização social.

Aproveitando um momento em que a arqueologia se tornou uma referência na sociedade e está em processo de afirmação no mercado de trabalho, a formação académica deveria preocupar-se em alertar os alunos para a complexidade da actividade em que se querem profissionalizar. Esta preocupação poderia ser passada à prática pela abertura da Universidade ao mundo exterior com o objectivo de tornar as questões da arqueologia vivenciáveis por todos os cidadãos. Este projecto poderia ser o arranque para uma série de reformas; se pensarmos na necessidade de diálogo entre professores e alunos num empreendimento destes, torna-se mais fácil pensar numa formação que vá além da aprovação às cadeiras. Simultaneamente, o diálogo com a sociedade e o mundo do trabalho permitiria o seu conhecimento e, conseqüentemente, era possível adequar a formação face às necessidades e exigências detectadas, ou encetar uma estratégia de transformação para mudar uma situação menos favorável.

O objectivo de disseminar a consciência arqueológica não é difícil de se concretizar desde que tanto alunos como professores adoptem a arqueologia como uma abordagem necessária à projecção e realização de um desenvolvimento sustentado. Para isto é necessário colocar o saber arqueológico ao serviço dos grandes desafios da sociedade contemporânea. Com efeito, se pensarmos na globalização e nos perigos inerentes a este fenómeno no que diz respeito à homogeneização e massificação da humanidade, o pensamento arqueológico pode contribuir para a resolução da tensão entre o universal e o singular decorrente desse processo. «A mundialização da cultura vai-se realizando progressiva mas parcialmente. É, de facto, inevitável com as suas promessas e os seus riscos, um dos quais, e não, concerteza, o menos importante, consiste no esquecimento do carácter único de cada pessoa, do apelo que cada um sente de escolher o seu destino e realizar todas as suas potencialidades, mantendo-se a riqueza das suas tradições e da sua própria cultura, ameaçada, se não tivermos cuidado, pelas evoluções em curso». (DELORS, J., 1996, p. 14).

Perceber a arqueologia como uma actividade que contribui para a perpetuação da memória e da identidade de um determinado lugar, comunidade ou indivíduo, e difundir estes conhecimentos como uma forma de combater a alienação e a massificação correntes, é o desafio que a arqueologia se deve colocar a si mesma. Este objectivo, tornando-se partilhado por alunos e professores, pode permitir uma profunda alteração do actual estado do ensino da arqueologia. Com efeito, a formação deixa de se passar unicamente dentro da instituição para se tornar num processo onde formadores e formandos são os agentes dinamizadores do esclarecimento da sociedade. Através da realização de projectos que alberguem a pesquisa arqueológica, a difusão dos conhecimentos e a importância da salvaguarda da memória colectiva para a sobrevivência de um determinado lugar ou comunidade, a arqueologia cumpre a sua função social ao contribuir para o conhecimento da particularidade de um determinado elemento da realidade e para a discussão da sua transformação, assumindo uma dimensão integradora de interesses díspares.

O estudo do passado e a salvaguarda do património permitem desta forma, simultaneamente, o conhecimento que a Humanidade tem de si mesma e a criação de uma plataforma de diálogo onde são discutidas as decisões acerca de um futuro que se quer digno

para todos. «A consciência arqueológica deve integrar-se numa consciência ambiental, e enraizar-se nas populações, por forma a constituir focos de resistência ao desenvolvimentismo destruidor e à cultura turística dos “grandes monumentos” emblemáticos ou “típicos”, dos parques de lazer, dos centros comerciais e da construção especulativa, face visível da amnésia dos territórios, da destruição dos recursos perduráveis, e da prosperidade de uma cultura de massas de baixa qualidade, exclusivamente assente na lógica do lucro de uma minoria, e concomitantemente do embrutecimento e exploração da maior parte dos cidadãos.» (JORGE, V. O., 2000, p. 143).

Assim, a formação de carácter tecnocrata deixa de fazer sentido e dá lugar a um processo onde todos podem intervir de uma forma activa e crítica. Uma formação nestes moldes permite e incentiva o combate à onisciência económica dando azo à implantação de uma mentalidade dominada pelo paradigma humano e da capitalização cultural.

Por esta ordem de ideias, a formação em Arqueologia deveria ser orientada no sentido de profissionalizar os alunos em conhecimentos, técnicas e discursos que facilitassem a sua acção no processo acima proposto. A aprendizagem deveria ser antes de tudo um exercício de metacognição no sentido de compreender a pluralidade de posturas possíveis que o pensamento arqueológico permite. Assim, o diploma, em vez de especializar o licenciado, contribuiria para a formação de um cidadão crítico face à realidade em que se insere e que utiliza a sua formação de base para a resolução das tensões e desafios que experimenta e partilha.

Esta nova postura pedagógica permite alterar o actual estado da empregabilidade em arqueologia. Com efeito, a adaptabilidade, a cultura prospectiva e o espírito empreendedor inerentes ao processo de aprendizagem são posturas que contribuem para alterar um mercado de trabalho caracterizado pela precaridade. Desta forma, é possível a formação de um cidadão/arqueólogo activo, capaz de desfazer o aspecto estanque e sequencial das actividades profissionais, tornando a arqueologia uma actividade diversificada, pronta a responder aos desafios colocados pela mutabilidade do mercado de trabalho e pela sociedade em geral.

Esta configuração das formas de fazer, ensinar e divulgar a arqueologia contribuiria para uma revolução antropológica que é necessário acontecer. O futuro da Humanidade não pode depender exclusivamente de apelos circunstanciais ou de motivações políticas e económicas; é necessário que as decisões partam de uma resolução integrada das várias “tensões” existentes. Todavia, esta situação só será possível a partir do momento em que os cidadãos estejam esclarecidos e motivados para o fazerem, sendo que a prática de uma arqueologia de intervenção social tem um papel importante nesta mudança de mentalidade.

Com efeito, ao investigar e divulgar os valores patrimoniais, os arqueólogos caminham no sentido da promoção de “identidades” que funcionam como contra-poderes às instituições políticas, e cuja sobrevivência depende de uma prática de reivindicação do direito à existência própria. Simultaneamente, a arqueologia ao educar, instruir e nutrir o espírito de discernimento cumpre a sua função enquanto “saber”, deixando o seu actual papel “simbólico” para se tornar num meio de emancipação.

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO, R. (1996), “A Evolução da Economia e do Emprego. Novos Desafios para os Sistemas Educativos no dealbar do Século XXI”, *A Educação do Futuro, O Futuro da Educação*, Porto, Edições Asa, pp. 37-62
- CARVALHO, A. D. (1994), “Pressupostos e Objectivos antropológicos de uma educação tecnológica”, *Utopia e Educação*, Porto Editora, pp. 11-17
- DELORS, J. (1996), “A Educação ou a Utopia necessária”, *Educação, um tesouro a descobrir*, Porto, Edições Asa, 11-29
- GARRIDO, J. L. G. (1996), “Principais Desafios lançados aos Sistemas Educativos no alvorecer do Século XXI: uma perspectiva internacional”, *A Educação do Futuro, O Futuro da Educação*, Porto, Edições Asa, pp. 13-36
- JORGE, V. O. (2000), “Fecundidade de uma perspectiva pragmatista “inquietante” (no sentido de Boaventura Sousa Santos) em Arqueologia”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular Vol. I – História, Teoria e Prática*, Porto, ADECAP, pp. 143-153.

HISTOIRE AGRAIRE ET PALÉOENVIRONNEMENT: LES APPORTS DE LA PALYNOLOGIE ET DES MICROFOSSILES NON-POLLINIQUES

par

Didier Galop* & José Antonio López Sáez**

Si pendant de nombreuses années, en privilégiant comme axe de recherche la reconstitution des évolutions climatiques et des environnements anciens, la palynologie présentait l'image ou se revendiquait des sciences dites "dure", elle opère depuis le milieu des années 80, à un élargissement de ses thèmes de recherche, en se positionnant désormais comme une discipline clairement anthropocentrée. Cette ouverture tardive de la palynologie aux problématiques de l'anthropisation du milieu naturel fait écho au recentrage et au développement récent des recherches sur l'histoire de l'environnement dont les objectifs se situent dans une étude des relations entretenues entre l'environnement et les sociétés successives qui l'utilise et le façonne. Désormais, et sur les bases d'une écologie historique (Bertrand, 1978), l'histoire de l'environnement et plus particulièrement celle des agro-systèmes ou des paysages échappe à toute recherche individuelle. Facteurs naturels et sociaux deviennent indissociables, favorisant ainsi les démarches interdisciplinaires, tandis que le cadre de la longue durée s'impose comme une constante méthodologique, celle d'une histoire au sens large débordant largement les périodisations académiques. Archéologie des terroirs et disciplines du paléoenvironnement concourent désormais à décrypter de plus en plus finement et dans toute leur complexité les relations entre l'homme et le milieu et la formation des paysages ruraux.

LA PALYNOLOGIE: UNE DISCIPLINE À L'INTERFACE ENTRE SCIENCES DE LA NATURE ET SCIENCES SOCIALES

Dans ce concert de disciplines, il n'est plus seulement question pour la palynologie de caractériser, d'une manière quelque peu réductrice, l'impact de l'homme sur les écosystèmes, mais davantage de préciser quel est son rôle dans la constitution des paysages

* Laboratoire de Chrono-Ecologie, UMR 6565, CNRS, UFR Sciences et Techniques, 25030 Besançon, France.

** Laboratorio de Arqueobotánica, Departamento de Prehistoria, Instituto de Historia, CSIC, Duque de Medinaceli 6, 28014 Madrid, Espagne.

agraires ainsi que la chronologie de leurs mises en place. Les archéologues, ainsi que plusieurs projets de recherche du CNRS et du CSIC ont joué un rôle déterminant dans le développement de ce type d'approche. Aussi, du rang peu flatteur de discipline "auxiliaire" appliquée à l'archéologie et destinée à préciser le cadre de vie des sociétés préhistoriques, la palynologie s'est-elle progressivement imposée comme une discipline autonome, susceptible d'appréhender sur la longue durée et avec plus ou moins de précision, à la fois les dynamiques anthropiques ainsi que celles du milieu.

La multiplication récente des recherches palynologiques sur le thème de l'anthropisation (Marguerie, 1992; Richard, 1994; López García *et al.*, 1997; Puertas, 1997; Galop, 1998; Nakagawa, 1998; Barbier, 1999) ne doit pas faire oublier qu'elle constitue juste un rééquilibrage face au retard accumulé vis à vis des équipes du Nord de l'Europe, où des travaux similaires ont été initiés il y a plus d'un demi-siècle (Iversen, 1949). Dans un premier temps, ce sont sur les périodes anciennes, notamment sur le Néolithique, que se sont centrées les recherches produisant les avancées les plus représentatives. À ce titre, les travaux réalisés sur les lacs du Jura sont significatifs (Pétrequin, 1997). Ils ont démontré l'absence de linéarité des processus d'anthropisation en soulignant l'existence de phases d'emprise et de déprise sur de courtes périodes, tandis qu'ils permettaient d'aborder la question de l'exploitation et de l'évolution des territoires agro-pastoraux.

À l'heure actuelle, débarrassée de certaines appréhensions et bénéficiant des progrès considérables des méthodes de datations, la palynologie contribue à affiner les analyses ainsi que notre perception des processus de sociabilisation des écosystèmes. Tandis que certaines recherches focalisent leur attention sur les tout premiers signaux d'activités agro-pastorales qui, en apparaissant entre les VI^e et V^e millénaires av. J.-C., interpellent les archéologues, ce sont les périodes récentes qui constituent dorénavant un nouveau champ exploratoire pour cette discipline. La mise en place d'une "palynologie historique" (Galop, 1998) reste lente, mais contribue à alimenter enfin le dialogue entre naturalistes et sciences historiques. La fécondité des recherches conduites sur ces périodes a maintes fois été démontrée (Berglund, 1991) et la convergence des résultats issue d'une confrontation entre les données polliniques et les sources textuelles, qu'elle soit le fait d'historiens ou de palynologues, prouve la fiabilité de cette discipline lorsqu'elle est appliquée à l'étude des périodes historiques.

ÉLÉMENTS POUR UNE LECTURE PALYNOLOGIQUE DES ACTIVITÉS HUMAINES

L'appréciation et la caractérisation paléopalynologique des activités humaines reposent sur une démarche *a posteriori*, qui consiste à interpréter les empreintes de l'action anthropique sur l'environnement comme les indices de la présence de l'homme et de ses activités. En premier lieu, ce sont les déboisements liés à la conquête de terre, qui en constituent la manifestation la plus évidente. Ils sont mis en évidence dans les diagrammes palynologiques par le recul des grains de pollen des essences forestières ainsi que par l'élévation des herbacées héliophiles et de certains arbres recolonisateurs des milieux ouverts (bouleau, noisetier...). Cependant, de tels évènements peuvent avoir des causes multiples qui n'impliquent pas systématiquement une intervention humaine (aléas météorologiques, incendies naturels, etc.). D'autres indices sont nécessaires, et c'est à ce niveau de la démarche qu'intervient l'utilisation désormais classique des indicateurs polliniques de l'anthropisation. Cette méthode constitue un dérivé palynologique de l'ethnobotanique et

s'appuie sur la représentation pollinique des végétaux inféodés à l'homme ou à ses pratiques, ainsi bien que les microfossils non-polliniques. Ces bio-indicateurs qui ont fait l'objet de multiples inventaires (Behre 1981, 1986; Latalowa, 1992), regroupent les espèces cultivées, mais également les plantes adventices et messicoles (bleuet, coquelicot, agrostemme, etc.) ainsi que les espèces rudérales (orties, armoises, oseilles) associées aux décombres, aux habitats et plus généralement aux zones humanisées ou à certaines pratiques. À titre d'exemple, l'activité pastorale favorise le développement d'une végétation nitrophile au niveau des zones de stabulation ou des reposoirs à bestiaux (orties, chénopodes), tandis que le pâturage répété de certains secteurs provoquera le développement d'une flore bien spécifique (Rubiacees, Fabacees...).

Toutefois l'utilisation de ces indicateurs se heurte à de nombreuses limites. En effet, les problèmes de détermination interspécifique interdisent dans certains cas de dépasser le stade de la famille, tandis que la valeur indicatrice d'une plante reste souvent difficile à affirmer. Il existe à ce niveau une grande part de subjectivité qui ne peut être atténuée que par des études sur la végétation anthropogène actuelle. D'autre part, on maîtrise encore mal les questions de l'inertie des milieux face aux interventions anthropiques, ainsi que celle des seuils à partir desquels une pratique humaine est susceptible d'induire une modification écologique suffisante pour être perçue par l'analyse pollinique.

Dans tous les cas, et bien qu'il existe des marqueurs fiables et objectifs, la présence d'un seul indice pollinique d'anthropisation ne permet pas de conclure au développement d'activités humaines et seule la concomitance de plusieurs signaux reste significative.

L'APPORT DES MICROFOSSILS NON-POLLINIQUES

Au cours de la lecture de lames polliniques nous rencontrons souvent d'étranges formes non-polliniques. Ces microfossiles, méconnus pour la plupart, commencent à être décrits, identifiés et pris en compte (López Sáez *et al.*, 1998). Ce sont, en général, des spores d'algues, de cyanobactéries, de champignons, de mousses ou encore de kystes d'origine ontogénétique très variée.

Aux pollens, *sensu stricto*, on associe déjà depuis toujours l'étude de quelques spores de fougères; celles des mousses sont souvent beaucoup plus difficiles à déterminer. L'interprétation des diagrammes classiques, selon l'état de conservation de ces pollens et spores, est parfois délicate (surtout dans les sites archéologiques) et nous avons constaté de toute façon que le supplément d'informations apporté par ces palynomorphes non-polliniques ne peut être que positif (López Sáez *et al.*, 1998).

En effet, les multiples renseignements qu'ils peuvent nous fournir représentent un complément précieux aux diagrammes polliniques. Ainsi, les notions de trophisme (oligo-, méso-, eutrophisme), d'humidité-sécheresse, de sol inondé-sec, de niveau et de circulation d'eau (eau dormante, faible courant, fort courant), de variation du battement de nappe, de degré d'érosion et même du niveau d'anthropisation et occupation d'un site archéologique, de l'hypothèse d'incendie, etc, enrichissent considérablement la connaissance des milieux à étudier, qu'ils soient archéologiques ou non (López Sáez *et al.*, 1998, sous presse).

BIBLIOGRAPHIE

- BARBIER, D. (1999), *Histoire de la végétation du nord-mayennais de la fin du Weichsélien à l'aube du XXIème siècle. Mise en évidence d'un Tardiglaciaire armoricain. Interactions Homme-Milieu* – Laboratoire d'Ecologie et des paléoenvironnements atlantiques, Editions du Groupe d'étude des milieux naturels, Nantes.
- BEHRE, K. E. (1981), The interpretation of anthropogenic indicators in pollen diagrams – *Pollen et Spores*, 23 (2): 225-245.
- BEHRE, K. E. (1986), *Anthropogenic Indicators in Pollen diagrams* – A. A. Balkema, Rotterdam.
- BERGLUND, B. E. (1991), The cultural landscape during 6000 years in southern Sweden – the Ystad project – *Ecological Bulletin*, 4: 1-495.
- BERTRAND, G. (1978), L'Archéologie du paysage dans la perspective de l'écologie historique – in *Actes du Colloque "l'Archéologie du paysage"*, Caesardunum, 13: 132-138, Paris.
- GALOP, D. (1998), *La forêt, l'homme et le troupeau dans les Pyrénées. 6000 ans d'histoire de l'environnement entre Garonne et Méditerranée* – GEODE, Laboratoire d'Ecologie Terrestre et FRAMESPA, Toulouse.
- IVERSEN, J. (1949), The influence of prehistoric man on vegetation – *Danmarks Geologiske Undersogelse*, IV, 3, 6: 5-25.
- LATALOWA, M. (1992), Man and vegetation in the pollen diagrams from Wolin island (NW Poland) – *Acta Palaeobotanica*, 32 (1): 123-249.
- LOPEZ GARCIA, P., ARNANZ, A., UZQUIANO, P. & LOPEZ SAEZ, J. A. (1997), Los elementos antrópicos en los análisis arqueobotánicos como indicadores de los usos del suelo – in García Ruíz, J.M. & López García, P. (Eds.), *Acción humana y desertificación en ambientes mediterráneos*, Instituto Pirenaico de Ecología, Zaragoza, pp. 41-59.
- LOPEZ SAEZ, J. A.; VAN GEEL, B., FARBOS-TEXIER, S. & DIOT, M. F. (1998), Remarques paléocécologiques à propos de quelques palynomorphes non-polliniques provenant de sédiments quaternaires en France – *Revue de Paléobiologie*, 17: 445-459.
- LOPEZ SAEZ, J. A.; VAN GEEL, B. & MARTIN SANCHEZ, M. (sous presse), Aplicación de los microfósiles no polínicos en Palinología Arqueológica – in *Actas 3º Congreso de Arqueología Peninsular*, 22 a 26 setembro 1999, Vila Real.
- MARGUERIE, D. (1992), Evolution de la végétation sous l'impact humain en Armorique du néolithique aux périodes historiques – *Travaux du Laboratoire d'anthropologie de Rennes*, 40: 1-313.
- NAKAGAWA, T. (1998), *Etudes palynologiques dans les Alpes françaises centrales et méridionales: histoire de la végétation tardiglaciaire et holocène* – Thèse de Doctorat, Université d'Aix-Marseille III, Marseille.
- PETREQUIN, P. (1997), *Les sites littoraux néolithiques de Clairvaux-les-lacs et de Chalain (Jura), Chalain station 3: 3200-2900 av. J.-C. (Vol 1)* – Editions de la maison des Sciences de l'homme, Paris.
- PUERTAS, O. (1997), *Evolution de la végétation depuis le Dryas récent dans la plaine littorale de Montpellier (Hérault, France) à partir de l'analyse pollinique. Dynamique naturelle et anthropisation du milieu* – Thèse de Doctorat, Université de Franche-Comté, Besançon.
- RICHARD, H. (1994), Indices polliniques d'une néolithisation précoce sur le premier plateau du Jura (France) – *C. R. Acad. Sci. Paris*, t. 318, série II: 993-999.

LEVANTAMENTO E LEITURA ICONOGRÁFICA DOS FRESCOS ROMANOS DE MIRÓBRIGA VISÍVEIS *IN SITU* NO ANO 2000

por

M. Augusta Rosário*, F. Lourenço Duarte*
& M. Justino Maciel**

Referenciadas desde o séc. XVI, as Ruínas da sede da *Ciuitas* dos Mirobrigenses que se cognominavam de Célticos, como se lhes refere Plínio-o-Velho¹, foram objecto de escavações nos inícios do séc. XIX, pelo Pe. Bonifácio Gomes de Carvalho, por indicação do Bispo D. Manuel do Cenáculo², e a partir dos anos quarenta do séc. XX, pelo Dr. João Gualberto da Cruz e Silva³, pela Dr.^a Maria de Lourdes da Costa Artur⁴, pelo Professor D. Fernando de Almeida⁵ e, após o falecimento deste em 1979, entre 1981 e 1986, por uma equipa luso-americana coordenada pelos Professores W. R. Biers, da Universidade do Missouri-Colúmbia e Olívio Caeiro, da Universidade de Évora⁶. Actualmente, as Ruínas continuam em escavação, estudo, consolidação e valorização do seu Património sob a responsabilidade da Dr.^a Filomena Barata, do IPPAR⁷.

É grande, a vários níveis, o interesse deste complexo arqueológico, de que actualmente se destacam, para além do Circo, mais retirado, três núcleos fundamentais: o civico-religioso, com templos, *forum* e *tabernae*, o habitacional, com pequenas *domus* e mesmo *insulae*, e o termal, com dois *balnea* construídos um junto do outro, um o de Este, construído

* Estudante de Mestrado em História da Arte.

** Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

¹ *Naturalis Historia*, IV, 22: *Mirobricenses qui Celtici cognominantur*.

² Cód. CXXVIII, 1, 14, Biblioteca Pública de Évora.

³ João G. da Cruz e Silva, Apontamentos e considerações sôbre as pesquisas arqueológicas realizadas desde 1922 nos Concelhos de S. Tiago-de-Cacém, Sines e Odemira, in *Arquivo de Beja* (Beja) 2 (Fasc. III e IV (Julho-Dezembro) 1945) 291-299 e 3 (Fasc. III e IV) Julho-Dezembro (1946) 336-351.

⁴ Durante alguns meses (1954-55), segundo D. Fernando de Almeida, *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*, Setúbal, Junta Distrital, 1964, p. 8. M. Lourdes Costa Arthur, *Meróbriga, Santiago do Cacém, in Caesaraugusta* (Saragoza) 57-58 (1983) 51-109.

⁵ Desde 1959. D. Fernando de Almeida, *op. cit.*

⁶ William R. Biers (ed.), *Mirobriga: Investigations at an Iron Age and Roman Site in Southern Portugal by the University of Missouri-Columbia*, 1981-1986, BAR International Series 451, Oxford, 1988.

J. Caeiro, Santiago do Cacém, Miróbriga, 1982, in *Informação Arqueológica* (Lisboa) 5 (1985) 128-129.

⁷ M. Filomena Barata, *Miróbriga: Urbanismo e Arquitectura*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Policopiada, Porto, 1997.

no séc. I e o outro, o de Oeste, do séc. II d. C.⁸, numa articulação urbana recentemente estudada por Filomena Barata⁹. Há actualmente decoração pictórica a fresco, passível de registo e interpretação, em todas estas três zonas.

As primeiras referências a pinturas parietais em Miróbriga são de Cruz e Silva, que as encontrou nas Termas de Oeste¹⁰. D. Fernando de Almeida, que nos deixou já visíveis os frescos da *taberna*, apenas publicou uma foto com fragmentos de estuque pintado e algumas referências genéricas a pinturas nos outros locais¹¹. Foram já descritas pela equipa luso-americana as pinturas do *frigidarium* das Termas de Este num estudo iconográfico com publicação final¹². Do mesmo modo, as pinturas da sala três do pequeno complexo que tem sido classificado de *taberna/stabulum* foram objecto de um primeiro levantamento gráfico e estudo iconográfico¹³. Da sala sete da mesma estrutura foi levantada em 1982, depois de ter estado desde 1963, com as restantes pinturas da *taberna*, sem qualquer cobertura ou protecção¹⁴, uma superfície com fresco que depois foi transferida para o Museu de Santiago do Cacém, onde nesta data se encontra ainda em restauro e em fase preparatória de apresentação museológica.

Foi-nos possível proceder a um estudo académico das pinturas a fresco actualmente visíveis *in situ* em Miróbriga. Descreveremos cada um dos conjuntos pictóricos isolada-

⁸ Jorge de Alarcão, *Roman Portugal*, II, 3, Warminster, 1988, p. 173.

⁹ F. Barata, *op. cit.*

¹⁰ J. G. Cruz e Silva, *op. cit.*, 3 (Fasc. III e IV) Julho-Dezembro (1946) 346: *Por cima do lambris que revestia todas as paredes das salas, o reboco era pintado às listas de diversas côres, destacando-se o azul, o laranja, o verde e o mescla.*

¹¹ F. Almeida, *op. cit.*, p. 24: *À direita do caminho que conduz ao Castelo Velho foram escavadas quatro casas (fig. 6, nº. 3); construídas no declive, apresentam-se em dois planos. Uma delas, a primeira, era interiormente revestida, na sala mais alta, por estuque branco pintado a fresco com desenhos geométricos de traço encarnado escuro e amarelo (fig. 67). Os fragmentos são tão pequenos que não pudemos reconstruir o suficiente para termos uma ideia de conjunto. Apareceu ali um médio bronze de Trajano.*

Idem, p. 30: *No Forum, na Casa do lado Norte, a primeira divisão (a seguir à escala do patamar do Templo de Esculápio) não tem porta: abre directamente para o pórtico e tem um lambrim de estuque com sinais de ter sido pintado.*

Idem, p. 35: *Nas termas Oeste, nas paredes havia frescos, de que restam pequenas amostras em tom vermelho.*

Idem, p. 61: *Nas casas a Sul do caminho de acesso ao Castelo Velho e nas do lado Norte do mesmo caminho, igualmente apareceram vários fragmentos de frescos. Também junto à terceira muralha foram encontrados, profundamente, restos de frescos. Todas estas pinturas são muito simples: ou traçados geométricos (fig. 67), ou hastes desenrolando-se de forma arbitrária. As cores são o encarnado pompeiano, o cinzento azulado e o amarelo. Não conseguimos reconstituir uma superfície suficientemente ampla, embora os fragmentos se contem por muitas dezenas de exemplares.*

¹² William R. Biers (ed.), *op. cit.*, pp. 3, 88-98 e 230-234. Foi seguido neste trabalho a nomenclatura lexical proposta por N. Davey and R. Ling, *Wall-painting in Roman Britain*, Gloucester, 1982 (Idem, p. 91).

¹³ David Soren, The CasteloVelho, in W.R. Biers *et alii*, Mirobriga, The 1983 Season, in *Muse* (Missouri-Columbia) 17 (1983) 59-62.

Janina K. Darling, Charles Miksicek, David Soren, Studies of material from Mirobriga, Wall Frescoes, in W. R. Biers *et alii*, Mirobriga: A Portuguese-American project in Southern Portugal, in *Muse* (Missouri.Columbia) 18 (1984) 48-51.

¹⁴ D. Soren, The Forum Area, in W. R. Biers *et alii*, Excavations at Mirobriga, The 1982 Season, in *Muse* (Missouri-Columbia) 16 (1982) 38 e 43 (nota 7). Segundo o autor, p. 38, os trabalhos de salvamento destas pinturas foram coordenados por Margaret Craft, do Department of Conservation of the Winterthur Museum.

mente, com uma tentativa de leitura de conjunto a modo de conclusão. Queremos agradecer à Dr.^a Filomena Barata e colaboradores actualmente responsáveis por esta estação arqueológica pelo apoio concedido à realização deste estudo. Agradecemos também a colaboração da Dr.^a Maria João Belchior na fotografia e, particularmente, ao Arqto. Samuel Duarte, pelo trabalho desenvolvido com os modelos tridimensionais.

CASA OESTE

Nas três paredes que restam de um compartimento pertencente à chamada Casa Oeste escavada, no período de 1981-86 atrás citado, pelo Professor Olívio Caeiro, no contexto e sequência do estudo de outras casas ou compartimentos escavados já por D. Fernando de Almeida¹⁵, vemos hoje, consolidados em 1995, frescos com pinturas de carácter geométrico. A parede maior, voltada a Sul, mede de comprimento 6,52 m e tem actualmente a altura de 83 cm. As outras duas, fazendo ângulo com a primeira, estão destruídas nas suas extremidades Sul, medindo a parede do lado Este 3,74 m e 80 cm e a Oeste 2,96 m e 40 cm, respectivamente de comprimento e de altura. Resta nas três paredes apenas decoração na zona inferior.

Observamos um sistema de decoração alternada de rectângulos imitando *crustae* marmóreas. Uns, mais estreitos e dispostos na vertical, medindo 50X65 cm, apresentam pinceladas a imitar venado de cor cinzento claro (Cailleux M73, Munsell 2,5 Y 7/0)¹⁶, os outros, mais largos e dispostos na horizontal, reportando-se à imitação das técnicas do *opus sectile*, com losangos inscritos em sete contornos concêntricos marcando alternância de cores tendo ao centro, inscrita em círculo de 15 cm de diâmetro, uma roseta com quatro pétalas e outras tantas sépalas ou bifólios intersticiais¹⁷.

Os losangos inscritos, com diagonais de 100X65 cm, alternam, por sua vez, as cores de branco e de vermelho escuro (Cailleux T11, Munsell 10 R 3/3), na seguinte sequência: cantos triangulares a vermelho, losangos a branco, círculos interiores a vermelho, cores que se invertem no rectângulo com losango seguinte e assim sucessivamente. Os enquadramentos dos rectângulos são efectuados por filetes que variam entre os 0,7 e 1 cm de espessura. Os seis contornos concêntricos dos losangos, por sua vez, são marcados alternadamente por filetes de 0,5 a 1 cm e por orlas de 1 a 1,4 de espessura, preenchidos também alternadamente a vermelho ou a branco. Este sistema decorativo assenta aqui directamente na linha do pavimento, sem plinto ou simples banda ou cercadura. Por restos de pigmento na parede lateral Este, é possível reconstituir uma banda de separação da destruída pintura da zona média, banda essa com a espessura de 12 cm.

Tendo em conta os paralelos próximos de Tróia de Setúbal, onde esta linguagem pictórica surge também num espaço que parece pertencer a um ambiente doméstico¹⁸, bem como de Mérida, nas Casas del Anfiteatro e del Mitreo, designadamente na Sala do Mo-

¹⁵ Vide notas nº 6 e 11.

¹⁶ A. Cailleux, *Notice sur le code des Couleurs des Sols*, Boubée, s/l, s/d. Munsell, *Soil colour charts*, Baltimore, 1973.

¹⁷ Estas sépalas poderão, eventualmente, ser aparentes. Poderiam pertencer a um maior contorno das pétalas que, perdendo pigmento ao longo dos tempos, ficaram limitadas às manchas interiores.

¹⁸ M. Justino Maciel, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, 1996, p. 236-237 e figs. 71-72 e 89 a.

saico Cósmico desta última¹⁹, e, de mais longe, da *Villa* de Santa Colomba de Somoza, León²⁰, a tipologia cronológica parece característica dos meados ou segunda metade do séc. II d.C. O jogo simétrico das formas geométricas e o recurso ao dinamismo dos losangos nas zonas inferiores sublinham esta relação.

FRIGIDARIUM DOS BALNEA ESTE

No complexo termal de Miróbriga permanecem *in situ* alguns revestimentos parietais nas três paredes superiores que circundam em U o tanque do *frigidarium*, correspondente ao compartimento nº. 14 dos *balnea* do lado Este. Foram consolidados em 1984 e 1985²¹. As duas paredes laterais medem 3,64 m e a frontal, no lado oposto aos degraus do tanque, 4,23 m. Restam apenas pigmentos permitindo reconstituições em parte desta última e no correr de toda a parede à esquerda da entrada para o tanque, indicando decoração de uma zona inferior com plinto e restos da zona média. No enchimento do tanque foram encontrados, nas escavações de 1983, fragmentos de estuque com pigmentos vermelho, branco, amarelo, cinzento e verde, esta última cor associada à representação de losangos²², permitindo aos escavadores propor uma reconstituição da zona superior²³. A exposição ao sol e à chuva durante anos até se conseguir a actual protecção, assim como o alto grau de humidade provocado pelo depósito de água no tanque com as chuvadas de inverno explicam a deterioração das pinturas, revestindo-se assim de uma maior importância o estudo de pormenor efectuado pela Universidade do Missouri em 1981-86²⁴.

A pintura do plinto é caracterizada, sobre o fundo branco da última camada de estuque, pela representação de pedras de mármore em cinzento claro (Cailleux M73, Munsell 2,5 Y 7/0) com venado da mesma cor, mas mais denso (Cailleux M31, Munsell 7,5 R 7/0), imitando *opus quadratum* em fiadas dispostas de peito.

Da zona intermédia, minuciosamente descrita por W. Biers²⁵, restam hoje apenas manchas de pigmento amarelo avermelhado (Cailleux N65, Munsell 7,5 YR 7/6) ou vermelho escuro (Cailleux T11, Munsell 10 R 3/3)²⁶ e também algum pigmento cinzento claro indicativo de filetes horizontais na parede esquerda e filetes horizontais e verticais na parede frontal, fazendo o enquadramento exterior e interior de painéis, assim como bandas vermelhas de contorno suficientes para propor a reconstituição de um sistema de composição paratáctica, na zona média, de rectângulos com a mesma largura das fiadas da zona inferior, embora não seja possível determinar a sua altura. Também não conseguimos determinar hoje com clareza se havia alguma figuração dentro destes ortostatos da zona

¹⁹ L. Abad Casal, *Pintura romana en España*, I, Sevilla, 1982, pp. 47-55 e 70 e II, pp. 21, 26-28 e 53, figs. 29,39,40, 41, 42 e 90.

²⁰ Idem, I, pp. 143-144 e II, p. 102, fig. 213.

²¹ W.R.Biers (ed.), *Mirobriga: Investigations...*, *op. cit.*, p. 91.

²² W. Biers e Jane Biers, *The Bath Complex*, in *Muse* (Missouri-Columbia) 17 (1983) 52.

²³ W. R. Biers (ed.), *Mirobriga: Investigations...*, *op. cit.*, pp. 93-96 e p. 341, fig. 196.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem, pp. 92-93

²⁶ Em W. R. Biers, *idem*, p. 230, é apresentada uma maior variabilidade de cores: amarelo: Munsell 10 YR 7/8 e 10 YR 7/6. Amarelo castanho: 10 YR 5/8. Vermelho: 10 R 5/8. Vermelho escuro: 10 R 3/3. Cinzento claro: 5 YR 7/1 e 2,5 Y 7/1 e variantes próximas.

média, para além dos raiados de cor vermelha ou amarela que, no todo, pintalgavam, alternadamente, os seus fundos amarelos ou vermelhos²⁷.

A separação entre o plinto e a zona média é efectuada por uma banda vermelha contínua horizontal de 5,5 cm, por uma orla branca de 2,7 cm e por um filete de cor cinzenta de cerca de 1,3 cm de espessura, este envolvente das fiadas do plinto. Verticalmente, estas são separadas entre si também por bandas verticais vermelhas de 3,2 cm de espessura ligadas à banda horizontal também de cor vermelha atrás referida e mais estreitas que esta. Estas bandas são contornadas por orlas brancas que variam entre 1,3 e 1,7 cm de espessura. Este tipo de decoração compartimentada ajusta-se ao comprimento total das paredes, pressupondo um planeamento prévio do comprimento das fiadas e subsequente alçado dos ortostatos.

A construção pictórica e modular que nos é indiciada pelos restos de pigmentos encontra muitos paralelos no mundo romano, sobretudo em épocas tardias. É aqui flagrante a semelhança com soluções decorativas que vemos nas pinturas da relativamente próxima Tróia de Setúbal, onde na chamada *Aula/Basilica* se recorre ao esquema decorativo das fiadas marmóreas²⁸. Em Miróbriga, todavia, a construção esquemática revela uma maior preocupação de equilíbrio geométrico, com as fiadas e painéis em sequência linear. Sabemos que é na época tetrárquica que se assiste a uma intensificação e mesmo recuperação da linguagem pompeiana dos venados, agora displicentemente lançados como sarrabiscos ou garatujas²⁹, de que vemos um exemplo no *Cenatorium* de Éfeso, de cerca de 300 d.C.³⁰ Parecendo a primeira fase destes *balnea* de Este justamente datada do período flaviano, tendo em conta, entre outras razões, a descoberta de cerâmica desta época datando uma primitiva parede da sua Sala n.º 10³¹, a maior parte dos elementos de datação explícitos são, porém, do séc. III-IV d.C., seja na Sala n.º 10³², seja na Sala n.º 14³³, isto é, no próprio tanque do *frigidarium* em cujas partes superiores se encontram estas pinturas. Apenas uma canalização da sala n.º 12 ou *apodyterium* documentou cerâmica de cronologia entre 120 e 180 d.C.³⁴ Outra canalização na Sala n.º 10 deixou de funcionar nos sécs. III-IV d. C.³⁵ Tudo isto revela continuidades, reformulações e uso destas termas até à Antiguidade Tardia, com novos rebocos, totais ou parciais, que nos levariam a propor a localização cronológica destas pinturas do *frigidarium*, com base em alguns paralelos iconográficos, na época tetrárquica. Todavia, a disparidade que assim constataríamos no todo pintado de Miróbriga, e o facto de, no recurso aos painéis na zona média, se registar uma maior proximidade com esse todo, levam-nos a deixar em aberto esta questão.

²⁷ Idem, p. 92: painéis de fundo vermelho com salpicos de cor branca imitando pórfiro alternando com outros de fundo amarelo com reticulado vermelho formando rosetas.

²⁸ M. Justino Maciel, *op. cit.*, p. 242 e fig. 76.

²⁹ R. Ling, *Roman Painting*, Cambridge, 1991, p. 192.

³⁰ Idem, fig. 211.

³¹ Jane C. Biers, *The Bath Complex at Mirobriga*, 1984, in W. Biers *et alii*, *op. cit.*, in *Muse* (Missouri-Columbia) 18 (1984) 46-47.

³² Idem, p. 45.

³³ *Ibidem*. W. Biers propõe uma *redescrição* desta “Sala” n.º 14 na *segunda metade do séc. II, ou mais tarde* (p. 96), coincidindo com o segundo período de construção da sala n.º 12.

³⁴ W. Biers e Jane Biers, *The Bath Complex*, in W. Biers *et alii*, *op. cit.*, in *Muse* (Missouri-Columbia) 17 (1983) 51.

³⁵ Idem, p. 50.

TABERNA/STABULUM

As pinturas que estudámos nesta zona encontram-se em duas paredes de um compartimento com as dimensões de 4,40X3,70 m, actualmente com a altura máxima de 1,28m, subsistindo ainda alguns restos de pigmentos noutra parede, embora sem qualquer indicação que permita descortinar esboços decorativos. Trata-se do compartimento identificado como n.º 3 do conjunto arquitectónico que tem sido interpretado como *taberna/stabulum*³⁶, embora pela planta de conjunto se revele mais como uma *domus* distribuída em torno de um *atrium*. A tipologia decorativa das paredes Norte (lado maior) e Oeste (lado menor) do compartimento n.º 3 é idêntica, apresentando, porém, diferenças que justificam a sua descrição em parágrafos distintos.

PAREDE OESTE

A que contém pintura que nos parece melhor elaborada e mantém mais elementos identificativos é a parede Oeste, que só apresenta pigmentos em 2,62 m da sua extensão, indicativos de decoração na zona média, com um sistema compositivo paratáctico de painéis ortostáticos, e na zona inferior, esta de grande interesse decorativo e com riquíssimas informações, composta de três registos, de baixo para cima: plinto corrido com mancha mais ou menos uniforme de pigmento amarelo avermelhado (Cailleux N65, Munsell 7,5 YR 7/6), meandros em linha denteada envolvendo quadrados com elementos florais e uma banda bordada de limite com a zona média, decorada com elementos vegetalistas dentro de ovais formadas por par de sinusóides opostas e cruzadas. Todos os enquadramentos são efectuados por traços ou filetes, à excepção das ovais, onde se regista aqui e ali o adelgaçamento para linhas de 0,1 cm. A julgar pela riqueza decorativa desta zona inferior, as zonas média, de que resta apenas a sugestão dos painéis, e superior, totalmente desaparecida, não lhe ficariam atrás.

No plinto, a faixa amarela que o constitui estende-se ao longo de todo o comprimento da parede com manchas esporádicas de um cromatismo mais denso dentro da mesma tonalidade. Na parte central da zona inferior, sobre fundo cinzento claro (Cailleux M73, Munsell 2,5 Y 7/0), o trajecto dos meandros é definido por um traço a branco com a espessura de 0,4 cm envolto por dois filetes a vermelho escuro (Cailleux T11, Munsell 10 R 3/3), com a espessura de 0,8 cm. Os quadrados, com 15 cm de lado, são inscritos no interior dos meandros também com traços de cor branca, igualmente com 0,4 cm de espessura, e com ligação a estes nos cantos por pontos na diagonal, da mesma cor. O interior dos quadrados, por sua vez, é alternadamente decorado com rosetas de quatro pétalas e tetrafólios de folhas trífidas lanceoladas, de grande estilização, os dois motivos apresentando um ponto ou pequeno círculo central.

A banda bordada de limite de zona, com 9,5 cm de espessura, apresenta, sobre fundo pintado uniformemente a vermelho escuro, uma decoração de dois traços brancos de 0,2 cm, por vezes reduzidos a linhas de 0,1 cm, desenhando par de sinusóides cruzadas e opostas, como que formando ovais irregulares inclinadas e tangentes entre si. No cruzamento destas sinusóides surgem, mais ou menos verticais, e como elementos separadores, linhas brancas

³⁶ D. Soren, The Forum Area, *op. cit.*, in W. Biers *et alii*, *op. cit.*, in *Muse* (Missouri-Columbia) 16 (1982) 36, fig. 1.

com comprimento igual à espessura da faixa, com abertura superior em tridente, que lembram caules ou outros elementos de carácter vegetalista. Dentro dos espaços ovalados criados pelas sinusóides, observam-se pontos dispostos em roseta, em geral em número de oito, com outro ponto ou pequeno círculo no centro, igualmente de cor branca.

PAREDE NORTE

A parede maior, do lado Norte, mantém pigmentos em toda a sua extensão, revelando basicamente o mesmo léxico pictórico, com as seguintes excepções: o plinto apresenta, no seu extremo direito, a incisão de dois círculos gravados, como que em sinópia prévia, no estuque quando ainda estava fresco. Uma vez que não tiveram continuidade na pintura e se encontram descontextualizados, a sua existência parece dever-se ao facto de que ali o *faber tectorius* ou o *faber pictor* ensaiaram o compasso para a marcação prévia dos círculos onde se inscreviam os florões dos centros dos quadrados nesta parede.

No que respeita à decoração dos quadrados dentro de meandros, as diferenças em relação à parede Oeste são as seguintes: desaparece a alternância entre rosetas e quadrifólios lanceolados, que são substituídos por florões de seis pétalas que ainda se vêem decorar os centros dos quatro primeiros quadrados a contar da esquerda e que, pelos indícios de pigmento, decorariam os restantes. O quinto quadrado apresenta uma decoração de quatro semicírculos secantes entre si sobre uma linha horizontal, um motivo registado por L. Abad Casal como corrente dos sécs. II ao IV³⁷. Quase todos os restantes apresentam, gravados no estuque, os círculos centrais, a maior parte já sem qualquer pigmento indicativo dos florões. No desenho que publicamos registam-se os círculos visíveis. A faixa separadora mostra o seu pigmento bastante esbatido, mas ainda com suficientes marcas que permitem a identificação dos seus pormenores decorativos dentro de par de sinusóides, como na parede do lado Oeste.

Ressalta a existência de três painéis ortostáticos na zona média, também com fundo amarelo avermelhado e com enquadramentos exteriores e interiores definidos por traços e filetes brancos, assim como a sua separação por faixas verticais vermelhas escuras de 9,5 cm, sem qualquer tipo de decoração. Também não é possível, infelizmente, dado o grau de destruição da parede e seu revestimento, conhecer a altura destes painéis.

Mais uma vez notamos paralelos para esta semântica decorativa na Lusitânia e não só. A decoração com meandros e quadrados em perspectiva surge-nos já na segunda fase do segundo estilo pompeiano, nos anos 40-30 a. C., na Casa do Criptopórtico³⁸ e, cerca de um século depois, nas *fauces* da Casa do Urso³⁹, em Pompeia. Também nos meados do séc. I d.C., a Sala b da Casa de Neptuno, da mesma cidade, mostra cercaduras bordadas com miniquadrados envolvendo rosetas⁴⁰, assim como numa casa de Badalona, perto de Barcelona⁴¹, da segunda metade do séc. I d. C., criando uma linguagem que haveria de marcar os séculos seguintes da pintura romana em todo o Império, como constatamos em Miróbriga.

³⁷ L. Abad Casal, *op. cit.*, I, p. 400.

³⁸ R. Ling, *op. cit.*, p. 33, fig. 30

³⁹ Idem, p. 205, fig. 224.

⁴⁰ Idem, p. 74, fig. 74.

⁴¹ L. Abad Casal, *op. cit.*, I, p. 295, II, fig. 422.

Mais tardiamente, vemos quadrados dentro de meandros também nas Catacumbas dos Santos Marcelino e Pedro, em Roma⁴². O recurso aos pontos na diagonal para ligar as zonas angulares reporta, em Miróbriga, para um contexto cronológico intermédio. A interação com *Emmerita Augusta* e Tróia de Setúbal, onde os pontos na diagonal surgem associados a zonas angulares em pinturas com proposta de cronologia nos meados ou finais do séc. II d. C.⁴³ Outro elemento importante para esta percepção no espaço e no tempo é a representação alternada do motivo dos tetrafólios de folhas trífidas lanceoladas. Com efeito, este motivo surge, com singular proximidade iconográfica, em pavimentos de *opus tessellatum* de Faro, no chamado Mosaico do Oceano⁴⁴, e em Conímbriga, no contexto do Mosaico do Sileno, na Casa dos Repuxos⁴⁵. Ora as cronologias propostas para estes mosaicos são os finais do séc. II, princípios do séc. III d.C. Por sua vez, o par de sinusóides cruzadas e opostas envolvendo pontos dispostos em roseta da faixa decorada separadora da zona inferior encontra também paralelos que vão até à Antiguidade Tardia: vêmo-las, por exemplo, já nos meados do séc. I d.C., numa cercadura envolvente do retrato de Sócrates, pintado na chamada Sala das Musas de Éfeso (Éfeso H 2/7 e 14 a)⁴⁶. A decoração com rosetas de oito pontos surge igualmente em Tróia de Setúbal, preenchendo os espaços deixados livres por um friso de sólidos ou consolas na *aula/basilica* local, com leitura proposta para os finais do séc. IV ou inícios do séc. V d.C.⁴⁷, revelando-se assim também como motivos que acompanham todos os períodos do Império.

CONCLUSÃO

Não nos sendo possível, até ao momento, estudar a pintura da Sala n.º 7, que aguarda exposição no Museu de Santiago do Cacém, assim como outras que, *in situ*, ainda se conservam protegidas com terra na *taberna/stabulum*, cremos que foi mesmo assim útil este exercício académico.

Praticamente, vinte anos se passaram desde os estudos efectuados e publicados conforme fizemos referência. Com um tipo de abordagem diferente e um processo de levantamento baseado no uso do papel vegetal em toda a extensão de cada parede pigmentada, onde se indica uma escala referida a uma quadrícula vertical de um metro de lado, com posterior redução à escala por método fotográfico, cremos ter chegado a conclusões não contraditórias com os estudos anteriores mas complementares e enriquecedoras para a compreensão do todo pintado, numa perspectiva de História da Arte. Procuramos aplicar a leitura terminológica proposta pelo *Centre d'Étude des Peintures Murales Romaines*⁴⁸, com recurso também a

⁴² J. G. Deckers, H. R. Seeliger, G. Mietke, *La catacomba dei Santi Marcellino e Pietro, Repertorio delle Pitture*, Città del Vaticano/Münster, 1987, p. 387, 35, orn. 27.

⁴³ M. Justino Maciel, *op. cit.*, pp. 236-237.

⁴⁴ J. Lancha, *La Mosaïque d'Océan découverte à Faro (Algarve)*, in *Conimbriga* (Coimbra) 24 (1985) 57 e fig. 2.

⁴⁵ J. M. Bairrão Oleiro, *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal, I, Conimbriga, Casa dos Repuxos*, Conímbriga, 1992, pp. 98 e 101, Est. 36. Bairrão Oleiro cita também um outro paralelo, datado do séc. II, na Casa del Mitreo, em Mérida (*Corpus de Mosaicos Romanos de España, I, Mosaicos Romanos de Merida*, Madrid, CSIC, 1978, pp. 39-40, n.º 21, ests. 44 b e 45 a),

⁴⁶ R. Ling, *op. cit.*, pl. XVD.

⁴⁷ M. Justino Maciel, *op. cit.*, pp. 241 e 244, fig. 76.

⁴⁸ A. Barbet, *Pour un langage commun de la peinture murale romaine. Essai de terminologie. Étude théorique des peintures*, Bulletin de Liaison n.º 7, Paris, C.N.R.S., 1984.

outras propostas lexicais no domínio do mosaico⁴⁹ e da arquitectura⁵⁰.

Pensamos que se deverão diversificar e prolongar mais no tempo as diferentes fases de revestimento pictural dos edifícios (re)valorizados com o urbanismo flaviano de Miróbriga. Parece-nos, como sublinhámos, que a segunda metade ou finais do século II d. C. nos parecem o tempo ponderado para a linguagem, em Miróbriga, da dupla representação das *crustae* marmóreas e dos *opera sectilia*, assim como de motivos vegetalistas como o dos tetrafólios lanceolados ou trífidos. Pareceu-nos também haver revestimentos mais tardios no *frigidarium* dos *balnea* de Este, dentro da tipologia tetrárquica da imitação dos venados mármóreos nas fiadas dos plintos. Todavia, neste local encontramos praticamente, hoje, limitados à observação da decoração do plinto. Há, de qualquer modo, uma grande unidade no discurso pictórico mirobrigense, hoje pouco visível mas constatável nos três locais estudados: o recurso aos painéis ortostáticos nas zonas médias, discurso que, ajudando a compreensão da totalidade, poderá ajudar a continuar a reflectir sobre as questões cronológicas e ponderar a sua calibração.

Apesar de só se terem descoberto até ao momento indícios de revestimentos anteriores sob camadas de estuque pintado em fragmentos de estuque provenientes de espaços a Sudoeste do que D. Fernando de Almeida classificou de *edifício semicircular da acrópole*⁵¹, é possível que reconstruções ou reformulações urbanas pontuais tenham justificado noutros pontos de Miróbriga pinturas *ex nouo* em épocas relativamente tardias. Até porque a calibração da tipologia pictórica no âmbito dos quatro estilos pompeianos terá de ser meramente um referencial para a compreensão do carácter evolutivo das formas que, ora são repetitivas, ora são inovadoras, seja no contexto itálico, seja no contexto provincial e na interacção entre os dois. Por outro lado, como se verifica no complexo de casas a Oeste, há continuidade urbana até à Antiguidade Tardia, sendo os estuques manufacturados pelos *fabri albarii* e *tectores* com a qualidade necessária para a sobrevivência dos revestimentos e das cores em longa duração⁵², como aliás já recomendava Vitruvius⁵³.

As pinturas romanas de Miróbriga revelam-se-nos como um exemplo de aplicação dos modelos itálicos, em que a referência pompeiana é também fundamental, se bem que diluída no tempo sequencial, interagindo também com os centros artísticos e práticas decorativas provinciais. A aproximação a exemplos de *Emmerita Augusta* e de Tróia de Setúbal, a que se poderão acrescentar outros em desenvolvimento deste estudo, permite perceber a inserção dos *artifices* que trabalharam em Miróbriga no léxico pictórico que correntemente se aplicava na Lusitânia nas zonas inferiores das paredes e mesmo nas zonas médias. Por outro lado, o levantamento destes pequenos vestígios e novas reflexões sobre eles ajudam a perspectivar a importância da recolha e registo de dados que permitam alargar a nossa visão sobre as tipologias decorativas romanas a nível da pintura parietal a fresco no nosso território.

⁴⁹ C. Balmelle et alii, *Le décor géométrique de la mosaïque romaine. Répertoire graphique et descriptif des compositions linéaires et isotropes*, Paris, 1985.

M. Blanchard et alii, Répertoire graphique du décor géométrique dans la mosaïque antique, *Bulletin de l'Association Internationale pour l'Étude de la Mosaïque Antique*, 4e. fasc. (Mai), Paris, 1973.

⁵⁰ R. Ginouvès e R. Martin, *Dictionnaire Méthodique de l'Architecture Grecque et Romaine*, I, Roma, 1985.

⁵¹ D. Fernando de Almeida, *op. cit.*, p. 61.

⁵² M. Justino Maciel, Revestimentos e Cores segundo o "De Architectura" de Vitruvius, in *Trabalhos de Antropologia e Etimologia* (Porto) 41/1-2 (2001) 225-228.

⁵³ *De Architectura*, VII, II, 1-2.

BIBLIOGRAFIA

- L. ABAD CASAL (1982), *Pintura romana en España*, I, Sevilla.
- JORGE DE ALARCÃO (1988), *Roman Portugal*, II, 3, Warminster.
- D. FERNANDO DE ALMEIDA (1964), *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*, Setúbal, Junta Distrital.
- C. BALMELLE *et alii*, *Le décor géométrique de la mosaïque romaine. Répertoire graphique et descriptif des compositions linéaires et isotropes*, Paris, 1985.
- M. FILOMENA BARATA (1997), *Miróbriga: Urbanismo e Arquitectura*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Policopiada, Porto.
- A. BARBET (1984), *Pour un langage commun de la peinture murale romaine. Essai de terminologie. Étude theorique des peintures*, Bulletin de Liaison n° 7, Paris, C.N.R.S.
- WILLIAM BIERS *et alii* (1981), Investigations at Mirobriga, Portugal, in 1981, in *Muse* (Missouri-Columbia) 15, 30-38.
- WILLIAM BIERS *et alii* (1982), Excavations at Mirobriga, The 1982 Season, in *Muse* (Missouri-Columbia) 16, 29-43.
- WILLIAM BIERS *et alii* (1983), Mirobriga: The 1983 Season, in *Muse* (Missouri-Columbia) 17, 38-63.
- WILLIAM BIERS *et alii* (1984), Mirobriga: A Portuguese-American Project in Southern Portugal, in *Muse* (Missouri-Columbia) 18, 35-53.
- WILLIAM BIERS (ed.) (1988), *Mirobriga: Investigations at an iron age and roman site in Southern Portugal by the University of Missouri-Columbia, 1981-1986*, BAR International Series, 451, Oxford.
- M. BLANCHARD *et alii* (1973), Répertoire graphique du décor géométrique dans la mosaïque antique, *Bulletin de l'Association Internationale pour l'Étude de la Mosaïque Antique*, 4e. fasc. (Mai), Paris.
- A. CAILLEUX, *Notice sur le code des Couleurs des Sols*, Boubée, s/l, s/d.
- N. DAVEY & R. LING (1982), *Wall-painting in Roman Britain*, Gloucester.
- J.G. DECKERS, H.R. SEELIGER & G. MIETKE (1987), *La cataomba dei Santi Marcellino e Pietro, Repertorio delle Pitture*, Città del Vaticano/Münster.
- R. GINOUVÈS & R. MARTIN (1985), *Dictionnaire Méthodique de l'Architecture Grecque et Romaine*, I, Roma.
- R. LING (1991), *Roman Painting*, Cambridge.
- B. LIOU, M. ZUINGHEDAU & M.-TH. CAM (1995), *Vitruve, De L'Architecture, Livre VII*, Paris, Les Belles-Lettres.
- M. JUSTINO MACIEL (1996), *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa.
- M. JUSTINO MACIEL (2001), Revestimentos e Cores segundo o "De Architectura" de Vitruvius, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (Porto) 41/1-2, 225-228.
- MUNSELL (1973), *Soil colour charts*, Baltimore.
- J. M. BAIRRÃO OLEIRO (1992), *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal, I, Conímbriga, Casa dos Repuxos*, Conímbriga.
- J. G. DA CRUZ E SILVA (1946), Apontamentos e considerações sobre as pesquisas arqueológicas realizadas desde 1922 nos Concelhos de S. Tiago-de-Cacém, Sines e Odemira, in *Arquivo de Beja* (Beja) 2 (Fasc. III e IV (Julho-Dezembro) 1945) 291-299 e 3 (Fasc. III e IV) Julho-Dezembro 336- 351.



Foto 1 – Pinturas de Miróbriga. Casa Oeste. Foto M^a. João Belchior.

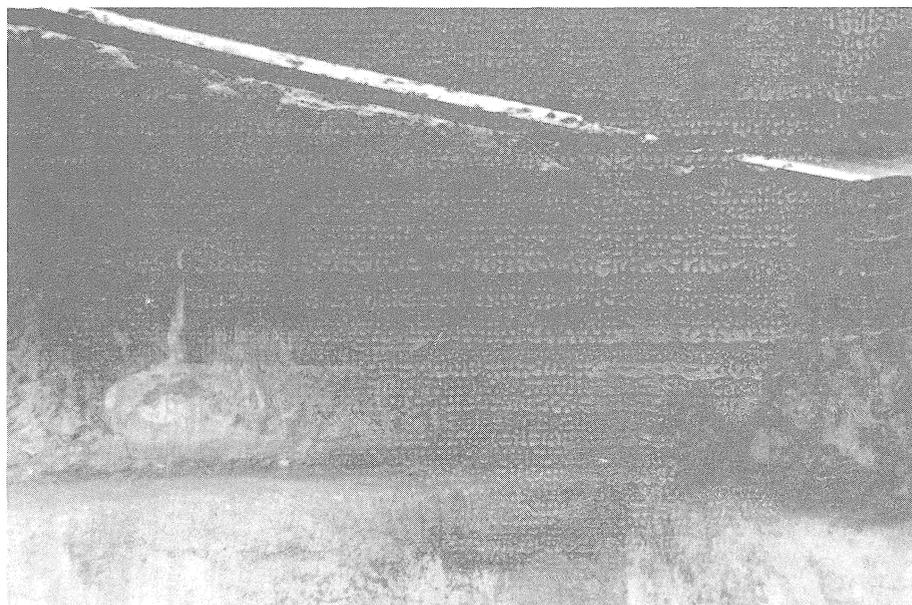


Foto 2 – Pinturas de Miróbriga. Termas Este. Foto de M^a. João Belchior.

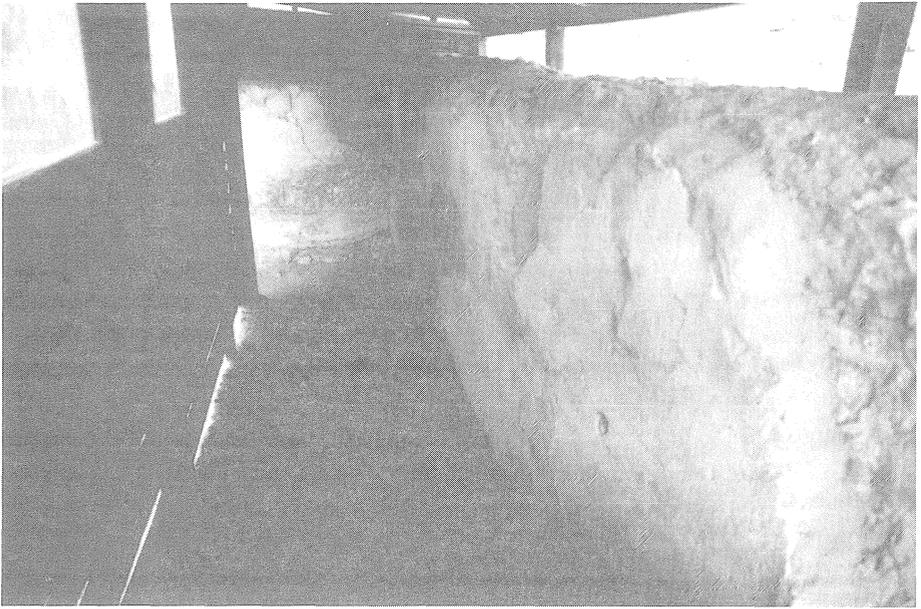


Foto 3 – Pinturas de Miróbriga. *Taberna/Stabulum*. Foto de M^a. João Belchior.

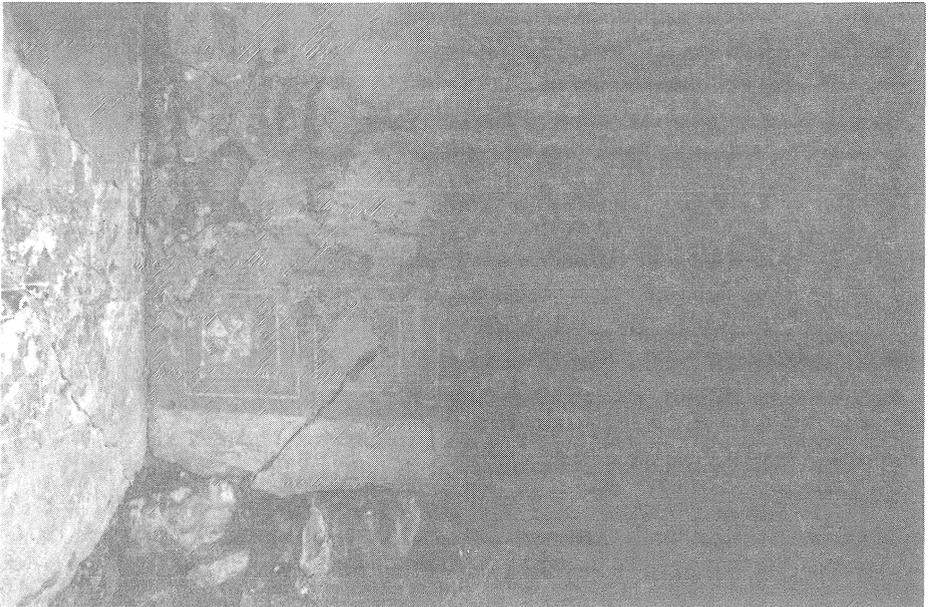


Foto 4 – Pinturas de Miróbriga. *Taberna/Stabulum*. Foto de M^a. João Belchior.

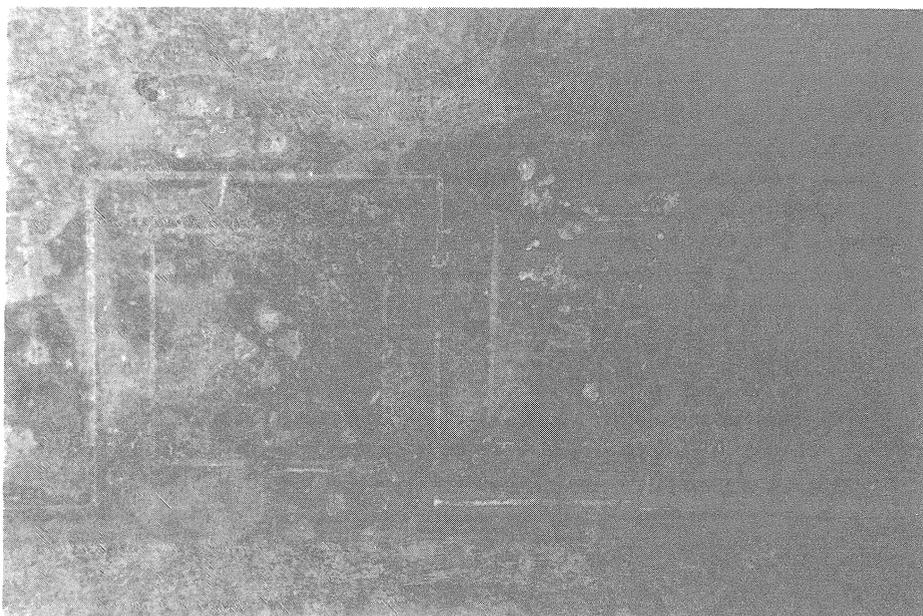


Foto 5 – Pinturas de Miróbriga. *Taberna/Stabulum*. Foto de M^a. João Belchior.



Foto 6 – Pinturas de Miróbriga. *Taberna/Stabulum*. Foto de M^a. João Belchior.

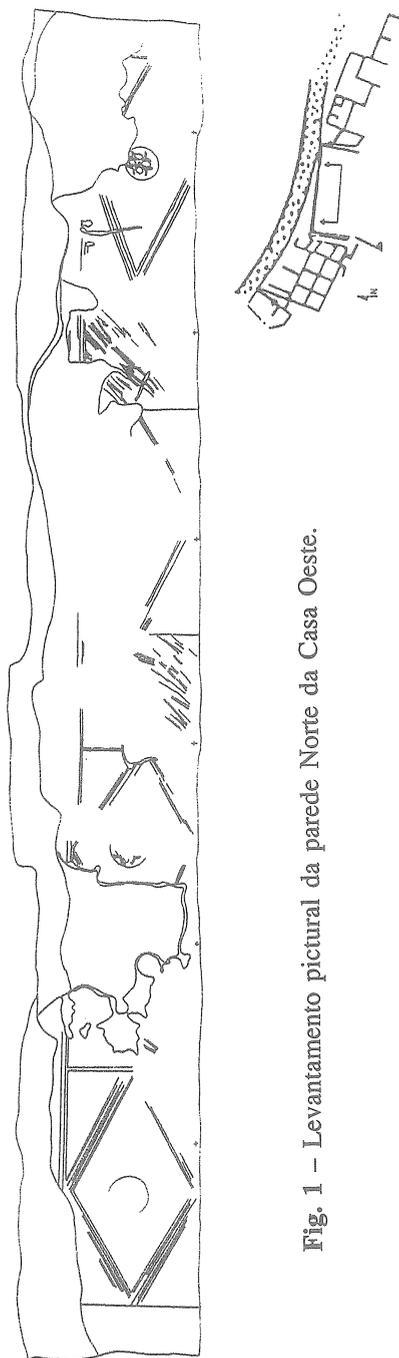


Fig. 1 – Levantamento pictural da parede Norte da Casa Oeste.

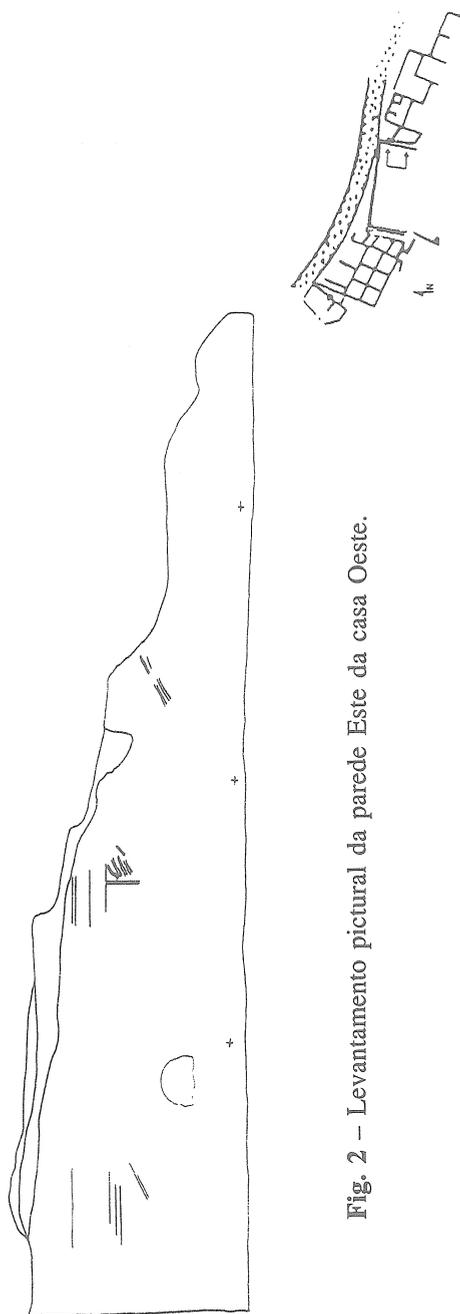


Fig. 2 – Levantamento pictorial da parede Este da casa Oeste.

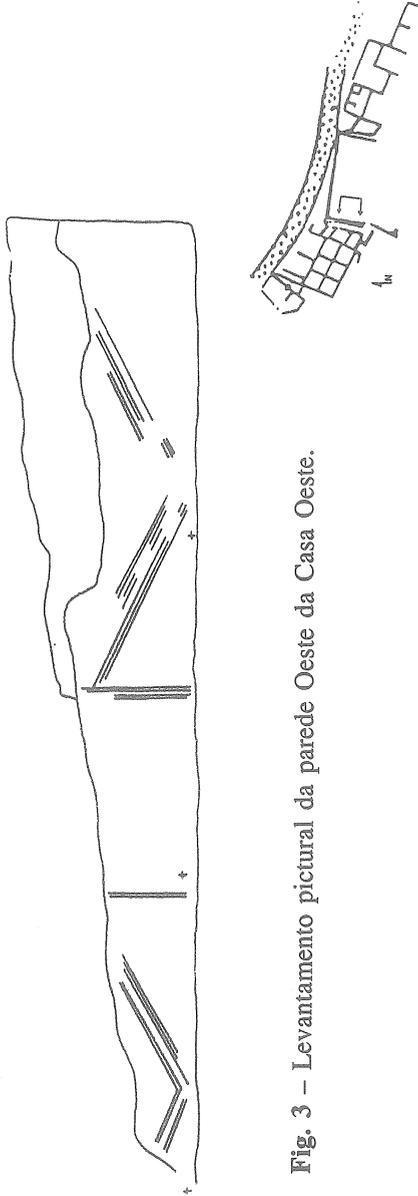


Fig. 3 – Levantamento pictural da parede Oeste da Casa Oeste.

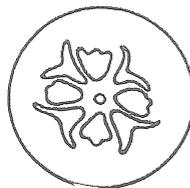
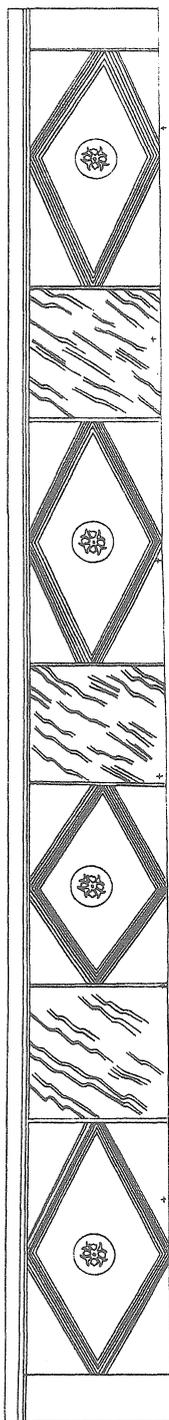


Fig. 4 – Proposta de reconstituição pictórica da Casa Oeste e pormenor de roseira.

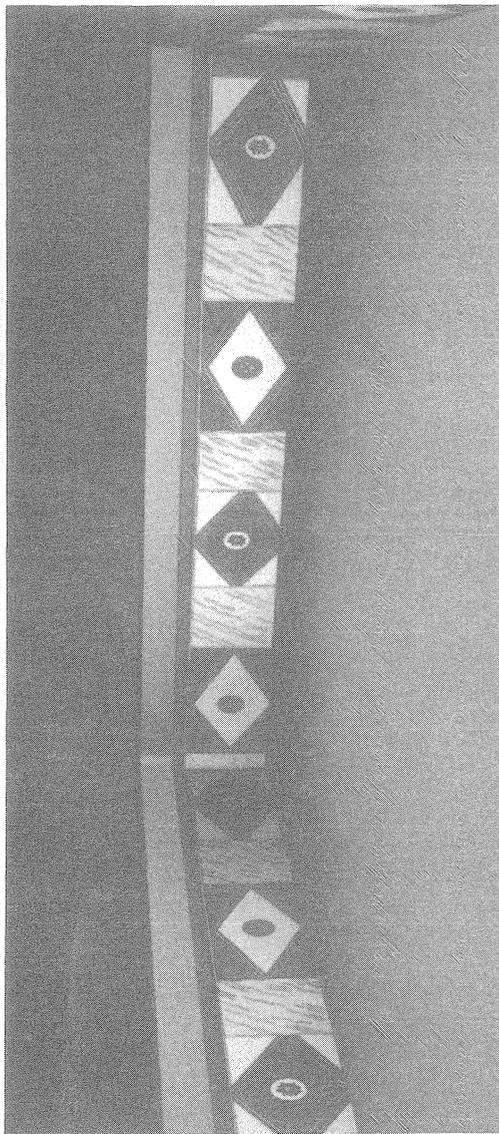


Fig. 5 – Proposta de reconstituição pictórica de conjunto da Casa Oeste.

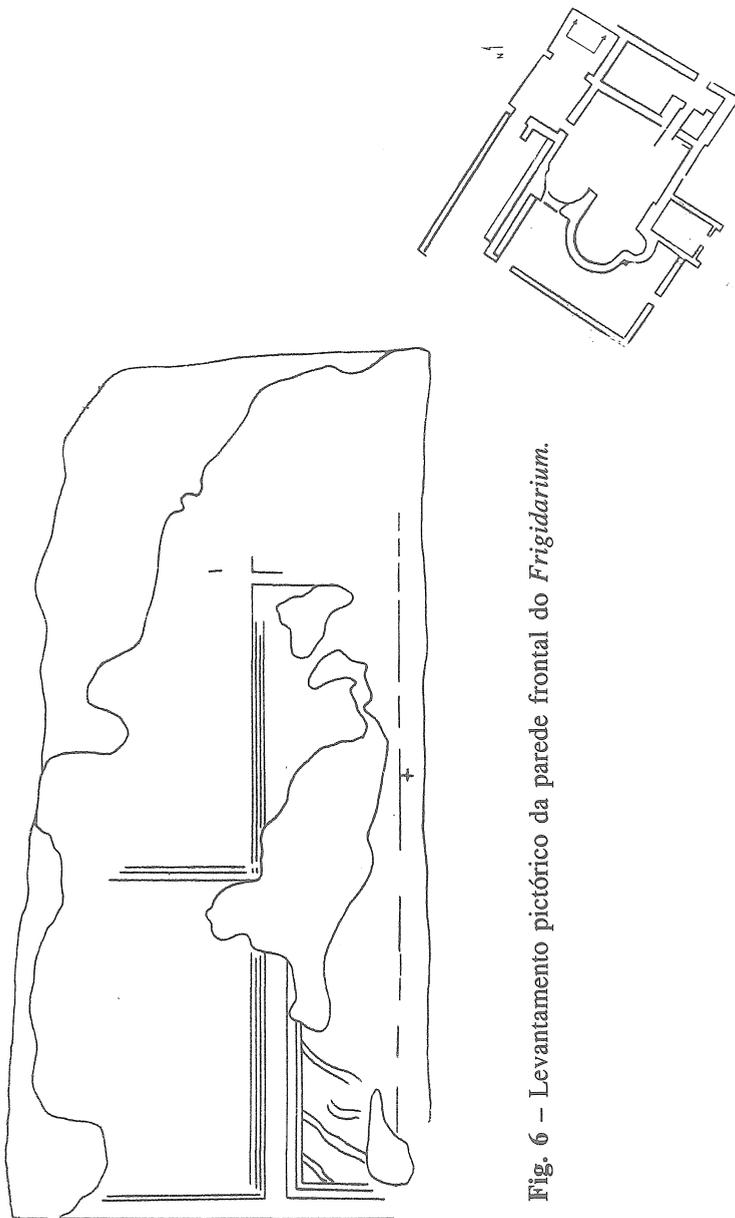


Fig. 6 – Levantamento pictórico da parede frontal do *Frigidarium*.

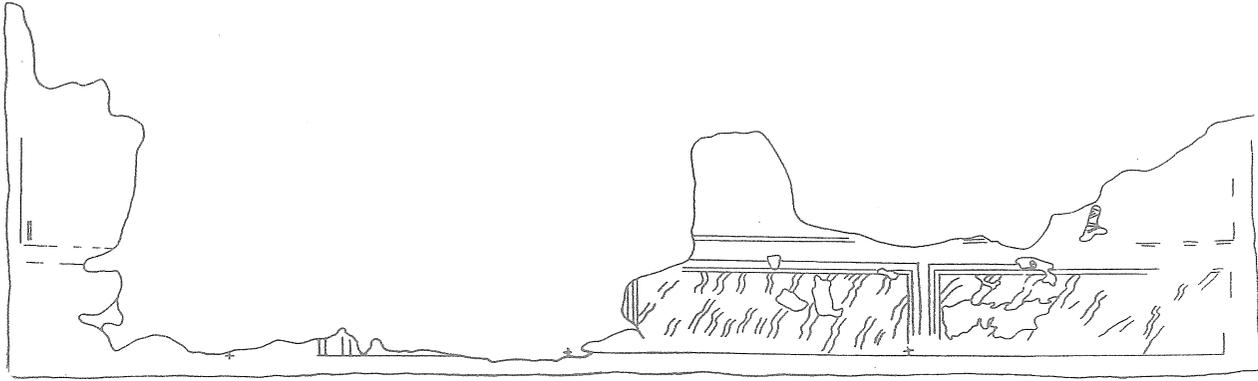
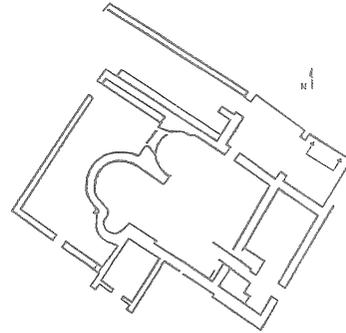


Fig. 7 – Levantamento pictórico da parede lateral do *Frigidarium*.



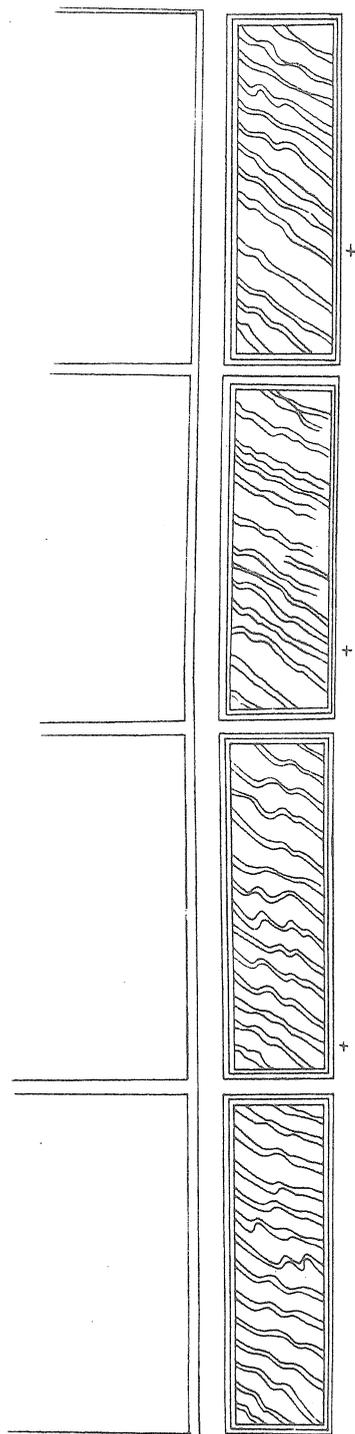


Fig. 8 – Proposta de reconstituição pictórica das paredes do *Frigidarium*.

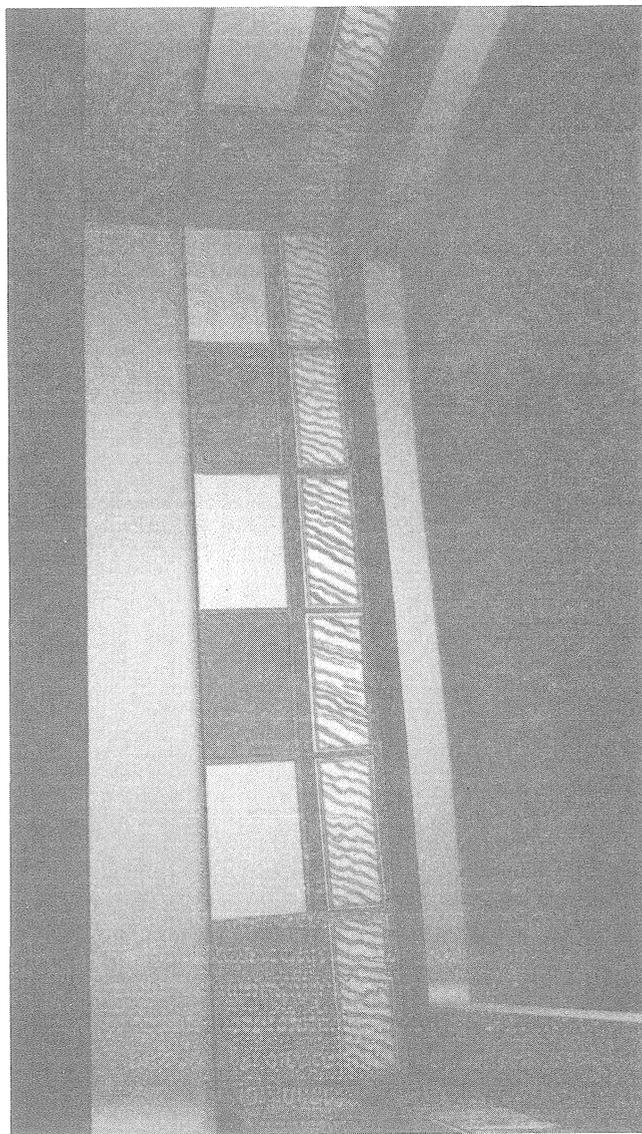


Fig. 9 – Proposta de reconstituição pictórica de conjunto do *Frigidarium*.

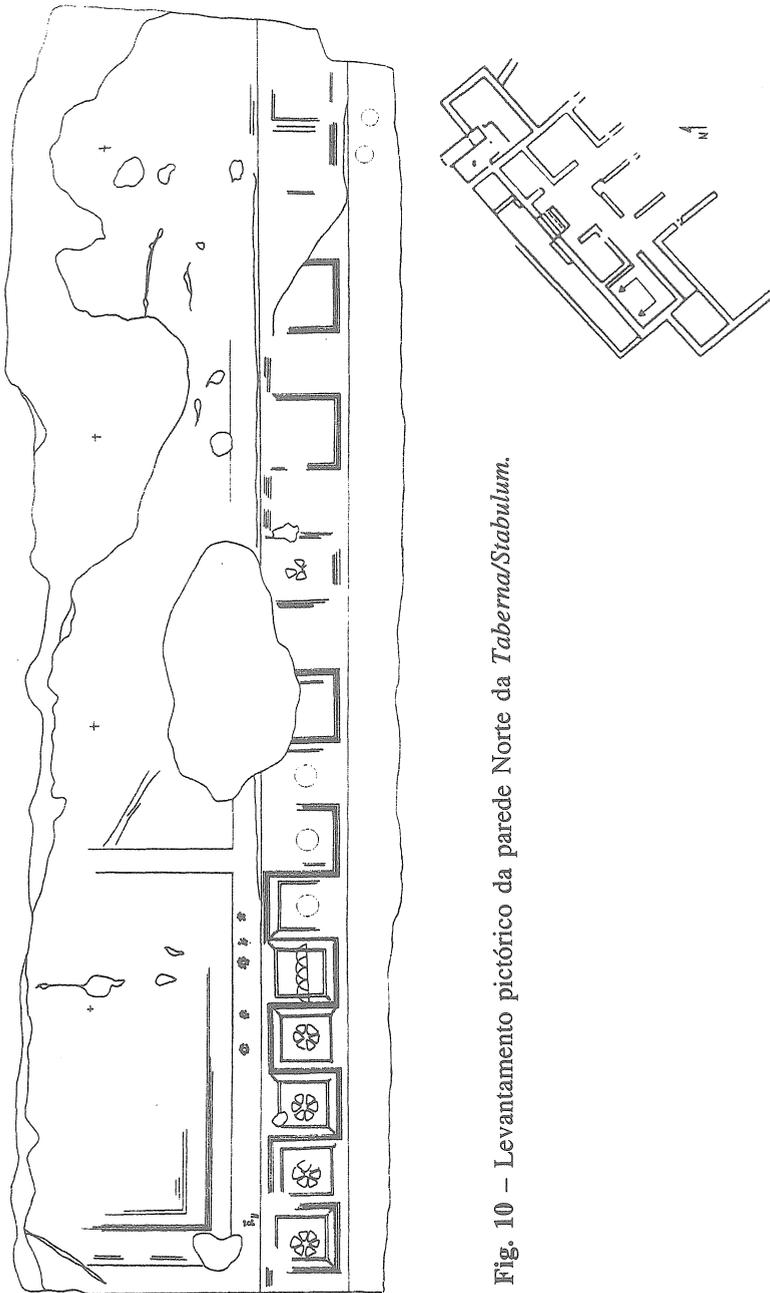


Fig. 10 – Levantamento pictórico da parede Norte da Taberna/Stabulum.

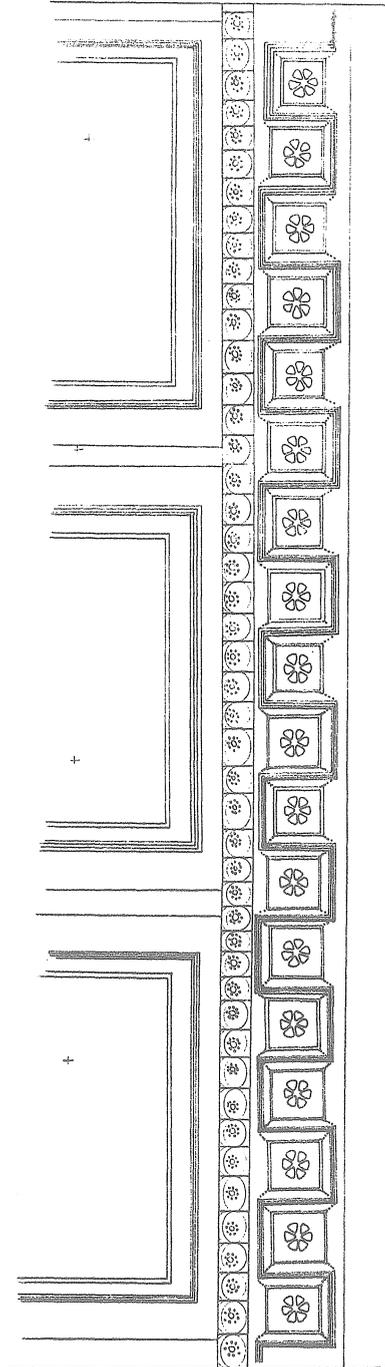


Fig. 11 – Proposta de reconstituição pictórica da parede Norte da Taberna/Stabulum.

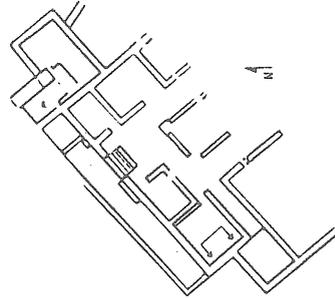
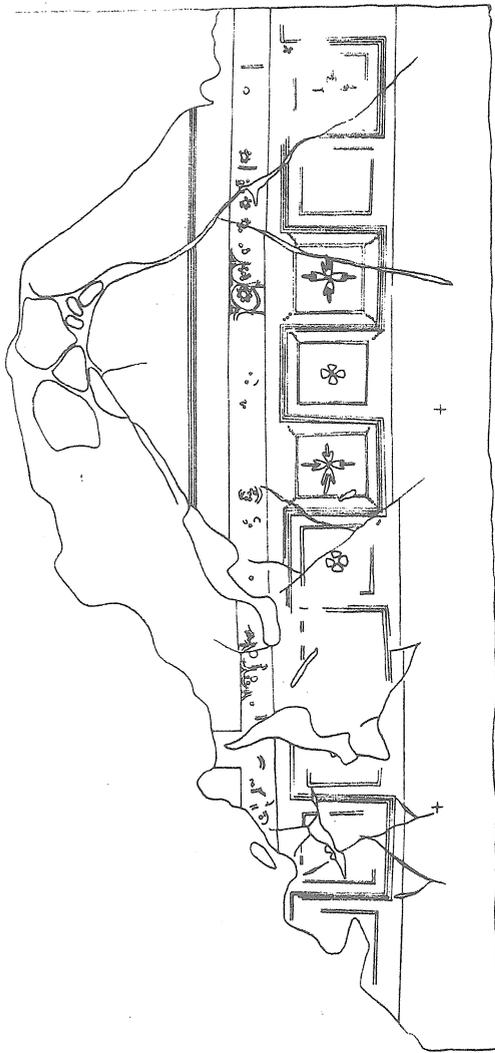


Fig. 12 -- Levantamento pictórico da parede Oeste da *Taberna/Stabulum*.

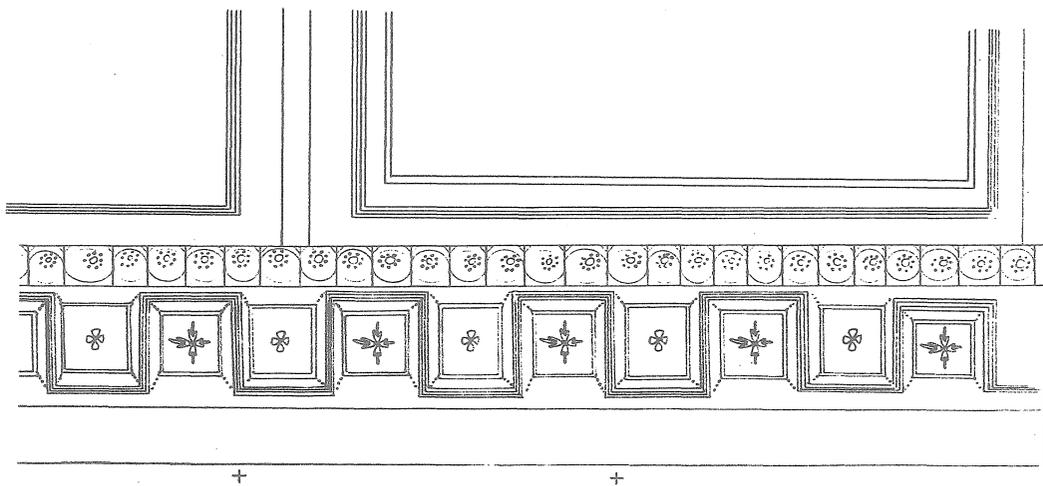


Fig. 13 – Proposta de reconstituição pictórica da parede Oeste da *Taberna/Stabulum*.



Fig. 14 – Proposta de reconstituição pictórica de conjunto da *Taberna/Stabulum*.

BAIXO-RELEVO EM MÁRMORE COM REPRESENTAÇÃO DE UM GRIFO

por

M. Justino Maciel*, J. M. Peixoto Cabral**
& Dina Nunes**

INTRODUÇÃO

Uma placa rectangular de mármore branco com venado róseo, representando um grifo, encontrava-se à venda no Mercado Semanal de Estremoz, entre outras velharias, pelo Senhor Francisco António Gomes Surro, de Santa Maria, Estremoz, na manhã do dia 19 de Fevereiro de 2000. Parecendo de grande antiguidade, foi comprada pelo primeiro subscritor deste texto para estudo e divulgação à comunidade científica.



Fig. 1 – Placa de mármore com representação de um grifo
(Santo Estêvão, Estremoz).

* Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

** Instituto Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10, 2685 Sacavém.

As suas dimensões são 45x31x2,2 cm³, sobressaindo a escultura em relevo até 1,8 cm, o que faz com que ela apresente a espessura máxima de 4 cm. Foi descoberta partida e sem o canto inferior direito. Encontrava-se à venda já “restaurada”, tendo as colagens sido reforçadas com grampos metálicos de que apenas ficou visível a marca de um deles na superfície lateral do canto que lhe foi acrescentado, também em mármore branco, mas de textura ligeiramente diferente. Sofreu, neste contexto, alisamentos na colagem das linhas de fractura e na superfície posterior, onde é visível o *gradinato* original para aderência de argamassa em disposição parietal. Os lados verticais apresentam-se esbocelados com as arestas escalavradas há muito tempo. Na parte frontal, o baixo-relevo apresenta, também de origem antiga, concreções, oxidações, sedimentos ou mesmo restos de pigmentos de cor cinzento rosado (Cailleux¹ M53, Munsell² 7,5 YR 7/2) que não conseguimos identificar à vista desarmada.

Segundo o vendedor, esta placa foi comprada a um homem que a encontrou numas paredes velhas na zona da Silveirona, freguesia de Santo Estêvão, coâncelho de Estremoz, já há alguns anos. Não foi possível colher mais informações quanto ao local exacto e condições do achamento.

PROVENIÊNCIA DO MÁRMORE

Reconhecendo-se que seria importante saber a origem do mármore em que foi feita a placa, procurou-se determinar a sua proveniência efectuando a análise isotópica de dois dos seus elementos constituintes – carbono e oxigénio – a partir de uma pequena amostra recolhida numa zona não fragmentada da placa, com o cuidado de previamente limpar a superfície dessa zona. Tal amostra levou a designação BRG.

Na análise, recorreu-se à espectrometria de massa utilizando o processo usado num estudo anterior³. O resultado obtido foi o seguinte: $\delta^{13}\text{C} = 1,38 \text{ ‰}$; $\delta^{18}\text{O} = -5,63 \text{ ‰}$.

Como se pode ver na fig. 2, onde estão representados os campos característicos das composições isotópicas dos mármore do Anticlinal de Estremoz⁴ e de diversos mármore brancos de várias pedreiras situadas na Itália, Grécia e Turquia, exploradas durante a Antiguidade Clássica⁵, o ponto representativo da composição do mármore da amostra BRG aparece dentro do campo que caracteriza aqueles mármore do Alto Alentejo e muito próximo, mas já fora, da fronteira do campo relativo aos mármore de Dokimeion.

¹ A. Cailleux, *Notice sur le code des couleurs des sols*, Boubée, s/l/sd.

² Munsell, *Soil colour charts*, Baltimore, 1973.

³ J.M.P. Cabral, M.C.R. Vieira, P.M. Carreira, M.O. Figueiredo, T.P. Pena e A. Tavares, 1992. Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles from Alto Alentejo (Portugal). In M. Waelkens, N. Herz and L. Moens (eds.), *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance*. Acta Archaeologica Lovaniensia, Monographiae 4, Leuven University Press, 191-198.

⁴ J.M.P. Cabral, M.J. Maciel, L. Lopes, J.M.C. Lopes, A.P.V. Marques, C.O. Mustra, e P.M. Carreira, “Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz Anticline: its application in identifying the sources of Roman works of art”, *Journal of Iberian Archaeology*, (Porto) 3 (2001) 121-128.

⁵ L. Moens, P. De Paepe e M. Waelkens, 1992. Multidisciplinary research and cooperation: keys to a successful provenance determination of white marbles. In M. Waelkens, N. Herz and L. Moens (eds.), *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance*. Acta Archaeologica Lovaniensia, Monographiae 4, Leuven University Press, 247-252.

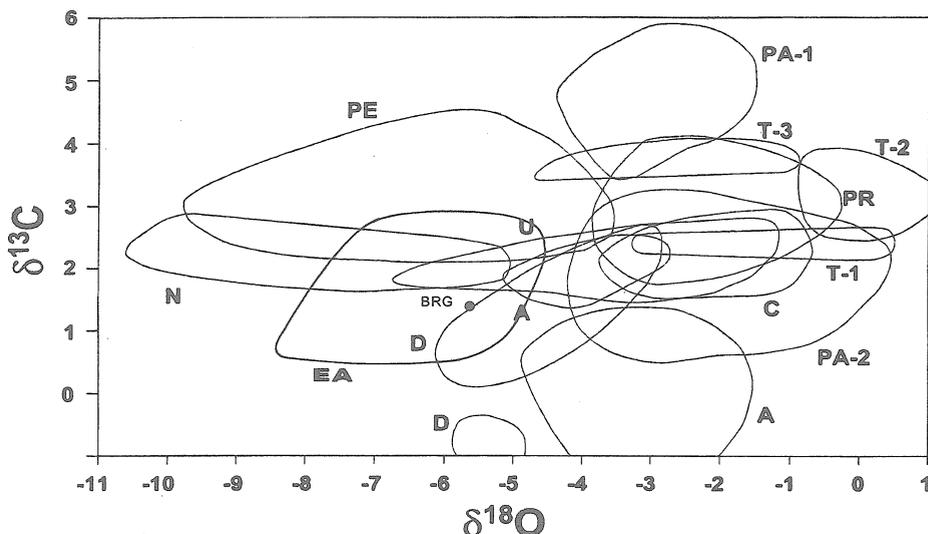


Fig. 2 – Campos característicos das composições isotópicas dos mármore do Anticlinal de Estremoz, EA, e de diversos mármore brancos das pedreiras mais importantes exploradas na Antiguidade Clássica: A - Afrodísias; C - Carrara; D - Dokimeion; N - Naxos; PA-1 - Paros Stefani; PA-2 - Paros Chorodoki; PE - Monte Pentélico; PR - Proconeso (Mármara); T-1, T-2, T-3 - Tasos; U - Usak.

Afigura-se razoável concluir, portanto, que o mármore da placa proveio com toda a probabilidade do Alto Alentejo.

É de grande importância o valor iconográfico desta obra de arte, sublinhado pela carga simbólica que transporta. Poderá ser oriunda de uma das *Villae* do aro de Estremoz, designadamente na zona da Silveirona⁶, tendo em conta a informação da pessoa que a tinha à venda e os resultados agora obtidos da análise isotópica. Estes resultados levantam também a questão de ela ser produto de uma oficina local.

CARACTERÍSTICAS ESCULTÓRICAS DO BAIXO-RELEVO

Ocupando toda a superfície da placa, a qual não exhibe qualquer registo de orla, cercadura ou simples listel que seja, destaca-se um baixo-relevo representando de perfil e direccionado para a direita um grifo em posição de ataque: pata dianteira esquerda levantada e apontada em acto de distensão das garras leoninas, com cinco falanges⁷ em relevo

⁶ Escavações inéditas de Manuel Heleno, segundo J. L. Saavedra Machado, *Subsídios para a História do Museu Etnológico do D.or Leite de Vasconcelos*, Sep. de *O Arqueólogo Português*, Nova Série, Vol. V, Lisboa, 1965, pp. 19, 22, 24, 257 e 284 (Herdade da Silveirona) e p.62 ("Villa" da Coelha) e segundo F. Almeida, *Arte Visigótica em Portugal*, in *O Arqueólogo Português* (Lisboa) IV Nova Série (1962) 209-210, referindo inscrições, necrópoles e materiais arquitectónicos romanos e da Antiguidade Tardia da Silveirona.

⁷ A falange representada mais em cima apresenta-se com esborcinado recente.

boleado, duas das quais mostram na base incisões indicativas das placas ungueais dorsais. A mão deixa ver parte do seu lado interior com o dactilo central apontado. A pata dianteira direita, com os tendões retesados, apresenta-se apoiada sobre a linha do corte inferior da placa e ligeiramente flectida, fazendo assim baixar o tórax em relação aos quartos traseiros⁸, que patenteiam uma forma equina bem arredondada. São registados os tendões do abdómen e das coxas, assim como pronunciadas angulosidades e estilizada musculação nos artelhos. Pata traseira esquerda avançada em segundo plano com coxa acompanhando a curva do abdómen e pata traseira direita recuada e com relevo mais pronunciado. Numa e noutra os pés surgem bem destacados sobre a linha de corte inferior da placa, portanto na mesma linha de apoio horizontal da pata dianteira direita, com quatro falanges também em relevo boleado e em duplo registo horizontal.

A cauda patenteia-se de forma semicilíndrica e caindo em S na direcção do canto inferior esquerdo da placa, sendo a sua curvatura interrompida por um corte oblíquo, dadas as exigências de distribuição das linhas de relevo sobre a superfície rectangular. Tórax plasticamente bem relevado entre a asa, o abdómen e a omoplata, sendo esta última também destacada. Dada a orientação de perfil, é representada apenas a asa direita, totalmente aberta para trás sobre o dorso e numa extensão que ultrapassa os quartos traseiros. É delimitada em cima por uma linha ovalada e patenteia o seu lado interior com uma dupla e sobreposta camada de penas que reveste uma série de compridas plumas, sobrepostas, paralelas e bem repartidas. A primeira camada é composta por sete penas, de idêntico comprimento e relativa uniformidade, a segunda por oito, maiores que as primeiras, de comprimento, forma e direccionamento irregulares. Por sua vez, as plumas, cuja origem é marcada a partir de um estrangulamento na curvatura vertical da asa, apresentam-se como um terceiro registo de traçado distintamente rectilíneo, com perfeita indicação dos contornos, hastes e barbas das rémiges. As barbas são sugeridas por ténues mas claras incisões. É bem modelado o músculo distensor da asa.

O pescoço mostra-se recuado e encurvado com demarcação da linha do esterno, com modelado maciço, inchado e com apófise plumicola. A cabeça, aquilina, apresenta ao alto, devido ao direccionamento em perfil, apenas a orelha direita, alongada e caída para diante, com incisão superior recurva, olho de desenho oval e ligeira protuberância supraciliar, bico de águia com indicação de narina cortada em bisel, *rostrum* proeminente e mandíbula inferior ligeiramente fechada. Dois tufo de penas são estilizadamente sugeridos em relevo esbatido, nascendo de uma linha traçada horizontalmente a partir do canto do olho e em direcção à parte posterior da cabeça. Um desses tufo, mais pequeno, parece iniciar um movimento em espiral até ao alto da cabeça, sob a base da orelha. O outro, maior, desce também iniciando movimento em espiral ao longo do pescoço, dando origem à apófise⁹ ou protuberância plumicola que referimos atrás. No seu conjunto, esta figuração do grifo sublinha uma pose hierática, rígida e ameaçadora.

Procurámos imagens que nos permitissem situar no espaço e no tempo esta tipologia de representação do grifo, animal fantástico e fabuloso que na Antiguidade, entre muitas

⁸ A fragmentação do canto inferior direito da placa originou que apenas reste a representação de três falanges da mão direita.

⁹ Segundo F. Chiesa, *Demoni alati e grifi araldici, Lastre architettoniche fittili di Capua Antica*, Roma, 1998, p. 49, esta protuberância do pescoço, que em exemplares representados em placas cerâmicas de Cápuia se apresenta gutiforme, corresponderia a um indício da asa direita puxada para diante no movimento do grifo que depois acabou por ser mantida isoladamente.

variantes do mito, guardava o País dos Hiperbóreos ou as minas de ouro na Índia¹⁰ ou na Cítia¹¹ contra os Arimaspos, como refere Plínio-o-Velho: *Os arimaspos, a que já nos referimos (VI, 19, 50 e VI, 20, 55), conhecidos por terem um olho no meio da fronte, estão continuamente em guerra junto das minas com os grifos, uma espécie alada de feras, como é voz corrente, extraindo com uma enorme cobiça ouro de galerias subterrâneas, as feras guardando e os Arimaspos roubando, como muitos o dizem nos seus escritos, nomeadamente os conhecidos Heródoto e Aristeias do Proconeso*¹², mito em que se acreditava ainda em avançada Antiguidade Tardia, a darmos crédito nas próprias palavras de Santo Isidoro de Sevilha, nos inícios do séc. VII d. C.: *Chama-se grifo o ser vivo que é alado e quadrúpede. Este género de feras encontra-se nos Montes Hiperbóreos. São leões em toda a parte do corpo; nas asas e cabeça são semelhantes às águias; para os cavalos são fortemente hostis. E até fazem em pedaços os homens que vêem*¹³. O grifo aparece-nos desde a Alta Antiguidade nas primeiras civilizações mediterrânicas numa seriação de imagens cuja recolha proporcionaria um corpus eloquente¹⁴. Surge ligado sobretudo ao deus Apolo, mas também a Dionisos, a Eros ou Artemisa, sendo a sua representação associada também aos contextos órficos¹⁵, mitraicos¹⁶ e mistéricos em geral¹⁷ e mesmo como símbolo da deusa Némesis¹⁸. Como animal psicopompo que é, a sua representação ocupa um lugar privilegiado nos contextos lúdicos, apoteóticos, consacratórios e funerários, com as leituras ideológicas e mesmo escatológicas daí decorrentes¹⁹. Vêmo-lo na couraça da estátua de Augusto de Primaporta²⁰, no Forum de Trajano²¹, na representação da Grande Caçada nos mosaicos da Villa de Piazza Armerina²², na Sicília, já nos inícios do séc. IV e até ao neoclassicismo

¹⁰ Isidoro de Sevilha, *Etymologiae*, XIV, 3, 7.

¹¹ Idem, XIV, 3, 32.

¹² *Naturalis Historia*, VII, 2, 10: *Arimaspi, quos diximus, uno oculo in fronte media insignes, quibus adsidue bellum esse circa metalla cum grypis, ferarum uolucris genere, quale uulgo traditur, eruente ex cuniculis aurum, mira cupiditate et feris custodientibus et Arimaspiis rapientibus, multi sed maxime illustres Herodotus et Aristeias Proconnesius scribunt*. Trad. nossa.

¹³ *Ethymologiae*, XII, 2, 17: *Grypes uocatur, quod sit animal pinnatum et quadrupes. Hoc genus ferarum in Hyperboreis nascitur montibus. Omni parte corporis leones sunt; alis et facie aquilis similes; equis vehementer infesti. Nam et homines uisos discernunt*. Trad. nossa.

¹⁴ Ch. Delplace, *Le griffon de l'archaïsme à l'époque impériale. Étude iconographique et essai d'interprétation symbolique*, Bruxelles-Rome, 1980.

¹⁵ O grifo surge num grupo escultórico de animais envolvendo Orfeu, Museu de Sabratha (J.M.C. Toynbee, *Animals in Roman Life and Art*, New York, 1973, p. 291, fig. 137). O *paradeisos* órfico surge também representado no Mausoléu de *Quintus Apuleius Maximus Ridens*, também na Tunísia, igualmente com representação de grifo (Idem, p. 289). Igualmente surge, também junto de Orfeu/Cristo, novo Apolo, num sarcófago cristão da cripta da Igreja de San Gavino, em Porto Torres, Sardenha (Idem, p. 290).

¹⁶ Há quem afirme que *gryphus* era o nome também atribuído, juntamente com o de *nymphus*, aos iniciados no segundo grau do mitraísmo (G. Manganaro, Grifo, in *Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale*, II, Roma, 1958-1973, p. 1062). Todavia, o termo não tem a ver com grifo. Incrições mitraicas apresentam o termo *cryphius*, com o significado de iniciandos, como os catecúmenos cristãos, como bem o provou W. Wollgraft, *Les cryfii des inscriptions mithraïques*, in *Homages to Waldemar Deonna, Latomus, Revue d'Études Latines* (Bruxelles) XXVIII (1957) 517-530.

¹⁷ Ch. Delplace, *op. cit.*, pp. 373-376.

¹⁸ G. Manganaro, *op. cit.*, pp. 1061-1062.

¹⁹ Ch. Delplace, *op. cit.*, p. 382.

²⁰ A. Garcia y Bellido, *Arte Romano*, Madrid, 1979, pp. 195.

²¹ Idem, p. 363 e F. Chiesa, *op. cit.*, p. 57.

²² J. M.C. Toynbee, *op. cit.*, pp. 29 e 40-41, fig. 1.

da época de Teodósio²³. A continuidade no tempo da representação do grifo – em Portugal vêmo-lo ainda nos baixos-relevos moçárabes de Lisboa²⁴ – mostra que também o Cristianismo aceitou a sua função simbólica, purificadora e palingenética. Seja porque ligado a Apolo, e Cristo é o novo Sol e o novo Orfeu, seja porque, sendo um animal híbrido, terreno e celeste ao mesmo tempo, é imagem de Cristo nas suas duas naturezas²⁵.

CONSIDERAÇÕES ICONOGRÁFICAS

Este baixo-relevo mostra-nos o grifo isolado de qualquer contraponto iconográfico que permita direccionar outros tipos de leitura. Este animal teriomorfo surge-nos aqui, porém, com as suas características genuínas e numa pose que se revela de acordo com a sua natureza de guardador do Paraíso e de executor do destino do Homem. De acordo com os paralelos conhecidos, ele tem um lugar privilegiado nos contextos da arte religiosa e apoteótica romana, da decoração dos pórticos interiores das casas e da decoração dos mausoléus. O achamento desta placa numa zona em que estão referenciadas *Villae* e outros testemunhos da época romana²⁶, assim como a sua perfeição, talhe, execução técnica, plasticidade e equilíbrio clássicos, que o grau de alteração do mármore sublinha, levam a considerar a sua classificação como obra de arte romana contextualizada dentro daquelas duas últimas hipóteses. No caso dos ambientes domésticos, conhecem-se placas cerâmicas, designadamente da zona de Cápua, na Itália, decoradas com grifos em posição heráldica, afrontados, isolados ou associados a outros elementos decorativos no contexto de *domus* e de grandes *villae*, pondo-se a hipótese de decorarem bordos de *compluua* ou paredes dos *peristylia* ou mesmo *balnea* privados dessas mansões, muitas vezes em locais onde o *opus caementicium* dinamizava os espaços construídos²⁷.

Nos mausoléus o grifo também surge associado à dialéctica morte-vida, como sucedia já em pinturas e sarcófagos etruscos, e muito possivelmente à decoração de frisos

²³ A. Garcia y Bellido, *op. cit.*, pp. 777 e ss, fig. 1315. Na zona de Évora conhecemos também, da época de Trajano, a estátua couraçada de Manizola, com decoração de dois grifos afrontados a um vaso (V. de Souza, Vier singuläre römische Skulpturen aus Portugal, in *Conimbriga* (Coimbra) 24 (1985) 97-104, Taf. 4).

²⁴ F. Almeida, Pedras visigóticas de Lisboa, in *Revista de Guimarães* (Guimarães) 68 (1-2) Jan-Jun. (1958) 124. F. Almeida, Arte Visigótica em Portugal, in *O Arqueólogo Português* (Lisboa) Nova Série IV (1962) 230, fig. 291.

²⁵ X. R. Mariño Ferro, *El simbolismo animal, Creencias y significados en la cultura occidental*, Madrid, 1996, p. 285.

²⁶ Vid. nota nº. 2. E também L. Chaves, Mosaicos lusitano-romanos em Portugal, in *Revista de Arqueologia* (Lisboa) 3 (1936) 85.

J. Alarcão, Vidros romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), in *Conimbriga* (Coimbra) 17 (1978) 103-108.

J. d'Encarnação, Epigrafia romana do Nordeste Alentejano. Nisa, Torre de Palma e Silveirona. In *Conimbriga* (Coimbra) 16 (1977) 78.

J. d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, pp. 531-550 e 731.

M. Justino Maciel, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, 1996, pp. 44, 178 e 187.

²⁷ F. Chiesa, *op. cit.*, pp. 70-73. De notar que as duas placas cerâmicas encontradas completas em Cápua apresentam uma as dimensões 47,5X23X3,2 cm e a outra 48X22X3,7 cm (F. Chiesa, *op. cit.*, pp. 47 e 50, nota 93, figs. 6-7, 17 e 24). Recorde-se que as dimensões do Baixo-relevo de Estremoz são 45X31X2,2 cm.

dóricos esculpidos designadamente em mármore nos monumentos funerários, mesmo nas zonas provinciais e municipais²⁸. Em qualquer dos casos, tal pressupõe um alto grau de riqueza por parte dos encomendadores. Também a zona de Évora foi habitada por famílias romanas de grande poder económico, inclusive da classe senatorial²⁹, com capacidade e possível motivação ideológica para decorar faustosamente as suas *Villae*, seja no âmbito doméstico ou termal, seja nos ambientes funerários, recorrendo às disponibilidades de pedra mármore das pedreiras do seu *ager*. Vitruvius já referia um tipo de *minora sigilla*³⁰, pequenas placas esculpidas com temas figurados para decoração de ambientes funerários em pedra *nenfro* trabalhada nas *officinae* das *lapicidinae Anicianae*, perto de Ferento, Itália, que pertenceriam a uma influente *gens* de Prenesto. Refere ainda, além desses baixos-relevos, estátuas, flores e folhas de acanto esculpidas na mesma pedra, e consequentemente nas mesmas *officinae*, para decorar os *monumenta* funerários do *municipium* de Ferento³¹. Este tipo de interacção entre *lapicidinae* – *officinae* – proprietários – encomendadores – monumentos funerários ou outros – estátuas – baixos-relevos – decoração arquitectónica (flores e folhas de acanto) que se verificava na zona de Ferento na época de Vitruvius³² pode dar luz sobre o que se passava na zona das pedreiras do anticlinal de Estremoz também na época romana, até porque as recentes descobertas vão progressivamente documentando aqui todos estes vectores.

A iconografia deste monstro fabuloso, surgindo aqui isolada num baixo-relevo mármoreo, não permite uma ligação interactiva clara com os suportes arquitectónicos, assim como com eventuais motivações ideológicas dos possíveis proprietários ou encomendadores. Para além da dupla representação do grifo na estátua couraçada de Manizola, que citámos na nota 23, a única estátua deste tipo em que surgem estes animais fabulosos afrontados a um vaso, uma inscrição refere também em Évora a existência de uma associação, sodalício ou confraria de *amici Nemesiaci*, com a finalidade de cooperarem solidariamente na realização dos funerais³³. O grifo, como dissemos, surge progressivamente associado a Nétese, a deusa do Destino, a quem os gladiadores prestavam um especial culto³⁴. Surge-nos, assim, quase como uma imagem-signo de certos comportamentos em evolução contínua até à Antiguidade Tardia, tendo em conta o seu significado como animal psicopompo e executor do Destino do Homem, na sua relação com a *inevitável necessidade do castigo*³⁵ que é para o homem romano a morte.

²⁸ Idem, pp. 66-67.

²⁹ M. Justino Maciel, Évora na Antiguidade Tardia, in *Évora, História e Imaginário*, Évora, 1997, pp. 29-30. M. Justino Maciel, Arte romana e pedreiras romanas na Lusitânia, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (Lisboa) 11 (1998) 240-242.

³⁰ *De Architectura*, II, VII, 3-4.

³¹ *Ibidem*: *Id autem maxime iudicare licet et monumentis quae sunt circa municipium Ferenti ex his facta lapicidinis. Namque habent et statuas amplas factas egregie et minora sigilla floresque et acanthos eleganter scalptos. É possível verificar isto designadamente nos monumenta que vemos na zona do município de Ferento, feitos com estas pedras. Eles exibem grandes estátuas notavelmente elaboradas, assim como baixos-relevos, flores e folhas de acanto elegantemente esculpidas.* (Trad. nossa).

³² Ver a este respeito os comentários e bibliografia indicada por L. Callebaut e P. Gros, *Vitruve, De l'Architecture, Livre II*, Paris, Les Belles Lettres, 1999, pp. 104-107.

³³ J. d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 808.

³⁴ R. Turcan, *Rome et ses dieux*, Paris, 1988, p.219 e fig. 18.

³⁵ Ps. Apuleio, *De mundo*, 38: *ineffugibilis necessitas ultionis*.

A placa que agora damos a conhecer apresenta indícios, como referimos, de ter sido preparada para aplicação em revestimento de parede, possivelmente sobre estruturas em que dominava a técnica do *opus caementicium*. A riqueza e disponibilidade dos mármore locais do anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa permite equacionar ou, pelo menos, vislumbrar tipos de relações com a exploração, transporte e oficinas, actuação de artistas itinerantes ou fixados nas zonas envolventes, urbanas ou rurais, das *lapicidinae*. Vão-se localizando provas arqueológicas de extracção de blocos de mármore e de talhe prévio de sarcófagos na zona de Vila Viçosa³⁶, de pedreiras e trabalhos de escultura *in situ*³⁷, e ultimamente também em Estremoz³⁸, demonstrando que a exploração de mármore ocorreu no período romano em toda a extensão do anticlinal. A descoberta desta placa em Estremoz e, mais recentemente ainda, de um prótomo igualmente de grifo em que se poderão identificar certas características aproximativas na iconografia deste animal, juntamente com outras esculturas de grande nível plástico, na *Villa* da Quinta das Longas, Elvas³⁹, faz levantar seriamente a questão da existência de uma ou mais oficinas de escultura em mármore local na envolveria das *lapicidinae* de Estremoz/Vila Viçosa, com ou sem dependência, directa ou indirecta, dos centros artísticos de *Emmerita Augusta*⁴⁰, *Ebora Liberalitas Iulia* ou mesmo *Pax Iulia*.

LEITURA CRONOLÓGICA

A leitura cronológica terá de ser ponderada, dada a ausência de referências arqueológicas objectivas. Iconograficamente, pensamos que, numa primeira abordagem, se poderá integrar entre os períodos augustano e severiano, com uma primeira calibragem, de cariz sobretudo metodológico, nas épocas adriânica e antoniniana, tendo em conta, designadamente, para além de um certo expressionismo neoático, a comparação da forma da asa deste grifo com o evoluir da representação das asas de grifos, leogrifos, esfinges, águias, Pégaso e Vitória aladas, designadamente nos monumentos comemorativos. Verificamos diacronicamente um progressivo desenvolvimento na envergadura e perda do seu traçado curvilíneo. Esta leitura coincide também, *in genere*, com a datação proposta para as placas cerâmicas de Cápua a que vimos fazendo referência⁴¹. Com efeito, parece de considerar uma certa interacção deste baixo-relevo com a linguagem e técnica coroplásticas. Todavia, também se deverá ter em conta um certo incremento da iconografia e adensamento da simbólica do grifo na Antiguidade Tardia em paralelo com o grande desenvolvimento da

³⁶ J. M. Bairrão Oleiro, Das Arcas da Memória, in *Portugalia* (Porto) XVII-XVIII Nova Série (1996-1997) 167-170.

³⁷ Alarcão e A. Tavares, A roman marble quarry in Portugal, in R. I. Curtis (ed.), *Studia pompeiana & Classica in Honor of Wilhelmina F. Jashemsky*, II, Classica, New Rochelle, 1989, pp. 1-12.

³⁸ M. Justino Maciel, Arte romana e pedreiras..., *op. cit.*, pp. 234-245.

³⁹ H. Botequilha, Achado. Estátuas procuram memória, Raras esculturas romanas descobertas em Elvas fascinam arqueólogos, in *Visão* (Lisboa) 14 de Setembro de 2000, p. 132, com fotografia.

⁴⁰ T. Nogales Basarrate, La escultura del territorio emeritense, Reflejos de la economía y producción en Lusitania romana, in J.-G. Gorges, *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Coll. Casa de Velásquez (65), Madrid, 1999, p. 491.

⁴¹ F. Chiesa, *op. cit.*, p. 52, propõe para algumas dessas placas uma datação alargada entre o séc. II a. C e a época severiana.

arquitectura rural no Alentejo nos sécs. III-IV e inerente carga decorativa em que não se poderão esquecer os momentos de retorno a um certo classicismo nas épocas tetrárquica, constantiniana, valentiniânica e teodosiana, mesmo na Lusitânia ocidental, como parece verificar-se por dados novos cuja divulgação preparamos. Seja como for, assistimos na arte romana, progressivamente, sobretudo desde Augusto, à libertação das linhas clássicas gregas da representação da ave de Apolo. O grifo de Estremoz parece já ter alcançado, apesar do seu aspecto neoático, uma grande distanciação em relação aos modelos gregos e augustanos, numa volumetria mais construída, num movimento mais desenvolvido, numa pose mais cenográfica. Datará, conseqüentemente, de uma época mais tardia.

AGRADECIMENTO

Este trabalho foi subsidiado pela FCT (Projecto PRAXIS/2/2.1/CSH/819/95).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1978), Vidros romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), in *Conimbriga* (Coimbra) 17, 103-108.
- ALARCÃO, J. & TAVARES, A. (1989), A roman marble quarry in Portugal, in R. I. Curtis (ed.), *Studia pompeiana & Classica in Honor of Wilhelmina F. Jashemsky*, II, Classica, New Rochelle, pp. 1-12.
- ALMEIDA, F. (1958), Pedras visigodas de Lisboa, in *Revista de Guimarães* (Guimarães) 68 (1-2) Jan-Jun. 117-137.
- ALMEIDA, F. (1962), Arte Visigótica em Portugal, in *O Arqueólogo Português* (Lisboa) Nova Série IV, 5-278.
- CABRAL, J.M.P.; VIEIRA, M.C.R.; CARREIRA, P.M.; FIGUEIREDO, M.O.; PENA, T.P. & TAVARES, A. (1992), Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles from Alto Alentejo (Portugal), in M. Waelkens, N. Herz and L. Moens (eds.), *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance*. Acta Archaeologica Lovaniensia, Monographiae 4, Leuven University Press, 191-198.
- CABRAL, J.M.P.; MACIEL, M.J.; LOPES, L.; LOPES, J.M.C.; MARQUES, A.P.V.; MUESTRA, C.O. & CARREIRA, P.M., "Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz Anticline: its application in identifying the sources of Roman works of art", in *Journal of Iberian Archaeology* (Porto) 3 (2001) 121-128.
- CALLEBAT, L. & GROS, P. (1999), *Vitruve, De l'Architecture, Livre II*, Paris, Les Belles Lettres.
- CHAVES, L. (1936-38), Antiquitates. Mosaicos lusitano-romanos em Portugal, in *Revista de Arqueologia* (Lisboa) 3, 83-87.
- CHIESA, F. (1998), *Demoni alati e grifi araldici, Lastre architettoniche fittili di Capua Antica*, Roma.
- DELPLACE, CH. (1980), *Le griffon de l'archaïsme à l'époque impériale. Étude iconographique et essai d'interprétation symbolique*, Bruxelles-Rome.
- D'ENCARNAÇÃO, J. (1977), Epigrafia romana do Nordeste Alentejano. Nisa, Torre de Palma e Silveirona, in *Conimbriga* (Coimbra) 16, 59-82.
- D'ENCARNAÇÃO, J. (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.
- GARCIA, A. & BELLIDO (1979), *Arte Romano*, Madrid.

- MACHADO, J. L. SAAVEDRA (1965), *Subsídios para a História do Museu Etnológico do D.or Leite de Vasconcelos*, Sep. de *O Arqueólogo Português*, Nova Série, Vol. V, Lisboa.
- MACIEL, M. JUSTINO (1997), Évora na Antiguidade Tardia, in *Évora, História e Imaginário*, Évora, pp. 27-42.
- MACIEL, M. JUSTINO (1998), Arte romana e pedreiras romanas na Lusitânia, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (Lisboa) 11, 233-245.
- FERRO, X. R. MARIÑO (1996), *El simbolismo animal, Creencias y significados en la cultura occidental*, Madrid.
- MOENS, L.; PAEPE, P. DE & WAEKENS, M. (1992), Multidisciplinary research and cooperation: keys to a successful provenance determination of white marbles. In M. Waelkens, N. Herz and L. Moens (eds.), *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance*. Acta Archaeologica Lovaniensia, Monographiae 4, Leuven University Press, 247-252.
- T. NOGALES BASARRATE (1999), La escultura del territorio emeritense, Reflejos de la economía y producción en Lusitania romana, in J.-G. Gorges et F. G. Rodríguez Martín, *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Coll. Casa de Velásquez (65), Madrid, p. 483-497.
- OLEIRO, J. M. BAIRRÃO (1996-1997), Das Arcas da Memória, in *Portugalia* (Porto) XVII-XVIII Nova Série, 167-170.
- TOYNBEE, J.M.C. (1973), *Animals in Roman Life and Art*, New York.
- TURCAN, R. (1988), *Rome et ses dieux*, Paris.
- WOLLGRAFF, W. (1957), Les *cryfii* des inscriptions mithraïques, in *Hommages à Waldemar Deonna*, *Latomus, Revue d'Études Latines* (Bruxelles) XXVIII, 517-530.

NOTA PRÉVIA: DESCRIÇÃO COMPARATIVA DE TRÊS SÍTIOS DE ARTE RUPESTRE NA REGIÃO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS – BAHIA – BRASIL

por

Claudia Cunha*

Abstract: The present text is a preliminary description of three unpublished rock art sites in Oliveira dos Brejinhos, Chapada Diamantina, Bahia, and a brief comparison of the art found in them in relation to significant and well studied styles present in other areas of the same state and neighboring states. Since we could notice examples of identical graphic production from far distant regions, it is valid to observe that the sites presented here may be extremely important in settling limits (both spatial and chronological) for the spreading of the populations who produced them in the state. Some differences noticed in the São Francisco tradition may be supportive of a new style (or sub-division) of this tradition in Bahia.

Oliveira dos Brejinhos é um município localizado a 579 quilômetros oeste de Salvador, Bahia, na Serra Geral da Chapada Diamantina, região marcada como o nome diz por um relevo de grandes maciços de serras, cortados por vales profundos e em alguns casos abruptos. Nas curtas planícies ao sopé das serras não é raro o acontecimento de afloramentos rochosos. A vegetação, em quase sua totalidade é secundária, variando em alguns lugares de caatinga¹ para capoeira,² com trechos que também apresentam características de cerrado³, denotando uma área de transição. O clima é predominantemente semi-árido, com

* Estudante Graduada. Pesquisadora colaboradora, Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia; pesquisadora colaboradora, Núcleo de Desenho e Artes, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana.

¹ Palavra de origem indígena que significa 'floresta branca'. A explicação para este termo vem do fato de, durante os longos meses de seca na região (maio a setembro), sua vegetação arbustiva perder quase que completamente a folhagem, deixando a paisagem acinzentada. (RADAMBRASIL, 1981: 413).

² "Vegetação secundária, caracterizada por menor densidade e variedade de espécies nativas e, às vezes pela presença de espécies estranhas à vegetação original. As áreas de capoeira tanto podem ocorrer em regiões antes dominadas pela caatinga quanto pelo cerrado." Prof^a Dr^a Raquel Vale, Geografa, Titular da Cadeira de Geomorfologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, comunicado pessoal, 21/09/2000.

³ Formação herbácea graminosa contínua, onde aparecem isoladas ou em pequenos ajuntamentos plantas lenhosas de pequeno porte, também conhecida na Bahia e Minas Gerais por "gerais".

temperaturas médias anuais em torno de 23, 2° C⁴.

Um aspecto relevante no que se refere à região é que, devido ao seu pouco aproveitamento para agricultura e a ausência de grandes centros urbanos, os sítios arqueológicos encontram-se em um estado de conservação bem melhor que os do litoral, relativamente mais populoso. O regime de chuvas pouco intensas também é um fator a mais a ser considerado na preservação dos registros arqueológicos em geral e particularmente do acervo de arte rupestre local. A Chapada Diamantina é por todos estes motivos, detentora de uma coleção de centenas de sítios rupestres.⁵

Como parte dos esforços para uma melhor compreensão deste importante patrimônio pré-colonial brasileiro, a equipe mista do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Núcleo de Desenho e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)⁶ realizou em meados do ano 2000 uma visita diagnóstica a três sítios da referida região. Estas instituições visam elaborar um projeto de pesquisa arqueológica com enfoque em arte rupestre, daí por que a necessidade desta incursão preliminar. Os sítios nos foram primeiro relatados por representantes do grupo ambientalista Jatobá, interessados na preservação do ecossistema em que estes estão inseridos, mas também na salvaguarda dos registros materiais e produção simbólica que lá se encontram. Durante esta oportunidade, realizamos o trabalho de documentação e registro fotográfico dos três sítios visitados, que são, até onde pudemos verificar, inéditos na literatura científica da área. Na oportunidade, também foram colhidas informações para o registro oficial de um dos sítios junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁷, órgão oficial encarregado da proteção do patrimônio arqueológico brasileiro.

A respeito da localização dos sítios, é válido ressaltar no que se refere à região da Chapada Diamantina, que é extremamente comum encontrarmos a arte rupestre em *canyons* ou *boqueirões* como são conhecidos na região, sendo este o caso de dois dos locais visitados durante esta viagem (Sítio da Itacanga e da Pedra do Tapuio). Tal recorrência parece-nos estar relacionada a vários fatores. A região Nordeste vem passando por um processo de aridificação nos últimos doze mil anos, com um grave episódio seco registrado entre 5.500 e 4500 BP e um progressivo aumento de temperatura a partir de 4.000 BP.⁸ São justamente os *canyons* os locais mais úmidos da região (alguns ainda possuem córregos temporários ou até mesmo perenes). A permanência nos níveis mais altos das serras ou 'chapadas' é difícil pois, apesar de haver abundância de caça até nos dias de hoje, não há água, elemento essencial para a permanência de assentamentos duradouros. Parece-nos mais lógico então que tais assentamentos tenham sido construídos próximos aos boqueirões pela proximidade da água e de outros recursos. Ainda hoje em dia, mesmo nos meses mais secos do ano, a vegetação destes lugares se mantém verde e, em muitos pode ser encon-

⁴ Centro de Estatística e Informática – Bahia (CEI) SSA:1994.

⁵ Martin, 1999:116.

⁶ Além da autora, participaram da equipe os pesquisadores: Cloves Macêdo Neto e H. Luydy A. Fernandes (arqueólogos, MAE-UFBA), Gláucia M^a. C. Trinchão (professora de desenho, UEFS), Cecília Barros (estagiária, UEFS) e Dário Tavares Santos (antropólogo e ambientalista representante do Grupo Jatobá).

⁷ Foi encaminhado ao IPHAN um relatório completo desta viagem de campo, bem como a ficha padrão a constar no cadastro geral de sítios da união.

⁸ Etchevarne, 1995: 69

trada água. Isto atrai a caça e conseqüentemente os caçadores. Há invariavelmente trilhas de caçadores nas proximidades, algumas ainda em uso. A proximidade dos rios e córregos porém, significava um risco com as enxurradas de verão (de novembro a março), quando grande quantidade de água desce violentamente a serra.

Estes fatos e a literatura da área nos levam a crer que apesar de incursões constantes aos *canyons*, estes não representavam locais de moradia permanente, mas sim as regiões imediatamente acima da zona de risco de enxurradas. Estes boqueirões são também a melhor opção para atravessar-se as serras. Todos estes fatores tornam tais locais sujeitos a um grande fluxo humano. Se uma das intenções deste tipo de representação é a exposição dos motivos, não há local mais propício.

No que se refere ao tipo de arte rupestre encontrada nos três sítios visitados, puderam ser observadas figuras que podem vir a ser classificadas como pertencentes a duas das grandes tradições rupestres brasileiras: Planalto e São Francisco, com a predominância da segunda em um dos sítios (Itacanga) e da última nos dois outros. Loredana Ribeiro⁹ com base em pesquisas na região do Alto e Médio São Francisco (Minas Gerais, Brasil) assim caracteriza a este último tipo de produção rupestre:

“A tradição São Francisco se caracteriza pela predominância de grafismos ‘geométricos’,¹⁰ frequentemente compostos em bicromia, que incluem grandes figuras chapadas, formas lineares simples e composições de linhas entrecruzadas com pequenos elementos no interior de sua trama. Acompanhando os geométricos, vêm figuras biomorfas e antropomorfas esquemáticas... e representações de armas... Os grafismos zoomorfos são muito pouco numerosos, limitando-se quase totalmente a lagartos e peixes...”

Um dos traços marcantes da tradição São Francisco é a exuberância de suas pinturas, obtida com a combinação de cores intensas e contrastantes (em bicromia ou, por vezes, tricromia) e o tamanho avantajado de parcela significativa das figuras, que não raro atinge 40 ou 50 cm e, em alguns casos, ultrapassam a casa dos 80 cm de comprimento. Os grafismos de menores dimensões, contudo, são numericamente expressivos, ainda que minoritários...”

Em termos de execução, pode-se observar que os motivos São Francisco na área da Chapada Diamantina apresentam como características frequentes o uso de instrumentos em sua confecção que lhe conferem traços finos em oposição às pinturas chapadas frequentes em Minas Gerais, cuja decoração e bordas são em muitos casos pintados à dedo. A escolha de pigmentos também aqui recai sobre aqueles espessos e de cores vibrantes. A combinação mais comum de cores é a oposição entre vermelho e amarelo, podendo também ser notada, em menor número, a utilização de branco e preto. A busca de simetria é também uma marca deste tipo de arte.

SÍTIO DA ITACANGA

O primeiro sítio está localizado próximo ao povoado de Arraial, pertencente ao município de Oliveira dos Brejinhos. O sítio foi denominado Itacanga, palavra Tupi que

⁹ Ribeiro 1997: 243-244.

¹⁰ A autora toma por “geométricos” motivos que não lhe parecem figurativos. Tal definição, ela ressalta seria o que outros autores chamariam de grafismos puros.

significa '*pedra da cabeça*', em referência a uma rocha proeminente, a partir da qual a população do local batizou a Serra da Cabeça, onde está localizado o sítio rupestre e também como uma homenagem ao povo Tupi que legou à região outros nomes de acidentes geográficos e localidades, e possivelmente a própria arte expressa em suas rochas.

O conjunto rupestre em questão se estende por cerca de 30 metros na direção sudoeste-nordeste, divididos em duas unidades que aqui chamaremos de painéis, onde estão presentes quase todos os motivos observados no local¹¹. Como a maioria dos sítios rupestres da região, este se localiza em um *canyon* que tem passado por severa ação antrópica. A vegetação original foi consumida por queimadas sucessivas e pela utilização da área para pasto. Segundo ambientalistas do Grupo Jatobá, desde o início da mineração na região há mais de cem anos, são comuns as queimadas para facilitar o acesso de garimpeiros e mineradores a locais de extração mineral. A mata secundária que hoje existe no local pode ser classificada como capoeira, com presença de babaçus. Ademais, o suporte utilizado pelos executores dos motivos rupestres neste sítio foram rochas de arenito com veios de quartzo, mais um motivo para a depredação dos mesmos, já que há uma grande demanda por quartzo no mercado brasileiro. Vários motivos encontrados neste e em outros sítios apresentam marcas de retirada ilegal de fragmentos de rochas contendo pigmentos. Tais agressões são praticadas a título de sondagem geológica para mineração, mas também para a venda clandestina de material arqueológico, neste caso, arte rupestre.

Todos os motivos observados são monocromáticos com predominância do vermelho (Figuras 1). Há raros exemplos em preto que podem ser acréscimos recentes. Tal dúvida só poderá ser esclarecida mediante futuros procedimentos de datação de ambos os tipos de motivos.

A datação de arte rupestre por Espectrometria de Aceleração de Massa (AMS),¹² que consiste em aliar técnicas de alto vácuo a plasma de oxigênio de baixa temperatura, para remover pequenas amostras de carbono orgânico de pinturas sem contaminação, que são subsequentemente sujeitas a datação por espectrometria de ¹⁴C, é uma técnica cada vez mais aplicada¹³ e já implementada em pesquisa rupestre no Brasil.¹⁴

Em vários pontos do painel há sobreposições com diferentes tonalidades de vermelho, o que pode ser uma indicação de diferentes componentes de pigmentos ou temporalidade distante entre os momentos de confecção dos motivos sobrepostos. A determinação de razões para estas variações de coloração só poderá acontecer após uma análise laboratorial de amostras de pigmentos nos moldes do que já vem sendo feito no Parque Nacional da Serra da Capivara por Meneses Lage.¹⁵ Tal estudo já provou ser possível a obtenção de resultados conclusivos sobre, não apenas a composição de pigmentos, mas a cadeia operatória empregada em sua execução, a origem dos minerais utilizados e principalmente a seqüência estratigráfica de locais onde ocorrem sobreposições. Para um sítio em que

¹¹ Os poucos motivos (três ao todo) encontrados fora deste paredão foram localizados em um rochedo a cerca de 55 metros a leste do primeiro painel. Pela localização deste rochedo, em um depósito de pedras deslocadas de seu contexto original, deduzimos que este pode ter sido deslocado a partir da parede oposta do canyon. Não pudemos determinar por enquanto se a confecção destes motivos ocorreu antes ou após o deslocamento do rochedo.

¹² Em inglês: Accelerator Mass Spectrometry.

¹³ Chafee, 1993: 67-73.

¹⁴ Prous, 1999: 33.

¹⁵ Meneses Lage, 1997: 89-101.

tantas composições apresentam-se sobrepostas o trabalho químico pode fornecer informações cruciais.

No que se refere à temática do conjunto, a maioria dos motivos são geométricos (Figura 2), em segundo lugar no que se refere a número aparecem as representações zoomórficas, nas quais destacam-se os cervídeos monocromáticos executados com primor (Figura 3), estas características de composição dos painéis parecem remeter às representações típicas da Tradição Planalto, conforme descrita por Prous:

*“As figuras mais destacadas são sempre zoomorfos monocromáticos cuja frequência pode ser muito alta, sendo raramente inferior à dos sinais geométricos; aparecem antropomorfos em pequena quantidade... Entre os animais, os quadrúpedes são os mais representados, particularmente os cervídeos”.*¹⁶

Entre os motivos cujas características formais e aparente iconografia coincidem com esta tradição, está uma figura zoomórfica monocromática (Figura 4) intencionalmente executada para contornar um trecho esfacelado do suporte. Ao compararmos os vários grafismos (alguns sobrepostos) deste trecho do painel, notamos que pertence ao mesmo nível estratigráfico desta figura zoomórfica uma possível representação fitomórfica composta por três traços curvos terminados em círculos pequenos preenchidos, evocando frutos ou sementes. Este motivo e o zoomorfo formam um conjunto não só por pertencerem a um mesmo nível de aposições, mas também por associação temática. Não podemos deixar de considerar, sob nossa ótica, estético¹⁷ e harmonioso este recurso empregado pelo executor do motivo.

Qualquer interpretação sobre as intenções dos executores da arte rupestre brasileira é arriscada por conta de vários fatores¹⁸. O próprio termo ‘arte’ quando aplicado à produção rupestre pré-colonial e/ou pré-histórica em geral é questionado por alguns autores. Citando Kant, Prous admite como arte apenas aquilo que seja uma “*finalidade sem fim... objeto de contemplação estética quase mítica*”¹⁹ mais adiante, quando referindo-se à arte rupestre, ele afirma que “*em muitos casos [os autores] não procuravam de modo algum provocar um sentimento estético, da mesma forma que os tipógrafos não pensam, através do alfabeto realizar obras de arte*”. Achamos difícil apoiar tal afirmação, já que o contexto arqueológico pouco pode nos dizer sobre as intenções dos autores das pinturas. Em segundo lugar, tal raciocínio destitui nossos povos indígenas de uma das mais prevalentes características da espécie humana: a necessidade da busca estética, e ao fazê-lo nega a existência do sub-produto desta busca que é a construção artística. Se estas populações não produziam arte, elas se tornam uma exceção em toda a raça humana.

¹⁶ Prous, 1992: 519.

¹⁷ O termo ‘estético’, quando empregado à arte rupestre, parece ser tabu entre a comunidade arqueológica brasileira, como se a busca de um padrão estético não fosse uma constante em TODA a história humana. Não procuro discutir o valor do belo entre os povos que executaram a arte rupestre, mas uma característica comportamental inata à nossa espécie, a apreciação estética, pode ter constado entre os objetivos do artista.

¹⁸ A maioria das etnias indígenas baianas foram aniquiladas ou expulsas de seus territórios pela população de origem europeia e posteriormente pela população nacional. As que sobrevivem encontram-se imersas na sociedade nacional, e até mesmo os dados etnológicos e etnográficos existentes são escassos e não contemplam a produção deste tipo de expressão cultural.

¹⁹ Prous, 1989: 10.

São frequentes as representações zoomórficas de quadrúpedes bastante esquematizadas, todas em perfil (como visto à esquerda e acima na Figura 4) em várias partes do painel. São figuras monocromas, executadas a dedo em pigmento vermelho e espesso, que em alguns casos chega a tonalidades próximas ao marrom devido, provavelmente, a degradação do pigmento. De tamanho diminuto, os motivos têm cerca de 10 a 15 centímetros de altura. Estes motivos não parecem coincidir com descrições típicas de zoomorfos de nenhuma das tradições encontradas no Nordeste Brasileiro. Após um rigoroso trabalho de mapeamento dos sítios da região (cerca de trinta e quatro, até agora relatados) este tipo de representação poderá ser classificado como uma mudança estilística local ou uma característica específica deste sítio em particular. Não notamos qualquer registro deste tipo de motivo esquemático nos outros dois sítios estudados.

Ainda em se tratando de representações de cervídeos, domina a parte inferior do painel principal um notável par destes (Figura 5). O maior dos dois motivos apresenta um corpo de formato maciço, amplas galhadas pernas e cascos bem detalhados e uma postura alerta. O menor tem formas mais arredondadas e delicadas. Tal diferença de forma parece-nos evocar uma diferenciação de gênero. As figuras foram executadas em posições opostas. Completando este conjunto há três círculos com preenchimento pontilhado de igual coloração, provavelmente igual receita de pigmento. Todo o conjunto foi pintado sobre motivos anteriores, por sua vez parcialmente cobertos por escorrimento de calcita. Posteriormente mais intrusão de minerais atingiu a parte central dos motivos mais recentes.

Pode ser constatado um ponto de interseção iconográfica entre o Sítio da Itacanga, os sítios do centro norte do estado e os de Minas Gerais, ao localizarmos no painel principal exemplos de representações zoomórficas (Figura 6), classificadas por Prous²⁰ como pertencentes à Tradição S. Francisco, quase sempre monocromáticas e executadas em vermelho. Este tipo de figura apresenta ampla distribuição nos sítios de arte rupestre na Chapada Diamantina. Sua representação varia num leque que abrange da forma mais naturalista de um quelônio até sua transmutação no que lembra formas antropomorfizadas. O tamanho pode também variar de cinco a noventa centímetros de altura.

Os danos ao painel podem ser classificados em dois tipos, conforme os agentes causadores. Os danos naturais são provenientes da descamação da rocha, envelhecimento e degradação dos pigmentos e substâncias aderentes destes, e ação de colônias de micro-organismos e plantas sobre os motivos. No que se refere aos danos antrópicos, a principal ação nociva neste sítio é o uso frequente de queimadas que retiram do *canyon* sua cobertura vegetal (especificamente a arbórea), que ameniza a discrepância de temperaturas diária e noturna, bem como as discrepâncias sazonais. Em consequência, o suporte rochoso esfacela-se devido ao aquecimento e resfriamento súbitos. O segundo dano antrópico que pudemos verificar foi a retirada de material arqueológico pelos motivos já citados anteriormente. E, por fim, o vandalismo com grafiteagem a carvão.

SÍTIO DA PEDRA DO TAPUIO

Este sítio, localizado no distrito de Bom Sossego, a cerca de 35 quilômetros a nordeste Oliveira dos Brejinhos é, em termos quantitativos, o mais significativo dos três documentados.

²⁰ Prous: 1989: 21.

Da mesma forma que no sítio anterior, a produção rupestre encontra-se nas paredes de um *canyon*, sendo que neste caso ainda existe uma nascente de pouca vazão que alimenta um córrego remanescente de um grande rio, hoje seco. A água chega à superfície a cerca de 10m da extremidade sudoeste do último painel contendo pinturas. As pinturas estão em sua maioria dispostas numa faixa que se estende do nível do solo até cerca de 5m de altura²¹. O conjunto total de painéis estende-se por uma distância de 270m de comprimento. Observamos tanto motivos monocromáticos em vermelho como policromáticos em vermelho e preto e em vermelho e amarelo.

Notamos a presença de motivos típicos da Tradição São Francisco, tanto monocromáticos (Figura 7) quanto policromáticos. Note-se que o motivo apresentado na Figura 7 repete-se várias vezes no sítio com variações no número de apêndices superiores (quatro, seis ou sete). Além da figura zoomórfica antropomorfizada do quelônio, esta parece ser uma segunda figura emblemática desta tradição na Bahia, aparecendo na maioria dos sítios São Francisco da Chapada Diamantina. Sua execução neste e nos demais sítios onde pode ser observada segue sempre um mesmo critério: uma figura chapada, monocromática em vermelho, com pigmento bastante intenso. O número de apêndices na parte superior pode variar de três a sete.

Os zoomorfos monocromáticos (quelônios) já citados anteriormente aparecem mais uma vez na Pedra do Tapuio em dois lugares. Dos mais de trinta sítios já visitados por nós na região da Chapada Diamantina, este tipo de representação aparece em cerca de 90% destes, sempre em grupos que variam de dois a quatro elementos ou um único zoomorfo associado a motivos geométricos típicos da Tradição São Francisco (como já mostrado na Figura 1). O que estas associações de elementos buscam representar talvez seja impossível de verificarmos, já que inexistem estudos sobre a estética simbólica dos povos pré-coloniais desta região, e sua população indígena há muito já se mesclou à sociedade nacional ou foi expulsa das suas terras, perdendo o referencial com os símbolos usados por seus ancestrais. Qualquer interpretação proposta a explicar seu significado seria então mera especulação. Esta é contudo, uma marca indiscutível de que os grupos que fizeram uso deste símbolo, alcançaram uma abrangência territorial imensa nos sertões da Bahia para além da área já proposta por Prous²² que se restringe às áreas imediatamente limítrofes ao Rio São Francisco.

Um dos motivos encontrados pode ser classificado como pertencente à Tradição Agreste conforme descrita por Prous (1991)²³. Trata-se de um possível motivo antropomórfico em que falta a cabeça, mas cujos membros e tronco são claramente visíveis. A cabeça pode ter se perdido devido à quebra do suporte ou pode ter sido intencionalmente omitida pelo artista (Figura 8). Há um nicho imediatamente acima da figura. A forma arredondada desta cavidade e sua posição acima do motivo parecem sugerir um efeito de tridimensionalidade na execução: o nicho parece compor parte da figura substituindo a parte inexistente.

²¹ Localizamos o que parece ser uma mancha de pigmento acima de 15m de altura, mas devido à posição de difícil acesso e à vegetação que a cobre, não pudemos verificar se realmente trata-se de pigmento, ou de alguma ocorrência não-antrópica que tenha modificado a coloração daquela seção da rocha.

²² Prous, 1992: 512, Mapa 13.

²³ Citando A. Aguiar, o autor descreve os motivos antropomórficos Agreste como “grandes de desenho propositadamente grotesco, lembrando um espantalho” ressalta ainda que normalmente tais motivos aparecem isolados (como é o caso na Pedra do Tapuio) ou compondo ‘cenas’ de no máximo dois motivos.

É freqüente no painel o aparecimento de círculos policromáticos raiados concêntricos, e círculos raiados com bordas concêntricas já descritos na região arqueológica de Central.²⁴ Maria da Conceição M. C. Beltrão descreve então o que chamou de Tradição Astronômica cujo exemplo mais explícito parece estar localizado na Toca do Cosmos, mas que também pudemos encontrar em diversos sítios de arte rupestre da Chapada Diamantina em associação direta com composições típicas da Tradição São Francisco. Mais recentemente, Ribeiro²⁵ abre a “*discussão em torno da validade de se manter a noção de uma ‘tradição astronômica’*”. Para Ribeiro, “*as tradições Astronômica e São Francisco não são claramente diferenciadas devido à semelhança entre suas características técnicas... e temáticas*”. A autora argumenta que uma das possibilidades para a inserção de motivos deste tipo seria a de que viessem a “*compor um momento específico das expressões gráficas da tradição São Francisco – tratando-se portanto de um estilo desta tradição*”.

Na Pedra do Tapuio, em uma das áreas mais atingidas pela ação antrópica, tanto por sobreposições de motivos rupestres quanto por grafitação recente, o executor de um dos motivos concêntricos raiados aproveitou uma depressão circular do suporte para encaixar a parte raiada do motivo, criando um efeito estético notável, infelizmente impossível de identificação em registro fotográfico por conta do vandalismo e do acúmulo de camadas de deposição de minerais.

Encontramos apenas um conjunto de motivos antropomórficos no que poderia ser caracterizado como uma cena (Figura 9). Os motivos são extremamente esquemáticos e retilíneos, mas aparentemente evocam a idéia de movimento. Devido ao posicionamento dos motivos no suporte, os membros superiores de dois deles insinuam o ato de agarrar-se a uma borda da rocha, enquanto o terceiro segue um outro ‘caminho’ marcado por sinais tracejados mas, mais uma vez, nossa ‘leitura’ da figura vem a constituir mais uma especulação sobre a intenção do autor, há muito perdida.

Em vários pontos do painel há sobreposições com diferentes tonalidades tanto envolvendo motivos monocromáticos como policromáticos. A reutilização do espaço por sucessivas levas de artistas torna o trabalho do estabelecimento de uma seqüência estratigráfica para o painel bastante difícil.

A maioria dos motivos são geométricos (Figura 10). Estes podem variar desde execuções toscas feitas a dedo até conjuntos cujos traços elaborados e executados a pincel, formão padrões complexos. Observa-se no caso dos geométricos tanto a ocorrência de monocromos quanto de policromos. A qualidade do pigmento também não apresenta uniformidade. Em alguns motivos este é espesso, resistente e de cores vibrantes, em outros o pigmento é pouco expesso e propenso ao esmaecimento e destruição pelas intempéries. Por conta de tais diferenças, pode-se cogitar uma filiação diversa de motivos dentro do próprio conjunto de geométricos do painel.

Impressões de mãos são muito freqüentes, mas apenas uma impressão de pé foi encontrada, até onde pudemos observar. Há no painel três composições feitas com o uso de impressão de mãos, afastadas tanto em termos de espaço como em termos de execução. O primeiro, no início da parte mais baixa do *canyon* é composto por uma grande quantidade de impressões feitas por vários indivíduos²⁶ utilizando pigmento ralo, que devido à ação da chuva escorreu destes criando uma pátina rósea que cobre não só outros motivos,

²⁴ Beltrão, 1994: 117 - 130.

²⁵ Ribeiro, 1997: 495.

²⁶ Pode-se notar variados tamanhos de mãos.

como o suporte até o nível atual do sedimento. Parece-nos que todo o conjunto foi feito de uma só vez, pois não há variação na receita do pigmento até onde pudemos observar sem uma análise laboratorial. O fato desta ser a primeira composição a se avistar na entrada do boqueirão, bem como o fato de sua confecção ter exigido a participação de vários indivíduos, parece apontar para uma finalidade ritualística, infelizmente desconhecida para nós. O segundo conjunto de impressões faz parte de uma composição monocromática juntamente com um motivo geométrico triangular, no centro do qual foi espalhado pigmento. Cinco impressões circundam o geométrico. Todo o conjunto parece ter sido executado com a mesma receita de pigmento. A terceira composição traz impressões de palmas de mãos decoradas com padrões de linhas internas circulares e semi-circulares, já mencionadas anteriormente, executadas em pigmento vermelho espesso e posicionada entre motivos geométricos monocromáticos de evidente autoria diversa aos carimbos.²⁷

Os danos naturais e antrópicos sofridos pelo painel são iguais aos já descritos para o painel anterior, sendo o mais grave a depredação intencional por vândalos. Nomes e datas escritos a carvão podem ser vistos por toda a parte mais baixa da entrada do canyon.

SÍTIO DA PEDRA FURADA

O Sítio da Pedra Furada²⁸ fica localizado próximo ao município de Cercado (cerca de 17km ao sul da sede de Oliveira dos Brejinhos). Ao contrário dos primeiros dois sítios rupestres visitados nos dias anteriores, os painéis da Pedra Furada espalham-se por um dos planaltos da Serra do Boqueirão e encontram-se distribuídos em afloramentos rochosos compostos por rochas de arenito, calcário, quartzo e quartzito. A vegetação da região pode ser classificada a grosso modo como Tabuleiro,²⁹ apresentando porém espécimes de cerrado, o que denota uma área de transição. Os afloramentos rochosos onde estão localizados os painéis, por conta do relevo relativamente plano e pela pouca vegetação de porte arbustivo, são visíveis a boa distância.

Durante os procedimentos de documentação, observamos na Pedra Furada que, apesar da ampla distribuição dos painéis, o número e variedade de representações que pudemos localizar é inferior ao Sítio da Pedra do Tapuio. Notamos a presença de motivos monocromáticos em vermelho (Figura 11), bem como policromáticos em vermelho e amarelo (Figura 12).

No que se refere à iconografia maioria dos motivos são geométricos, alguns motivos são zoomórficos (Figura 13), e há raros exemplos que possam ser classificados como possíveis representações antropomórficas (Figura 14) e fitomórficas (Figura 15). No que se refere a este último tipo de representação, vale ressaltar a interpretação que o povo da região faz do motivo mostrado na Figura 25-a. Este motivo é conhecido pela população local como 'a palma'. Tal interpretação pode ser relativamente recente e fruto de uma associação entre imagem e significado completamente alheia à pretendida pelo artista ou

²⁷ Nos geométricos o pigmento ralo, policromático e executado a dedo não parece ser de uma mesma receita que as impressões.

²⁸ O nome deste sítio provém do termo utilizado pela população para o local onde pode-se observar uma formação calcária característica na qual a ação das intempéries perfurou o rochedo mais alto entre os demais afloramentos rochosos.

²⁹ Denominação popular para áreas dominadas por um tipo de gramínea alta (capim agreste) e árvores frutíferas nativas como o buritizeiro, o cajueiro e o araçá bravo.

não. Levando-se em consideração esta segunda hipótese, é válido notar que vários acidentes geográficos da região conservam em seu nome referências a contatos com as populações indígenas originais (como por exemplo a Pedra do Tapuio³⁰, o povoado de Tapera³¹, etc.), não podemos contudo afirmar que o motivo que para nós hoje lembra o formato de um determinado objeto, tenha tido a mesma evocação por parte de quem o produziu. Não se pode ter certeza da confiabilidade deste transporte de significado para aquele significante específico, exposto na produção rupestre, uma vez que a distância cronológica implica num risco maior de imprecisão.

Mais uma vez, encontramos o motivo circular raiado mencionado no sítio anterior já descrito anteriormente neste artigo, mas apenas em sua forma monocromática.

O Sítio da Pedra Furada é de extrema relevância para a compreensão da Tradição São Francisco no estado da Bahia. Em termos de forma e execução, encontramos neste sítio um bom exemplo de coexistência de duas variações desta tradição marcadamente características da produção mineira e baiana.

O que temos em termos de forma em Minas Gerais é um contorno ou borda, geralmente da cor mais escura, com preenchimento uniforme com um pigmento mais claro sobre o qual são aplicados detalhes interiores da mesma cor da borda ou ainda com uma terceira pigmentação. Não parece haver sido utilizado nenhum tipo de instrumento em sua execução, que não os dedos do artista, se bem que este detalhe não é discutido na sua descrição clássica.³² Em termos de importância dada ao tratamento das cores, a depender do número de detalhes interiores, o preenchimento aparece mais ou menos beneficiado. Os artistas não parecem especialmente preocupados com o rigor geométrico ou simétrico da obra.

O que encontramos na Bahia é uma execução de motivos que primam pelo rigor geométrico e simétrico, no qual geralmente, até mesmo o número de traços de uma cor equivalem aos da segunda cor ou disso se aproximam (Figura 16-a).³³ No caso dos motivos bicromáticos, é dispensado um tratamento igual a ambas as cores, havendo um equilíbrio em termos de espaço ocupado por ambas. Em se tratando de tricromáticos, a terceira cor entraria na composição de detalhes internos apenas, abrangendo uma área menor que as outras duas (Figura 16-b). É comum o aparecimento de uma ou duas bordas, mas estas parecem ter sido executadas após os tracejados internos, dando a elas um tratamento diferente do que ocorre em muitas composições encontradas em Minas. Predominam os motivos executados a pincel, mas mesmo nos motivos que parecem ter sido executados a dedo (Figura 16-c) a busca de simetria e o tratamento dado às cores diferencia-se na Bahia. Tais motivos são de execução muito mais refinada em termos de técnica, bem como em termos de planejamento e utilização do espaço interior do motivo.

Quais as razões para esta diferenciação? Seriam elas de ordem cronológica, espacial ou cultural? Aí está a importância do Sítio da Pedra Furada. Aqui encontramos, em um mesmo afloramento rochoso duas composições em diferentes painéis, aparentemente executadas com receitas de tintas diferentes, com características do São Francisco da Chapada Diamantina (Figura 28) e ao mesmo tempo outras que mais se aproximariam do estilo encontrado em Minas (Figura 29).

³⁰ Termo Tupi pejorativo para “feroz” ou “incivilizado”. Este termo era geralmente empregado por indivíduos de um grupo para referir-se a indivíduos de um outro grupo rival.

³¹ Palavra Tupi para designar um assentamento abandonado.

³² Prous, 1992:252-257.

³³ Fonte Grande II – 26-a e 26-c e Fonte Grande I – 26-b.

Infelizmente, o painel principal compondo estas últimas características sofreu no primeiro semestre de 2000 um ataque de vandalismo perdendo cerca de 80% de sua constituição. Parte do dano pode ser observado na última figura. Um rigoroso trabalho de mapeamento da região, contudo, pode vir a revelar sítios igualmente característicos. Os danos a este sítio são dos mesmos tipos já listados para os outros dois, sendo a principal ação antrópica nociva neste caso, a depredação intencional por pessoas busca de rochas de quartzito. Como já dito antes, o mais belo painel do sítio só pode ser visto atualmente por fotos tiradas antes da depredação sofrida recentemente que destruiu grande parte de seu conteúdo original.

CONCLUSÃO

Por nosso trabalho nos sítios de Oliveira dos Brejinhos estar em sua fase inicial, nossa maior contribuição reside no fato de termos encontrado material significativamente relevante para justificar um projeto de pesquisa mais detalhado. Em primeiro lugar o importante patrimônio arqueológico da região requer um detalhado trabalho de mapeamento e registro, que dê suporte a um projeto de educação patrimonial da população que venha a garantir sua preservação. Em segundo lugar a importância da região em termos de coleta de informações no que tange à arqueologia e história da arte, torna imperiosa sua proteção e estudo.

Urge encontrarmos, junto com a comunidade local, uma solução para o problema da depredação dos sítios arqueológicos da região, ou perderemos sítios de imenso valor explicativo como é o caso do último, o Sítio da Pedra Furada. Este anseio parte da população e nos foi expresso por sua representação local (Grupo Jatobá e poder público). Como membros da comunidade científica do estado da Bahia, recomendamos a implementação de um projeto de cunho arqueológico e educativo que vise o mapeamento, registro e conservação deste patrimônio de extremo valor científico, além de um trabalho educativo que ajude a conscientizar a população para a proteção dos sítios.

Os prognósticos de pesquisa em termos de quantidade de sítios e de importância da arte neles contida não poderiam ser melhores. Apenas um dos moradores do local foi capaz de listar mais de trinta sítios contendo, segundo ele, arte rupestre. Acreditamos que, com o mapeamento arqueológico da região, este número deve subir bastante.

Foi possível verificar a presença de motivos rupestres já abordados pela literatura especializada e que são característicos das regiões central e norte do estado, mas ao mesmo tempo constatamos que os motivos da Tradição São Francisco encontrados na região de Oliveira dos Brejinhos, mais precisamente no Sítio da Pedra Furada e Pedra do Tapuió apresentam características que os aproximam da arte rupestre do norte de Minas Gerais, também já exaustivamente descrita em literatura da área. Estas características tornam os sítios importantíssimos para uma maior compreensão da arte rupestre do Vale do São Francisco e dos padrões de ocupação de uma vasta área que vai do norte de Minas Gerais ao Norte da Bahia. O que temos neste município pode representar uma zona limítrofe ou um local de grande fluxo de populações, mas estas são apenas conjecturas preliminares que só poderão ser verificadas após uma pesquisa longa e rigorosa do patrimônio arqueológico destas populações.

Pouco se tem discutido sobre os critérios de forma e execução no estabelecimento de sub-tradições e estilos para a arte rupestre. A busca de uma ligação entre as várias formas de expressão da cultura material dos povos pré-coloniais (produção lítica, ceramista, cons-

trutiva, decorativa, etc.), bem como a busca de seqüências cronológicas e sua utilização como justificativa para a explicação das diferenças estruturais desta forma de expressão, parece legar a um segundo plano a observação das características intrínsecas da arte em si. Se o que chamamos de Tradição São Francisco nos estados da Bahia e de Minas Gerais corresponde realmente a um único conjunto classificatório, devemos ponderar sobre a designação de uma subdivisão ou estilo desta tradição por conta da evidente diferença formal entre as duas produções. Obviamente, mais tempo e estudo serão necessários para a descrição formal desta tradição rupestre na Bahia. Fica nesta nota prévia a notícia do achado deste conjunto rupestre e as várias dúvidas levantadas por conta disto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÃO, MARIA DA CONCEIÇÃO DE M. C. (2000), *Ensaio de Arqueologia – Uma Abordagem Transdisciplinar*. Zit Gráfica e Editora Ltda. Rio de Janeiro.
- CHAFEE, SCOTT D., HYMAN, MARIAN & ROWE, MARVIN (1993), AMS 14C Dating of Rock Paintings. P 67-73. *Time and Space*. Editores: Jack Steinbring e Alan Watchman. Melbourne, Australia: Australian Rock Art Research Association.
- ETCHEVARNE, CARLOS A. (1995), *Étude de l'appropriation des ressources du milieu: les populations pré-coloniales sanfranciscaines, dans l'Etat de Bahia (Bresil)* Muséum d'Histoire Naturelle de Paris.
- MARTIN, GABRIELA (1998), "O povoamento Pré-histórico do Vale do São Francisco (Brasil)." *Clio*. 13. Recife, 9-42.
- MENESES LAGE, MARIA DA CONCEIÇÃO SOARES (1997), "Análise Química de Pigmentos de Arte Rupestre do Sudoeste do Piauí". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Suplemento 2: 89-101.
- PROUS, André (1999), "Dating Rock Art in Brazil". p. 29-34. *Dating and the Earliest Known Rock Art*. Organizadores: STRECKER, Matthias e BAHN, Paul. Oxbow Books. Oxford.
- ____ (1992), *Arqueologia Brasileira*. Editora Universidade de Brasília. Brasília.
- ____ (1989), "Arte Rupestre Brasileira: uma Tentativa de Classificação". *Revista de Pré-história*, São Paulo, 7: 9-33.
- RIBEIRO, LOREDANA (1997), "As Figurações de "Corpos Celestes" do Norte de Minas: Manifestação da "Tradição Astronômica?". *Arquivos do Museu de História Natural*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Vol. XVII/XVIII: 495-523.



Fig. 1 – Zoomorfo S. Francisco associado a motivo geométrico, ambos monocromáticos em vermelho. Sítio da Pedra do Tapuío.



Fig. 2 – Motivo geométrico monocromático.
Sítio Itacanga.



Fig. 3 – Zoomorfo monocromático (cervídeo), possível Tradição Planalto. Sítio Itacanga.



Fig. 4 – Conjunto contendo motivos zoomórficos, geométricos e um possível motivo fitomórfico monocromático em vermelho. Sítio Itacanga.



Fig. 5 – Conjunto contendo motivos zoomórficos e geométricos monocromáticos em vermelho. Sítio Itacanga.



Fig. 6 – Zoomorfo monocromático. Tradição S. Francisco. Sítio Itacanga.



Fig. 7 – Motivo monocromático. Tradição São Francisco. Sítio da Pedra do Tapuío.



Fig. 8 – Motivos antropomórficos monocromáticos em vermelho. Sítio da Pedra do Tapuío.

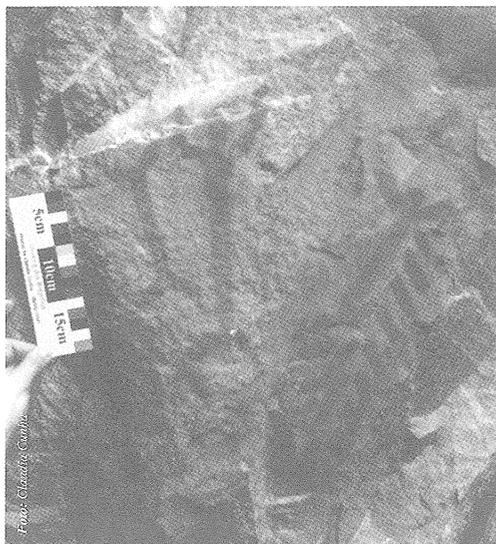


Fig. 9 – Conjunto contendo três representações antropomórficas e tracejado monocromático. Sítio da Pedra do Tapuio.



Fig. 10 – Conjunto de motivos geométricos monocromáticos executados a dedo. Sítio da Pedra do Tapuio.



Fig. 11 – Conjunto de motivos geométricos monocromáticos. Sítio da Pedra Furada.



Fig. 12 – Conjunto policromático, tradição São Francisco. Sítio da Pedra Furada.



Fig. 13 – Motivo zoomórfico monocromático.
Sítio da Pedra Furada.



Fig. 14 – Motivo antropomórfico monocromático.
Sítio da Pedra Furada.

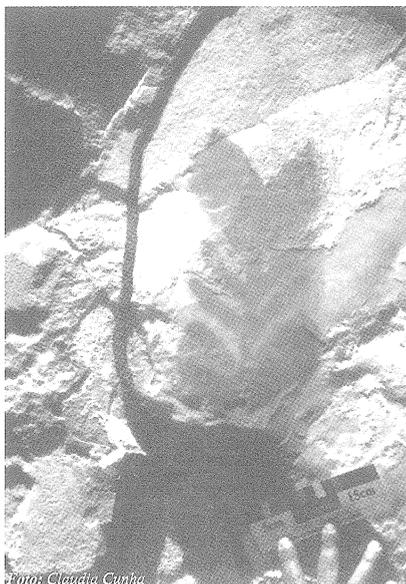


Fig. 15 – Motivo fitomórfico monocromático.
Sítio da Pedra Furada.

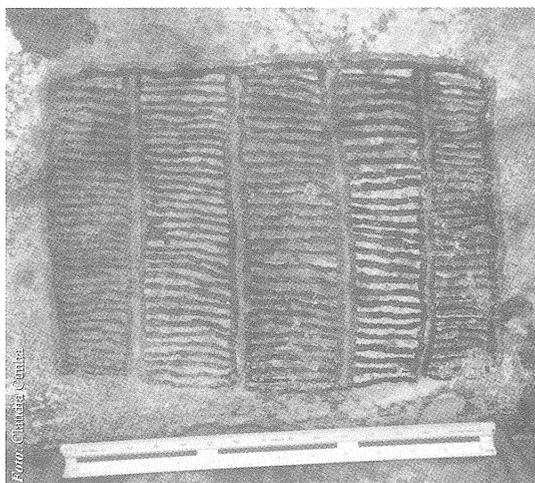


Fig. 16a – Motivo policromático geométrico.
Tradição São Francisco. Sítio da Fonte
Grande II, Município de Uibaí.

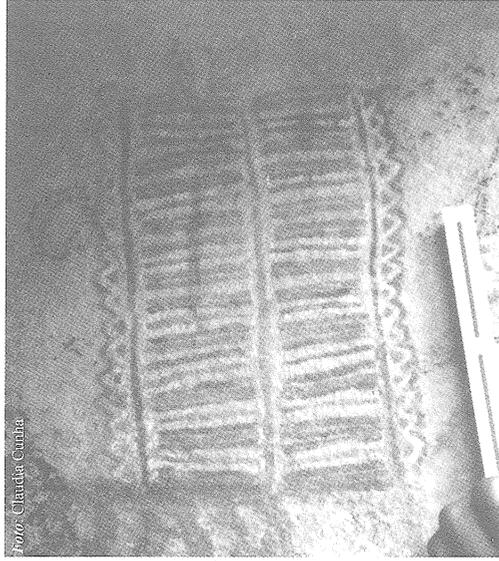


Fig. 16b – Motivo policromático geométrico.
Tradição São Francisco. Sítio da Fonte Grande II,
Município de Uibaí, Bahia.

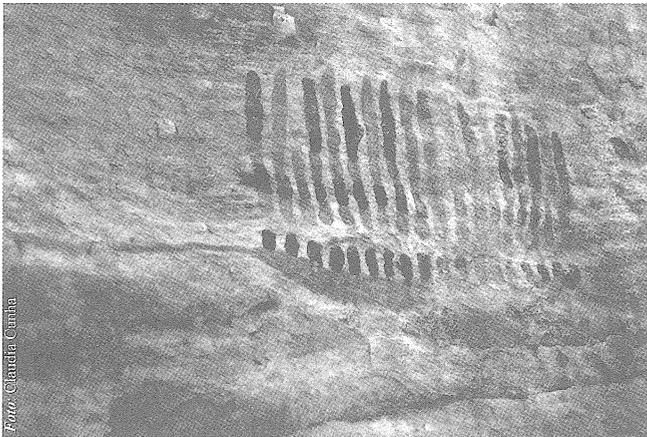


Fig. 16c – Motivo policromático geométrico.
Tradição São Francisco. Sítio da Fonte Grande II,
Município de Uibaí, Bahia.



Fig. 17 – Conjunto contendo um motivo monocromático (zoomorfo) e um policromático São Francisco executado a pincel. Sítio da Pedra Furada.

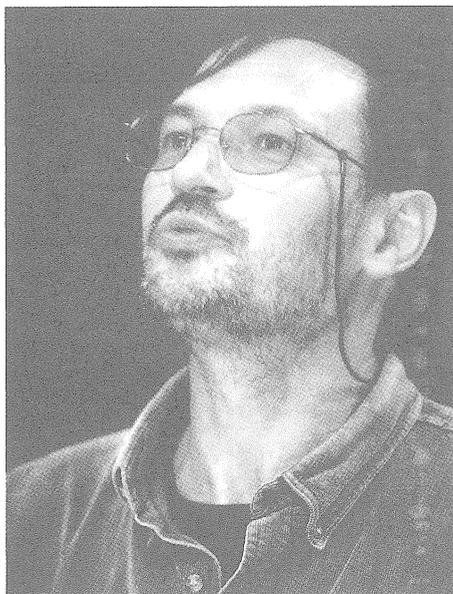


Fig. 18 – Motivo policromático. Tradição São Francisco. Sítio da Pedra Furada.

DAVID LE BRETON NO PORTO

O antropólogo e sociólogo francês David le Breton veio ao Porto, em Maio de 2001, apresentar uma conferência no âmbito do ciclo “O Futuro do Futuro”, ciclo integrado nas realizações de “Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura”, e coordenado pelo Prof. Paulo Cunha e Silva. Na sessão intervieram ainda o sociólogo Prof. João Teixeira Lopes (responsável pela “linha da sociedade” daquele ciclo de palestras, que tem uma rede de metro como logotipo/programa), e o Prof. Vítor Oliveira Jorge, que fez uma introdução à obra do palestrante.

A conferência, efectuada no novo auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no parque do Palácio de Cristal, teve como tema “A antropologia como ciência do homem e o mundo do porvir”.



O Prof. David Le Breton durante a sua palestra. Foto Porto 2001.

O Prof. David le Breton ensina Sociologia na Faculté de Sciences Sociales da Université des Sciences Humaines de Strasbourg II. Tem-se debruçado particularmente sobre a “antropologia do corpo”, e em especial sobre as representações modernas do corpo, bastando atentar nos títulos dos seus já numerosos livros para se ter uma ideia de como tem explorado essa temática de múltiplos ângulos.

- Corps et Sociétés. Essai d'Anthropologie et de Sociologie du Corps*, Paris, Méridiens-Klincksiek, 1985 (reed. 1988).
- “Corps et individualisme”, *Diogène*, n° 131, 1985.
- “Notes sur une forme particulière du dualisme”, *Impacts*, n° 4, 1987.
- “Dualisme et Renaissance: aux sources d’une représentation moderne du corps”, *Diogène*, n° 142, 1988.
- Anthropologie du Corps et Modernité*, Paris, PUF, 1990 (4^a ed. corr., 1998; Ed. “Quadrige”, 2000). Aconselhamos vivamente a sua leitura.
- Passions du Risque*, Paris, Éd. Métailié, 1991 (3^a ed., 1996).
- “Corps et anthropologie: de l’efficacité symbolique”, *Diogène*, n° 153, 1991.
- Handicap d’apparence: le regard des autres, *Ethnologie Française*, XXI, n° 3, 1991.
- “Les nouveaux aventuriers au risque de l’ anthropologie”, *Les Temps Modernes*, n° 538, 1991.
- Des Visages. Essai d’ Anthropologie*, Paris, Éd. Métailié, 1992.
- La Sociologie du Corps*, Paris, PUF, 1992, col. “Que Sais-je?”, n° 2678 (3^a ed. corr., 1997).
- La Chair à Vif. Usages Médicaux et Mondains du Corps Humain*, Paris, Éd. Métailié, 1993.
- Fabrication individuelle du sens et jeux avec la mort: les jeunes générations, *Revue Internationale d’Action Communautaire*, 29/69, 1993.
- Anthropologie de la Douleur*, Paris, Éd. Métailié, 1995.
- La Sociologie du Risque*, Paris, PUF, 1995, col. “Que Sais-je?”, n° 3016.
- (dir.), *L’Aventure. La passion des Détours*, Paris, Autrement, 1996 (n° 160).
- Du Silence*, Paris, Éd. Métailié, 1997 (ed. Portuguesa, *Do Silêncio*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999).
- Exils mineurs de la parole: le silence dans la conversation, *Revue des Sciences Sociales de la France de l’Est*, n° 24, 1997.
- Les Passions Ordinaires. Anthropologie des Émotions*, Paris, Armand Colin/Masson, 1998.
- L’Adieu au Corps*, Paris, Éd. Métailié, 1999.
- L’Éloge de la Marche*, Paris, Éd. Métailié, 2000.

Agradecemos à “Porto 2001” a foto que nos disponibilizou, e aqui reproduzimos.

V.O.J.

10 de Junho de 2001

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Em cerimónia que decorreu na manhã deste dia, no Palácio da Bolsa do Porto, foram distinguidas, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa (e Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas), Dr. Jorge Sampaio, diversas personalidades (individuais ou colectivas). Entre elas, e com a Ordem do Mérito, no grau de Grande-Oficial, foram agraciadas duas pessoas ligadas à Etnologia e Arqueologia portuguesas (e também à SPAE).

A Ordem do Mérito é uma das “Ordens de Mérito Civil” e destina-se a galardoar “actos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, ou que revelem desinteresse e abnegação em favor da colectividade” (art.º 9º do Decreto-Lei nº 414-A/86, de 15 de Dezembro – Lei Orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas).

Transcrevemos, a seguir, as palavras proferidas na cerimónia, pelo Secretário-Geral das Ordens Honoríficas, a propósito de cada um dos dois homenageados aqui em causa:

BENJAMIM ENES PEREIRA

“Pela sua vasta obra em prol da etnologia portuguesa. Ao longo de uma já longa carreira de investigador, Benjamim Enes Pereira contribuiu de forma relevante para o conhecimento de inúmeros aspectos da cultura tradicional portuguesa, designadamente do mundo rural, e para o prestígio da etnologia portuguesa dentro e fora do país.”

VÍTOR MANUEL DE OLIVEIRA JORGE

“Pela sua prestigiada carreira de arqueólogo e professor; pela sua obra marcada pela alta qualidade científica e pela ampla visão humanista; por uma acção cultural e cívica de grande mérito; pelo papel fundamental que desempenhou na divulgação e na consciencialização pública, nacional e internacional, do valor patrimonial das gravuras rupestres do vale do Côa.”

O respectivo alvará foi publicado no Diário da República nº 196, 2ª série, de 23.7.2001.

3.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

ACTAS

COORDENAÇÃO GERAL: VÍTOR OLIVEIRA JORGE

EDIÇÃO: ADECAP-2000

VOL. 1 (publicado)

ARQUEOLOGIA PENINSULAR. HISTÓRIA, TEORIA E PRÁTICA

Coordenadores: *J. Alarcão, A. Barbero, E. Carbonell, J. Cortadella, M. Díaz-Andreu, A. F. Velho, V. O. Jorge, J. Maier, G. Mora, L. Oosterbeek, M. P. Reis e G. Velho*

VOL. 2 (publicado)

PALEOLÍTICO DA PENÍNSULA IBÉRICA

Coordenadores: *R. Balbín, N. Bicho, E. Carbonell, B. Hockett, A. Moure, L. Raposo, M. Santonja e G. Vega*

VOL. 3 (publicado)

NEOLITIZAÇÃO E MEGALITISMO DA PENÍNSULA IBÉRICA

Coordenadores: *P. Arias, P. Bueno, D. Cruz, J. X. Enriquez, J. Oliveira e M. J. Sanches*

VOL. 4 (publicado)

PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

Coordenadores: *P. Bueno, J. L. Cardoso, M. Díaz-Andreu, V. Hurtado, S. O. Jorge e V. O. Jorge*

VOL. 5 (publicado)

PROTO-HISTÓRIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

Coordenadores: *L. Berrocal-Rangel, A. Bettencourt, V. Correia, M. D. Fernández-Posse e F.-J. Sánchez-Palencia*

VOL. 6 (publicado)

ARQUEOLOGIA DA ANTIGUIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA

Coordenadores: *T. Hauschild, J. Maciel, V. Mantas, T. Nogales e A. Orejas*

VOL. 7

ARQUEOLOGIA DA IDADE MÉDIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

Coordenadores: *M. Barceló, M. Barroca, S. Gomez, A. Malpica, M. Real, C. Torres*

VOL. 8

“TERRENOS” DA ARQUEOLOGIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

Coordenadores: *C. Balesteros, X. Carmona, J. M. L. Cordeiro, M. Gallardo, M. M. Martins, A. M. Matos, C. Fernandez-Ochoa, S. Palomero, M. L. Santos e M. C. Simplicio*

VOL. 9

CONTRIBUTOS DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS PARA A ARQUEOLOGIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

Coordenadores: *M. S. Abreu, F. Alonso, E. Badal, E. Cunha, F. Etxeverria, I. Figueiral, P. Rivero, A. Rubinos e J. J. Tresseras*

VOL. 10 (publicado)

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA EM ARQUEOLOGIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

In memoriam Carlos Dantas Giestal e Maria del Mar Estevez
Coordenadores: *J. Baena, F. S. Lemos, C. D. Giestal e G. Rocha*

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Vols. 42-44 2002-2004

O Conselho Redactorial

será indicado no próximo tomo.

Os artigos propostos para publicação nos TAE serão,
em regra, lidos por dois dos elementos do Conselho Redactorial.
As opiniões expendidas por cada autor (ou autores) dos textos publicados
são da sua exclusiva responsabilidade.

NESTE VOLUME

Globalização e mestiçagem. A mestiçagem, as identidades e o multiculturalismo

Funções da pop-rock no universo juvenil

Vision beyond eyesight

Aprender a ser rapaz entre rapazes e raparigas. Masculinidades em duas escolas C+S do distrito do Porto

A arte de dar voz ao Outro. A sua importância democrática ilustrada por um exemplo literário suíço que abalou a imagem da ditadura salazarista

Apêndice: Hugo Loetscher: "Ó Senhor Salazar". Uma Elegia Política

Dili: o limiar pós-colonial

Os primeiros artistas

O futuro do passado: os arqueólogos do novo milênio

A Arqueologia como uma das utopias da Modernidade

Arqueologia na reconstrução das paisagens rurais e urbanas: os exemplos da Via Nova (Geira Romana) e de Bracara Augusta

VÁRIA

Formação e prática profissional em arqueologia: Reflexões de um recém-licenciado

Histoire agraire et paléoenvironnement: les apports de la palynologie et des microfossiles non-polliniques

Levantamento e leitura iconográfica dos frescos romanos de Miróbriga visíveis *in situ* no ano 2000

Baixo-relevo em mármore com representação de um grifo

Nota prévia: descrição comparativa de três sítios de arte rupestre na região de Oliveira dos Brejinhos – Bahia – Brasil

David Le Breton no Porto

APOIO:

MC

MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS